


Cristiano Rodrigues, Darlane Silva Vieira Andrade,  
Maíra Kubik Mano, Maise Caroline Zucco e Janja Araujo (Org.)

# Territorialidades

*dimensões de gênero,  
desenvolvimento e empoderamento  
das mulheres*







**TERRITORIALIDADES**  
**DIMENSÕES DE GÊNERO, DESENVOLVIMENTO E**  
**EMPODERAMENTO DAS MULHERES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

**Reitor**

João Carlos Salles Pires da Silva

**Vice-Reitor**

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

**Assessor do Reitor**

Paulo Costa Lima

**NÚCLEO  
DE ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
SOBRE A MULHER**  
FFCH/UFBA



NEIM

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL  
DA BAHIA

**Diretora**

Maíra Kubik Mano

**Diretora**

Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

**Vice-Diretora**

Silvia Lúcia Ferreira

**Conselho Editorial**

*Alberto Brum Novaes*

*Angelo Szaniecki Perret Serpa*

*Caiuby Alves da Costa*

*Charbel Niño El Hani*

*Cleise Furtado Mendes*

*Evelina de Carvalho Sá Hoisel*

*José Teixeira Cavalcante Filho*

*Maria do Carmo Soares de Freitas*

*Maria Vidal de Negreiros Camargo*

**Comissão Editorial**

*Alda Britto da Motta*

*Ana Alice Alcântara Costa (in memoriam)*

*Cecília M. B. Sardenberg*

*Ivia Alves*

*Silvia Lúcia Ferreira*

**Coordenação Editorial Executiva**

*Ângela Maria Freire de Lima e Souza*

*Clarice Costa Pinheiro*

*Eulália Azevedo*

*Ivia Alves*

*Maria de Lourdes Novaes Scheffler*



Cristiano Rodrigues, Darlane Silva Vieira Andrade,  
Maíra Kubik Mano, Maise Caroline Zucco e Janja Araújo (Org.)

# **Territorialidades**

*dimensões de gênero,  
desenvolvimento e empoderamento  
das mulheres*

COLEÇÃO *Bahianas*, 21

Salvador | EDUFBA/NEIM | 2018

2018, Autores.  
Direitos para esta edição cedidos à Ufuba.  
Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,  
em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico capa e miolo  
*Alana Gonçalves de Carvalho Martins*

Editoração e arte final  
*Diogo Luis Batista Albino*

Revisão e normalização  
*Juliana Lopes Roeder*  
*Juliane Nunes do Nascimento*

Sistema de bibliotecas - UFBA

---

Territorialidades : dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das  
mulheres / Cristiano Rodrigues ... [et al.] (org.).- Salvador: EDUFBA, 2018.  
310 p. (Bahianas, 21).

Trabalhos apresentados no XVIII Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es)  
sobre Mulher e Relações de Gênero - Territorialidades: Dimensões de Gênero,  
Desenvolvimento e Empoderamento das Mulheres, ocorrido em 2015, UFBA,  
Núcleo de Estudos Interdisciplinar das Mulheres.  
ISBN: 978-85-232-1765-5

1. Mulheres - Condições sociais. 2. Identidade de gênero. 3. Geografia  
feminista. I. Rodrigues, Cristiano dos Santos.

CDD - 305.42  
CDU - 911.3:305

---

Elaborado por Evandro Ramos dos Santos CRB-5/1205



Editora filiada à



NEIM  
Estrada de São Lázaro  
197 - Federação  
40210-630 - Salvador - Bahia  
Tel.: +55 71 3237-8239  
www.neim.ufba.br  
neim@ufba.br

Editora da UFBA  
Rua Barão de Jeremoabo  
s/n - Campus de Ondina  
40170-115 - Salvador - Bahia  
Tel.: +55 71 3283-6164  
www.edufba.ufba.br  
edufba@ufba.br

## SUMÁRIO

7    PREFÁCIO

Antonia dos Santos Garcia

13   APRESENTAÇÃO

**Primeira Parte**  **Territorialidades: conceitos e corporeidades**

23   TERRITÓRIO E GÊNERO: *territorialidades ausentes*

Maria de Lourdes Novaes Scheffler

83   PÓS-COLONIALIDADE, FEMINISMOS E EPISTEMOLOGIAS  
ANTI-HEGEMÔNICAS

Caterina Rea

111  ENTRE CONTEXTOS RURAIS E URBANOS: *gênero, ação política e empoderamento de mulheres residentes em assentamentos rurais*

Elisete Schwade

131  REFLEXÕES SOBRE O SER LÉSBICA E SUAS ORGANIZAÇÕES  
NA BAHIA

Zuleide Paiva da Silva

Janja Araujo

161  A PRAÇA DO CAMPO GRANDE: *território de lazer e sociabilidade de adolescentes homossexuais em Salvador*

Carlos Henrique Pereira Franco

Darlane Silva Vieira Andrade

181 MULHERES IDOSAS NA CIDADE DE SALVADOR E SEUS  
SIGNIFICADOS DE VELHICE

Julianin Araujo Santos  
Alda Britto da Motta

*Segunda parte* 🌿 **Territorialidades: mulheres e  
relações de poder em espaços de saber**

207 FEMINISMO DE ESTADO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS  
MULHERES: *Argentina, Brasil e Chile*

Patrícia Duarte Rangel  
Lucia Mercedes de Avelar

225 ENTRAVES À IMPLEMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE  
RESPONSABILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA HOMENS  
AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: *uma  
leitura a partir do discurso dos direitos humanos  
e da racionalidade penal moderna*

Anderson Eduardo Carvalho de Oliveira  
Márcia Santana Tavares

245 MUSICALIDADES INVISÍVEIS: *o que (não) se produz  
sobre música e mulheres*

Ana Paula dos Anjos Fiuza  
Laila Andresa Cavalcante Rosa

257 AS MULHERES NEGRAS E OS MUSEUS DE SALVADOR NUM  
DIÁLOGO EM BRANCO E PRETO

Joana Angélica Flores Silva

271 MULHERES EGRESSAS DO CURSO DE MATEMÁTICA DA  
UFBA: *carreira acadêmica como um desafio*

Leopoldina Cachoeira Menezes  
Ângela Maria Freire de Lima e Souza

287 GÊNERO E MULHERES NAS UNIVERSIDADES: *o que a  
UFBA nos revela na composição da gestão acadêmica  
universitária?*

Regis Glauciane S. de Souza

303 QUEM É QUEM



## PREFÁCIO

Antonia dos Santos Garcia

*Pesquisadora Associada do Neim*

A gênese do Novo Mundo tem seu tripé no colonialismo-escravismo, patriarcalismo-racismo e no mercantilismo-capitalista, que moldou as sociedades nas Américas, negando todas as organizações pretéritas das sociedades indígenas e negras em seus territórios. A escravidão moderna teve no criminoso tráfico negreiro um dos seus principais pilares, financiando o desenvolvimento capitalista. A magnitude dessa grande tragédia humana de escravização de pessoas oriundas da África, seu sofrimento, torturas, doenças e mortes foi o grande holocausto negro, assim como o genocídio dos povos indígenas que até hoje, infelizmente, não causa indignação das sociedades e movimentos emancipatórios com poder suficiente para alterar a situação.

Assim, cabe a cientistas e militantes das lutas contra a opressão de todas as formas, compreender as mulheres no interior do modelo de desenvolvimento capitalista urbano e rural, especialmente no Brasil, que histórica e contemporaneamente foi comandado de forma deliberada pelas elites brancas visando fortalecer

seus interesses de classe e raça, que gerou e gera até hoje o agravamento das desigualdades urbanas-raciais de gênero, de raça-etnia e classe, com a velha estratégia de expulsar os pobres de áreas de interesses da burguesia urbana e rural, inclusive através do setor imobiliário, nas cidades, e latifundiário, no campo. Note-se que isso acontece apesar das lutas que realizam os movimentos sociais urbanos e rurais, a exemplo das associações de moradores, com uma base feminina e negra, movimentos por moradia e movimentos rurais com suas representações locais, federações e centrais regionais, nacionais e internacionais.

Não esqueçamos que a acadêmica feminista, militante do feminismo negro, Lélia Gonzalez, escreveu sobre a questão espacial brasileira, mostrando que, desde o processo da colonização escravista, existiu a divisão racial do espaço, com a casa grande e os sobrados habitados pelos brancos escravocratas das classes dominantes, vivendo segregados em belos recantos da cidade ou do campo, enquanto “o lugar natural dos negros”, também segregado, era a senzala e, contemporaneamente, favelas, cortiços, porões, invasões, alagados, conjuntos habitacionais e outras formas e conteúdos espaciais dos pobres no Brasil, dominantes nas paisagens urbanas e metropolitanas. Quanto à opressão sobre a mulher, devemos ressaltar também que a histórica feminista Heleieth I. B. Saffioti, afirmou que a dominação da mulher no Brasil se baseia no patriarcado, no racismo e no capitalismo.

O Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim) tem uma longa trajetória em estudos sobre as mulheres, as relações de gênero e o feminismo, e no seu XVIII Simpósio Baiano Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero, “Territorialidades: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento”, que resultou neste livro, mostra algum avanço nas questões espaciais, pelo menos como desejo ao assumir como tema central, mas também seus paradoxos.

Desde as inscrições dos trabalhos no Simpósio, ficou evidente a quase inexistência de pesquisas com a temática território e desenvolvimento e sua transversalidade racial-étnica, sobretudo na questão urbana. Poucas propostas inscritas sobre o tema central mostraram o desafio de refletir a dimensão territorial e a questão rural-urbana com a transversalidade de gênero e raça. Isso revela uma tradição dos estudos feministas e antirracistas que pouco têm se debruçado sobre estas questões, embora o mundo e o Brasil sejam cada vez mais urbanos, negros e femininos. Ressalte-se que o mesmo ocorre com estudos sobre espaço e mulher no mundo rural. Portanto, o desafio de fazer estudos nessa perspectiva continua.

A metodologia da omissão das ciências e políticas públicas tem sido a estratégia para não estudar a cidade patriarcal e racista, e isso tem contribuído com a falta de prioridade e compreensão sobre a questão urbana, entrelaçada com as categorias gênero, raça, classe e geração. Esta última é objeto de importantes estudos pela professora Alda Britto Motta, do Neim, com centralidade nessa variável, que consideramos também fundamental para compreender a mulher em todas as suas fases da vida. Acreditamos que avançar com estudos nessa perspectiva muito contribuiria com os grupos contra-hegemônicos para questionamentos e propostas mais amplas por uma cidade-sociedade mais justa, mais igualitária. Ou seja, uma práxis feminista e antirracista na questão urbana seria capaz de desnaturalizar o racismo e o sexismo expressos no espaço, seja rural, seja urbano. Refletindo o território como espaço socialmente construído, lugar de relações de poder, território usado, um território em processo de mudança no seu conteúdo, forma-conteúdo, o território que é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local, o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos, como propõe o grande geógrafo Milton Santos.

Estudos com recortes de gênero, raça, classe, geração e espaço, que são muito poucos, precisam ser ampliados, porque poderiam contribuir significativamente com a questão urbana no interior dos feminismos, inclusive do feminismo negro, e ajudariam a construir agendas acadêmicas e políticas que questionariam a perversa organização socioespacial brasileira, tanto urbana quanto rural, fortalecendo as políticas públicas universais e afirmativas. O Simpósio foi uma tentativa.

Por outro lado, as teorias sobre a cidade, sobre o urbano, não apenas se utilizam de estratégias de omissão, mas de negação destas variáveis como relevantes para estudar a sociedade brasileira. Estudiosos e estudiosas dessa área, além de desconhecerem as dimensões de gênero e raça-etnia, negam sua relevância, provavelmente ainda influenciados e influenciadas pelo mito da democracia racial. As consequências desse comportamento certamente impedem a compreensão da cidade patriarcal e racista, de forma a contribuir com políticas públicas urbanas que pelo menos reduzam o grande abismo entre bairros pobres e negros, brancos e ricos, garantindo-se o direito à cidade tal como reivindicado pelas classes populares, pelos movimentos sociais diversos. Uma agenda acadêmica sobre as diferentes cidades na América Latina que eram negras e/ou afrodescendentes, afroindígenas (pelo processo de branqueamento), e hoje têm em comum a colonização escravista desde o século XVI, pode contribuir para estudos que apontem caminhos da pesquisa e de práxis feministas e antirracistas urbanas, nas quais as mulheres, mulheres negras, principalmente, das periferias urbanas e também do mundo rural, sejam vistas como protagonistas da produção de territórios e afirmem sua participação, suas territorialidades negras, indígenas, femininas e feministas nos processos da cidade e do campo, questionando a organização machista, patriarcal e racista predominantes.



Em pleno século XXI, com o mundo urbano se afirmando e o direito à cidade sendo um conceito relevante para as lutas sociais, além das lutas pela reparação, com a Década Internacional de Afrodescendentes instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, temos a oportunidade de construir agendas de pesquisa e práxis nesta perspectiva com estudos feministas que promoveriam o debate sobre a produção latino-americana no campo da teoria urbana; e, sobretudo, impulsionaria a continuidade do trabalho sobre a formação de uma teoria urbana e romperia com o colonialismo intelectual para erradicar o eurocentrismo, a colonização do saber e seu poderoso arsenal teórico e prático dominante de mentes e corações que favorece, até hoje, a reprodução de desigualdades com a perpetuação do poder dos grupos hegemônicos liderados por homens e brancos.

Por fim, quero dizer ao público que vai ler este livro que, apesar das considerações acima colocadas, os artigos aqui apresentados, mesmo nem todos com o recorte espacial, têm uma grande contribuição em relação aos vários temas tratados e reafirma o compromisso do Neim como grupo acadêmico e de militância feminista na formação de estudosas e estudiosos na perspectiva feminista, que paulatinamente avança na compreensão das questões negras e indígenas. A professora e feminista histórica, Ana Alice Costa, uma das fundadoras desse Núcleo, que se foi precocemente para outra dimensão da vida, tem no seu legado, também, esta preocupação, e com as demais integrantes do Neim criou o Programa de Pós-graduação em Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, e o Bacharelado em Gênero e Diversidade. Avancemos, compartilhando com Rosa de Luxemburgo as lutas “por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.



## APRESENTAÇÃO

Este livro foi construído a partir de trabalhos apresentados no XVIII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero – Territorialidades: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres, ocorrido em 2015 na Universidade Federal da Bahia (UFBA), organizado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim). Desde 1996, o Simpósio Baiano vem agregando pesquisadoras e pesquisadores da área dos estudos de gênero, mulheres e feminismo, e, assim, articulando um espaço para a troca de conhecimentos e experiências que levem a reflexões a respeito da temática feminista e de gênero. Nesta edição, o debate buscou discutir as desigualdades oriundas das articulações entre os marcadores de gênero, de classe social, de raça/etnia, de idade/geração, de sexualidades, de regionalidade, entre outros, ainda persistentes em nossa sociedade, sob o foco dos diversos territórios, tanto urbano quanto rural.

O evento contou com a participação de estudiosas e estudiosos da Bahia e outros estados, que apresentaram trabalhos e reflexões sobre territorialidades nos espaços urbano e rural, identidades e alteridades, discutindo, ainda, o desenvolvimento e empoderamento de mulheres nos campos da arte e cultura, da ciência e da

educação, das relações de poder e políticas públicas, em três mesas redondas, cinco simpósios temáticos, 11 mini-cursos – nomeados nesse evento de *Conversatórios*. No evento, foram lançados sete livros com temáticas relacionadas aos estudos de gênero, mulheres e feminismo, bem como apresentação cultural e crítica da Feminaria Musical – grupo de estudo em gênero e experimentos sonoros, coordenado pela professora desta Universidade e pesquisadora do Neim, Laila Rosa, e leitura de cordéis da autoria da professora Salete Maria, a época docente e pesquisadora do Neim.

Nesse livro, estão reunidos textos das áreas contempladas no evento, organizados em duas partes: “Territorialidades: conceitos e corporeidades”, e “Territorialidades: mulheres e relações de poder em espaços de saber”. A primeira conceitua territorialidades em articulação com a perspectiva das relações de gênero e empoderamento de mulheres, em especial no texto que abre o livro, “Território e gênero: territorialidades ausentes”, de autoria de Maria de Lourdes Novaes Schefler. Esse texto discorre sobre os conceitos de território e territorialidades, como recurso analítico e conceitual, bem como seu potencial para orientar ações normativas de intervenção política, incorporando as diferentes dimensões sociais e simbólicas, questionando a (ausência da) transversalidade de gênero nas políticas públicas. O texto contribui para a discussão da territorialidade feminina, tanto nos domínios da política – entendida como o campo de atuação das relações e disputas do poder, em sua esfera institucional e organizacional –, quanto no domínio das práticas sociais – entendidas como as ações e interações cotidianas de homens e mulheres para viabilizar a produção e a reprodução –, na busca de novas referências que orientem os sujeitos em seus novos modos de pensar e fazer.

O texto seguinte é o de autoria da professora Caterina Rea, “Pós-colonialidade, feminismos e epistemologias anti-hegemônicas”, que apresenta a discussão teórica sobre gênero, pensamento



feminista e sexualidades dissidentes na perspectiva pós/des-colonial e subalternista, colaborando para reflexões sobre o feminismo cigano. Os textos que se seguem irão discutir de escritos que apresentam debates a partir de espaços geográficos que se configuram como territórios de disputas políticas, empoderamento e expressão de identidades e desejos. A discussão sobre territorialidades com foco no contexto rural é apresentada na análise de Elisete Schwade, em seu escrito: “Entre contextos rurais e urbanos: gênero, ação política e empoderamento de mulheres residentes em assentamentos rurais”, discutindo, a partir de sua experiência com o tema, as relações de gênero nos assentamentos de reforma agrária. Segundo a autora, nesses espaços observam-se cruzamentos complexos no que tange às expressões dos papéis de gênero em articulação com as relações geracionais, as organizações coletivas, indicando a necessidade de pensar gênero em relações plurais e envolvendo deslocamentos identitários, geográficos, culturais, de participantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em seus vínculos com os assentamentos rurais.

Saindo dos territórios rurais, os textos seguintes adentram no espaço urbano baiano. Zuleide Paiva da Silva e Rosângela Costa Araújo apresentam a lesbianidade como campo teórico feminista, em “Reflexões sobre o ser lésbica e suas organizações na Bahia”. Este apresenta, a partir de debates de teóricas feministas, em especial do feminismo lésbico, os sentidos para o ser lésbica como ser que transcende normas da sexualidade e para suas organizações, como corpo político, território de saberes e práticas produtoras de conhecimento militante. O texto apresenta, ainda, as organizações lésbicas existentes desde a década de 1970 em contexto baiano, discutindo como a existência e a resistência do corpo lésbico demanda a lesbianização dessas organizações.

O texto de Carlos Henrique Pereira Franco e Darlane Silva Vieira Andrade, “A Praça do Campo Grande: território de lazer e

sociabilidade de adolescentes homossexuais em Salvador” discute territórios de desejo a partir de pesquisa realizada com adolescentes que se identificam como homossexuais em Salvador e que utilizam a Praça do Campo Grande como um espaço de lazer e sociabilidade, onde expressam desejos, afetos e identidades dissidentes da heteronorma, longe de preconceitos e discriminações. O estudo, de caráter qualitativo e exploratório, faz uso de entrevistas e observações de campo para construção dos dados, dialogando com literatura e problematizando como os guetos para a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT), incluindo adolescentes, tem a função de proteção contra as diversas formas de violência que sofrem nos espaços urbanos.

Este bloco é finalizado com o texto de Julianin Araújo Santos e Alda Brito da Motta e, “Mulheres idosas na cidade de Salvador e seus significados de velhice”, que apresentam estudo qualitativo e exploratório sobre o envelhecimento e a categoria “idoso”, dando visibilidade às diferenças existentes nos modos de vivenciar a velhice, considerando que estes são marcados por múltiplos lugares de pertencimentos a partir de marcadores de sexo/gênero, raça/etnia, idade/geração e classe social, por isso, as autoras trazem vozes das mulheres idosas em Salvador para a compreensão sobre os significados e modos de viver a velhice em território urbano.

A segunda parte, “Territorialidades: mulheres e relações de poder em espaços de saber”, inclui textos que tratam da participação das mulheres em espaços hegemonicamente masculinos, em que prevalecem as hierarquias de gênero, expressadas, por vezes, em situações de violência, incluindo debates sobre políticas públicas e a presença das mulheres na educação e arte. Este bloco tem início com as discussões sobre poder e participação das mulheres nas instâncias políticas, feitas por Patrícia Duarte Rangel e Lucia Mercês de Avelar, no texto “Feminismo de Estado e representação política das mulheres: Argentina, Brasil e Chile”, em que

buscam avaliar como as demandas dos movimentos feministas são traduzidas em ações na política institucional, de modo específico, em legislação federal ou nacional nos três países citados, referente à representação política das mulheres. As autoras comparam os processos de transformação das relações de gênero nestes países cuja presidência da República estava sendo ocupada por mulheres no momento de realização do estudo.

A temática da violência contra a mulher é trazida na perspectiva dos agressores no texto “Entraves à implementação dos serviços de responsabilização e educação para homens autores de violência contra a mulher: uma leitura a partir do discurso dos direitos humanos e da racionalidade penal moderna”, produzido por Anderson Eduardo Carvalho de Oliveira e Márcia Santana Tavares. A proposta foi discutir, a partir de dados empíricos da pesquisa de mestrado de Anderson Carvalho, acerca de como se estruturam os discursos dos movimentos feministas e de mulheres sobre a responsabilização de homens autores de violência, buscando, também, discutir de que modo mobilizam a noção de punição e de direitos humanos, obstruindo respostas estatais fora da díade punição-sofrimento.

No campo das artes e cultura, os textos apresentados propõem-se a refletir, com olhares geograficamente localizados, sobre a participação e a representatividade das mulheres em dois espaços distintos: a música e os museus. Ana Paula dos Anjos Fiuza e Laila Andresa Cavalcante Rosa, no texto “Musicalidades invisíveis: o que (não) se produz sobre música e mulheres”, traçam um mapeamento da produção de conhecimento sobre mulheres e música no Brasil, com o foco nas principais associações brasileiras de música e seus anais, e constatam a pouca presença de discussões relacionadas às epistemologias feministas e mulheres.

Já a pesquisa de Joana Angélica Flores Silva intitulada “As mulheres negras e os museus de Salvador num diálogo em branco e

preto”, apoia-se nas teóricas dos feminismos negros para indagar sobre a representatividade das mulheres negras nos museus, considerados como um espaço importante de construção do imaginário cultural coletivo e de poder. Em seu trabalho de campo, a pesquisadora tem como objeto parte da exposição museológica de longa duração, do Museu do Traje e do Têxtil, do Instituto Feminino da Bahia, que descreve o universo feminino no contexto da moda, no século XIX.

No campo dos estudos de gênero e educação, Leopoldina Cachoeira Menezes e Ângela Maria Freire de Lima e Souza, no texto “Mulheres egressas do curso de Matemática da UFBA: carreira acadêmica como um desafio”, discutem as atuações profissionais de egressas desta graduação, concluintes entre os anos de 2004 e 2014. Nesse sentido, constatam que poucas mulheres passam a dar seguimento à carreira acadêmica, estando ausentes de espaços como o Instituto de Matemática da UFBA (IMS), isso devido à ocupação de atividades tradicionalmente atribuídas às mulheres ou mesmo diante de dificuldades geracionais ocasionadas pelo retorno posterior aos estudos.

Na mesma área, o texto de Regis Glauciane S. de Souza, intitulado “Gênero e mulheres nas universidades: o que a UFBA nos revela na composição da gestão universitária?”, debate a participação feminina em espaços decisórios ligados à gestão da Instituição, entre os anos de 1990 e 2014. A partir do levantamento dos cargos ocupados durante as seis gestões e do diálogo com reflexões feministas sobre a noção de representação, diagnostica-se que a participação das mulheres ainda é consideravelmente inferior, seguindo estruturas patriarcais de ocupação de espaços públicos e privados.

Ao longo do texto, priorizamos a escrita gendrada para dar visibilidade às pessoas que construíram os textos, em especial às mulheres, já que a gramática – androcêntrica – por regra limita

as pessoas ao masculino (plural), e assim, as(os) autoras(es) priorizaram o uso do a(o) para marcar este posicionamento em seus escritos.

Esperamos que essas produções colaborem para reflexões e inspirem futuros estudos!

*Cristiano Rodrigues*

*Darlane Silva Vieira Andrade*

*Janja Araujo*

*Máira Kubik Mano*

*Maise Caroline Zucco*



*Primeira parte*



**Territorialidades:  
conceitos e  
corporeidades**





# TERRITÓRIO E GÊNERO

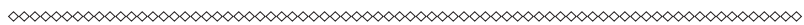
## *territorialidades ausentes*

Maria de Lourdes Novaes Schefler

Uma mulher poeta é uma monstrosidade moral e literária, da mesma forma que um soberano mulher é uma monstrosidade política.<sup>1</sup> (PERROT, 2007)

### *Introdução*

O território e a territorialidade são temas relacionados à espacialidade humana e, embora estejam tradicionalmente ancorados na Geografia, vem sendo objeto de preocupações dos diversos campos disciplinares. Rogério Haesbaert (2004) assinala o caráter polissêmico desse termo e, recorrendo às concepções de diferentes autores e correntes de pensamento, identifica uma multiplicidade de abordagens do território, agrupando-as nas seguintes



1 Em sua obra seminal *Minha história das mulheres*, Michelle Perrot (2007), refere-se à Sylvain Maréchal (um homem de “extrema esquerda”), que, em 1801, publica um Projeto de Lei contendo proibição de ensinar a ler às mulheres, contendo 113 considerandos e 80 artigos. A autora comenta que, por ser uma espécie de bestialógico, “[...] talvez seja apenas uma espécie de provocação”.

dimensões: 1) política – referida às relações espaço-poder em geral, ou jurídico-política, relativas igualmente a todas as relações de espaço-poder institucionalizadas (nesse caso, corresponde a um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder); 2) cultural – por vezes culturalista ou simbólico cultural, em que o território é entendido como produto da apropriação, valoração simbólica e subjetiva de um grupo em relação ao seu espaço vivido; 3) econômica – muitas vezes economicista, o território constitui-se como fonte de recursos ou forças produtivas, sendo incorporado no conflito de classes e na relação capital-trabalho –, a mais antiga, que aborda as relações entre sociedade e natureza e o comportamento “natural” do homem em relação ao seu meio físico. Considerado a partir de fundamentos filosóficos, o território pode ser visto em duas perspectivas: a partir do binômio materialismo-idealismo e do binômio espaço-tempo, de acordo com Haesbaert (2004).

No entendimento de Haesbaert (2004), a territorialização constitui-se em um processo de domínio (político-econômico) e/ou apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos. Concordo plenamente com esse autor quando este assinala que todos nós necessitamos nos territorializar em um sentido múltiplo e relacional. No Brasil, o território (ao lado ou substituindo o espaço local), é apropriado e se consolida como conceito central da gestão pública na década de 1990 – momento de grandes transformações no panorama econômico e político brasileiro, com repercussões de mudanças diretas no sistema de planejamento, no modelo de desenvolvimento e de gestão pública brasileira. Desde então, o território se mantém como um importante recurso estratégico nos processos de governança. (FERNANDES, 2008) Atualmente, o território figura como espaço privilegiado desses processos, considerando-se que são estas as escalas em que os indivíduos

interagem, cooperam, trocam informações e estabelecem mecanismos de controle, disputas e coesão social. Nessa utilização funcional do território, a cultura e a identidade social são consideradas elementos-chave na mobilização de agentes e atores/atrizes sociais, em prol de um projeto coletivo de desenvolvimento sustentável, político e socialmente legitimado.

Neste texto, entende-se o território como uma construção social, e, como tal, busca-se identificar a mutabilidade e evolução desse conceito, em articulação com o conceito de gênero. A partir do poder, conceito chave que perpassa as relações territoriais e as relações de gênero, objetiva-se, mais especificamente, discutir a (quase) ausência da territorialidade das mulheres nas análises territoriais.

O texto está estruturado em quatro seções, além desta Introdução. Na primeira, discutem-se algumas concepções de território e territorialidade, privilegiando a perspectiva geográfica e destacando o conteúdo político desse conceito. Na segunda, situa-se o poder como principal eixo de articulação dos conceitos de território e gênero. Nessa reflexão, o poder que perpassa as relações territoriais e as relações de gênero é considerado em uma perspectiva relacional, englobando os micropoderes e os macropoderes que integram a complexidade da vida social. Na terceira seção, apresentam-se o gênero e outros conceitos considerados relevantes para o feminismo pelo seu potencial explicativo e descritivo, ressaltando a sua utilidade na análise territorial. Na quarta seção, subdividida em dois tópicos, inicia-se com uma breve reflexão sobre o lugar das mulheres no mundo público da política para evidenciar como ainda se encontram sub-representadas nas várias instâncias do poder político instituído. Consideram-se exemplos, nesse sentido, os Fóruns, Conselhos e Colegiados — instrumentos de ampliação da cidadania, no âmbito das emergentes políticas territoriais

— ressaltando-se possíveis limitações e barreiras à participação feminina nessas instâncias de poder. Por último, apresentam-se as considerações finais.

### *Território: um conceito multidimensional*

Território, conforme referido anteriormente, é um termo bastante controverso. Consta na literatura que a noção de território provém do latim *territorium*, adjetivo derivado de *territoralis*, que significa pedaço de terra apropriada, sendo este o sentido que lhe era dado antes do século XVIII. Na Geografia, as primeiras discussões sobre o território estiveram associadas, principalmente, a um espaço concreto, com atributos naturais e sociais referidos ao território nacional ou ao estado-nação. Esse conceito foi sistematizado no final do século XIX, pelo estudioso alemão Friedrich Ratzel, para quem o solo é o território de um Estado, definindo-o como aquele que provê os meios para a sua expansão e defesa.

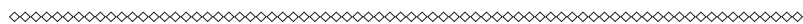
Território e desenvolvimento territorial são temas que seguem alimentando grande parte dos debates atuais, não só na academia, como entre os planejadores e implementadores das políticas públicas, dando margem a múltiplos entendimentos ao sabor do campo do conhecimento e dos objetivos para os quais é apropriado. Mas o fato é que falar em território, implica, necessariamente, em falar de controle social e político, de conflito e de poder. Alguns autores, entretanto, dão mais ênfase à dimensão simbólica do território, enquanto representação, perspectiva que confere uma revalorização do local, no sentido que lhe atribuem Bonnemaison e Cambrèzy (1996 apud HAESBAERT, 2004, p. 70-71), quando afirmam que o “[...] o território é primeiro um valor”. Para esses autores, o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultura

precede o território político, e com ainda mais razão precede o espaço econômico. Nesse sentido, acrescentam:

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamo-nos dele. Além disso, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença do sagrado marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas a função ou ao ter, mas ao ser. (BONNEMAI-SON; CAMBRÈZY, 1996 apud HAESBAERT, 2004, p. 73)

Ainda sobre a abordagem culturalista, Rosa Maria Medeiros (2008, p. 217) define o território como um espaço de identidade ou mesmo de identificação, acrescentando que “[...] o sentimento é a sua base e a forma espacial importa muito pouco, pois esta pode ser variável”. Nesse sentido, o território pode ser imaginário e até mesmo sonhado. Ainda nas palavras da autora, “[...] o território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento”. E mais, trata-se assim “[...] de um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Definir seus limites, recortá-los, é sinônimo de dominação, de controle”.<sup>2</sup>

Milton Santos (2000) realça a dimensão simbólico-cultural do território, expressa pela construção de uma identidade, mas o associa ao discurso ideológico do território nacional. Na visão desse autor, o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, devendo ser entendido como o território usado, não o território em si. Nas suas palavras:



2 Exemplo nesse sentido seriam os assentamentos do Movimento Sem Terra (MST), que se constituem em territórios de identidade. Esta identidade, inicialmente, é de caráter político, social e cultural, mas se redimensiona como territorialidade com a implementação do processo produtivo, da organização do espaço do assentamento, com sua infraestrutura, suas novas relações sociais, econômicas e culturais. Pouco a pouco, o território dos assentamentos vai produzindo os seus próprios símbolos, suas identidades; cria suas próprias significações. Os significados e as estratégias vão se multiplicar em um conjunto de sujeitos e ações em um mesmo espaço. (MEDEIROS, 2008, p. 219)

[...] O território usado é o chão, isto é, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. (SANTOS, 2000, p. 96)

Marcelo Lopes Souza (2005) enfatiza a dimensão política desse conceito, ressaltando que territórios existem e são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas, podendo ter um caráter permanente ou ter uma existência periódica, cíclica:

Em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, descontadas as trocas com o exterior. O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico – e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia. (SOUZA, 2005, p. 78)

A dimensão política do território é igualmente privilegiada por Haesbaert (2004, p. 39), que reforça a perspectiva relacional do território, justificando-o

[...] não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido [...] de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material [...].

Esse autor sugere uma visão mais ampliada desse conceito, mostrando que território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica”.

Haesbaert (2004, p. 95) acrescenta, ainda, que, embora seja equivocado separar estas esferas, cada grupo social, classe ou instituição pode “territorializar-se” através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico

(político-cultural) na relação que desenvolvem com os “seus” espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo, chamando a atenção acerca dos conflitos que se desdobram dentro desse jogo de territorialidades. Para o autor, “territorializar-se” significa:

[...] criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e de ‘apropriação’ ao mesmo tempo. (HAESBAERT, 2004, p. 97)

Seguindo-se na linha das abordagens do território que o vinculam às relações de poder, destacam-se as análises de Robert Sack (1986) e Claude Raffestin (1993). Ambos analisam o território em sua historicidade, como uma relação social marcada por relações de poder e em interseção com as dimensões econômica e cultural da sociedade.

As análises de Sack (1986), citado por Haesbaert (2004 apud HAESBAERT, 2004, p. 87), partem de uma abordagem ampliada do poder, na qual se inclui o poder simbólico, contribuindo, sobretudo, para o entendimento da territorialidade, definida como: “a tentativa, por um indivíduo ou um grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”. Segundo o autor, essa área será chamada território. Essa área territorial corresponde a uma escala ampla, que vai do nível pessoal ao internacional. A territorialidade, para este autor, vinculada às relações de poder, constitui-se uma estratégia ou um recurso estratégico que pode ser mobilizado de acordo com o grupo social e seu contexto histórico e geográfico.

De acordo com Haesbaert (2004, p. 89), a definição de territorialidade em Sack contém três relações interdependentes:

“a territorialidade deve proporcionar uma classificação por área; uma forma de comunicação por fronteira e uma forma de coação ou controle”. Nesse sentido, todos os que vivem dentro de limites territoriais tendem a ser vistos como iguais, seja pelo fato de estarem subordinados a um mesmo tipo de controle (interno ao território), sejam pela real ação de diferença que, de alguma forma, se estabelece entre os que se encontram no interior e os que se encontram fora de seus limites. A esse respeito, Haesbaert (2004, p. 89) assinala que:

Por isso, toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma, nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação.

Entretanto Raffestin, em sua obra intitulada *Por uma Geografia do poder* (1993), concebe o território como uma expressão do poder. Para esse autor, o território se forma a partir do espaço como resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Afirma, ainda, que em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios, e conclui: “[...] Essa produção de território inscreve perfeitamente no campo da nossa problemática relacional”. (RAFFESTIN, 1993, p. 9) O autor explica que, do estado ao indivíduo – por exemplo, que organiza uma casa –, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território.

No entendimento de Raffestin (1993), o ator “territorializa” o espaço quando se apropria deste, concreta ou abstratamente – por exemplo, pela representação –. Sob esse entendimento, o território é produzido mediante múltiplas relações que se constituem



como um campo de poder, ou seja, de poderes relacionais em permanente disputa por posições, mas que estão sujeitos à mobilidade ou deslocamentos em função das ações e posições estratégicas dos atores. Trata-se de um poder criado no interior das maquinarias do poder disciplinar, que mantém e alimenta saberes projetando territorialidades ou relações microfísicas que nascem à margem do Estado, advindas de várias direções. O território, sob essa perspectiva, nasce do entrelaço multiespacial de poderes que diluem os efeitos da ação territorial do Estado.

Raffestin (1993) explica que cada sistema territorial segrega a sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem e esta se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais. Para o referido autor, “[...] a territorialidade é consubstanciada a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, ela é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder”. (RAFFESTIN, 1993, p. 16) Para ele, esse conceito adquire um particular valor, à medida que reflete a multidimensionalidade do ‘vívido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Explica, ainda, que os indivíduos vivem ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial, por meio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas, sendo todas elas relações de poder, nas quais há interações entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza, como as relações sociais, e, nesse processo, se automodificam também.

Sob a sua ótica, o poder de modo algum é inocente, sendo impossível manter uma relação que não seja marcada pelo poder. Como é dado perceber, suas teorizações sobre o território apoiam-se na concepção de poder de Michel Foucault (1979), que, em linhas gerais, partem do seguinte entendimento: a) o poder não se adquire: é exercido a partir de inumeráveis pontos; b) as relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito aos demais tipos de relações (econômicas, sociais,

entre outras), mas são imanentes a elas; c) o poder também vem de baixo; não há oposição entre dominador e dominados. O poder, sob esta abordagem, não é um objeto ou coisa, mas uma relação, a qual, ainda que desigual, não tem um centro de onde o poder emana, ao contrário, ele procede das extremidades ou da periferia para o centro. O poder é aqui, portanto, constituinte de toda a relação social, é produtivo e não só repressivo, organizado em torno de dispositivos, a exemplo do poder disciplinar.

Conquanto não discorde dessas concepções, Haesbaert (2004) chama a atenção para o fato de que, mesmo que se privilegie o caráter político do território, não se pode desprezar a sua dimensão simbólica, uma vez que o poder envolve relações sociais concretas, mas também as informações que elas veiculam. Haesbaert (2004, p. 94) reporta-se a Henri Lefebvre (1986) para estabelecer uma distinção entre dominação e apropriação do espaço, conforme expresso na formulação de Lefebvre (1986), propondo que:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico' sobre o espaço onde vivem (sendo, também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, deveríamos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 1997 apud HAESBAERT, 2004, p. 94)

Observe-se que, nessa definição, o território resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões do poder. O autor faz referência à dominação, no sentido da posse ou propriedade dos territórios visando o seu controle — numa conotação que indica força militar, política, ou de outra ordem. Enquanto a apropriação refere-se a um processo mais subjetivo, implicando em marcas do vivido e do valor de uso dos territórios, bem como suas

manifestações culturais. Vale reter do autor que, embora o poder de apropriação devesse se sobrepor ao poder de dominação, de forma que os territórios pudessem se constituir em espaços de alteridade e expressões dos grupos sociais, ocorre ao contrário, prevalecendo a dominação, que, sob a lógica da acumulação capitalista, confere aos territórios um sentido meramente mercantil.

A reflexão a seguir se debruçará na análise do poder, a partir de uma perspectiva relacional, na ótica foucaultiana, que é igualmente base da fundamentação teórica feminista.

### *O poder: entre o gênero e a territorialidade das mulheres*

Conforme se pode observar anteriormente, o poder marca a tradição do conceito de território. Entretanto, na concepção política atual, o território aparece desatrelado do campo institucional e desvinculado da ideia de soberania do estado-nação. Como já tangenciado no tópico anterior e explorado a seguir, o território se fundamenta nas relações de poder, mas em uma perspectiva relacional e inteiramente pertinente à análise do território desde um olhar de gênero. A análise sob este enfoque contribui para o entendimento de como as mulheres territorializam os espaços sociais e como se expressa o sentido político da territorialidade ou da apropriação social do espaço.

Gênero é uma categoria de análise que permite o entendimento de como a sociedade organiza modos de ser, comportamentos e define pertencimentos, revela diferenças, indica desigualdades, enfim, expressa relações de poder. Sob esse enfoque, admite-se a existência de experiências histórico-sociais pautadas nas diferenças sexuais que se sobrepõem ao determinismo econômico. O conceito de gênero permite distinguir as diferenças biológicas das desigualdades socioculturais, através da análise das construções

sócio-históricas e culturais sobre o que é ser homem e mulher na sociedade, não mais vistos como segmentos sociais isolados, mas como produtos de relações interpessoais e sociais (relações de poder) por meio das quais são mutuamente constituídos como categorias desiguais. (SARDENBERG, 1998)

A definição de gênero tratada pela historiadora Joan Scott (1995) o considera como uma forma primária de significar o poder, uma vez que as diferenças entre os sexos se configuram como desigualdades; indica, ainda, que as relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos expressam-se através de normas, valores, costumes, práticas, nos quais tais diferenças são culturalmente significadas e socialmente incorporadas de modo diferente. Lourdes Maria Bandeira e Tânia Mara Campos de Almeida (2013) também consideram as relações de poder na construção do conceito de gênero, o qual vai indicar a dimensão social dos fenômenos aparentemente naturais, e afirmam ser esta uma das estratégias de poder que se plasman na sociedade, uma vez que consiste em naturalizar as relações sociais para mascarar o poder nelas subjacente.

Nesta reflexão, consideram-se os macro e micro poderes, compreendendo-se que estes se constroem na vida cotidiana, perpassando todos os campos sociais, rearticulando e se inter-relacionando a outras categorias e dimensões do social, além do gênero, que dão forma e sustentação às práticas políticas que movem a sociedade, a exemplo da raça/etnia, idade/gerações, classe social, sexualidades, dentre outras.

Nesse sentido, compreende-se que os fatos da vida acontecem no cotidiano de homens e mulheres, sendo este o lócus da prática política e o espaço privilegiado para o exercício do poder. (HELLER, 1987) Essa esfera dos micro poderes, na denominação de Foucault, foi reivindicada pelos movimentos feministas (da segunda onda), sob o lema de que “o pessoal é político”, sob o

argumento de que as relações pessoais são também relações de poder, logo, na vida real, a separação entre o público e o privado, não tinha qualquer base de sustentação. (SARDENBERG, 2004) A sociedade é o espaço da produção e da reprodução, das realizações pessoais, das disputas e conflitos interpessoais e coletivos, no qual eclodem os antagonismos; as forças políticas em presença transformam esse espaço em um palco de lutas e afirmação do poder, e isso ultrapassa a esfera pública, perpassando os âmbitos privados, a exemplo da família.

O exame do poder, a partir das formulações de Foucault, permite desvelar os mecanismos de produção de saber. O poder produz saberes e, através de um conjunto de técnicas impostas à sociedade, atua produzindo e reproduzindo mais poder. O poder penetra na vida cotidiana de forma abrangente e difusa, através das práticas sociais que envolvem as sociabilidades e todo o processo de produção cultural. Em outras palavras, homens e mulheres, sujeitos históricos, vivenciam relações sociais na vida cotidiana, nos espaços públicos e privados, constituindo-se em receptáculos e, ao mesmo tempo, produtores e condutores do poder.

Nas palavras de Foucault (1979, p. 183-184):

[...] o indivíduo não é o outro do poder: é um dos seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo.

Em sua genealogia ou analítica do poder, Foucault busca examinar as conexões que o poder estabelece com as ações da vida social e cultural. O poder aparece como uma forma de saber, constituindo-se uma atividade que se exercita constantemente, presente nas práticas sociais cotidianas e enraizado na cultura, como uma atividade desenvolvida por entre as relações sociais como uma prática positiva.

O poder, assim concebido, para além do aparato estatal e institucional, compreende, pois, relações multidirecionais que não se localizam em nenhum ponto específico da estrutura social e não é propriedade de ninguém, espraiando-se e reproduzindo-se por todo o corpo social. Nas palavras do autor:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação, nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. (FOUCAULT, 2004, p. 193)

O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é o fato de que ele não pesa como uma força, “[...] mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discursos”. (FOUCAULT, 2004, p. 8) O autor reafirma que, em última análise, o poder produz saber, e não há relação de poder sem constituição correlata de um “campo de saber”, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder.

Cabe observar que, no poder do saber, os processos e as lutas que atravessam o poder e que o constituem, determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. Nessa relação recíproca, a questão do poder torna-se um instrumento de análise capaz de explicar a produção dos saberes, os quais têm uma relação com a moral dos povos, com os seus anseios e com os seus códigos, assumindo o regime de verdade de cada sociedade, cujo *ethos* social consiste no modo de sujeição ou subjetivação dos indivíduos. (TORRES, 2001) Com base nessas referências, a feminilidade e a masculinidade são entendidas como construções sociais que resultam de uma produção discursiva fundamentada

por uma ideologia patriarcal, em torno da qual são construídas as subjetividades e configuradas as territorialidades.

Entretanto, admitindo-se o poder como uma relação, abre-se a possibilidade de um contra-exercício ao poder. Existe, pois, nas relações de poder, uma potencial reação e possibilidades de enfrentamento por parte daqueles e daquelas que estão sofrendo imposição de poder, e isso está expresso na analítica do poder desenvolvida por Foucault. Para isso, o autor apresenta uma chave de interpretação histórica, pautada em procedimentos de poder próprios das sociedades modernas, que funcionam “[...] não mais pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normalização, não pelo castigo, mas pelo controle e que se exercem em níveis e formas que extravasam do estado e de seus aparelhos”. (FOUCAULT, 1988, p. 100) Envolvendo dominadores e dominados, esse poder supõe que as correlações de forças múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagens que atravessam o conjunto do corpo social. (FOUCAULT, 1988) O exercício do poder, sob essa ótica, só se realiza através da política, à medida que se incorpora aos valores e ao *modus vivendi* dos sujeitos sociais, enraizando-se no cotidiano. É no plano do cotidiano que se expressa “[...] a marca da diversidade do humano que se desfaz na diferença produto e produtor das desigualdades políticas”, salienta Tânia Swain (2005, p. 340).

Ademais, sob a visão foucaultiana, o poder pressupõe a existência da liberdade – vista numa perspectiva política e não como um conceito abstrato, mas conduzida por sujeitos concretos, podendo-se, então, situar homens e mulheres que têm vontades, desejos, que fazem escolhas e reúnem, potencialmente, capacidade de autossuperação. Essa perspectiva de superação está referenciada por um poder que não é essencialmente repressivo, pois, conforme já ressaltado, não se pauta na negatividade da lei, ou

está estritamente vinculado aos diferentes modos de dominação, submissão, rejeição e reduzido unicamente à obediência. Ao contrário, em Foucault (1988) o poder é produtivo, ele incita, suscita, produz, logo, admite resistências, no plural, as quais, por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. Aqui as resistências constituem-se o outro termo nas relações de poder e inscrevem-se nestas como o interlocutor irreduzível. Sob essa visão de poder, admite-se que, numa relação de forças, a força afetada não deixa de ter uma capacidade e uma possibilidade de resistência.

Isso é dado pelo próprio caráter relacional das correlações de poder, reafirmado pelo autor, quando diz que “[...] não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa”. (FOUCAULT, 1988, p. 106) Significa que as resistências são distribuídas de modo irregular, como focos de resistência, que se disseminam em tempos e espaços variados, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamentos.

As mulheres, individual ou coletivamente, através de suas organizações, vêm rejeitando e contestando as relações desiguais e opressoras de gênero e identificado diferentes modos de agir, de reagir e de lutar. Dessa forma, tecem novas territorialidades, entendida segundo a definição de Sack (1986 apud HAESBAERT, 2004, p. 89) “como uma estratégia ou um recurso estratégico que pode ser mobilizado de acordo com o grupo social e seu contexto histórico e geográfico e, como estratégia, pode ser ativada e desativada”. Raffestin (1993) contribui nesse sentido, afirmando que os indivíduos vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial, por meio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas, sendo todas elas relações de poder, nas quais há interações entre os atores que procuram modificar



tanto as relações com a natureza como as relações sociais e, nesse processo, se automodificam também.

Quando organizadas através do movimento feminista, “[...] as mulheres também realizam práticas espaciais cujas ações de resistência, são ações de territorialização”. (SOUZA, 2008, p. 68) Esse movimento social emancipatório está organizado em diferentes escalas, dando lugar a diversas ações coletivas e ativismos em prol de um projeto político-social que, de forma ampla, propõe a construção de poderes e territorialidades autônomas, nos quais homens e mulheres possam se autodeterminar, livres de hierarquias institucionalizadas e assimetrias estruturais e legitimadas do poder. Mais especificamente, os movimentos feministas rejeitam e contestam o lugar hierarquicamente subalterno ocupado pelas mulheres na ordem social em vigor e propõem outro lugar político para as mulheres, uma outra territorialidade.

O território feminino, como é dado a perceber, pode ser considerado numa perspectiva multiespacial, abrangendo as territorialidades que perpassam a existência das mulheres, seja nos domínios da política – entendida como o campo de atuação das relações e disputas do poder, seja nas esferas institucional e organizacional, seja no domínio das práticas sociais –, entendidas como ações e interações cotidianas de homens e mulheres para viabilizar a produção e a reprodução social – considerem-se a unidade familiar/doméstica, o Estado e suas institucionalidades, o mercado, as organizações da sociedade civil, como alguns exemplos.

A territorialidade feminina pode também ser vista como um fenômeno em permanente mutação, que se constrói e reconstrói, a partir das ações humanas, nas quais estão presentes as relações afetivas, de trabalho, políticas etc. A territorialização do espaço social pelas mulheres implica, pois, na reconstrução dessas relações, em novas bases, mais equitativas e menos desiguais,

envolvendo as dimensões social, cultural (simbólica, de pertencimento), política, econômica e a natural.

## *Gênero e conceitos úteis para uma análise territorial*

Pensar em como as mulheres territorializam os espaços sociais requer, primeiro, que se retomem as definições do território, explicitadas anteriormente, concebido como um campo de poder, cuja organização reflete uma territorialidade, tanto no sentido material como simbólico (HAESBAERT, 2004; RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 2005), para argumentar que essa territorialidade expressa relações de poder que demarcam o lugar de homens e mulheres no mundo. Em segundo lugar, que se retomem as contribuições do feminismo, tanto em termos de uma visão crítica, quanto propositiva, na construção de outros discursos, outros significados, valores e práticas para transformação das desigualdades de gênero.

De início, torna-se imperativo retomar a problematização feita pelas teóricas feministas à concepção de ciência moderna, positiva, neutra e ancorada em um sujeito universal, abstrato, cujo referente é homem, branco, ocidental, jovem, de posses, sendo este a origem e expressão de uma multiplicidade de desigualdades. (SARDENBERG, 2002) O feminismo questionou essa visão, que opera a partir de uma escala binária de atributos socialmente construídos — cujo polo positivo centra-se no masculino —, e, em torno da qual são classificados como o outro, todos os humanos que não se conformam ao perfil desse referente, seja por sua condição de classe, sexo, raça, deficiências físicas, velhice, sexualidade, entre os diversos marcadores sociais. (SWAIN, 2005) Contrapondo-se a essa visão, o empreendimento analítico e propositivo do feminismo tem como objetivo tornar visível o

posicionamento social das mulheres, a partir da identificação dos mecanismos simbólicos e discursivos, produtores e reprodutores das desigualdades, bem como superar as barreiras conceituais e criar novas categorias de análise, como é o caso do gênero – categoria que permite desvelar as variantes culturais atribuídas ao sexo biológico.

Swain (2005) mostra que o feminismo questionou as práticas sociais e científicas de exclusão pautadas em uma suposta neutralidade traduzida na expressão recorrente de que “[...] as idéias não tem sexo”, perspectiva magistralmente referida pela autora como:

[...] reatualização da política das ideias desencarnadas, do esquecimento das práticas e representações sociais que forjam os indivíduos sexuados para melhor dividir o exercício do poder. As pessoas assim criadas pelas relações sociais em lugares de autoridade, de fala, de ação permitida ou interdita, vivem a realidade de um cotidiano hierárquico, tecido em valores e normas, expresso por ideias ou códigos. E os códigos políticos criam cidadãs de segunda categoria, nomeadas mulheres, a partir de sua sexualização, a partir de uma definição atrelada a seu corpo e a seu sexo biológico. (SWAIN, 2005, p. 345)

Essa visão positivista, de um espaço “desencarnado”, ainda é recorrente em diversos campos disciplinares, a exemplo dos estudos geográficos que se debruçam sobre a análise territorial. Tal omissão limita a força transformadora de que se reveste a ciência, considerando-se com Swain (2005, p. 342) que a escrita feminista é um ato político, na medida em que:

O discurso é uma ação; não apenas a denúncia das práticas de discriminação sexual, mas, sobretudo, a exposição dos mecanismos simbólicos instauradores das desigualdades é uma ação política transformadora no âmbito do imaginário e das representações constitutivas do feminino, subordinado à sua natureza.

Entretanto diversas teóricas feministas, a exemplo de Sandra Harding (1998), chamam a atenção de que incorporar a perspectiva de gênero à análise social significa muito mais do que somar ou agregar as mulheres aos métodos tradicionais ainda em uso nas Ciências Sociais. E Swain (2005) vai além, assinalando de que não se trata apenas de apontar as zonas e os campos de saturação da desigualdade, mas, igualmente, mostrar os mecanismos utilizados para a sua instituição, a economia simbólica e representacional que marca e constrói a diferença.

Por isso, o movimento feminista buscou construir “[...] um modo feminista de ler e interpretar o mundo e de produzir discursos que interfiram nos contextos em que atuamos” e que considere “[...] a experiência feminina e a necessidade de dar voz às mulheres, como uma das formas de combate ao patriarcalismo instalado na ciência”. (SCHMIDT, 2004, p. 18)

Abrindo caminho para um novo campo de relações entre as pessoas, a estratégia feminista tomou como referência o lugar da experiência humana para tentar desconstruí-lo. Partiu do lugar da fala e da ação de cada mulher, levando em conta as práticas sociais e cotidianas dotadas de sentido histórico e social, formadoras do humano; apontou para a diversidade das mulheres no social e no político, ao mesmo tempo em que iluminou os mecanismos formadores da desigualdade na expressão da diferença. (SWAIN, 2005) O exercício do poder na perspectiva feminina trouxe, assim, as marcas das experiências das mulheres, forjadas em um cotidiano, criado, instituído, ensinado e modelado através dos poderes disciplinares. (SWAIN, 2005)

Assim, submetendo-se a realidade social aos “filtros de gênero”, se produz uma análise diferencial que permite perceber que as mulheres não dispõem das mesmas condições que os homens para enfrentar os problemas da vida cotidiana. Nesse sentido, Márcia Macedo e Cecília Sardenberg (2011) assinalam que a

adoção de um recorte transversal com foco nas relações de gênero funciona como uma lente que possibilita a visibilização de uma série de aspectos que a sociedade vem naturalizando e que vem assegurando a perpetuação de relações assimétricas entre homens e mulheres. Tais assimetrias autorizam dizer que mulheres e homens vivem e pensam o mundo a partir de diferentes “lugares”, tendo, dessa forma, necessidades e experiências diferenciadas. Nesse sentido, sugerem as autoras, é fundamental que se busque entender os vários espaços e relações em que o gênero se constrói, como o contexto educacional, o mercado de trabalho, a família, as instituições, as políticas públicas, os meios de comunicação, as organizações sociais etc., que influenciam diretamente na construção das subjetividades de mulheres e homens.

Para isso, as teóricas feministas colocam à disposição do campo científico e da sociedade em geral uma vasta produção teórica, conceitual e metodológica que permite a análise dos diferentes espaços sociais sob o enfoque de gênero. A seguir, apresentam-se brevemente alguns desses conceitos, tais como gênero, relações de gênero, divisão sexual do trabalho, patriarcado e *empoderamento*, considerados básicos pelo feminismo pelo seu potencial explicativo e descritivo na análise social, bem como seu conteúdo político e estratégico nos processos de transformação das desigualdades que permeiam as relações de gênero.

Conforme posto anteriormente, as feministas questionaram a separação do que é público e privado e suas limitações à territorialidade feminina, evidenciando as representações e autorrepresentações que acorrentam e aprisionam o feminino a lugares sociais determinados, bem como as tarefas e papéis limitados e estereotipados. A organização social, sob essa visão, atribui aos homens os espaços públicos da política e do mercado e às mulheres os espaços domésticos, identificados com as necessidades, a reprodução social e o cuidado. O espaço doméstico é o lugar da socialização, dos

aprendizados e da constituição da identidade feminina e é onde são forjadas as experiências das mulheres que, diferentemente das experiências masculinas, tem sido historicamente desvalorizadas e negligenciadas. (LOURO, 1994; SCOTT, 1995)

Sem dúvida, o advento do enfoque de gênero permitiu que se percebesse que sexo e gênero são categorias socialmente construídas que expressam relações de poder, e, portanto, ser homem e ser mulher provém de significados, papéis, funções socialmente atribuídas a respeito das diferenças sexuais que estabelecem hierarquias e colocam os homens e mulheres em posições socialmente assimétricas. Além disso, tornou evidente que as nuances que encobrem as relações desiguais entre homens e mulheres estão imersas em relações de poder, mas de um poder que se sobrepõe a exploração econômica – base dos fundamentos da economia política marxista que não contribuiu para desvendar as causas da subordinação feminina e das desigualdades de gênero. (SORJ, 2004)

Fazendo uso da perspectiva de análise de gênero, as teóricas feministas também questionaram a economia, criticando as suas concepções androcêntricas e produtivistas. Neste caso, a economia feminista evidenciou a divisão sexual do trabalho como um dos instrumentos que perpassa as relações sociais de sexo para justificar a dominação. A divisão sexual do trabalho é um conceito transversal que engloba o conjunto do trabalho feminino, ou seja, não concebe descontinuidades entre o trabalho doméstico e o trabalho mercantil. Sob esta visão, admite que a apropriação e a exploração da força de trabalho feminino formam um todo coerente e devem ser levadas em conta nas análises sob as abordagens da divisão sexual do trabalho. São relevantes as contribuições agregadas pela visão feminista da economia, seja na ampliação e integração dos processos de produção e reprodução social, seja impulsionando as análises sobre o crescimento da presença do mercado na organização da vida social, com destaque para as

privatizações e a intensificação do trabalho invisível e não remunerado das mulheres, sobretudo o trabalho doméstico e cuidados que as mulheres realizam, considerados fundamentais na produção da vida e como garantia de bem-estar para as pessoas.

No caso das mulheres rurais, a crítica à economia se dirigiu à naturalização da divisão sexual do trabalho como organizadora da produção. Estudos têm evidenciado que nesse segmento econômico, as atividades produtivas, na prática, se dirigem ao mesmo tempo ao mercado e à “subsistência” e, nesse caso, sem a mediação direta do dinheiro. Este fato tem levado aos analistas e formuladores de políticas de desenvolvimento a desconsiderarem como trabalho produtivo, atividades tais como o cultivo de hortas, quintais e criação de pequenos animais etc., ainda que o total ou parte desta produção se destine ao mercado. Além disso, observa-se que nos segmentos da agricultura familiar, tanto as atividades produtivas (sejam destinadas ao mercado e/ou a subsistência), como as atividades reprodutivas (afazeres domésticos), realizam-se em um mesmo espaço, sem descontinuidades de tempo, envolvendo homens e mulheres, de diferentes idades/gerações. (PAULILO, 2000, 2004; SCHEFLER, 2002, 2004; SCHEFLER; SARDENBERG, 2010)

Enfim, a visão feminista da economia não só questionou os cânones dessa disciplina, como contribuiu problematizando a perspectiva do sistema capitalista, que classifica como econômico apenas o que se situa na esfera mercantil, com expressões monetárias e financeiras. Posteriormente, as feministas, à exemplo de Renata Moreno (2014), questionaram esse modelo e, lançando mão de sua própria experiência, reconceituaram o próprio conceito de trabalho para além do emprego, que passou a ser concebido como o “conjunto das atividades necessárias para a produção cotidiana do viver”. Neste caso, a crítica feminista tem buscado demonstrar que o neoliberalismo opera um modelo baseado na exploração do trabalho, na crescente privatização dos espaços, na mercantilização

da vida, e que as relações de gênero se encontram no coração deste modelo econômico. E mais, que, sob esse sistema, a subordinação das mulheres tem uma base material de organização do trabalho, da produção e dos recursos.

A noção de patriarcado pode contribuir para que se identifique como, a despeito das conquistas sociais e dos dispositivos legais que postulam a igualdade de direitos e regem as relações sociais entre homens e mulheres, o discurso normativo do patriarcado persiste, convivendo com valores modernos, justificando, legitimando e perpassando as ciências, a cultura, a política e a cotidianidade da vida, enfim, contribuindo na produção de territórios. Trata-se de um sistema em que os homens controlam, individual e coletivamente, o corpo, o trabalho e a sexualidade das mulheres, bem como o mundo público da política, da produção do conhecimento e das decisões que afetam a ambos os sexos. Entender e transformar esse sistema implica em questionar e lutar contra a distribuição desigual de poder social e político ou, em outras palavras, pela desigual territorialidade dos espaços. (SILVA; CAMURÇA, 2010)

Reafirmamos aqui que as mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública, e é nesse sentido que Carole Pateman (1993) assinala a existência de um patriarcado que, embora reconfigurado na forma de um patriarcado moderno, mantém os fundamentos do pensamento patriarcal tradicional – o qual tem no poder do pai de família o modelo de todas as relações de poder e autoridade. Esse poder, no patriarcado moderno, segundo esta autora, ainda se mantém através do direito natural conjugal dos homens sobre as mulheres, ou seja, identifica-se o patriarcado moderno em cada homem com o direito natural de poder sobre a esposa.

Conquanto se saiba que o patriarcado não tem poder explicativo para todas as formas de desigualdades e de opressão às mulheres



– muitas das quais devam ser buscadas na intersecção entre gênero, classe social, raça/etnia, entre outros marcadores sociais –, grande parte dos estudos tem atribuído ao patriarcado a origem da violência contra as mulheres, como afirmam várias autoras. Reafirmam, ainda, que as diversas formas de discriminação e violência contra as mulheres resultam de relações de poder historicamente desiguais, atualmente reconhecidas como “violência de gênero”, fenômeno que se manifesta sob diferentes modalidades e que tem no componente cultural a sua base de sustentação. Segundo Heleieth Saffioti (1999), a violência de gênero, inclusive em suas modalidades familiar e doméstico, ignora fronteiras de classes sociais, de grau de industrialização, de renda per capita, de distintos tipos de cultura. Para essa autora, estabelecido o domínio de um território, o chefe, em geral, um homem, passa a reinar quase incondicionalmente sobre seus demais ocupantes. E este processo de territorialização do domínio não é puramente geográfico, mas também simbólico. (SAFFIOTI, 1997 apud SAFFIOTI, 1999)

As relações autoritárias que ainda marcam as relações de gênero decorrem de esquemas de dominação social, nos quais se incorporam resquícios do patriarcado tradicional, tendo a família como o lócus primário do poder disciplinar. Esse é o espaço onde se reproduzem os papéis sociais, segundo a divisão sexual do trabalho, se define e legitima a autoridade do pai provedor e da mulher reprodutora, sendo esta a principal responsável pela manutenção e legitimação dos sistemas normativos e discursivos que fundam a ideologia patriarcal.

Vertentes do movimento feminista consideram que o patriarcado deve ser combatido, e uma das suas lutas é promover a emancipação feminina, criticando instituições e relações sociais que mantêm este sistema. A luta contra as formas de opressão mantidas pelo sistema patriarcal envolve a emancipação feminina, buscada tanto de modo individual, mas, sobretudo, coletivo. A concepção

de empoderamento adotada pelo feminismo traz a ideia subjacente de transformação das estruturas de subordinação, através de um processo de emancipação das mulheres, logo implica em mudança nas relações de poder. (SARDENBERG, 2006a)

O empoderamento está presente no horizonte do feminismo como uma das estratégias capazes de garantir o direito das mulheres a uma vida livre de toda forma de opressão e violência. Para isso, o primeiro passo consiste em analisar e dar visibilidade aos mecanismos produtores de desigualdades e de opressão contra as mulheres, entre eles o patriarcado, articulando-o ao capitalismo, bem como a identificação de possíveis estratégias de resistência e enfrentamento para a sua superação.

De fato, como vimos argumentando, tendo como horizonte a transformação social, o movimento feminista tem lançado mão de diferentes estratégias de luta, no campo da produção científica, formulando, conforme Simone Schmidt (2004, p. 19), “[...] novas interpretações dos novos e velhos discursos produzidos na cultura”, novas leituras do mundo, mais igualitárias e justas, do ponto de vista das relações de gênero, e vem alimentando as diferentes práticas sociais, tanto no âmbito das organizações sociais como das políticas públicas.

Entretanto, mesmo quando aceitas, a incorporação da abordagem de gênero, seus pressupostos e conceitos, desde uma perspectiva feminista, ainda se mostra extremamente problemática, fora dos âmbitos não feministas. (ALVAREZ, 1998, 2003, 2014 ; CORNWALL, 2013; SARDENBERG, 2013) Neste caso, verificam-se os usos e apropriações inadequadas de conceitos, em geral, ressignificados e despolitizados, como é o caso da banalização do termo *empoderamento*. Observa-se, ainda, que, quanto maior a incorporação dos conceitos, mais estes se apresentam descaracterizados e distanciados dos objetivos do projeto feminista. Posto isto, considero importante a apropriação dos conceitos apresentados

para que se possa fazer análise territorial que, ultrapassando a mera retórica, mostre-se condizente com a proposta feminista.

### *Reflexões sobre a participação feminina nas instâncias de poder: vozes ausentes*

Este tópico traz como reflexão a participação feminina na esfera pública estatal, mais precisamente, na arena política territorial. Interessa discutir as questões relacionadas à participação das mulheres nos colegiados territoriais – instâncias de participação e controle social dos Territórios de Identidade – constituídas como unidades de planejamento e de intervenção do governo do estado da Bahia.

Nessa reflexão, questiono a representatividade política das mulheres nessas novas institucionalidades, cuja presença poderá significar a salvaguarda dos interesses específicos desses sujeitos no âmbito das políticas públicas, além de oportunizar vivências diversas, aprendizado político e o exercício de cidadania. Concordo, portanto, com Clara Araújo (2011, p. 94), quando diz que o déficit histórico acumulado das mulheres relativo a seu acesso ao poder, reforçado por outros tipos de obstáculos, têm impactos profundos sobre as vidas desses sujeitos em suas diferentes dimensões. E reafirmo seu argumento quando defende que estar presente ou se fazer representar é crucial para que as mulheres definam políticas de justiça e de equidade de gênero, melhorem as suas vidas e influenciem o futuro do país.

Julgo importante retomar as formulações sobre o território, anteriormente explicitadas, para reafirmar, primeiro, que territórios são produzidos mediante múltiplas relações que se constituem como campos de poder, ou seja, de poderes relacionais em permanente disputa por posições, mas que estão sujeitos à mobilidade ou deslocamentos em função das ações e posições estratégicas dos

atores. É igualmente lembrar que homens e mulheres estão presentes nas diferentes instituições que governam a vida social, nas quais se mantém e se reproduz as desigualdades de gênero, na forma predominante da distribuição de recursos, responsabilidades e poder, estando as mulheres sempre posicionadas em desvantagem social e política. (KABEER, 2013) Ademais, vale questionar como as diferenças se expressam e se projetam nos espaços, produzindo desigualdades territoriais, atentando-se para as reflexões de Swain (2005, p. 340):

A criação de uma *diferença sexual* ou *racial* é também política, pois cria a desigualdade, quando se erigem hierarquias e valores sociais, instituindo referentes, desenhando corpos, perfis ideais, estabelecendo exclusões, demarcando espaços, limites de ação e posição, mapeando e classificando o social.

Naila Kabeer (2013) relembra que as relações de gênero são um aspecto das relações sociais mais amplas, elas não operam em um vácuo social, mas, ao contrário, são produtos das maneiras pelas quais as instituições são organizadas e se reproduzem ao longo do tempo. Dessa forma, como todas as relações sociais, as relações de gênero são constituídas por meio de regras, normas e práticas, pelas quais recursos são alocados, tarefas e responsabilidades são designadas, valor é dado e poder é mobilizado.

Ainda de acordo com essa autora, a organização da família e do parentesco em unidades domésticas e redes extensas de familiares são o lócus primário das construções e vivências das relações de gênero, mas os processos pelos quais as desigualdades de gênero são socialmente construídas se sobrepõem às relações familiares e à esfera doméstica. A autora argumenta que tais processos estão presentes nas diferentes instituições que governam a vida social, reproduzindo as desigualdades de gênero na forma predominante da distribuição de recursos, responsabilidades e poder, nos quais se destacam quatro áreas institucionais chaves: o estado, o

mercado, a comunidade/sociedade civil e o domínio da família/parentesco. (KABEER, 2013)

Essa perspectiva de análise trazida pela autora contribui para se pensar os processos através dos quais essas áreas ou campos institucionais são territorializados. Cada um desses campos, naturalmente, com seu *modus operandi* específico, variando entre si e em relação às diferentes culturas, mas todos eles perpassados por determinadas normas, crenças e valores em comum – patriarcais, sexistas e androcêntricos – que atuam sistematicamente na produção de desigualdades sociais e, especificamente, de gênero.

As teorizações feministas, em particular, as formulações de Kabeer (2013) permitem que se visualize como e com que intensidade as desigualdades de gênero encontram-se institucionalizadas na sociedade, as relações de poder que expressam, a sua relevância para o domínio das políticas públicas; e das diferentes estratégias propostas pelo feminismo no combate às desigualdades de gênero e promoção do empoderamento das mulheres.

A autora propõe um caminho analítico que permite aos planejadores desenharem e executarem políticas levando em conta o gênero, conceito chave na análise feminista que ultrapassa a visão essencialista, já superada, que vê as relações entre homens e mulheres como algo fixo e imutável da condição humana. Mostra, ainda, que as noções que se pautam no determinismo biológico para justificar as diferenças entre homens e mulheres – ainda significativas nos contextos das políticas públicas de desenvolvimento –, são contrárias à equidade de gênero, resultando em desigualdades em termos do bem-estar e de oportunidades para homens e mulheres. Tais noções, na ótica de Swain (2005, p. 348), correspondem

[...] a uma lógica de partilha de poder que reveste as estratégias criadas para reduzir a atuação e participação das mulheres, sob o pretexto de uma especialização *natural* de suas funções, desqualificando-as para o restante.

Kabeer (2013) também esclarece que as explicações baseadas nas diferenças biológicas são muitas vezes substituídas pelo discurso da cultura para justificar a divisão sexual do trabalho, as responsabilidades e os privilégios que se distribuem socialmente entre homens e mulheres. Neste caso, chama a atenção para as justificações ancoradas na cultura como base de fundamentação do *status quo*, visto que, em geral, aparecem articuladas de forma apelativa aos direitos humanos, à igualdade e à justiça, como se tais princípios fossem descolados da cultura. A esse respeito, mostra, ainda, que substituir as explicações baseadas na diferença biológica pela fundamentação que toma como referência a cultura significa um deslocamento dos fatos para os valores, respectivamente, visto que a cultura representa uma forma particular de organização da vida social e os valores que a acompanham.

A cultura existe, precisamente, na maneira em que vemos, avaliamos e tentamos organizar o mundo à nossa volta, afirma Kabeer (2013) sendo, portanto, uma forma particular de organização da vida social e uma fonte importante da identidade e de sentido de comunidade de um povo. A boa notícia é que, na medida em que os significados e as práticas mudam, a cultura também muda. Essa mudança pode ser o resultado de transformação nas condições materiais (mudanças não intencionais) ou propositais, estas com a intenção deliberada de produzir mudanças nas formas injustas e desiguais como se organiza a vida social.

Os movimentos feministas e os movimentos de mulheres são detentores dessa intencionalidade, no que se refere às transformações no padrão de desigualdades de gênero. Tais mudanças podem se manifestar tanto no cotidiano, fora dos espaços da política organizada – por exemplo nos espaços domésticos e privados –, como na forma de contestação pública de significados e valores culturais, concebidos como uma alternativa à ordem social dominante, que podem ser identificados, por exemplo, nas

organizações da sociedade civil ou nas instituições formais do estado.

Sem dúvida, a cultura contém um corpo de valores éticos que podem ser compartilhados, dado a sua importância na produção do sentido de pertencimento, de identidade, de comunidade e de territorialidade de um povo. Naturalmente, esses aspectos da cultura precisam e devem ser preservados, por expressar valores éticos ou atinentes à conformação dessa identidade, o que não é o caso dos valores que expressam as desigualdades sociais e de gênero. Estes devem ser questionados, combatidos e transformados pelas mulheres, historicamente silenciadas, invisíveis, relegadas aos espaços privados da reprodução, da intimidade e do cuidado e, mantidas longe dos espaços públicos do poder, do mercado e da política.

A intenção deliberada do movimento feminista é romper com esse silêncio e essa cegueira de gênero, territorializando os espaços e reivindicando que as mulheres falem por si próprias, a partir de suas experiências e de seu lugar social no mundo. Como é dado perceber, se trata de combater as desigualdades de gênero em sua essência, e, no próprio terreno do opositor, rompendo radicalmente com a visão androcêntrica de mundo, na qual as mulheres, historicamente silenciadas, estiveram representadas pelos homens, socialmente legitimados para falar por elas.

A representação política das mulheres requer a sua presença, tornando presente as experiências, ideias e representações sociais que definem comportamentos e atitudes semelhantes e inteligíveis, as quais criam o feminino que nos assujeitam. Brota, portanto, dessa experiência como mulheres, a consciência crítica das práticas discursivas e não discursivas que nos institui e nos cristaliza, vindo também daí a ação política, donde emergem novas experiências perpassadas por denúncias e reivindicação social. Nesse sentido, Swain (2005, p. 346) faz a seguinte ressalva:

[...] dizer, por exemplo, que as mulheres não trazem perspectivas outras no exercício do poder político é negar a própria construção social do feminino: um feminino criado, instituído, ensinado, modelado ao longo de nossas vidas, porém perfeitamente real, em um cotidiano de coerções, de poderes dilacerantes, disciplinares.

Entretanto, embora se reconheça os avanços e conquistas das mulheres brasileiras nos campos normativo, institucional, jurídico, entre outros, diferentes estudos e pesquisas — a exemplo de Sonia Alvarez (2003, 2014), Lourdes Bandeira (2005), Andrea Cornwall, Elizabeth Harrison e Ann Whitehead (2013) e Cecilia Sardenberg (2013) —, que mostram que a transformação desse padrão cultural androcêntrico, ainda vigente em nossa sociedade, vem se revelando um processo lento e extremamente difícil, visto que implica em transgredir os padrões normativos, representando uma ameaça à cultura patriarcal prevalecente, que ainda opera com as esferas separadas, o público e o privado.

A esse respeito, Kabeer (2013) insiste em afirmar que as desigualdades são construídas e reproduzidas institucionalmente pelas operações das instituições que governam a vida social, sempre que se constroem e se reproduzem acriticamente as relações de gênero. Assim, a atitude omissa e/ou discriminadora dos formuladores e implementadores das políticas públicas — procedimento esse recorrente nas instituições estatais — reforça e mantém as relações de poder que se projetam no espaço, ampliando os níveis de desigualdade e criando obstáculos e barreiras à emancipação feminina. Boaventura de Sousa Santos (1999) assinala que essa atitude acrítica reproduz uma concepção de cidadania constituída de direitos e deveres gerais que elimina e não considera a diferença e a diversidade dos sujeitos e que inibe o processo de construção desses cidadãos, e isto porque:



Ao consistir em direitos e deveres, a cidadania enriquece a subjetividade e abre-lhe novos horizontes de auto-realização, mas, por outro lado, ao fazê-lo por via dos direitos e deveres gerais e abstratos que reduzem a individualidade ao que nela há de universal, transforma os sujeitos em unidades iguais e intercambiáveis no interior de administrações burocráticas públicas e privadas, receptáculos passivos de estratégias de produção, enquanto força de trabalho, de estratégias de consumo enquanto consumidores, e de estratégias de dominação, enquanto cidadãos da democracia de massas. (SANTOS, 1999, p. 240)

A cidadania define os que pertencem (inclusão) e os que não se integram à comunidade política (exclusão); dessa forma, não se pode perder de vista que a participação se desenvolve em esferas sempre marcadas também por relações de conflito e pode comportar manipulação e engodo. Referindo-se à cidadania das mulheres, Jacqueline Pitanguy (2011) contribui afirmando que a configuração da ideia de cidadania se deu de forma simultânea à de exclusão, daí a necessidade de se perguntar: quem são os excluídos e em função de que critérios? Para a autora, essa questão deveria guiar as análises sobre os direitos humanos, visto que, ao longo da história, e ainda hoje, determinadas classes, categorias e grupos sociais têm se definido como mais ou menos humanos, ou seja, com mais ou menos titularidades, como é o caso das mulheres, cujo critério com base no sexo tem sido fundamental para demarcar a menos valia desses sujeitos.

### *Políticas públicas territoriais e participação social: o lugar das mulheres*

No Brasil, assim como nos demais países da América Latina, as transformações econômicas, políticas e sociais, verificadas nas últimas décadas do século XX, acirraram os processos de precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a exclusão

social e a destruição ambiental, comprometendo a perspectiva do desenvolvimento. O modelo de desenvolvimento produtivista e modernizador em uso passou a ser questionado, tendo-se incorporado uma nova concepção de desenvolvimento sustentável, na qual são privilegiadas outras dimensões da vida humana. No plano político, verificou-se a transição para um regime democrático, contemplando outras formas de articulação entre o Estado e sociedade civil.

De fato, embora os anos 1970 sejam marcados por tensões e forte pressão por demandas sociais, deixando o país fragmentado socialmente, abre-se espaço para o processo de redemocratização, com a recomposição de forças que se traduz na eclosão de movimentos sociais de natureza identitária, reivindicatória e contestatória, a exemplo do movimento feminista. Nos anos de 1980, ainda vivendo o rescaldo do centralismo das ações do Governo Federal, após um longo período de ditadura militar, o Brasil mergulha no processo de recuperação das liberdades democráticas e dos direitos de participação política. Nesse mesmo período, assiste-se ao esgotamento do modelo de financiamento das políticas sociais e o conseqüente desmonte da rede de atendimento às demandas das populações pobres. A promulgação da Constituição Federal, em 1988, traz a perspectiva de inovação democrática da gestão pública para o centro do debate, bem como os temas da descentralização político-administrativa, da participação popular e da cidadania, observando-se mudanças no código de relacionamento político entre o Estado e a sociedade civil, com foco no poder local. O país é, então, desafiado pela Constituinte a estabelecer uma nova ordem social, em que o pleno exercício da cidadania se torna o eixo central.

Em meados de 1990, o Governo Federal inicia um processo de Reforma do Estado, de caráter mais abrangente, cujos objetivos são o ajuste fiscal, as reformas econômicas voltadas para

o mercado, a definição dos novos instrumentos de políticas sociais e a renovação do aparelho estatal, visando aumentar a sua capacidade de implementar as políticas públicas direcionadas à eficiência e à cidadania. O território desponta como base privilegiada da ação política conjunta entre os poderes públicos e os movimentos, lideranças e atores sociais.

Os fatos citados determinam mudanças no padrão de intervenção e de organização estatal, alterando as práticas políticas dos movimentos sociais. Na entrada do novo milênio, a perspectiva da gestão pública democrática ganha força, com foco na descentralização político-administrativa e a participação popular. O território incorpora-se em definitivo à agenda política, colocando-se, nesse momento, como o espaço estratégico capaz de romper os limites convencionais da democracia representativa, na qual se descobrem virtualidades para projetos democráticos de participação e desenvolvimento.

Mas, e as mulheres, como se articularam ou como acompanham a dinâmica desses acontecimentos?

A literatura feminista registra que, até meados da década de 1970, participação das mulheres nas estratégias de desenvolvimento – até então sinônimo de crescimento econômico e modernização – era nula. Previa-se que o desenvolvimento beneficiaria a sociedade como um todo, em que as mulheres estariam contempladas segundo seus tradicionais papéis de mães, esposas e cuidadoras. Após 1975, as teóricas feministas ampliaram esta perspectiva crítica, argumentando que essa análise valorizava o papel da mulher na produção, sem relacioná-lo com seu papel na reprodução e na esfera doméstica, o que impedia uma clara identificação das verdadeiras raízes da subordinação feminina. Além disso, denunciavam os impactos contraditórios e muitas vezes perversos do desenvolvimento na vida das mulheres, a exemplo da destruição das formas tradicionais de acesso aos recursos

econômicos – terra, água, sementes, explorações agro-florestais. Mostravam ainda, que, mesmo quando as mulheres eram integradas aos processos de modernização econômica, isso ocorria em condições de desigualdade em relação aos homens, do ponto de vista da renda, salários, benefícios sociais, acesso aos serviços, aos direitos formais, dentre outros aspectos.

Tais questionamentos deram origem a inúmeros projetos aos programas específicos para mulheres, quando não, a programas ou projetos mais amplos, integrando diferentes componentes, incluindo-se algum componente ou linhas de ação específicas para as mulheres, baseadas em suas experiências e percepções. Tais estratégias correspondiam à abordagem que foi denominada Mulheres no Processo de Desenvolvimento – *Women and Development* (WID).

As críticas feministas a essa abordagem evidenciaram que, por um lado, os projetos específicos para as mulheres, dependendo do nível de discriminação existente e da inserção tradicional das mulheres nas localidades, muitas vezes acentuavam as desigualdades entre homens e mulheres. Nos projetos dirigidos exclusivamente à população feminina que propunham atividades específicas, ou como parte de projetos integrados, mas constando em separado das demais propostas de desenvolvimento, as ações voltadas às mulheres eram apreendidas como de menor valor, em relação ao conjunto das demais atividades de desenvolvimento. Nos projetos de desenvolvimento ditos integrados, a inclusão do componente gênero, na prática, funcionava como um apêndice, pois eram operacionalizados em separado dos demais componentes, não correspondendo a uma concepção e estratégia de desenvolvimento realmente integradora das ações. As críticas a essa concepção WID concluíram pela impossibilidade de que se produzisse qualquer transformação na posição cultural das mulheres, sem que se alterasse a posição dos homens, evidenciando que a noção

de mulher e desenvolvimento não atendia à inserção igualitária de homens e mulheres nesse processo. (SARDENBERG, 2006b)

Dessa forma, em decorrência das críticas à concepção WID, surge o enfoque de Gênero e Desenvolvimento – *Gender and Development* (GAD), fundamentado nas evidências de que a modernização, na realidade, não fluía nem automaticamente, nem de maneira igual para todos, e que as desigualdades tinham um forte componente de gênero, daí porque as estratégias de desenvolvimento propostas, ao não questionar as estruturas de poder existentes, contribuía para perpetuar desigualdades. Essa alternativa tem, em sua trajetória, a ideia de que as mulheres deveriam ser integradas ao desenvolvimento como mulheres produtoras, engajadas nas atividades políticas e produtivas consideradas importantes ao desenvolvimento. Além disso, fundamentavam-se em evidências de que o desenvolvimento não contribui, necessariamente, para a eliminação das desigualdades entre os sexos.

Surgem daí os debates centrados na necessidade de transformação das posições objetivas das mulheres na sociedade, bem como as mudanças na qualidade das relações marcadas pelo gênero. Na década de 1980, o conceito de gênero firma-se definitivamente, como uma categoria teórico-analítica, como um meio de falar de sistema de relações sociais ou entre os sexos. (SCOTT, 1995) Considera-se que essa década foi bastante profícua na ampliação da perspectiva de gênero, tendo as teóricas feministas expandido seu campo epistemológico, no entendimento das vinculações entre gênero, classe, raça/etnia, e na compreensão dos diferentes processos de gênero nos países centrais e da periferia capitalista, bem como as relações e influências recíproca entre estes, na ótica do gênero. Neste período, aprofundam-se os debates em torno do *status* das mulheres, adotando-se o conceito de *empoderamento*; desloca-se o foco de análise do campo da produção para a reprodução, surgindo diferentes abordagens, com a

introdução de novos indicadores e a análise de outras variáveis, tais como: as percepções e os discursos, a construção subjetiva e coletiva de identidades e papéis (masculinos e femininos), a sexualidade e a reprodução, a violência doméstica e sexual, os fatores determinantes do poder desigual entre homens e mulheres, dentre outros.

Todos esses avanços teórico-metodológicos e epistemológicos do feminismo passam a integrar o discurso institucional desde a década de 1990, registrando-se significativos avanços nas conquistas femininas nesse período, cujo marco de legitimação da efetiva participação das mulheres no desenvolvimento foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUED), em 1992. Essa Conferência produziu a Agenda 21, como um modelo de desenvolvimento sustentável a ser seguido internacionalmente e com aberturas para as demandas sociais dos movimentos feministas. Nesse documento, consta um conjunto de princípios éticos e metodológicos a serem adotados por todos os governos participantes deste encontro, ressaltando-se, dentre essas diretrizes, o fortalecimento e desenvolvimento dos grupos sociais mais afetados pelos problemas do mundo atual, nos quais se destacam as mulheres.

Partia-se do princípio de que as atividades econômicas ora desenvolvidas estavam minando, de modo acelerado, outros dois processos essenciais à vida humana e à civilização: o processo de desenvolvimento ecológico e o processo de desenvolvimento comunitário. Isto porque o primeiro reproduz a riqueza biológica e as condições climáticas necessárias à vida do planeta, enquanto, que o segundo, reproduz comunidades, famílias e cidadãos educados e responsáveis e a própria civilização. Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, há uma revalorização do desenvolvimento comunitário que se apoia no consenso, na negociação e na equidade social. (AYALES, 1996)

A transformação das relações de gênero passa a ser concebida como uma das dimensões do desenvolvimento sustentável, constando entre os requisitos para o seu alcance, os quais contemplam: a equidade social para assegurar a todos (homens e mulheres) o acesso e uso equitativo dos bens e serviços, obtidos com o aproveitamento da base material da natureza; participação a todas as pessoas (homens e mulheres), em condições de equidade, com o reconhecimento de suas diferenças; transformação das relações de poder e dominação nos diferentes espaços da organização social, na família, na comunidade, na cidade, nas associações produtivas, dentre outras e, em especial, aquelas produzidas pela discriminação de gênero; utilização racional dos bens da natureza que garanta o uso dos recursos naturais, dentro dos limites de sua capacidade de renovação; conservação e incremento do capital ecológico para garantir o bem estar das gerações futuras. (ARIAS, 1996)

Como se pode perceber, os anos 1990 foram relevantes para o aprofundamento da democracia brasileira, registrando-se avanços e conquistas significativas para os movimentos feministas. Nessa década, foram restabelecidos, na prática, as pontes entre o Estado e sociedade civil, através da implantação de instrumentos que ampliaram a interlocução, a agenda e as estratégias de ação conjuntas, consolidando os direitos da cidadania no plano legal. O movimento feminista, tendo iniciado seu processo de institucionalização, passa a se articular com o Estado, considerando a sua capacidade de influenciar a sociedade, seja através da formulação de leis e implementação de políticas públicas em benefício das mulheres, seja como regulador da cultura e comunicação públicas, reconhecendo-o como aliado fundamental na transformação da condição humana. Paralelamente à promoção desta aliança com o moderno estado brasileiro, o movimento feminista buscou estruturar e reforçar sua organização, dado a necessidade de influenciar e pressionar mais efetivamente o aparelho do estado na

definição de políticas em atendimento aos interesses femininos, além de liderar e exercer, junto aos demais movimentos sociais, o controle social dessas políticas.

A década de 1990 foi igualmente marcada pela institucionalização da consulta da “sociedade civil organizada” nos processos de formulação de políticas públicas locais, a partir do que a participação social tornou-se um dos princípios organizativos dos processos de formulação de políticas públicas e de deliberação democrática. Desde então, fomentar a participação dos diferentes atores políticos e criar uma rede que informe, elabore, implemente e avalie as políticas públicas, tornaram-se peças essenciais nos discursos de qualquer política pública (auto) considerada progressista, assinala Carlos Milani (2008, p. 552), recomendando, porém, que tais instrumentos participativos devam

[...] ser questionados sob, pelo menos, duas óticas críticas principais: quem participa e que desigualdades subsistem na participação? Como se dá o processo de construção do interesse coletivo no âmbito dos dispositivos de participação?

Tais questões formuladas por este autor remetem a participação feminina nos Conselhos, Fóruns e Colegiados, que compreendem as novas institucionalidades criadas como instrumentos de participação direta da vontade popular nos processos de desenvolvimento e implementação das políticas públicas locais e territoriais pelo estado.

Tais institucionalidades podem ser então definidas como espaços privilegiados de articulação entre o Estado e a sociedade civil, pois significam a possibilidade de estabelecimento de um pacto social territorial, no qual os diferentes interesses são representados e legitimados, garantindo, assim, a sustentabilidade do desenvolvimento, o que pressupõe condições efetivas de governabilidade. Sob essa perspectiva,



a tarefa de governar consiste em construir hegemonia, fazer confluir os interesses particulares para um interesse coletivo que, ao ser definido por quem governa, confere ascendência e controle político aos governados. (SOJO, 2002 apud GUZMÁN, 2002, p. 9)

A criação e consolidação desse ambiente político-institucional é resultado de práticas participativas, nas quais os indivíduos, homens e mulheres, vão se constituindo como cidadãos e cidadãs, configurando-se, na prática, o exercício de direitos da cidadania. (GOHN, 2006)

O envolvimento e participação dos cidadãos, cidadãs e das organizações da sociedade civil na formulação de políticas públicas atende a vários propósitos, tais como: controlar a qualidade dos serviços oferecidos, garantir a efetividade dos serviços sociais, imprimindo mais eficiência aos gastos públicos; garantir compatibilidade entre as prioridades da população e os bens públicos implementados e, reafirmamos, o mais importante, politizar as relações sociais no processo de constituição de espaços públicos para a formulação de políticas públicas territoriais. (MILANI, 2008)

Conquanto a participação nessas instâncias não implique, necessariamente, em deliberação, o que significa limites ao poder decisório, esse último propósito compreende um ganho extremamente relevante, do ponto de vista dos propósitos do projeto feminista, pois garante interação entre os pares, acesso à informação, debate e troca de experiências entre mulheres, representando um aprendizado nos moldes “aprender a participar participando”, podendo-se afirmar com Pitanguy (2011) que, sem dúvida, a participação das mulheres nos espaços públicos e nas estruturas de poder tem um efeito pedagógico fundamental na transformação do imaginário social e das representações constitutivas do feminino, para o qual o espaço político apresenta-se ainda como locus eminentemente masculino.

Diferentes estudos têm comprovado este fato, evidenciando que, conquanto a Constituinte tenha assegurado plena igualdade entre os gêneros no exercício dos direitos civis e políticos, os dados apontam para a existência de uma distância entre as conquistas legais e as práticas sociais, indicando a persistência de um padrão discriminatório e desigual em relação às mulheres. (COSTA, 2010) Nesse caso, vale observar que, desde os anos de 1990, já se dispõe de uma vasta produção normativa nacional, voltada para a regulamentação e promoção de direitos humanos e garantias individuais e sociais, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

No campo dos direitos políticos, estudos recentes mostram que no Brasil ainda é bastante reduzida a participação de mulheres no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Embora as mulheres sejam mais da metade da população do país e correspondam a 51,8% do eleitorado nacional, sua participação nos quadros dos Poderes Públicos e em qualquer instância decisória de qualquer parte do o país, sempre se encontra sub-representada.

A sub-representação feminina no Brasil é uma realidade e isto se reproduz em todas as escalas, níveis ou natureza da estrutura de poder. Estudos recentes, realizados por Flávia Piovesan (2011) e Clara Araújo (2011), por exemplo, reafirmam este fato. As autoras observam que, em 2010, todos os 27 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral brasileiro eram presididos por homens, nenhum por mulher. Nesse ano, dos 54 senadores eleitos, apenas oito foram mulheres, o que representa 14,8%. Na Câmara dos Deputados, das 930 candidatas, apenas 45 mulheres foram eleitas no universo de 513 deputados(as), o que corresponde a 8,77%, ao passo que os homens ocupam as outras 468 cadeiras, ou seja, 91,23%. No âmbito dos estados, dos 1 059 deputados(as) estaduais eleitos(as), 137 eram mulheres, ou seja, 13%. As informações sobre o legislativo municipal, de 2008, mostram que dos 51 908 vereadores eleitos, apenas 6 501 mulheres foram eleitas, o

que representa 12,5% do total de vereadores eleitos. No executivo, em 2010, em um universo de 27 governadores, somente duas mulheres foram eleitas para a chefia de governo e, ineditamente, em 2011, foi eleita uma mulher, presidente da República, a qual determinou que 1/3 de seu Ministério fosse integrado por mulheres, objetivando fomentar, assim, o empoderamento das mulheres brasileiras. No poder judiciário, da alta cúpula que em 2010 era compreendida por 93 cargos, apenas 14 eram ocupados por mulheres e, na primeira instância jurisdicional, as mulheres juízas representavam 29,32% dos 13 129 magistrados brasileiros, em abril de 2010. (ARAÚJO, 2011, p. 71; PIOVESAN, 2011)

A apresentação desse quadro é importante porque expressa a reprodução de uma situação recorrente em outras instâncias representacionais, como é o caso dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia. Ocupando uma área de 567 295 km<sup>2</sup>, a Bahia é o maior estado do Nordeste brasileiro e quarto maior do Brasil. Compreende uma população total de 14 016 906 habitantes, dos quais 27,9% vivem na zona rural, 51% são mulheres, 15,7% se auto-declaram negros e 63% pardos. Seus 417 municípios encontram-se distribuídos entre os 27 territórios de identidade do estado.

A perspectiva territorial foi adotada pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan) para orientar as intervenções governamentais, tendo instituído o território como unidade de planejamento e de gestão do governo do estado da Bahia, definido como:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BARRETO, 2014, p. 12)

O processo de territorialização do estado da Bahia teve como principal objetivo minimizar as disparidades econômicas e as desigualdades sociais que historicamente configuram os diferentes espaços regionais do território baiano. Para isso, considerou diversidade do território baiano, em seus aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais. Abrigando diferentes biomas, o processo de formação social do território baiano é tributário da miscigenação de povos pré-coloniais, negros escravizados e uma diversidade de imigrantes aqui acolhidos, que se misturam a nossa história. Considera-se, entretanto, que

[...] essa diversidade foi historicamente renegada pelas políticas públicas, transformando sua riqueza em desigualdade (mais de 80% do PIB baiano está no seu litoral, em especial, na região metropolitana de Salvador). (BARRETO, 2014, p. 11)

Esse processo de territorialização no estado da Bahia foi iniciado em 2003, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Em 2007, o governo da Bahia reconheceu e legitimou a divisão territorial em uso pelo MDA, adotando os territórios de identidade como unidades de planejamento das políticas públicas do estado. A partir daí, vem sendo implantada uma Política de Desenvolvimento Territorial (PDT) com atuação dos territórios de identidade.

A PDT e sua estruturação no estado encontra-se explicitada no estudo realizado pelo governo do estado da Bahia, em 2014, tendo como objetivo

orientar as ações governamentais para as especificidades regionais existentes no estado da Bahia e promover um processo participativo de formulação e acompanhamento dessas ações para ampliar a efetividade das políticas públicas. (BARRETO, 2014)

Para tanto, foram desenvolvidos alguns instrumentos, entre os quais destacam-se: 1) Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável (Codeter) – compreende um espaço democrático de planejamento e gestão de políticas públicas cuja função é articular e fomentar programas e projetos. Cada território de identidade possui um colegiado composto em regime paritário, tendo 50% dos representantes integrantes do Poder Público e 50% de integrantes da sociedade civil que, teoricamente, deveria representar toda a diversidade social do território; 2) Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter) – Trata-se de um fórum permanente, de caráter consultivo, criado pelo governo do estado com o objetivo de aprimorar a gestão pública na Bahia, orientado por princípios democráticos e participativos. Tem como objetivo subsidiar o planejamento e as ações do governo nos 27 territórios de identidade.

O Codeter compreende o principal instrumento de planejamento e gestão, cujo objetivo é atuar em articulação com os demais instrumentos. Sua importância na vida pública do estado encontra-se, em tese, tanto no seu potencial, como mecanismo de controle social, quanto de transformação política e, principalmente, pelo fato de representarem uma conquista dos movimentos populares, em decorrência das pressões da sociedade civil organizada, quando do processo de redemocratização do país. Seu papel é mediar as relações sociedade/Estado, estando inscritos na Constituição Federal de 1988, que adotou como princípio geral a cidadania e previu instrumentos concretos para o seu exercício, via democracia participativa. Em relação a esses Colegiados Territoriais, destacam-se duas importantes questões: 1) Os Colegiados se constituem elementos fundadores de um novo padrão de relação Estado/sociedade, no sentido de aprimoramento do desempenho da gestão pública; e 2) são uma das

formas de constituição de uma nova esfera social-pública ou pública não-estatal. (GOHN, 2006)

Quanto a sua composição, observou-se que 70,7% dos seus integrantes são homens e 29,3% mulheres. Quando distribuídos segundo vinculação de origem, observa-se que os homens representam 74,7% do setor público e 67,4 da sociedade civil, com um ligeiro aumento desta última. Observou-se que dos 18 colegiados analisados, as mulheres representam menos de 20%, em 03 colegiados, entre 20 e 30% em 14 colegiados e apenas em um território (Território do Sisal) as mulheres representam mais de 50% dos componentes desse coletivo.

De acordo com Piovesan (2011, p. 70), o entendimento dessa questão tem que ser buscado nos determinantes de gênero, pois, conforme já mencionado, “[...] no plano normativo, não há qualquer discriminação baseada no gênero a obstar às mulheres brasileiras o pleno e livre exercício de seus direitos políticos”.

Neste caso, além dos entraves advindos da resistência das lideranças dos partidos, entidades e organizações políticas de toda natureza, representadas historicamente pelos homens, os estudos mostram que existem concretamente empecilhos, de ordem cultural, que ainda as afastam do poder político.

De acordo com Piovesan (2011), a reduzida presença de mulheres nos postos decisórios do país evidencia a forte dicotomia entre os espaços público e privado, que acaba por condicionar o exercício de seus direitos mais fundamentais. No entendimento da autora, assiste-se nos dias atuais a reinvenção do público e do privado, constatando-se uma crescente democratização da vida pública, com uma correspondente demanda pela participação ativa de mulheres nas mais diversas arenas sociais, sem que haja, contudo, a democratização da esfera privada. Neste caso, considera a autora, a liberação ou partilha das atribuições da esfera privada pelas mulheres constitui-se em uma pré-condição para a própria

democratização do espaço público, valendo dizer que os direitos políticos e os direitos civis das mulheres são interdependentes.

Pode-se, então, considerar este um dos fatores a justificar o lamentável desempenho do Brasil, no que se refere à reduzida participação política das mulheres: a dicotomia entre os espaços público e privado. As mulheres, que ao longo da história estiveram predominantemente envolvidas com as atribuições da esfera privada – cuidados com o marido, filhos, enfermos e demais afazeres domésticos –, nas últimas três décadas vêm sendo desafiadas pela crescente democratização do domínio público, mas sem se desobrigarem das atividades que lhes são socialmente atribuídas. A democratização do domínio privado, de acordo com Piovesan (2011, p. 84–85), permitiria:

[...] um maior envolvimento de homens na vivência familiar com um grande ganho aos filhos (as), mas também a maior participação política de mulheres, culminando na parceria entre homens e mulheres na gestão pública, em igualdade e complementariedade, propiciando um enriquecimento mútuo a partir de suas diferenças.

As estudiosas feministas vêm reiterando a necessidade da presença das mulheres nas diferentes instâncias do político, dele fazendo parte com direito de expressão e decisão, como um grande passo para mudanças. Estar presente tem função estratégica na transformação do imaginário social a respeito do papel tradicional das mulheres, historicamente restrito ao âmbito doméstico, do privado. (SWAIN; MUNIZ, 2005) Essa mudança é, pois, cultural, visto que ainda persiste na cultura brasileira uma ótica sexista e discriminatória com relação às mulheres, o que as impede de exercer, com plena autonomia e dignidade, seus direitos mais fundamentais.

Os avanços internacionais, constitucionais e legais não implicaram automaticamente em mudança cultural. Piovesan (2011, p. 85) contribui assinalando que:

Os pactos e acordos internacionais, por exemplo, que consagram a ótica da igualdade entre os gêneros, têm a sua força normativa gradativamente pulverizada e reduzida frente as práticas e valores culturais que concretamente desprezam o alcance destas inovações, e que, sob uma perspectiva discriminatória, fundada em uma dupla moral, ainda atribuem pesos diversos e avaliações morais distintas a comportamentos de homens e mulheres.

Concorda-se com a autora de que a ética emancipatória dos direitos humanos demanda transformação social, a fim de que as mulheres possam exercer suas potencialidades de forma livre, autônoma e plena, sem violência e discriminação, fazendo menção ao legado de Viena: os direitos humanos das mulheres são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. Não há direitos humanos sem a plena observância dos direitos das mulheres, ou seja, não há direitos humanos sem que metade da população mundial exerça, em igualdade de condições, os direitos mais fundamentais. (PIOVESAN, 2011)

### *Considerações finais*

Neste texto, buscou-se apresentar brevemente as concepções de território e gênero desde o seu surgimento, passando pelas diferentes apropriações, agregações e usos desses termos, dentro e fora dos contextos acadêmicos, para destacar a perspectiva relacional do poder que funda e articula tais conceitos. Observou-se que o conceito de território, além de polissêmico, como todo conhecimento, vem se transformando ao longo do tempo, configurando-se como uma construção histórica, redefinida e aprimorada a cada novo avanço do pensamento científico e filosófico ou forma de compreensão da materialidade da vida humana.

Em relação ao gênero, mostrou-se que esse conceito, criado recentemente, trilhou caminhos próprios na academia, no campo científico, configurando-se como um desdobramento



do pensamento crítico feminista de grande relevância à pesquisa acadêmica e à ação político-institucional. Com base nessas considerações, buscou-se questionar a lenta incorporação ou a quase ausência da perspectiva de gênero tanto na literatura científica sobre território, como na aplicação prática desse conceito às políticas públicas, chamando-se à atenção para a construção e manutenção institucional das desigualdades de gênero, bem como as dificuldades e resistência, ainda não superadas, à incorporação dessa dimensão nesses contextos.

No meu entendimento, em qualquer circunstância, a ausência do enfoque de gênero, dada a sua utilidade à compreensão da dinâmica e das relações de poder que conformam os territórios, deixa incompleta a análise dos diferentes espaços sociais. Partilho com Bandeira e Almeida (2013, p. 223) a visão de que o que torna o gênero um conceito tão atrativo e potencialmente frutífero “[...] é a percepção diferenciada, que foge aos cânones usuais, proporcionada à leitura e à compreensão dos sistemas sociais e culturais que aporta”.

As definições apresentadas ao longo do texto fundamentam tal argumento, quando mostram que o gênero diz respeito a um princípio universal, organizador tanto do mundo exterior (o “social”, econômico, político) quanto interior (à construção das subjetividades e das identidades), permitindo que se compreenda como os sujeitos sociais, mediante um poder disciplinar, são constituídos cotidianamente por um conjunto de significados impregnados de símbolos culturais, conceitos normativos, institucionalidades e subjetividades sexuadas, atribuindo a homens e mulheres um lugar diferenciado no mundo. (SARDENBERG, 2004)

Observando-se sob essa ótica, torna-se evidente que homens e mulheres constroem territórios, mas que se apropriam diferentemente dos espaços sociais, construindo territorialidades que são atravessadas por relações de poder e que conferem ao homem, historicamente, uma posição dominante.

A partir desse entendimento, compreende-se, então, que a análise do território sob o enfoque de gênero, implica: a) em reconhecer e desvendar as relações de poder que se projetam nos espaços (público e privado – esferas separadas segundo a ideologia patriarcal); b) em reconhecer que as relações de gênero constituem-se numa cadeia de desigualdades que se desenvolvem em todos os níveis, do micro (família e a comunidade), atravessando os sistemas normativos de mediação social (o mercado de trabalho, o sistema jurídico, as políticas estatais, os meios de comunicação), dentre outros aspectos, até as definições das macropolíticas de desenvolvimento.

No campo acadêmico, concluímos que a incorporação da categoria gênero deveria ser adotada como instrumento de análise e crítica aos pressupostos que informam os principais paradigmas da teoria social, evidenciando a relevância das relações de gênero na organização da vida social e de como seus resultados afetam também a extensão do conhecimento produzido pelas ciências. Este conhecimento inspira os formuladores e implementadores das políticas públicas em geral, os programas e projetos de desenvolvimento e, portanto, não pode ser “neutro”.

Do ponto de vista prático e operacional, a adoção da perspectiva de gênero implica em desenvolver estratégias que contribuam para o desmonte das relações desiguais entre os seres humanos, buscando identificar os condicionamentos e desigualdades de gênero que se estabelecem e se cristalizam a partir de assimetrias que colocam as mulheres em uma posição social subordinada em relação aos homens, interferindo nas suas condições de vida, de trabalho e de afirmação social no mundo.

Dessa forma, os estudos e as pesquisas sobre os territórios podem e devem iluminar a formulação de políticas públicas, contribuindo no desencadeamento de processos de empoderamento das mulheres, atentando-se que a abordagem da equidade de gênero implica na visualização não apenas das necessidades

práticas das mulheres, mas sobretudo dos seus interesses estratégicos que estão relacionados à posição de poder das mulheres na sociedade, como quer o projeto feminista.

Na análise territorial, deve-se igualmente atentar que, mesmo situados em condições semelhantes de pobreza ou integrando um mesmo território, homens e mulheres vivenciam essas situações de forma diversa, tendo, pois, experiências e necessidades de gênero diferenciadas. Essas experiências tornam-se mais marcantes nos espaços públicos, considerando-se os déficits de participação política das mulheres nas estruturas de poder, nas quais vêm sendo historicamente excluídas e continuam sub-representadas.

No que diz respeito à representação das mulheres nas instâncias de poder, e tendo como referência o princípio participativo, vale questionar não só a ausência ou sub-representação feminina, mas, principalmente, a qualidade e os limites dessa participação nas políticas públicas territoriais. A análise dos instrumentos de participação e demais procedimentos em uso deverão indicar os níveis de democratização dos processos políticos, bem como as perspectivas de mudanças nas relações de gênero nos territórios, e responder a questões relacionadas, por exemplo, aos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeter), tais como: que vozes estão sendo ouvidas e como as mulheres estão sendo representadas nesses contextos? Que interesses coletivos estão sendo defendidos? Como esses interesses estão sendo construídos? E, dentro destes, como estão sendo defendidos e preservados os interesses específicos das mulheres nas políticas públicas territoriais? Quem são os atores sociais e qual a composição dessa participação? São atores institucionais ou da sociedade civil? Que grupos estão representados, considerando os grupos corporativos ou identitários — a exemplo de negros, indígenas, marisqueiras, ribeirinhos, quilombolas etc. —? A participação revela-se desigual ou contempla igualmente os diversos segmentos sociais?

## *Como analisar*

No campo de desenvolvimento territorial, pergunta-se, como analisar as territorialidades sem questionar as relações de poder hierárquicas e desiguais entre homens e mulheres, em intersecção com a classe, raça/etnia, idades/gerações? E como desvendar as estruturas patriarcais subjacentes, de forma a identificar estratégias para transformação dessas relações? Entre as estratégias feministas que poderão dar conta dessas questões, Kabeer (2013), entre outras pesquisadoras, chama a atenção para a perspectiva transversal da abordagem de gênero, em qualquer projeto de desenvolvimento científico, institucional e sociopolítico, de forma a articular as instituições acadêmicas com os movimentos sociais, as instituições públicas e os fóruns internacionais, em uma filiação interativa e comum, criando um novo universo vocabular e novos espaços de interação entre os atores do campo científico e político-institucional, além de possibilitar a emergência de novas questões de reflexão e de estudo. (BANDEIRA; ALMEIDA, 2013, p. 223)

As pesquisadoras feministas, entretanto, ressalvam ao uso acrítico e despolitizado desse conceito, nos projetos e políticas e mesmo na produção literária acadêmica, que, quando muito, abordam papéis e funções sociais das mulheres, o que tem levado a sua simplificação, perdendo-se, nos processos de implementação, a perspectiva “relacional” e a noção de poder que distanciam tais abordagens do projeto político feminista. (CORNWALL; HARRISON; WHITEHEAD, 2013; SARDENBERG, 2014)

Por fim, sugere-se que, mantendo-se esses cuidados, as análises territoriais devam ser capazes de identificar os sujeitos em sua diversidade, buscando atender as suas necessidades de gênero, de forma a estabelecer estratégias que, atravessando as políticas públicas territoriais, possam contribuir para reposicionar as mulheres nos espaços públicos do poder e da política, na construção e no controle dos territórios dos quais fazem parte.

## Referências

- ALVAREZ, Sonia E. Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/ contra o desenvolvimento. *Revista Feminismos*, Salvador, v. 2, n. 1, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/view/111/105>>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- ALVAREZ, Sonia E. Feminismos latinoamericanos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 265-284, jan. 1998.
- ALVAREZ, Sonia E. et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 541-575, jul./dez. 2003.
- ARAÚJO, Clara. As mulheres e o poder político – desafios para a democracia nas próximas décadas. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org.). *O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010*. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília, DF: ONU Mulheres, 2011. p. 90-136. Disponível em: <[http://onumulheres.org.br/wpcontent/themes/vibecom\\_onu/pdfs/progresso.pdf](http://onumulheres.org.br/wpcontent/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf)>. Acesso em: 6 mar. 2016.
- ARIAS, Manuel Benltez. Desarrollo sostenible para una sociedad sustentable. In: AYALES, Ivannia et al. *Género, comunicación y desarrollo sostenible: aportes conceptuales y metodológicos*. San José: IICA: Asdi, 1996. p. 83-138.
- AYALES, Ivannia. Género en desarrollo: de la vivencia a la reflexión. In: AYALES, Ivannia et al. *Género, comunicación y desarrollo sostenible: aportes conceptuales y metodológicos*. San José: IICA: Asdi, 1996. p. 11-47.
- BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In: MELO, Hildete Pereira de; BANDEIRA, Lourdes. *A pobreza e as políticas de gênero no Brasil*. Santiago de Chile: Cepal, 2005. p. 43-76. (Serie Mujer y Desarrollo, 66).
- BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. *Revista do Ceam*, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 35-46, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/9735>>. Acesso em: 22 mar. 2016.
- BARRETO, Ranieri Muricy (Org.). *Bahia: 2000-2013*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2014. (Estudos Estados Brasileiros).

CORNWALL, Andrea; HARRISON, Elizabeth; WHITEHEAD, Ann. Introdução: reposicionando feminismos em gênero e desenvolvimento. *Revista Feminismos*, Salvador, v. 1, n. 1, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/1/41>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

COSTA, Ana Alice Alcântara. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. In: SEMINÁRIO DE APROFUNDAMENTO DO TRABALHO COM GÊNERO NO PRÓ-GAVIÃO, 2000, Vitória da Conquista. *Textos de Apoio I*. Vitória da Conquista: Neim, 2000. Disponível em: <<https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Labrys: Estudos Feministas/ Études Feministes*, Brasília, DF, v. 7, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000125&pid=S0104-026X200800020001400012&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000125&pid=S0104-026X200800020001400012&lng=pt)>. Acesso em: 23 mar. 2016.

COSTA, Ana Alice Alcântara. Resistências feministas nas tramas dos poderes. In: ALVES, Ivya et al. (Org.). *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Salvador: EDUFBA: Neim, 2010. p. 89-102. (Coleção Bahianas, 12).

COUTO, Vitor de Athayde; ROCHA, Alynson dos S.; SCHEFLER, Maria de Lourdes. Organização social e desenvolvimento territorial: reflexões sobre a experiência dos CMDRS na região de Irecê-Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Análise territorial da Bahia rural*. Salvador, 2004. p. 95-108. (Série Estudos e Pesquisas, 71). Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1166&Itemid=284](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1166&Itemid=284)>. Acesso em: 6 mar 2016

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008. p. 197-216. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20CIFICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Paris: Galimart, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: 1: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 30. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência das prisões*. Tradução de Raquel Ramalhete. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e gestão pública. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 42, n. 1, p. 5-11, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://portaldosconselhos.curitiba.pr.gov.br/wpcontent/uploads/2015/08/Participa%C3%A7%C3%A3o-Social-M-G-Gonh.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GUZMÁN, Virginia. *Gobernabilidad democrática y género, una articulación posible*. Santiago: Cepal, 2002. (Serie Mujer y Desarrollo).
- HAESBAERT, Rogério. *Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 165-206.
- HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1996a.
- HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008. p. 95-120. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%C3%80FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2016.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. Região e rede regional “gaúcha”: entre redes e territórios. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n. 21, p. 15-27, ago. 1996b. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38616/26351>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

HAESBART, Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.

HARDING, Sandra. Existe um método feminista? In: BARTRA, Eli (Comp.). *Debates en torno a una metodología feminista*. Xochimilco: UNAM, 1998. p. 9-34.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 1, p. 7-32, 1993.

HELLER, Ágnes. *Sociología de la vida cotidiana*. 2. ed. Barcelona: Ediciones Península, Historia, Ciencia, Sociedad, 1987.

KABEER, Naila. Desde as contribuições feministas, para um quadro analítico: as desigualdades de gênero em uma perspectiva institucional. *Revista Feminismos*, Salvador, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/10/34>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

KERGOAT, Danièle. Compreender as lutas das mulheres por sua emancipação pessoal e coletiva. In: MORENO, Renata (Org.). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2014. p. 11-21. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Economia-e-poli%CC%81tica-web.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2016.

LEÓN, Magdalena. Empoderamiento: relaciones de las mujeres com el poder. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 8, p. 191-207, 2000.

LEÓN, Magdalena. *Mulheres transformando a economia*. 2008. Disponível em: <<http://www.servicioskoinonia.org/agenda/archivo/portugues/listtemas.php?tematica=Economia&Submit=Consultar>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

LEÓN, Magdalena. Poder y empoderamiento de las mujeres. *Región y Sociedad*, Bogotá, v. 11, n. 18, 1999. Disponível em: <<http://www.codajic.org/sites/www.codajic.org/files/Poder%20y%20Empoderamiento%20de%20las%20Mujeres.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (Org.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

MACEDO, Márcia S.; SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, Ana Alice



Alcântara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo (Org.). *Perspectivas transversais*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 39-58.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008. p. 217-228. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20CIFICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

MILANI, Carlos R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, maio/jun. 2008. <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a06v42n3.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

MORENO, Renata. A economia na agenda política do feminismo. In: MORENO, Renata (Org.). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2014. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Economia-e-poli%CC%81tica-web.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAULILO, Maria Ignez S. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. *Cadernos de Pesquisa*, Florianópolis, n. 21, p. 1-17, jun. 2000.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução de Ângela Correia. São Paulo: Contexto, 2007.

PIOVESAN, Flavia. Direitos humanos, civis e políticos: a conquista da cidadania feminina. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org.). *O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010*. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília, DF: ONU Mulheres, 2011. p. 58-89. Disponível em: <[http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom\\_onu/pdfs/progresso.pdf](http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf)>. Acesso em: 6 mar. 2016.

PITANGUY, Jacqueline. Advocacy e direitos humanos. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org.). *O progresso das mulheres no*

*Brasil: 2003–2010*. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília, DF: ONU Mulheres, 2011. p. 20–57. Disponível em: <[http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom\\_onu/pdfs/progresso.pdf](http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf)>. Acesso em: 6 mar. 2016.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/42380-C-l-a-u-d-e-r-a-f-f-e-s-t-i-n-por-uma-geografia-do-poder.html>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008. p. 17–36. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20CIFICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82–91, out./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Apresentação. *Revista Feminismos*, Salvador, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/11/31>>. Acesso em: 23 maio 2013.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. *Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista*. 2006. Trabalho apresentado ao no I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres, Salvador, 2006a.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Org.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: Redor: Neim: UFBA, 2002. p. 89–120.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. *Desenvolvimento de ações no campo da qualificação social e profissional para promoção da inclusão de trabalhadores e trabalhadoras*. 2006b.

- SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. O enfoque de gênero: fundamentos teóricos e aspectos práticos. In: LEITE, Maria Jaqueline (Coord.). *Migração feminina internacional: causas e consequências*. Salvador: Neim: UFBA, 1998. p. 23-31.
- SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Estudos feministas: um esboço crítico. In: AMARAL, Célia C. Gurgel do (Org.). *Teoria e práxis dos enfoques de gênero*. Salvador: Redor; Fortaleza: Negif, 2004. p. 17- 40.
- SCHEFLER, Maria de Lourdes N. Gênero, autonomia econômica e empoderamento: o real e o aparente: sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. *Revista Feminismos*, Salvador, v. 1, n. 3, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/issue/view/4/showToc>>. Acesso em: 6 mar. 2016.
- SCHEFLER, Maria de Lourdes N. *Movimento(s) na roça: mulheres, estratégias de luta e de reprodução no meio rural*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- SCHEFLER, Maria de Lourdes N. *Mulheres guardiãs da terra e da vida: um estudo de caso sobre o papel multifuncional da mulher na organização familiar*. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- SCHEFLER, Maria de Lourdes N.; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Por onde andei: memórias de uma velha agricultora assentada. In: ALVES, Ivya et al. (Org.). *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Salvador: EDUFBA: Neim, 2010. p. 243-270. (Coleção Bahianas, 12).
- SCHERER-WARREN, Ilse. Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais. *Caderno CRH*, Salvador, n. 28, p. 59-79, 1998.
- SCHMIDT, Simone Pereira. Como e por que somos feministas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, p. 17-22, 2004. Edição especial.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. *Feminismo e movimentos de mulheres*. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010. (Série Mulheres em Movimento, n. 1).

- SORJ, Bila. Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais? In: SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher. *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo, 2004. p. 143-148. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).
- SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008. p. 57-72. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2016.
- SOUZA, Marcelo J. Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 77-116.
- SWAIN, Tânia Navarro. Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta? In: SWAIN, Tânia Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (Org.). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005. p. 337-354.
- SWAIN, Tânia Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (Org.). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.
- TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez, 2001.
- TORRES, Iraíldes C. A perspectiva de poder em Foucault e suas conexidades com as relações de gênero. *Pensamento e Realidade*, São Paulo, ano 4, n. 9, p. 77-88, 2001. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/8514>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

# PÓS-COLONIALIDADE, FEMINISMOS E EPISTEMOLOGIAS ANTI-HEGEMÔNICAS

Caterina Rea

## *Introdução*

O título deste texto, “Pós-colonialidade, Feminismos e Epistemologias Anti-hegemônicas”, é o nome de um grupo de pesquisa recentemente implantado na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) *Campus* dos Malês, Bahia. Tendo em conta a missão da UNILAB, voltada para a consolidação das relações entre Brasil e África, o diálogo intercultural com os contextos africanos e afrodescendentes, esse grupo de pesquisa pretende trazer à tona as discussões sobre gênero, pensamento feminista e sexualidades dissidentes na perspectiva pós/descolonial e subalterna, apontando para a circulação e o trânsito de ideias, noções e práticas teóricas em nível transnacional, global e local.

Entre os tantos núcleos voltados para discussões e pesquisas na área dos estudos de gênero e sexualidades, esse grupo de pesquisa situa-se, porém, como um dos raros a mencionar, de

forma aberta, o termo “feminismos” e a se declarar explicitamente orientado por uma escolha epistemológica anti-hegemônica. Definimos, aqui, feminismo como um conjunto de movimentos sociais e de práticas teóricas que, a partir do reconhecimento da situação de opressão e de inferiorização das mulheres, luta contra essa situação, mostrando o caráter histórico e não natural das relações de dominação que as submetem aos homens. Nos termos da filósofa Elsa Dorlin (2008, p. 10), a teoria feminista

[...] designa um trabalho histórico, efetuado a partir de muitas tradições disciplinares [...]; trabalho voltado para colocar em dúvida o que, até então, era comumente considerado como fora do político: as relações de gênero, a personalidade, a organização familiar, as tarefas domésticas, a sexualidade, o corpo... Trata-se de um trabalho de historicização e, então, de politização do espaço privado, do íntimo, da individualidade.

Ao explicitar esta referência aos movimentos e aos posicionamentos teóricos feministas, que aqui consideramos, sempre, em sua pluralidade, tentamos apontar para o contexto dentro do qual usamos o termo gênero, não como simples sinônimo de mulheres, mas como marca de relações de poder e de opressão. Lembramos, aqui, das palavras da feminista Joan Scott a propósito do uso despolitizado do termo gênero, que, se tornando um termo de moda, em muitas pesquisas das Ciências Humanas e Sociais, é, assim, tirado do contexto crítico de sua elaboração:

O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política — pretensamente escandalosa — do feminismo. Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). (SCOTT, 2012, p. 22-23)

Ou seja, para a teórica feminista, este uso atual da categoria gênero, como uma categoria *à la mode*, implica o fato de policiar

e neutralizar o seu potencial crítico, que remete à análise dos mecanismos de dominação/opressão, operada pela teoria feminista, em seu desenvolvimento histórico.

Ao destacar a gênese do termo *gênero* dentro da história e o desenvolvimento dos movimentos feministas, pretendemos enfatizar o caráter plural e dinâmico destas práticas teóricas, englobando os posicionamentos mais recentes dos feminismos pós/descoloniais e transnacionais, do feminismo *queer* e da crítica *queer* não branca — *Queer of Colour* (EL-TAYEB, 2011; FERGUSON, 2004) —, com suas reivindicações por uma pluralização dos gêneros e das diferentes possibilidades de transição não binárias e não identitárias.

O esforço consiste, então, em pensar a teoria e a prática feministas sempre em diálogo com outros posicionamentos anti-hegemônicos que questionam a primazia epistemológica eurocêntrica, heteronormativa, além de androcêntrica. Cabe, porém, explicitar que, ao falar de posicionamentos anti-hegemônicos ou de saberes subalternos, não entendemos definir tanto um pertencimento identitário pensado de forma fixa e essencializada, quanto um engajamento político e epistemológico capaz de questionar o saber hegemônico e sua pretensão à neutralidade e universalidade. Reportamos aqui as palavras de Richard Miskolci e Larissa Pelúcio (2012) ao introduzir o conceito de saberes subalternos, enquanto irreduzíveis a um ponto de vista identitário e homogêneo, ao qual pertenceriam os sujeitos envolvidos na pesquisa.

O que diferencia os Saberes Subalternos dos estudos identitários ou de minorias é o fato de privilegiarem não o lugar social (ou identidades) de quem pesquisa ou é pesquisado, mas antes, o lugar geopolítico e o corpo-político das enunciações. Em outras palavras, os Saberes Subalternos são compreendidos aqui como aqueles que partilham de um lugar epistêmico questionador das teorias eurocêtricas que, sob alegado universalismo, privilegiam uma forma de conhecer que torna o Ocidente, a bran-

quite, o masculino e a heterossexualidade como a medida do humano. (MISKOLCI; PELÚCIO, 2012, p. 10)

Seguindo esta referência, apontamos para “corpos” e “lugares” subalternizados em termos étnico-raciais, sexuais e de gênero, enquanto ponto de partida para a construção deste novo edifício do conhecimento, capaz de dar conta de “um mundo pluriversal” (GROSFOGUEL, 2008, p. 44) e não simples e abstratamente universal.

Cabe aqui lembrar a diferença entre “lugar social” e “lugar epistêmico”, destacada por Ramón Grosfoguel (2008) e retomada por Miskolci e Pelúcio (2012), no trecho supracitado. O pertencimento social a um grupo dominado não implica, automaticamente, a produção de pensamentos subalternos, nem um posicionamento epistêmico subalterno. Mais precisamente, as “perspectivas epistêmicas subalternas são uma forma de conhecimento que, vindo de baixo, origina uma perspectiva crítica do pensamento hegemônico nas relações de poder envolvidas”. (GROSFOGUEL, 2008, p. 46) Precisamos enfatizar que a definição de lugar subalterno, aqui utilizada, pressupõe um gesto de desnaturalização, enquanto envolve a opção política de interrogar criticamente, desmascarar e contestar os lugares hegemônicos, a partir dos quais o pensamento é produzido, e não uma identidade social pré-estabelecida.

### *Para uma epistemologia crítica*

O nascimento dos estudos pós-coloniais, feministas, de gênero e sexualidades coincidiu com a crítica do modelo epistemológico da modernidade ocidental, fundado na pretensão de uma ciência universal, objetiva e imparcial, supostamente independente de qualquer condicionamento de ordem social, histórica e cultural. Essa concepção de ciência e do conhecimento articulava-se com



o grande projeto humanista da época moderna que colocava o homem, suas descobertas científicas e suas produções e criações artísticas e literárias no centro do universo e do sentido. Ao mesmo tempo, nesta exaltação da liberdade e criatividade humanas, consumava-se a empresa colonial europeia na África e nas Américas, marcada pela constante negação e desumanização de populações, assujeitadas à dominação, à exploração e escravidão. O projeto humanista europeu surgiu, então, a partir da permanente exclusão de vastas porções da humanidade – não brancas(os), populações colonizadas, mulheres, pessoas que não se encaixam na norma heterossexual – da própria definição do humano. Sobre esta hipocrisia do humanismo europeu, lembramos as palavras contundentes de Frantz Fanon (2002), que apontam à necessidade de descolonizar as mentalidades, além dos territórios.

O Ocidente quis ser uma aventura do Espírito. Foi em nome do Espírito, do espírito europeu, entenda-se, que a Europa justificou os seus crimes e legitimou a escravidão na qual ela manteve quatro quintos da humanidade. (FANON, 2002, p. 302-303)

O pensador martiniquês retrata a realidade do sistema colonial, mas poderíamos pensar analogias com a perspectiva androcêntrica que também é parte da trajetória do pensamento ocidental.

Fanon (2002) ainda destaca que a modernidade colonial é caracterizada por uma lógica de separação e de violência, uma lógica maniqueísta, que atravessa e corta os corpos, os sujeitos e os territórios. A modernidade ocidental aparece, assim, como uma “máquina geradora de alteridades” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 87) que, funcionando segundo essa impecável lógica bi-categorial, *alteriza*, rejeita e silencia as falas de sujeitos e grupos sociais, em função de sua compatibilidade, ou não, com o projeto que tal modernidade ocidental encarna.

A partir da perspectiva situada e corporificada, as epistemologias feministas, *queer* e pós-coloniais apontam o caráter hegemônico e opressor do saber produzido pela tradição científica e humanista ocidental, enquanto definida pelas “posições não marcadas de Homem e Branco” (HARAWAY, 1995, p. 18), expressas por seu sujeito enunciator. A estratégia dominante do conhecimento ocidental consistiu em ocultar o lugar de fala do sujeito produtor deste conhecimento, ou seja, seu posicionamento na trama das relações étnico-raciais, culturais, de gênero, sexualidade ou de nacionalidade.

Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia. (GROSGUÉL, 2008, p. 46)

Ou seja, o saber oficial do humanismo e das ciências ocidentais nunca se colocou como um saber localizado, nem elaborado a partir da perspectiva parcial do sujeito enunciator, masculino, branco, heterossexual e euro-americano.

É nesse sentido que diferentes autoras e autores falam de epistemicídio (SANTOS, 2010), violência epistêmica (SPIVAK, 2012), colonialismo discursivo (HERNÁNDEZ CASTILLO, 2015, p. 199), ou mesmo, “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno” (GROSGUÉL, 2008) para indicar o processo de exclusão, de desqualificação e de ocultamento de outras formas de produção de conhecimento por parte da modernidade ocidental. Escreve, com lucidez, Gayatri Spivak (2012, p. 25):

Embora a história da Europa como Sujeito seja narrada pela lei, pela economia política e pela ideologia do Ocidente, esse sujeito

oculto alega não ter nenhuma determinação geopolítica. Assim a tão difundida crítica ao sujeito soberano realmente inaugura um Sujeito.

Ou seja, um Sujeito que revela seu posicionamento, seu lugar de fala, seus interesses e desejos assim determinados.

Este saber elitista, supostamente neutro e objetivador, foi colocado em questão a partir da segunda metade do século XX: o processo de descolonização, o desenvolvimento dos movimentos feministas e dos movimentos homossexuais, a nova visibilidade da cultura popular e de massa deram um impulso para a contestação do modelo padrão e hegemônico das ciências, do conhecimento e da cultura humanista. Esse modelo de conhecimento foi desvelado como portador de uma visão eurocêntrica, androcêntrica, burguesa e heteronormativa. O suposto sujeito do saber universal e neutro revela-se, assim, um sujeito sócio-histórica e politicamente situado, um sujeito hegemônico, que fala e pensa a partir de seu lugar de poder.

Nesta direção, o processo de visibilização das subculturas, dos grupos subalternizados e marginalizados impõe uma revisão das fronteiras e dos equilíbrios historicamente definidos entre Norte e Sul, Ocidente e Oriente, branco e não branco, mas também entre masculino e feminino, heterossexual e homossexual. Vale mencionar, a esse propósito, a contribuição da epistemologia feminista do ponto de vista e sua crítica ao modelo hegemônico da ciência e do pensamento ocidentais. Conforme destaca Sandra Harding (1993), o saber – e o próprio discurso da ciência – não é produzido fora da realidade social e das relações de poder que o caracterizam. A estrita relação entre conhecimento e política constitui, assim, a base da epistemologia feminista e de outras perspectivas epistemológicas do ponto de vista, que questionam a imagem pretensamente despolitizada e descontextualizada da

construção ocidental e moderna da objetividade científica. Mas Harding (1993, p. 54) vai além dessa consideração e se pergunta

[...] o que acontece quando os grupos marginalizados começam a ter voz pública. Em sociedades onde a racionalidade e objetividade científicas são consideradas como altamente valorizadas pelos grupos dominantes, as pessoas marginalizadas e quem as escuta com atenção, afirmarão que, na perspectiva das vidas marginalizadas, as explicações e posições dominantes estão longe de ser inteiramente objetivas.

Dessa forma, segundo a autora, frente à incapacidade (ou à não vontade), por parte dos grupos dominantes, de interrogar o lugar epistêmico de suas produções de conhecimento e de questionar os pressupostos políticos de seus discursos, a posição de privilégio que tais grupos ocupam na sociedade se tornaria pouco profícua, no aspecto epistemológico e científico, para a produção de um pensamento sólido e crítico. Não se trata aqui de essencializar e de naturalizar estes grupos, nem de considerar que todo subalterno – seja mulher, dissidente sexual ou oriundo de países colonizados – compartilhe características, aptidões ou/e visões epistemológicas que o tornariam um sujeito automaticamente questionador no seio da sociedade. O que está em jogo não é um lugar identitário, fixo e homogêneo, mas um lugar político, criticamente assumido. Enfim, partir do ponto de vista das vidas e dos grupos marginais e subalternizados não significa cair no etnocentrismo, no essencialismo ou no identitarismo, mas partir de sujeitos situados, encarnados, sócio-politicamente e epistemologicamente localizados e diversos, cujas produções de conhecimento desafiam o cânone da suposta neutralidade e a pretensão de universalidade da epistemologia dominante. A mensagem da epistemologia feminista do ponto de vista – como também de outras epistemologias situadas – consiste em reivindicar, com vigor, que existe sempre um lugar epistêmico a partir do qual falamos, e que esse lugar se situa na

trama política das relações de poder. Nas palavras de Grosfoguel (2008, p. 46),

[...] todo o conhecimento se situa, epistemicamente, ou do lado dominante, ou do lado subalterno das relações de poder, e isto tem a ver com a geopolítica e a corpo-política do conhecimento. A neutralidade e a objetividade desinserida e não-situada da egopolítica do conhecimento é um mito ocidental.

O propósito deste texto é apresentar um mapeamento dos saberes subalternos, entendidos como aquelas produções de conhecimento e práticas sociais que “fazem uma crítica dos discursos hegemônicos na cultura ocidental”. (MISKOLCI, 2009, p. 158) Agora,

[...] falar de saberes subalternos não é [...] apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as verdadeiras e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas. (PELÚCIO, 2012, p. 399)

Interessa-nos, aqui, apresentar as imbricações e as intersecções entre estes saberes e práticas subalternos, a partir dos quais identificamos o processo do desfazer gênero – mas também, por outra parte, desfazer a raça, a classe ou qualquer outro marcador social que possa ser erigido como figura supostamente única e absoluta da subalternidade. Consideramos a categoria de interseccionalidade como o fator de ordem teórica e prática que impede às identidades sociais subalternas e às suas lutas, se fecharem e se excluïrem mutuamente.

Apresentando o mapeamento da subalternidade interseccional, chegamos a questionar as fronteiras da pós-colonialidade, assim como o significado geográfico e simbólico da oposição entre Sul e Norte.

## *Cartografia do Sul plural: a noção de subalternidade*

A história da circulação de ideias no contexto pós-colonial nos parece revelar o caráter fluido e poroso das fronteiras que tradicionalmente separam o Norte e o Sul. Tentaremos, aqui, pensar a imagem de um Sul plural ou de uma pluralização de Suis, a partir do processo da recepção dos conceitos gramscianos de hegemonia e subalternidade por parte das teorias pós-coloniais e feministas, descoloniais, enquanto estratégias de pensamento e formas de agência, capazes de questionar a hegemonia teórica e política do Ocidente. À diferença de Ramón Grosfoguel, que coloca Antonio Gramsci no pacote dos pensadores do Norte, pensamos ser esse pensador um porta-voz de uma epistemologia do Sul. Por isso, destacamos o contexto no qual o filósofo sardo forjou a noção de subalternidade ou de grupos sociais subalternos, a partir da condição social do campesinato da Itália do Sul, no começo do século XX. No *Caderno 25 – Às margens da história (história dos grupos sociais subalternos)*, Gramsci (2012) define o subalterno como aquele que recebe as ordens do alto e que não tem autonomia de decisão, nem de ação. É aquele que não tem voz e que não tem nenhuma influência na sociedade, e que sofre, passivamente, a hegemonia das classes dominantes. Escreve Gramsci (2012, p. 162),

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. Não há dúvidas que na atividade histórica destes grupos existe a tendência à unificação, embora num plano provisório, mas esta tendência está continuamente quebrada pela iniciativa dos grupos dominantes e, por isso, pode ser demonstrada só quando o ciclo histórico estiver concluído, se ele terminar com um sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, também quando se rebelam e se insurgem: só a vitória permanente consegue quebrar, e não imediatamente, a subordinação.

A perspectiva de Gramsci (2012) permanece aquém das questões de gênero, porém o autor destaca a importância dos grupos subalternos para a compreensão da história contemporânea. Nesta direção, o conflito social e cultural já não é redutível à tensão entre modernidade e tradição, mas à relação entre subalternidade e hegemonia.

A questão das classes subalternas está também presente na *Questão meridional*, na qual Gramsci destaca o caráter desagregado das classes camponesas da Itália do Sul, identificando tais grupos enquanto subalternos, cuja situação é diferente em relação ao proletariado urbano da Itália do Norte, mais organizado e estruturado:

O Sul da Itália pode ser definido como uma grande desagregação social. Os camponeses que constituem a grande maioria da população, não têm nenhuma coesão entre si [...]. A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: a grande massa camponesa, amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural e, por fim, os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais. Os camponeses meridionais estão em constante efervescência, mas, como massa, são incapazes de dar uma expressão centralizada às suas aspirações e necessidades. O estrato médio dos intelectuais recebe da base camponesa os impulsos para sua atividade política e ideológica. Os grandes proprietários no campo político e os grandes intelectuais no campo ideológico centralizam e dominam, em última análise, todo este conjunto de manifestações. Como é natural, é no campo ideológico que a centralização se verifica com maior eficácia e precisão. (GRAMSCI, 1987, p. 154)

Afirmando a profunda relação entre questão meridional e questão camponesa, o filósofo italiano destaca, ainda, que “a burguesia setentrional subjugou a Itália meridional e as ilhas, reduzindo-as a colônias de exploração”. (GRAMSCI, 1920 apud NEVES, 2012, p. 18) Gramsci denuncia a situação política, histórica e econômica





o norte tem seus *SUIS* – como o Gramsci nos ajuda a detectar, evocando a situação social de exclusão e de opressão deste sul mediterrâneo que ele descreve –, assim como o sul tem seus nortes.

Tal categoria de subalterno, como um sujeito cuja fala não pode ser ouvida, foi sucessivamente reapropriada e reelaborada no campo da teoria pós-colonial e feminista, como uma categoria crítica a partir da qual tentaremos tecer pontes entre *SUIS* diferentes: o Sul do Norte e o Sul do Sul. Nessa direção, questionaremos uma definição unicamente geográfica do Sul e de suas produções teóricas e políticas. Segundo Chandra Mohanty (2003), citada pela feminista argentina Marta Sierra (2015, p. 230), Norte e Sul

[...] representam as maiorias e minorias sociais, categorias que indicam a qualidade de vida de comunidades que vivem tanto no Norte como no Sul (entendendo Norte e Sul não tanto como distinções geográficas, mas metafóricas, onde o Norte se refere às áreas onde há maior influência do capital transnacional e o Sul aos pobres marginalizados do mundo, sem uma distinção geográfica.

A noção de subalterno se expande, assim, em direção aos diversos *SUIS* do mundo, para identificar grupos diferentes e variados, marcados pela condição de opressão/discriminação em termos de raça/etnia, nacionalidade, classe, mas também, gênero ou sexualidades. Conforme destaca o historiador Rajanit Guha (apud SPIVAK, 2012, p. 75), expoente do grupo dos subalternistas indianos,

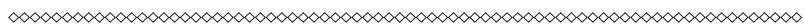
Tomada como um todo e abstratamente, essa [...] categoria era heterogênea em sua composição e, graças ao caráter assimétrico dos desenvolvimentos regionais sociais e econômicos, diferia de uma área à outra. A mesma classe ou elemento que era dominante em uma área [...] poderia estar entre os dominados na outra.

Tal afirmação é extremamente pertinente, pois além de rejeitar a visão colonial e dominadora que torna homogênea, monolítica

e indiferenciada a categoria das(os) subalternas(os) – particularmente as mulheres subalternas –, abre as portas para uma compreensão interseccional, cruzada e complexa da dominação, que será desenvolvida pelas feministas não brancas e pós/descoloniais.<sup>2</sup>

Radicalizando a interpretação gramsciana, Guha e o grupo das(os) subalternistas destacam a agência própria aos grupos subalternos, considerados como motores da história e das transformações sociais. “A reivindicação declarada dos *Subaltern Studies* era a de produzir análises históricas nas quais os grupos subalternos fossem vistos como sujeitos da história”.<sup>3</sup> (GÓES, 2013, p. 8) Spivak (2012) prolonga as reflexões dos subalternistas na direção da análise feminista, que aponta para a condição das mulheres não brancas, as mais subalternizadas entre as(os) subalternas(os), cuja palavra é apagada e silenciada, tanto pelos homens da própria comunidade, quanto pelas mulheres pertencentes aos grupos hegemônicos.

Segundo Spivak (2012), a condição de subalterna(o) implica o fato de a própria fala ser sempre intermediada ou representada por uma voz alheia, que pretende interpretar seus interesses, suas necessidades e reivindicações, acabando, assim, por colocar novamente a(o) subalterna(o) na sua posição de subalternidade silenciosa. Retomando essas reflexões, Karina Bidaseca (2011, p. 95) nos avisa das tendências salvacionistas de muitas feministas brancas que se colocam na posição de “mulheres brancas buscando salvar as



2 É o próprio Guha a explicar que a noção de subalterno implica diferentes dimensões, ou seja, “em termos de classe, casta, geração, gênero e ofício ou de qualquer outra forma”. (GUHA, 1982 apud GÓES, 2013, p. 18)

3 Gramsci acreditava na capacidade transformadora e revolucionária das classes subalternas, mas ele pensava que era necessária a aliança entre os grupos camponeses da Itália do Sul e as classes operárias do Norte, o que ele chamava de *bloco histórico*. Assim, destaca Camila Massaro de Góes (2013, p. 19), Gramsci “ao imergir no mundo subalterno e em especial no mundo camponês, enquanto preocupação fundamental no que concernia a Questão Meridional italiana, tinha vistas a condição emancipatória e insurreccional desse grupo, enquanto parte constitutiva de uma relação de dominação propriamente capitalista – ou seja, o camponês, assim como suscitado por Guha, era um grupo inserido no âmbito do ‘político’, mas Gramsci foi além ao propor a construção de uma nova hegemonia das classes subalternas, na qual o proletariado deveria dirigir os demais grupos subalternos”.

mulheres de pele escura de homens de pele escura”. Prolongando as atitudes do feminismo colonial, a perspectiva salvacionista contribui para ocultar a agência e a fala das mulheres não-brancas.

Sierra (2015, p. 228) apresenta uma interessante cartografia dos diferentes espaços da (pós)colonialidade e do feminismo, com a intenção mais específica de examinar as maneiras em que os “mapas do poder” se articulam de forma interseccional à “práxis feminista”. É nossa intenção estender este trabalho de mapeamento, destacando as diferentes correntes feministas pós-coloniais – feminismo negro norte-americano e latino, feminismo chicano, feminismo árabe, feminismo indiano e cigano, feminismo descolonial latino-americano e Teoria *Queer of Color* –, resgatando suas vozes e suas práticas militantes. Nessa direção, pretende-se estabelecer diálogos entre diferentes *SUIS*, não necessariamente no sentido geográfico, mas metafórico, político e estratégico, incluindo as novas e velhas diásporas e as posições periféricas que estas ocupam nas metrópoles pós-coloniais, a partir das quais o passado é ressignificado, tecendo identidades e experiências impuras e plurais.

Destacamos, assim, a necessidade de redefinir as fronteiras da pós-colonialidade e deste Sul metafórico, entendido como o lugar da experiência de formas simultâneas e inter-relacionadas de discriminação, inferiorização e invisibilização, operadas pelo saber/poder hegemônico ocidental e masculinista, mas também como espaço de resistência contra estas múltiplas dominações. O texto de Sierra (2015) cita, a este propósito, “Under Western Eyes Revisited”, de Mohanty (2003 apud SIERRA 2015, p. 230), no qual a feminista indiana observa que categorias “como primeiro/terceiro mundo, local/global e norte/sul são insuficientes para explicar a complexidade das lutas feministas neste novo cenário geopolítico”, assim como, a nova organização das múltiplas e imbricadas relações de poder.

No mencionado artigo, Sierra (2015) nos avisa sobre a significação ambígua de mapas e cartografias que, desde a época colonial, têm a função de controlar e assentar as hegemonias de ordem nacional, militar, mas também racial e de gênero. Nessa direção, cabe mencionar a figura da *consciência mestiça*, evocada por Gloria Anzaldúa como figura da porosidade das fronteiras culturais, raciais, sexuais, além de geográficas, e como forma de contestar os binarismos do pensamento ocidental. Esta figura encarna, ao mesmo tempo, a interseccionalidade do poder que marca os corpos das mulheres chicanas, enquanto expostas às encruzilhadas de múltiplos marcadores da diferença e da opressão. Poder-se-ia ler, então, a figura da consciência mestiça de Anzaldúa como consciência da interseccionalidade e das diferentes dimensões da dominação: identidade plural, experiência das múltiplas marcas do poder e lutas interseccionais.

Nascida em uma cultura, posicionada entre duas culturas, estendendo-se sobre todas as três culturas e seus sistemas de valores, *la mestiza* enfrenta uma luta de carne, uma luta de fronteiras, uma guerra interior. (ANZALDÚA, 2005, p. 705)

Nesse sentido, explicitamos a definição da noção de pós-colonial como um lugar de tensão crítica entre diversos marcadores sociais. “O pós-colonial evoca a tensão entre a superação do colonialismo e a persistência da colonialidade que regula tanto as identidades de sexo/gênero, como as raciais e as políticas”. (BIDASECA et al., 2015, p. 19) Um texto da intelectual árabe-israelita, Ella Shohat, “Notes on the post-colonial”, tinha destacado que o termo pós-colonial evoca “um lugar ambíguo de continuidades e descon continuidades” (SHOHAT, 1992, p. 106), no qual as antigas relações do poder colonial sobrevivem em formas novas e imbricadas entre si. Por essa razão, conclui a autora, uma “celebração do sincretismo e do híbrido por si, se não for articulada em conjunto com questões

de hegemonia e de relações de poder neocoloniais, corre o risco de parecer uma santificação do *fait accompli* da violência colonial”. (SHOHAT, 1992, p. 109)

## *Interseccionalidade e redefinição das fronteiras do pós-colonial*

Consideramos a noção de interseccionalidade como forma de evidenciar a genealogia sempre complexa e imbricada das relações de poder, assim como a impossibilidade de pensar gênero e sexualidade, enquanto separados de outros fatores de dominação/exclusão. Tais fatores coproduzem e definem conjuntamente a experiência de opressão e impõem, nos termos da feminista cigana Alexandra Oprea (2004, p. 33), uma crítica à “doutrina universal do empoderamento de gênero”. Nesta direção, nenhum dos marcadores sociais poderia reivindicar, isoladamente, o primado na definição da opressão/dominação e na determinação dos rumos práticos para contestá-las.

A noção de interseccionalidade foi lançada no seio do *black feminism* norte-americano, a partir dos anos 1970 e 1980. (COLLINS, 2015; DAVIS, 2016; DECLARAÇÃO..., 2013; hooks, 2015) Sistematizada pela socióloga e jurista Kimberlé Crenshaw, no texto “Mapping the margins”, de 1989, mais recentemente se tornou uma categoria de ampla referência no campo feminista para pensar a genealogia conjunta e complexa das relações de poder. Nessa perspectiva, reportamos a citação do *Manifesto do Coletivo Combahee River*, publicado em 1977, que afirma como tarefa o:

[...] desenvolvimento de uma análise e de uma prática integradas, baseadas no fato de que os grandes sistemas de opressão são interligados. A síntese dessas opressões cria as condições das nossas vidas. Como mulheres negras, vemos o feminismo negro como o movimento político lógico para combater as opressões

multifacetadas e simultâneas que todas as mulheres não-brancas enfrentam. (DECLARAÇÃO..., 2013)

Desde o começo, essa categoria constitui uma resposta, ao mesmo tempo teórica e prática, a uma visão limitada do feminismo euro-americano, que se tinha concentrado nas relações de gênero como principal fator de dominação, que as mulheres experimentaríamos de forma comum e universal, independentemente do seu posicionamento e pertencimento em termos de classe, raça/etnia ou mesmo de orientação sexual.

Em oposição a esta visão estática, que definia o suposto sujeito do feminismo, a ideia de interseccionalidade reivindica a pluralização da categoria *mulheres*, enquanto classe não homogênea e não caracterizada por uma única vivência da opressão de gênero. Ou seja, numa perspectiva pós-colonial e anti-hegemônica, não é suficiente reverter o ponto de vista do “homem universal”, da tradição do pensamento ocidental, no de uma “mulher universal”, identificada com a condição de mulheres brancas, ocidentais, de classe média, heterossexuais e urbanas.

Ao introduzir a necessidade de mapear as correntes feministas não hegemônicas e do Sul, enquanto expressão de uma abordagem interseccional, introduzimos aqui a corrente do feminismo cigano ou *romani feminism*, enquanto possibilidade de questionar as fronteiras tradicionais da pós-colonialidade, fronteiras que, sempre densas de relações de poder, podem mesmo atravessar territórios geográficos e simbólicos, que costumamos considerar como centrais e hegemônicos. É interessante analisar o trânsito e a circulação de noções como a de interseccionalidade, recentemente reapropriada pelas feministas romani (ciganas) da Europa do Leste, para discutir sobre sua própria condição de opressão e de discriminação. O feminismo cigano nos parece como um fenômeno profundamente interessante para se interrogar, de forma crítica, as fronteiras atuais do pós-colonial e analisar o



nascido no coração da Europa, o feminismo cigano pode ser lido como uma nova corrente anti-hegemônica e descolonizada, que impõe uma nova definição das fronteiras simbólicas entre o Sul e o Norte, identificando novos espaços de subalternidade e de luta no centro do mundo chamado de hegemônico. (REA, 2017) Pode representar o sul do norte ou as margens do centro.

Nessa perspectiva, o feminismo romani visa a criticar e a desconstruir os privilégios do feminismo hegemônico, considerado pelas ativistas ciganas como branco, burguês e eurocêntrico. Nesta direção, são significativos os textos de Enisa Eminova (2006), militante romani da República de Macedônia, e de Oprea (2004), militante e acadêmica romena, que contestam abertamente a invisibilização e a marginalização das mulheres ciganas e, em geral, das mulheres de cor, no contexto do feminismo ocidental. Assim, afirmar a própria condição de feminista cigana implica o fato de se posicionar, ao mesmo tempo, frente ao feminismo hegemônico que, ao focalizar unicamente na opressão de gênero, desconhece e apaga as contribuições das mulheres ciganas; e, frente aos homens da comunidade romani, que, ao focalizar unicamente na opressão étnica do povo cigano, acabam reafirmando atitudes machistas e patriarcais. Assim, afirma Oprea (2004, p. 29), a “marginalização das mulheres romanis é a consequência das políticas feministas e antirracistas exclusivas, nas esferas políticas europeias”.

Kózcé (2008) fala, a este propósito, de feminismo dialógico como expressão da impossibilidade de escolher entre identidade étnica cigana e gênero, e questiona a posição de muitas lideranças masculinas de movimentos ciganos que reproduzem uma visão rígida da identidade étnica e resistem à introdução do gênero como um fator de análise da dominação. Para as feministas ciganas, impor semelhante escolha entre ser cigano e ser mulher



[...] mostra a falta de um posicionamento interseccional: em vez de considerar a relação dialógica entre gênero e etnicidade, a liderança dominada por homens do movimento cigano afirma a separação entre estas categorias. As teorias feministas interseccionais evidenciaram o perigo desta abordagem estática e mostraram que as subordinações étnico-raciais, de gênero, de classe não se excluem, mas se reforçam mutuamente. As abordagens cumulativa e divisional da interseccionalidade foram já, particularmente, criticadas pelas teóricas e ativistas que trabalham no contexto de outros movimentos de mulheres não-brancas. (KÓZCÉ, 2008, p. 183)

Nos termos de Nidhi Trehan e Angela Kóczé (2009), uma nova definição de espaço colonial é necessária para entender as lutas atuais dos movimentos ciganos, em particular, dos movimentos de mulheres, enquanto novos atores sociais que disputam a própria visibilidade e assertividade nos contextos discursivos e políticos nacionais, na Europa e nas Américas.

É importante contextualizar os termos de colonialismo e pós-colonialismo em relação ao movimento cigano. O uso do termo colonialismo pode ser entendido num sentido mais amplo, não somente como uma conquista específica e um evento no passado, mas como o exercício contínuo de um poder econômico, militar e político de classes e grupos mais fortes sobre os mais vulneráveis. Desta forma, a colônia é interna ao estado, compreendendo as classes subalternas e aqueles sujeitos humanos percebidos como infra-humanos. Além disso, se entendemos o colonialismo como a maneira de manter relações assimétricas de poder econômico e político (da mesma forma que Edward Saïd fala de Orientalismo como fator que põe em ato uma série de estratégias, cuja consequência comum é a posição de superioridade do Ocidente em relação ao Oriente), não pode haver mais dúvidas quanto à existência de uma atitude neocolonial em relação ao ativismo cigano, no panorama político europeu atual. (TREHAN; KÓZCÉ, 2009, p. 11)

Apresentando o feminismo cigano como uma nova corrente feminista pós-colonial, com caráter transnacional e interseccional,

destacamos o diálogo que esse feminismo mantém com o feminismo negro norte-americano (em particular com autoras como bell hooks e Kimberlé Crenshaw), com o feminismo chicano (em particular com Gloria Anzaldúa e sua tematização da noção de fronteira) e com o feminismo indiano (em particular, Gayatri Spivak e Chandra Mohanty). A acadêmica e militante cigana-americana, Ethel Brooks, introduz a ideia de pós-colonialidade cigana (*romani post-coloniality*) para indicar a condição subalterna das populações ciganas em muitos países europeus e do mundo, mas também suas lutas e formas de agência, entre as quais se destaca o ativismo das mulheres.

Os Roms ocuparam uma posição particular e uma posição específica de sujeito na Europa e no mundo, uma posição marcada por uma combinação racista de fantasmas e de desprezo, que permanece ainda hoje. Neste momento, as populações romanis estão sendo excluídas do sistema de saúde, da educação, e estão sendo expulsas de muitos estados-nações e sendo assassinadas [...]. Com o aumento da violência contra as populações romanis em toda Europa e em outros lugares, no século XXI, a necessidade do ativismo e da teoria, e a possibilidade de um feminismo cigano, assumem uma urgência que não pode ser negada. (BROOKS, 2012, p. 9-10)

Como mostramos amplamente neste texto, as feministas ciganas estão se apropriando das principais categorias e noções trabalhadas por estas outras correntes feministas não hegemônicas – em particular, a categoria de interseccionalidade, enquanto abordagem não cumulativa das opressões simultâneas e imbricadas, vivenciadas pelas mulheres não brancas – para pensar a própria condição, para pautar as próprias reivindicações e para propor políticas públicas mais inclusivas. Segundo apontamos, a história do desenvolvimento do feminismo cigano representa, então, a luta para a formação da subjetividade *romani* – particularmente, das

mulheres –, enquanto capaz de criar sua própria realidade e falar por si mesmas. (TREHAN; KÓZCÉ, 2009)

## Conclusão

Retomando o olhar em perspectiva das epistemologias anti-hegemônicas que contestam os legados eurocêntrico, bran-cocêntrico, androcêntrico e heteronormativo do pensamento dominante, retomamos a noção de saber subalterno entendida por Grosfoguel como uma forma de conhecimento capaz de questionar as bases dos saberes hegemônicos e as relações de poder inscritos na sociedade. Por outro lado, destacamos o conceito de subalterno e de grupos subalternos, introduzido por Antonio Gramsci, sucessivamente reapropriado pelos estudos pós-coloniais e feministas, questionando qualquer interpretação essencialista e rígida desta noção. Partindo dessa referência ao pensamento de Gramsci e ao contexto social-histórico no qual o pensador sardo utilizou a noção de grupos subalternos, afirmamos o caráter fluido das fronteiras entre centro e periferias, norte e sul, mostrando a pluralização dos *SUIS* e de lugares da pós-colonialidade, contestadores das normas hegemônicas. Nesta direção, apresentamos brevemente, em conclusão, o caso do feminismo cigano, que inscrevemos no marco dos feminismos pós-coloniais e interseccionais, enquanto exemplo da possibilidade de redefinir e ressignificar os espaços da pós-colonialidade, mostrando que tais espaços atravessam, hoje, territórios geográficos e simbólicos que costumávamos considerar como centrais. Subalterna entre os grupos subalternos e minoritários, a palavra das feministas ciganas nos parece, assim, conter uma força intrinsecamente questionadora, no panorama do reacionarismo político – racista e patriarcal – que caracteriza a Europa e as Américas.

## Referências

- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza/rumo a uma nova consciência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704-719, set./dez. 2005.
- BIDASECA, Karina et al. Introducción: los estudios poscoloniales en América Latina. Para un diálogo desde el Sur. In: BIDASECA, Karina et al. (Comp.). *Legados, genealogías y memorias poscoloniales en América Latina: escrituras fronterizas desde el Sur*. Buenos Aires: Godot, 2015. p. 19-30.
- BIDASECA, Karina. Mujeres blancas buscando salvar a las mujeres color café: o reflexiones sobre desigualdad e colonialismo jurídico desde el feminismo poscolonial. In: BIDASECA, Karina; VAZQUEZ LABA, Vanessa (Comp.). *Feminismos y poscolonialidad: descolonizando el feminismo desde y en América Latina*. Buenos Aires: Godot, 2011. p. 95-118.
- BROOKS, Ethel C. The possibilities of romani feminism. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, [Chicago], v. 38, n. 1, p. 1-11, 2012.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 80-87.
- COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENA, Renata (Org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2015. p. 13-42.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. Cartographies des marges: intersectionnalité, politique de l’identité et violences contre les femmes de couleur. *Cahiers du genre*, [Paris], n. 39, p. 51-82, 2005.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DECLARAÇÃO do Coletivo Combahee River. *Blog As novidades de sempre*, [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://rodrigossilvadoo.blogspot.com.br/2013/11/declaracao-do-coletivo-combahee-river.html>>. Acesso em: 26 maio 2015.
- DORLIN, Elsa. *Sexe, genre et sexualités*. Paris: PUF, 2008.

EL-TAYEB, Fatima. *European others: queering ethnicity in postnational europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

EMINOVA, Enisa. Negotiations: feminism, racism and difference. *Development*, [S.l.], v. 49, n. 1, p. 35-37, 2006.

FANON, Frantz. *Les damnés de la terre*. Paris: La Découverte, 2002.

FERGUSON, Roderick. A. *Aberrations in black: towards a queer of color critique*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004.

GÓES, Camila M. de. *De Antonio Gramsci aos Subaltern Studies: notas sobre a noção de subalternidade*. 2013. Trabalho apresentado ao 3º Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política, São Paulo, 2013. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/264548811\\_De\\_Antonio\\_Gramsci\\_aos\\_Subaltern\\_Studies\\_notas\\_sobre\\_a\\_nocao\\_de\\_subalternidade](https://www.researchgate.net/publication/264548811_De_Antonio_Gramsci_aos_Subaltern_Studies_notas_sobre_a_nocao_de_subalternidade)>. Acesso em: 18 out. 2015.

GRAMSCI, Antonio. *A cultura e os subalternos*. Introdução e tradução de Rita Ciotta Neves. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.

GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [Coimbra], n. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/697>>. Acesso em: 18 out. 2015.

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. *Cadernos Pagu*, [Campinas], n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. Rethinking standpoint epistemology: what is strong objectivity? In: ALCOFF, Linda; PATTERS, Elizabeth (Ed.). *Feminist epistemologies*. New York: Routledge, 1993.

HERNÁNDEZ CASTILLO, Rosalva Aída. Diálogos Sur-Sur: una lectura latinoamericana de los feminismos poscoloniales. In: BIDASECA, Karina et al. (Comp.). *Legados, genealogías y memorias poscoloniales en América Latina: escrituras fronterizas desde el Sur*. Buenos Aires: Godot, 2015. p. 193-221.

hooks, bell. *Ain't I a woman: black women and feminism*. New York: Routledge, 2015.

KÓZCÉ, Angela. Ethnicity and gender in the politics of Roma identity in the post-communist countries. In: BAHUN-RADUNOVIC, Sanja; RAJAN, V.G. Julie (Ed.). *Violence and gender in the globalized world: the intimate and the extimate*. Londres: Ashgate, 2008. p. 175-188.

KÓZCÉ, Angela; RELUCA, Maria Popa. *Missing intersectionality: race/ethnicity, gender and class in current research and policies on romani women in Europe*. Budapest: Center for Policy Studies, 2009.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Apresentação: discursos fora da ordem. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (Org.). *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume, 2012.

MOHANTY, Chandra. Sous le regard de l'Occident: recherche féministe e discours colonial. In: DORLIN, Elsa (Dir.). *Sexe, race, classe, pour une épistémologie de la domination*. Paris: PUF, 2009.

NEVES, Rita Ciotta. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. *A cultura e os subalternos*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

OPREA, Alexandra. Re-envisioning social justice from the ground-up: including the experience of romani women. *Essex Human Rights Review*, [Colchester], v. 1, n. 1, p. 29-39, 2004.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara palida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporânea*, [São Carlos], v. 2, n. 2, p. 395-418, jul./dez. 2012.

REA, Caterina. Redefinindo as fronteiras do pós-colonial. O feminismo cigano no século XXI. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 31-50, 2017.

SAÏD, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

- SCOTT, Joan W. Le genre: une catégorie utile d'analyse historique. In: SCOTT, Joan W. *De l'utilité du genre*. Paris: Fayard, 2012. p. 17-54.
- SHOHAT, Ella. Notes on the post-colonial. *Third World and Post-Colonial Issues*, [North Carolina], n. 31/32, p. 99-113, 1992.
- SIERRA, Marta. Tercer espacio: las geografías paradójicas del feminismo y la colonialidad. In: BIDASECA, Karina et al. (Comp.). *Legados, genealogías y memorias poscoloniales en América Latina: escrituras fronterizas desde el Sur*. Buenos Aires: Godot, 2015. p. 223-242.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.
- TREHAN, Nidhi; KÓZCÉ, Angela. Racism, (neo-)colonialism, and social justice: the struggle for the soul of the Romani movement in post-socialist Europe. In: HUGGAN, Graham; LAW, Ian (Ed.). *Racism, postcolonialism, Europe*. Liverpool: Liverpool University Press, 2009. p. 50-77.





## ENTRE CONTEXTOS RURAIS E URBANOS *gênero, ação política e empoderamento de mulheres residentes em assentamentos rurais*

Elisete Schwade

Reconhecida como uma ferramenta analítica que impactou fortemente o estudo de situações em que homens e mulheres estão em relação, a categoria gênero, após mais de três décadas, mantém sua eficácia para refletir sobre diferentes contextos, sobretudo naqueles em que se evidencia o exercício de poder. Ademais, o uso dessa categoria tem se ampliado no sentido de estar presente em associações com a diversidade, argumentação de direitos, desde que pensada como construção cultural que, conforme sublinha Lia Zanotta Machado (2014, p. 23), desarticula essências e identidades:

Ao se pensar o conceito de gênero como construção cultural transformável, em termos acadêmicos antropológicos, torna-se claro que não há identidades, mas identificações em processo, jamais identidades eternas e unificadas.

Meu objetivo, neste texto, é refletir sobre relações de gênero em contextos rurais, de modo especial situações de contato, tais como as dos assentamentos de reforma agrária. Esses são espaços que permitem perceber cruzamentos complexos do exercício de papéis masculinos e femininos, articulados com geração, organizações coletivas, indicando a necessidade de pensar gênero em relações plurais e na ausência de fronteiras – rural/urbano, gerações, entre outras. Trata-se de uma reflexão sobre gênero e geração em diferentes processos, envolvendo deslocamentos – identitários, geográficos, culturais – de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nos vínculos desse movimento com assentamentos rurais.

Entre as diferentes lutas coletivas efetivadas no Brasil nas últimas décadas, o MST se destaca como um ator político que conquistou projeção internacional, inserindo-se progressivamente em redes globais. Trata-se de experiências coletivas que são parte um processo no decorrer do qual esse movimento amplia seu intento de diálogos e ações, incorporando temas que, no mesmo ritmo que favorecem a mencionada internacionalização, expressa na organização de grandes eventos, nas marchas pela terra, também traz novos elementos para as lutas locais, cotidianas, como as que têm lugar na efetivação dos acampamentos e nos assentamentos rurais.

Contudo, a participação nesse movimento se dá em moldes diferenciados e, no caso das mulheres, encontra sintonia e diálogo com a ênfase que a questão de gênero ou as mulheres receberam ao longo destes 30 anos em diferentes organizações coletivas, o que vale também para os cruzamentos com outros marcadores, principalmente a juventude/geração.

O texto está dividido em três partes, a saber: 1) a contextualização da reflexão, situando mulheres em contextos rurais, os assentamentos e o desafio das fronteiras entre rural e urbano;

2) especificidades relacionadas ao espaço que a organização política ocupa nos assentamentos rurais, os vínculos com a organização do MST, na qual o gênero se articula fortemente com geração, diversidade e sujeitos de direitos; 3) mulheres e jovens do MST e em assentamentos rurais, empoderamento e militância.

### *Entre contextos*

Estudos recentes sobre o meio rural têm indicado uma diversidade de situações de mulheres em contextos rurais, tendo em vista a dimensão plural da vida no campo. Observa-se um rompimento de associações rígidas com espaços, papéis e atividades, fortemente vinculadas ao universo que se refere como pequena produção, agricultura familiar, no qual de modo frequente aparece a dicotomia casa/roçado, definindo espaços e atividades para homens e mulheres. Abordagens antropológicas sinalizam um quadro complexo de relações, em que se evidenciam articulações entre atividades (pluriatividade), diferenciações em situações de migrações sazonais, intensificação de contatos com espaços urbanos, participação política e militância, entre outros.<sup>1</sup>

De modo específico, a realidade dos assentamentos rurais evidencia um fluxo de relações sociais que gera comportamentos que desafiam limites entre rural/urbano e, por consequência, impacta de modo significativo modos de vida associados a esses contextos, o que fica bastante visível em relação ao gênero e geração. Embora isso possa ser percebido em diferentes contextos, em tempos de globalização cultural, no caso dos assentamentos rurais essa relação assume um caráter singular, desde que insere-se em um processo de produção cultural que envolve sujeitos

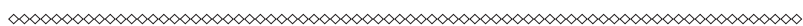
---

1 Ver mais sobre o assunto em Elisete Schwade e Ellen Woortmann (2014); Barry Scott e Rosineide Cordeiro (2010) e Barry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes (2010).

com trajetórias diferenciadas, no entanto, reconhecidos coletivamente como proposta.

Os assentamentos rurais no Brasil vêm sendo pesquisados sob diferentes óticas, ponderando transformações na organização produtiva, em propostas de gestão do cotidiano, na participação política, gênero e geração. A efetivação de projetos de assentamento provoca uma série de mudanças na organização fundiária das regiões em que são implantados.<sup>2</sup> Na esfera da vida dos assentados, essas mudanças têm implicações na organização no cotidiano, relacionadas ao processo de participação na luta pela terra, aos contatos, as mediações proporcionadas por diferentes agências. Nesse sentido, os impactos dos assentamentos são visíveis no âmbito interno, tendo em vista os modelos de gestão inovadora propostos; no âmbito externo, considerando os efeitos da organização fundiária na região em que estão inseridos. (LEITE et al., 2004, p. 257)

O estudo de trajetórias de mulheres militantes, suas relações com os diferentes movimentos e instituições, bem como trânsitos que vão do local ao global, tem revelado aspectos importantes no que se refere às interpelações acerca do gênero no contexto do ativismo político de luta pela terra. (SCHWADE, 2013, 2014) Destaca-se nas trajetórias dessas mulheres a manutenção dos vínculos com o trabalho na terra e na organização dos assentamentos, notadamente nas práticas relacionadas ao cultivo e na organização econômica e política. Essa permanência traz indagações que diferenciam as possibilidades de papéis que as mulheres assumem, como por exemplo, na coordenação de práticas ativistas que as projetam fora do coletivo do assentamento e também nas lideranças em atividades econômicas viabilizadas nos projetos de assentamentos, ao mesmo tempo em que a permanência



2 Sobre os diferentes impactos dos assentamentos, ver de modo especial Sérgio Leite e colaboradores (2004).

do vínculo é que dá sustentabilidade e sentido a essa nova posição assumida pelas mulheres.

Em outra direção, pode-se verificar o desempenho de várias funções, muito além daquelas comumente associadas à vida das mulheres no trabalho no campo, tais como cuidado da casa e dos filhos e “ajuda” no cultivo – ou, no caso dos projetos coletivos, “participação na produção”. São mulheres que coordenam reuniões, assumem cargos públicos e tarefas diferenciadas, a coordenação de projetos coletivos ou a produção específica – como é o caso da produção de peixe em assentamentos do Rio Grande do Norte. Para essas mulheres, militantes, a cidade é também um espaço onde exercitam práticas que acionam o capital social acumulado no aprendizado da militância. Movimentam-se com facilidade, ao mesmo tempo em que usufruem de maneira diferenciada de bens de consumo.

Em outros contextos/assentamentos, de modo especial naqueles próximos às cidades, observa-se também uma grande ocorrência de situações vivenciadas por mulheres residentes em assentamentos rurais que exercem atividades remuneradas em cidades próximas. Para essas mulheres, muitas vezes também para seus companheiros, o acesso à terra significou um lugar seguro para a sua família, com moradia e certa infraestrutura. Assim, buscam na cidade a possibilidade de incrementar a renda, trabalham como diaristas, empregadas domésticas, entre outras atividades. Essas também se inserem no contexto do consumo, nesse caso voltado para a aquisição de utensílios domésticos, cuidados estéticos, entre outros. Há ainda outras relações com as cidades, como a venda de produtos nas feiras-livres ou para acesso à educação formal.

Em relação aos jovens, os deslocamentos com frequência estão associados aos engajamentos, a partir da inserção nas redes de formação, especialmente nos processos de escolarização dos jovens

através dos cursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Nesse caso, os jovens são atraídos pelos objetivos de iniciar ou dar continuidade a sua trajetória escolar.

A educação formal dos jovens, frequência à escola e conquista de um diploma pode fazer uma grande diferença em suas vidas. A análise da trajetória de jovens indica que parte significativa deles revela em seus discursos certa indefinição quanto aos seus projetos de futuro, expressa na tensão entre ficar ou sair do assentamento. Para eles, a oportunidade de ir à escola, de concluir o Ensino Médio e superior surge como o passaporte para concretizar um projeto diferenciado. Tal projeto pode envolver um investimento em trajetórias nas cidades ou, o que ocorre com frequência, a possibilidade de uma melhoria na condição de vida aliada a continuidade na luta política. (SCHWADE; PAIVA, 2014)

É nesse contexto que o investimento do MST nos jovens tem na educação a sua centralidade. Trata-se de uma estratégia que contempla tanto a luta pelas escolas nos assentamentos, como também a escolarização associada à formação de militantes. A formação em cursos técnicos e universitários, voltada, sobretudo, para a juventude, dá suporte à viabilização do projeto político do MST. Permite o contato dos jovens com diferentes realidades e o diálogo com estilos de vida urbanos, mas também traz novas necessidades para os assentamentos. Os jovens que permanecem nos assentamentos, de modo geral, assumem atividades fora, como professores ou mesmo nas práticas formativas e de organização do MST. São ainda os processos de escolarização, formação e construção do engajamento que oportunizam viagens para outras regiões e países, resultando num processo de formação diferenciado, no qual a profissionalização é também o fazer político.

## *Organização coletiva e fazer político: jovens e mulheres no MST e na relação com assentamentos*

A ênfase na participação das mulheres e jovens em diferentes espaços e organizações remete a questão da luta dos direitos no MST e nos assentamentos, englobando a diversidade. As ações do MST se inserem em um processo de produção cultural, cujos reflexos podem ser percebidos no cotidiano dos assentamentos. Como ocorre com outros movimentos sociais, o MST, enquanto organização, situa-se em um processo de produção de práticas, no decorrer do qual molda comportamentos, desafia tradições, cria significados, enquanto delinea o que assume como “transformação da sociedade”. Nesse processo, evidenciam-se ações dos sujeitos que têm participação ativa na construção das referências. Daí a importância de levar em consideração as trajetórias, as quais explicitam os efeitos dos processos de produção de significados culturais e políticos em que as práticas do MST estão inseridas. E, também, a organização de atividades coletivas do MST, tais como espaços de formação e congressos.

As mulheres e os jovens têm uma importância capital para o MST, e isso foi destacado no 6º Congresso Nacional do MST, em fevereiro de 2014. (SCHWADE; PAIVA, 2014) Nesse congresso também ficou evidente que essa ênfase é contextualizada, remetendo a argumentação da diversidade. Uma imagem que ocupou um lugar central acima do palco, durante todo o Congresso, permite uma leitura da direção que a luta pela terra vem assumindo nos últimos anos. Remete a diversidade, sinaliza diferentes contextos e conexões, fala de mulheres fazendo referência também à questão étnica, mulheres negras, mulheres indígenas; traz referências à Monsanto e às sementes, sinalizando diálogos entre diferentes movimentos sociais, tais como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC),





etc. Durante todo o 6º Congresso havia uma rede aberta de *Wi-Fi* disponível, fazendo com que os participantes jovens divulgassem o tempo todo as discussões que estavam acontecendo nas redes sociais. Também houve participação das crianças, que, organizadas na Ciranda Infantil – atividade que acompanha eventos, reuniões, cursos de formação do MST –, foram até o prédio do Ministério da Educação para entregar suas reivindicações.

Em todas as mesas e atividades do 6º Congresso, foi ressaltada a participação de mulheres e de jovens. Também foi na fala de um jovem que houve um único momento de referência a temas de diálogo com o movimento feminista (de jovens inclusive), tais como homofobia e aborto. Esses são temas ainda pouco discutidos no MST. Mas no âmbito da organização e das instâncias deliberativas, aparecem sempre como “questões a serem incorporadas”; no decorrer da minha pesquisa, presenciei vários momentos de apreensão sobre essas abordagens. A questão recorrente, no que se refere a políticas públicas que incorporam a dimensão de gênero, é a afirmação da necessidade do enfrentamento da violência contra mulheres.

Outro desafio também associado à participação e que se evidenciou no 6º Congresso está na necessária divisão de tarefas, uma vez que, embora houvesse um rodízio, muitas mulheres ficavam nas barracas e alojamentos preparando alimentos. Isso se repete na organização da participação política.

Contextualizando a ênfase nas mulheres e nos jovens, é preciso considerar que a luta pela terra sempre se construiu como participação igualitária e os consequentes desafios. Como incluir bandeiras específicas? Quem são os jovens e as mulheres do MST e dos assentamentos?

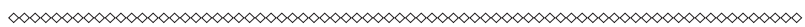
Desde os primeiros movimentos, o MST enfatizou em todos os processos organizativos a participação de toda a família, desde a promoção de reuniões, passando pelos acampamentos e com

continuidade nos assentamentos. A inclusão das mulheres se deu na construção da luta política a partir da noção de igualdade de participação. É nesse contexto que começam as referências ao “novo homem” e “nova mulher”, amplamente pronunciadas nos documentos e em diferentes atividades.

É também a família a referência para organização das atividades produtivas, na proposta do associativismo. Nas associações produtivas, o destaque de percentuais para mulheres interpela acerca dos papéis de gênero. O registro conjunto da terra, em projetos de reforma agrária, que fez com que, a partir de 2003, sempre o título de posse deva ter o nome do homem e da mulher – no caso do casal –, também é indicado como um aspecto importante, desde que amplia o registro de mulheres proprietárias (no caso, co-proprietárias). Também linhas de crédito específicas, tais como o Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar (PRONAF) para mulheres e jovens.<sup>4</sup>

Também a participação dos jovens, a princípio, se insere em uma perspectiva de coletivizar todo o processo, com a participação de todos os segmentos da família. Ou seja, mesmo no interior de um processo de questionamentos, permitido pela participação igualitária e ancorado na prática associativista, ainda há um reforço da família e dos papéis tradicionais de homens e mulheres nas relações familiares no meio rural.

No meu primeiro contato com o MST e em um assentamento rural em Dionísio Cerqueira-SC, em 1989, os jovens eram protagonistas da luta. Esse assentamento, em especial, tinha forte referência de organização dos jovens e contava inclusive com uma casa em que vários residiam juntos chamada “a casa dos solteiros”. Lembro que fui até a escola e as crianças me perguntaram se



4 No entanto, recentemente, um técnico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no Rio Grande do Norte, nos informou que ele não se lembra de nenhuma solicitação de documento para essa linha de crédito.

eu iria participar de uma ocupação. Era essa a referência de luta. É preciso considerar esses aprendizados desde criança no contexto do universo simbólico camponês, com o qual se estabelece um diálogo na elaboração da noção de jovem como sujeito de direito.

Sobre os jovens, é importante também refletir sobre quem são e como se situam nas relações do universo camponês. Muito diferente dos espaços urbanos, jovens no meio rural são inseridos aos poucos no âmbito das tarefas da casa e do roçado, não permitindo uma fronteira muito clara que tenha similaridade com a noção de juventude no meio urbano. Em pesquisa realizada no assentamento Aracati-RN, envolvendo especificamente jovens casais, observei que eles casam e têm filhos muito cedo, entre 16 e 17 anos. Esse era o caso de jovens que não necessariamente tinham um vínculo direto com organização política, mas que trazem uma dimensão importante. Lembro-me de uma adolescente, com 16 anos, que fazia parte de um grupo de jovens de uma igreja evangélica, que gostava das atividades, mas casou e foi transferida para o “departamento das senhoras”, o que lamentava em virtude do caráter distinto das atividades previstas para esses segmentos na organização religiosa. (SCHWADE, 2010)

Nos espaços dos assentamentos também se ampliam as possibilidades de acessar programas e políticas, inserção em redes de produção e de articulação política que demanda das famílias uma gama de atividades sociais, engajamentos, militância e participação nas instâncias organizativas. Para o MST, o objetivo é ultrapassar o que o movimento classifica como uma concepção individualista de uso da terra, com base na experiência local para ações de engajamentos políticos comprometidos com projetos de mudanças de sociedade. (PAIVA, 2003; SCHWADE, 1993)

É preciso considerar, no entanto, a diversidade na efetivação dos projetos de assentamentos. É na organização da vida cotidiana que os conflitos e tensões se evidenciam. O êxito de propostas

associativistas depende da presença e dedicação constante, da militância. Muitos projetos de assentamento rompem com o MST. É nesse contexto que o investimento na escolarização dos jovens adquire sentido. Muitos jovens residentes em assentamentos, sobretudo no Nordeste, encontram nos processos de formação oferecidos no MST uma alternativa para escolarização. Alguns constroem nesse processo um engajamento. Outros conseguem, pela via da qualificação, se estabelecer nas cidades.

De modo similar, nos assentamentos rurais, tem continuidade a reivindicação de espaço para uma participação mais efetiva das mulheres nas atividades econômicas e na construção do ativismo político, em relações sociais que se estabelecem nas diferentes dimensões do cotidiano. É possível perceber interpelações significativas no que se refere ao gênero e geração, tanto em situações que envolvem a organização política, quanto na inserção em atividades econômicas e produtivas dos assentamentos rurais. Posicionamentos que, por sua vez, se refletem nas organizações familiares, nos afetos e em diferentes aspectos da construção subjetiva. Trata-se de um contexto que favorece uma atuação mais efetiva das mulheres, com reflexos na construção da equidade, que fica evidente quando a participação é construída nas experiências cotidianas.

No decorrer das minhas pesquisas, foi possível observar que, em assentamentos modelo, como é caso de Dionísio Cerqueira, os vínculos e atividades com espaços externos são definidos e planejados. Como exemplo, um tempo para que os jovens possam permanecer fora, sem perder o direito e a possibilidade de retorno, o que permite experiências no mercado de trabalho. No caso das mulheres já casadas e com filhos, a participação é orientada segundo decisões coletivas.

Por seu turno, em assentamentos que não conseguem viabilizar propostas associativistas e que prescindem desta organização

coletiva, pesquisas têm mostrado que é cada vez mais frequente a migração sazonal de homens e mulheres em contextos de vulnerabilidade. Também ocorre uma atração para atividades externas quando os assentamentos se localizam próximos a grandes projetos, tais como parques de produção de energia eólica e grandes empresas de fruticultura, no Nordeste.

Deve-se considerar também a reprodução de desigualdades que envolvem outros marcadores sociais e pertencimentos, como é o caso de mulheres negras e residentes em comunidades rurais que trabalham em residências nas cidades próximas por remunerações que estão muito distantes de promover a sua inclusão e participação no mercado de trabalho.

É nesse contexto que se torna importante pensar como se constrói as imagens do urbano e as diferentes relações com as cidades, bem como algumas situações de conexões com espaços globais, enquanto integrantes de diferentes níveis de trocas, diálogos e contatos. A consolidação dos projetos de assentamento está imbricada em conexões, possibilidades de mobilidades singulares que impactam papéis de gênero de modo bastante específico. São conexões que impactam nas possibilidades de identificar fronteiras rígidas entre espaços – rurais, urbanos, locais, globais e também demarcações de identidade – masculino, feminino, camponês, trabalhador urbano. Trata-se de diferentes deslocamentos.

A reflexão sobre deslocamentos pode ser aprofundada a partir de discussões recentes sobre processos migratórios, notadamente no que se refere ao gênero. Trata-se, também, de abordagens que se debruçam sobre os efeitos da migração, considerando os deslocamentos de atores individualmente em contextos singulares, o que permite visualizar a diversidade dos processos migratórios.

Uma das questões sublinhadas, em se tratando dos efeitos, é o impacto nos papéis associados a homens e mulheres no interior da família, notadamente as divisões e tarefas vinculadas aos espaços

– a casa e a roça. No entanto, é preciso considerar que, em muitas situações, o deslocamento das mulheres implica em assumir as atividades no seu retorno, algo muito comum nas saídas das mulheres para a formação, para a militância ou mesmo para trabalhar.

### *Empoderamentos, participação e militâncias*

À medida que o MST vai se construindo como ator político, intensifica a elaboração de uma articulação entre rural/urbano e a incorporação de novos segmentos como sujeitos da sua proposta de luta política, com o objetivo de transformação social.

Assim, nos assentamentos rurais, observam-se permanências e transformações no que tange aos segmentos destacados. Em se tratando de jovens, observa-se a importância que esses têm no sentido de fomentar um diálogo necessário com os diferentes espaços, por meio de deslocamentos e abertura para novas fronteiras, dada a capacidade dos jovens de se movimentar e estabelecer o diálogo intergeracional. São também mulheres e jovens os protagonistas na construção de demandas políticas destinadas a esses segmentos, mas que beneficiam todos os residentes, de modo especial, relacionadas ao lazer, educação, saúde e subsistência cotidiana. É nesses projetos que se pode observar uma presença significativa de mulheres, ocupando lugares de destaque, coordenando reuniões, estabelecendo contatos. Isso contrasta, ainda, com a realidade cotidiana de mulheres que, empenhadas nos afazeres cotidianos, vivem ao redor das casas, com acesso ainda limitado à educação e uma inserção ainda precarizada, que faz com que não se reconheçam nesses projetos.

Em outra direção, jovens e mulheres estabelecem diálogos com o urbano a partir da ênfase em bandeiras de luta presentes e organizações feministas e de mulheres. É o caso do MMC, mas

também da MMM, nos quais se destaca a referência a produção de alimentos, a soberania alimentar e agroecologia, e a produção a partir das sementes criolas. Em alguns contextos, a participação das mulheres reproduz o modelo camponês, com a horta relacionada à casa, e ao espaço feminino. Mas a ênfase nas hortas com características que remetem a agroecologia e aos produtos orgânicos também estabelece diálogos com outras referências de lutas protagonizadas por sujeitos de direitos, como é o caso dos projetos de hortas urbanas.

É cada vez mais frequente a atuação das mulheres em espaços externos aos assentamentos para a viabilização das atividades produtivas. Mulheres também são favorecidas pelas políticas públicas que incentivam projetos para associações de mulheres – produção de doces caseiros, as hortas, entre outros. Tais projetos se mostram com maior êxito quando as mulheres se deslocam e dialogam no processo de comercialização, eliminando assim os atravessadores. Essas atividades atribuem destaque para algumas mulheres, que terminam se situando em posições de liderança.

Diante desse quadro, pode-se destacar alguns fatores que favorecem o empoderamento de mulheres:

- Experiência acumulada na participação e na militância – capital cultural/social;
- Residência e/ou permanência por determinado período fora do assentamento;
- Viagem de mulheres para outros países dialogando com a realidade local, na produção de novos produtos agrícolas, na reflexão e reorganização de práticas alimentares, entre outros;
- A construção da militância associada à escolarização, principalmente dos jovens, constitui-se em outro fator de empoderamento e destaque;

- Participação em projetos produtivos internos aos assentamentos, na coordenação de atividades de associações, nos conselhos municipais e outros fóruns, todas facilitadas pelo capital cultural e político adquirido na abertura para atividades externas.

Não obstante esses aspectos, em relação às mulheres e aos papéis de gênero, embora a iniciação no engajamento se situe como ampliação do campo de possibilidades, permanecem desafios no enfrentamento das desigualdades cotidianas nos papéis de gênero. Mesmo nos contextos do destaque de grandes questões e seus respectivos vínculos com mulheres, trazendo-as para a cena, elas aparecem fortemente vinculadas a dimensões específicas da luta política, tais como educação e a projetos de produção de agroecologia, ou seja, em pequena escala.

Finalizando, a reflexão sobre os assentamentos tem desafiado fronteiras rígidas, bem como evidenciado a diversidade de possibilidades para organização social e política de atividades produtivas no meio rural. A diversificação dos contextos rurais e os impactos sobre o gênero estão relacionados a diferentes processos, redimensionamento de fronteiras entre rural e urbano; mas também a abordagens que, sob uma perspectiva que incorpora práticas cotidianas e contextos de relações sociais entre homens e mulheres, aponta para dimensões que não ficam explicitadas quando a referência recai sobre noções predefinidas – como por exemplo, as associações que dicotomizam espaços e atividades de homens e mulheres.



## Referências

- ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-772, set./dez. 2007.
- BERGAMASCO, Sonia Maria P. Pereira. A família nos assentamentos rurais: trajetórias e conquistas. In: PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca R.; ALMEIDA, Joaquim Anécio (Org.). *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria: Ed. UFSM, 1997. p. 25-38.
- CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-262.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. *Juventude rural: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra”*. 2005. Trabalho apresentado ao 29º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, 2005.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. Sonhos, desejos e a realidade: herança, educação e trabalho de jovens rurais da Baixada Fluminense/RJ. *Boletim NEAD*, [Brasília, DF], [2004].
- CAVALCANTI, Bruno César; BARROS, Rachel Rocha de Almeida. Desejos de cidade: imaginários urbanos em assentamentos rurais numa área de reserva de mata atlântica brasileira. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 217-235, 2006.
- LEITE, Sérgio et al. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília, DF: IICA: Nead; São Paulo: UNESP, 2004.
- MACHADO, Lia Zanotta. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, p. 13-46, 2014.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, Adriana L.; ZARZAR, Andrea Butto (Org.). *Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília, DF: MDA, 2008. p. 7-18. (Nead Debate, 14).
- MEJIA, Margarita R. G.; MOREIRA, Roberto J. Tensões entre diferentes ruralidades na comunidade de Taquari. In: MOREIRA, Roberto José (Org.). *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

- MOREIRA, Roberto José (Org.). *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- NOVAES, Regina. *Juventude e sociedade: jogos de espelhos: sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas*. [2007]. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a38-rnovaes.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2010.
- PAIVA, Irene Alves de. *Os aprendizados da prática coletiva: assentados e militantes do MST*. 2003. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- ROBBEN, Antonius C. G. M. Multi-sited fieldwork. In: ROBBEN, Antonius C. G. M.; SLUKA, Jeffrey A. (Ed.). *Ethnographic fieldwork: an anthropological reader*. [Hoboken]: Wiley-Blackwell, 2006.
- SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 321-330, jan./abr. 2003.
- SCHWADE, Elisete. Construção da militância, gênero e geração no MST e em assentamentos rurais: reflexões sobre um processo de pesquisa. In: OLIVEIRA, Kelly Emanuely de; OLIVEIRA, Luciana Maria Ribeiro de; NEVES, Ednalva Maciel (Org.). *Pesquisa e ética na antropologia contemporânea: territorialidade, gênero, saúde e patrimônio*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2013. p. 41-80.
- SCHWADE, Elisete. Gênero e ativismo político: mulheres no MST e em assentamentos rurais. In: ASSIS, Gláucia de Oliveira; MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana Bornéo (Org.). *Entre lugares e mobilidades: desafios feministas*. Tubarão: Copiart, 2014. p. 229-248.
- SCHWADE, Elisete. Gênero e juventude em assentamentos rurais. In: SCHWADE, Elisete; VALLE, Carlos Guilherme O. do (Org.). *Processos sociais, cultura e identidades*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 323-358.
- SCHWADE, Elisete. *A luta não faz parte da vida... é a vida: o projeto político-religioso de um assentamento no oeste catarinense*. 1993. 189 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.
- SCHWADE, Elisete; PAIVA, Irene Alves de. Nas resistências: ação política, jovens e mulheres no MST e em assentamentos rurais. *Vivência: Revista de Antropologia*, Natal, v. 1, n. 43, p. 67-83, 2014.

SCHWADE, Elisete; WOORTMANN, Ellen F. Mulheres em contextos rurais. *Vivência: Revista de Antropologia*, Natal, v. 1, n. 43, p. 7-9, 2014.

SCOTT, Parry. Fluxos migratórios femininos, desigualdades, autonomização e violência. In: AREND, Silvia M. F.; RIAL, Carmen S. de M.; PEDRO, Joana M. (Org.). *Diásporas, mobilidades e migrações*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

SCOTT, Parry. Morais, religião e sexualidade em contextos urbano, rural e indígena: namoro, aborto e responsabilidade. In: SCOTT, Parry; ATHIAS, Renato; QUADROS, Marion Teodósio de (Org.). *Saúde, sexualidade e famílias urbanas, rurais e indígenas*. Recife: Ed. UFPE, 2007. p. 13-54.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Org.). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Ed. UFPE, 2010.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

SILVA, Cristiani Bereta da. Relações de gênero e subjetividades no devir do MST. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./abr. 2004.

SILVA, Marcelo Saturnino da; MENEZES, Marilda Aparecida de. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos migrantes sazonais do município de Tavares – PB. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 279-310.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 6, n. 17, out. 1991.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001.

WOORTMANN, Ellen F.; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata (Org.). *Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília, DF: MDA: Nead, 2006.



## REFLEXÕES SOBRE O SER LÉSBICA E SUAS ORGANIZAÇÕES NA BAHIA

Zuleide Paiva da Silva  
Janja Araújo

Sonho que sou a Poetisa eleita,  
Aquela que diz tudo e tudo sabe,  
Que tem a inspiração pura e perfeita,  
Que reúne num verso a imensidade!  
Sonho que um verso meu tem claridade  
Para encher todo o mundo! E que deleita  
Mesmo aqueles que morrem de saudade!  
Mesmo os de alma profunda e insatisfeita!  
Sonho que sou Alguém cá neste mundo...  
Aquela de saber vasto e profundo,  
Aos pés de quem a terra anda curvada!  
E quando mais no céu eu vou sonhando,  
E quando mais alto ando voando,  
Acordo do meu sonho...  
E não sou nada!...  
(Florbela Espanca, 2003)

## *Situando as sujeitas cognoscentes...*

O processo de aprendizagem, produção e difusão do conhecimento que baliza este estudo é orientado pelas teorias lésbicas, sobretudo pelo pensamento de Monique Wittig (2010) e Adrienne Rich (2010), que tecem a lesbianidade como campo dos estudos feministas apontando a heterossexualidade obrigatória como matriz de opressão e a existência lésbica como ato de resistência. Outra matriz de pensamento que orienta esse estudo, que é interdisciplinar por natureza, é o construto teórico de Paulo Freire, que mostra à Ciência que não há docência sem discência, pois quem ensina, aprende ao ensinar, e quem aprende, ensina ao aprender. Assim, quem forma, se forma, torna-se. (FREIRE, 2007) Nessa perspectiva, quem pesquisa busca, indaga, se indaga, constata. Constatando, intervém, intervindo, educa e se educa, se transforma. E pesquisa é capacidade de elaboração própria, é descoberta, criação, diálogo, comunicação. Nessa perspectiva, tornamo-nos professoras lésbicas feministas, sujeitas aprendizes, orientanda e orientadora, respectivamente, no exercício da *praxis* que busca fazer do ato de ensinar, ato de pesquisar, de aprender e de comunicar apreendendo a educação como forma de intervenção no mundo. Assim, nos inserimos na sociedade, e nesse estudo, como sujeitas das nossas histórias.

Como parceiras, seguimos os passos da mestra que aponta o paradigma “o pessoal é político”, uma reflexão produzida nos anos 1970-1980 por pesquisadoras de diferentes áreas para politizar o cotidiano, evidenciando que a vida doméstica (pessoal) e a vida não doméstica (pública) não podem ser interpretadas isoladamente, que é preciso pensar as relações pessoais como relações de poder. Desde esse paradigma, nos inserimos no estudo, conforme orientações de Sandra Harding (1998), nos revelando sujeitas implicadas que se pretendem epistêmicas, negando, assim, qualquer possibilidade de neutralidade do mesmo, pelo contrário.

Busca-se, aqui, a visibilidade lésbica e o reconhecimento da organização lésbica como ato político de resistência e enfrentamento às diferentes matrizes de opressão que incidem no corpo político das lésbicas.

Na condição de orientanda ressalto ter ingressado no campo dos estudos feministas, através do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA), em 2008, investigando a violência contra as mulheres no Território do Sisal, um pedaço do semiárido baiano produtor de identidades de fibra e resistência, onde as mulheres e homens lutam juntos por um sertão mais justo, e as trabalhadoras rurais protagonizam a luta pelo fim da violência contra as mulheres desde os anos 1980. (SILVA, 2007, 2010) Reconhecendo a pesquisa feminista como ato político de enfrentamento ao androcentrismo da ciência, um processo contínuo de crítica à postura que tem sido considerada como a postura “do conhecedor” no pensamento político ocidental, hoje sigo em formação continuada no Doutorado Multi-Institucional, Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC), da UFBA, investigando fios e tramas do pensamento e do movimento das lésbicas organizadas na Bahia. Também como professora ativista, vinculada à Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), que se apresenta como uma

[...] rede feminista de âmbito nacional que se constitui como espaço autônomo e não institucional de empoderamento feminino e articulação política anticapitalista contra todas as opressões do patriarcado, do racismo e do heterossexismo (LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS, 2015, p. 1)

Sigo apreendendo a subjetividade lésbica como um processo, uma emergência histórica, não determinada pelo social, mas em conexão com processos sociais, culturais, econômicos, religiosos, tecnológicos, midiáticos, entre outros, que participam da sua constituição e do seu funcionamento. A universidade define

minha classe, e me atribui tarefas: educar, publicar ou perecer. A LBL modela meu ser militante, e me atribui tarefas: ocupar, resistir e transformar.

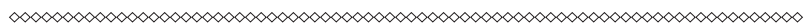
Assim situada, no cumprimento das minhas tarefas acadêmicas ativistas, ressalto que o propósito aqui é produzir sentidos sobre o corpo político das lésbicas como ato político. Para tanto, me aproximo do pensamento movimento LesBiTransInter-Feminista *Venir al Sur*, um feminismo heterodissidente que emerge na América Latina e no Caribe, protagonizando diferentes vozes, formas, corpos e práticas questionadoras da heterossexualidade obrigatória e da “mulher” como sujeito universal dos feminismos. O feminismo *Venir al Sur*, vale ressaltar, já realizou dois encontros, um no Paraguai, em 2012, outro em Costa Rica, em 2015, reunindo feministas de diversos países da América Latina e do Caribe, todas(os) unidas(os) pelo desejo de construir juntos feminismos críticos, amorosos, criativos, libertários, heterossidentes, livre de violência de gênero. Os encontros do movimento *Venir al Sur*, também vale ressaltar, reivindicam o papel central que as mulheres da diversidade têm no desenvolvimento prático e teórico dos movimentos feministas, e reiteraram a importância da existência de espaços onde seres dissidentes da heterossexualidade possam compartilhar suas/nossas experiências de luta e reconhecer de forma crítica sua incidência na transformação das sociedades patriarcais, marcadas pela violência e pela exploração capitalista.

Certa do meu desafio como integrante do movimento *Venir al Sur*, de produzir saberes e espaços que reconheçam as lésbicas como sujeitas da diversidade produtoras e difusoras de conhecimento relevante para as suas nossas/nossas lutas, ressalto que o meu propósito aqui é refletir sobre o ser lésbica e suas organizações na Bahia, estado onde moro há mais de 30 anos. Ressalto, ainda, que esse texto – que foi base para a comunicação oral sobre o tema, no Simpósio Baiano de 2015 –, não se pretende um discurso de verdade, mas uma prosa livre sobre o tema, um ponto de



vista sobre um fazer e pensar com, e não sobre, as lésbicas organizadas. Reitero, por fim, que dos feminismos heterodissidentes, emanam os fios e tramas que alicerçam meus desejos e crença na diversidade como princípio da vida.

Acredito no prazer todo poderoso.  
Acredito em meus desejos.  
Acredito no meu corpo portador de todas minhas criatividades.  
Acredito no que eu ainda não imagino que poder ser belo.  
Acredito em muitos feminismos, em muitos orgasmos.  
Acredito na beleza da monstruosidade.  
Acredito nos meus pensamentos, acredito na minha intimidade.  
Acredito em todas as felicidades.  
Acredito no corpo atravessado pelo prazer, a injúria, a diversão, e o riso.  
Acredito no feminino com sentido do humor, por piedade, com sentido de humor.  
Acredito nas dores da história porque se me serve para um riso gigantesco.  
Acredito no corpo do cabaré, bêbado de vida e transgressão.  
Acredito no riso porque me enche de oxigênio meus feminismos.  
Acredito no riso porque faz meus órgãos e meus orgasmos mais grandes.  
Pelo riso, pelo riso, pelo meu grande riso.  
Acredito na arte porque revoluciona os corpos.  
Acredito nas contradições porque elas me fazem imaginar o que eu ainda não imaginei.  
Acredito que imaginar o inimaginável é a coisa mais próxima de voar  
Acredito no guaguai. Acredito antes de tudo em Rafaela Carra como percussora da libertação feminista latino-americana.<sup>1</sup>  
(MANIFESTO..., 2012, tradução nossa)

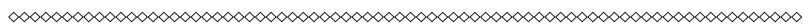


1 “Creo en el placer todo poderoso / Creo en mis deseos. / Creo en mi cuerpo portador de todas mis creatividades. / Creo en lo que todavía no imagino que puede ser bello. / Creo en muchos feminismos, en muchos orgasmos. / Creo en la belleza de la monstruosidad. / Creo en mis pensamientos, creo en mi intimidad. / Creo en todas las felicidades. / Creo en un cuerpo atravesado por el placer, la lujuria, la diversión y la risa. / Creo en un feminismo con sentido del humor, por piedad, con sentido del humor. / Creo en los dolores de la historia porque sí me sirve

Assim crendo, me reinvento lésbica feminista, um ser em constante processo de reconstrução de si.

## *Lésbica, um ser de outro tipo*

Desde os feminismos heterodissidentes, o signo lésbica é uma experiência tão diversa, com um grau de identificação tal que é impossível delimitar ou afirmar quem é, ou quem não é lésbica. Porém essa etiqueta contém uma utilidade estratégica para o estudo desse ser multiforme como parte relevante de um olhar sobre a ordem que impele o binarismo do gênero, que normalmente se apresenta como neutra. Essa etiqueta, porém, não fixa uma identidade subjetiva, tampouco é uma roupa que veste um corpo sexuado. Como afirma Avtar Brah (2006), questões de identidade estão intimamente ligadas a questões de experiência, subjetividade e relações sociais. Entende-se identidade aqui em anuência com Stuart Hall (2009), como algo em permanente transformação. Nessa perspectiva, a construção da identidade é uma produção que está sempre em processo e nunca se completa. Assim, identidade é construção cultural, relacional, provisória, marcada pela diferença por meio de símbolos e só adquire sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas. O conceito de identidade é, portanto, estratégico e posicional, e a identidade coletiva, como afirma Brah (2006, p. 371), “é o processo de significação pelo qual experiências comuns em torno de eixos de diferenciação – classe, casta ou religião – são investidas de significados particulares”; no entanto a identidade coletiva não



para una risa gigantesca. / Creo en un cuerpo cabaretero, embriagado de vida y transgresión. / Creo en la risa porque me llena de oxígeno mis feminismos. / Creo en la risa porque hace mis órganos y mis orgasmos, más grandes. / Por la risa, por la risa, por mi gran risa. / Creo en el arte porque revoluciona los cuerpos. / Creo en las contradicciones porque me hacen imaginar lo que no he imaginado. / Creo que imaginar lo no imaginado es lo más parecido a volar. / Creo en el guaguais. Creo antetodo, en Rafaela Carrá como precursora de la liberación feminista latinoamericana”.

se reduz à soma das experiências pessoais, nem suprime totalmente outras identidades.

O lesbifeminismo, formado a partir dos anos 1970, deu forma a uma estrutura de identidade coletiva na qual as lésbicas puderam se reconhecer, dotando a identidade lésbica de uma dimensão política e pública articulada com as lutas feministas pela derrocada do patriarcado como sistema de dominação e da ordem heterossexual. Nessa perspectiva, lésbica é ser político.

Ser que transcende as normatizações

Ser que luta pelos ideais de equidade de gênero, raça e classe.

É assim que te vejo: articulada, movimentos livres, corpos que falam e usam o megafone quando necessário.

Corpos feministas que vão além da visão de mundo pós-estruturalista em utopias.

Te vejo dentre as revolucionárias de plantão, poesia em versos cortantes e revolucionários dos feminismos.

Te vejo tecendo teias de sororidade.

Te vejo tecer costuras políticas, inovadoras dentre os corpos lésbicos que transcendem e não aceitam as normatizações.

Te vejo neste retrato preto e branco, desbotado, mas também colorido, em cinzas, além da fênix.

Te vejo no retrato histórico político, nossos nomes escritos nas tábuas revolucionárias.

Não sei se posso nos denominar como mulher, por todas as construções sociais mesquinhas que deram a este nome, mas te vejo SER.

SER que transcende, SER no mais amplo sentido da palavra.<sup>2</sup>

(LEMOS, 2014, p. 12-13)

Como ser político, o ser lésbica se constitui na luta, por viabilidade, por justiça social, e como tal, é corpo coletivo em movimento.



2 Poesia lida no 8º Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (SENALE) e no 2º Encontro de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia (ENLESBI).

















frequentadores(as) do bar, que viviam sem a liberdade de poder expressar o jeito de ser e viver a sexualidade não heterossexual, cansadas(os) de tanta opressão, se uniram pela primeira vez e reagiram à repressão policial corriqueira nos bares e casas noturnas frequentadas por homossexuais, lutando contra a intolerância. Como ressalta Deco Ribeiro (2011, p. 153), “pela primeira vez todos eles se sentiram iguais – por serem diferentes. Iguais por causarem estranhamento ao padrão heteronormativo da sociedade. Eram *queer*, esquisitos”.

Stonewall, ressalta Ribeiro (2011), é uma palavra com forte significado para a comunidade LGBT. Depois dessa revolta no bar, a palavra de ordem passou a ser visibilidade, dando início às lutas coletivas pelo reconhecimento da homossexualidade em diferentes partes do mundo. Como ressalta Ribeiro (2011, p. 154), a experiência de luta e resistência evidencia para as pessoas LGBT que “O Eu sozinho não basta – precisamos desse reconhecimento externo. De nossos amigos e companheiros, da sociedade, do Estado”. Para Ribeiro (2011, p. 154), é preciso reconhecer a existência da diferença, “se quisermos compreender realidades que, a princípio, são totalmente estranhas às nossas”. Concordando com o autor, acreditamos que o reconhecimento externo exige o reconhecimento de si. Nessa perspectiva, precisamos nos conhecer inteiras, saber da nossa solidão de existirmos sozinhas para percebermos e compreendermos a existência do “outro” que nos define, e nós queremos que nos reconheçam.

Como nos diz Eduardo Oliveira (2007, p. 90), “Existo, e o que me alimenta são os outros. Eu sou sozinho, mas só me faço sozinho porque os outros me tecem. Não sou solitário. Ao contrário, a solidariedade me é um valor”. Assim, “[...] quando a solidão é fruto da responsabilidade, dor e prazer de assumirmos o que somos e construirmo-nos a nós mesmos, então solidão é o encontro com o outro”. (OLIVEIRA, 2007, p. 90) O reconhecimento de si,

da dor e do prazer comum em torno da sexualidade não heterossexual é dispositivo que converge e articula os movimentos de lésbicas como ato de resistência (CLARKE, 1990), expressões dos movimentos sociais, produtos culturais, textos e contextos diversificados e vinculados. Nessa perspectiva, qualquer tentativa de homogeneizá-los em conceito único, perspectiva única, é fadada ao fracasso.

No Brasil, as organizações lésbicas surgiram no final dos anos 1970, num cenário de lenta abertura política (GIANORDOLINASCIMENTO; TRINDADE; SANTOS, 2012), e de deslizamento entre os conceitos de homossexualidade, comunismo, desordem e oposição ao regime. (GREEN, 2014) No contexto político cultural, no qual a sodomia criminalizada estava fora de cena e em seu lugar estava o amor sexual entre iguais, “homossexualismo” caracterizado como patologia do instinto sexual, era comum ouvir pais e mães declararem sem rodeios: “Prefiro um filho ladrão do que viado”, “Prefiro ter uma filha puta do que sapatão”. (MOTT, 1987, p. 140)

Um conjunto de depoimentos de lésbicas, publicado no livro *O lesbianismo no Brasil*, revela as crueldades heterossexuais contra lésbicas no interior das famílias brasileiras nos anos 1970 e 1980.

Quando uma família suspeita que uma filha revela tendências homossexuais, todos os recursos são acionados a fim de corrigir e curar a indesejada anormalidade. Broncas, surras, castigos, humilhações, tratamentos médicos, internações – vale tudo na luta para não se manchar a honra da família. Até mutilações fazem parte desta sinistra cura do lesbianismo. (MOTT, 1987, p. 140)

Buscando romper com essa lógica reprodutora de violências que invisibiliza, cala e mata pessoas não heterossexuais, surgem as primeiras organizações lésbicas conhecidas no Brasil, que seguem no limbo do esquecimento produzido pela cultura do silêncio.

Gláucia Elaine Silvo de Almeida (2005), Patrícia Lessa (2007) e Maria Celia Orlato Selem (2007), que analisam as organizações lésbicas em diferentes perspectivas, apresentam um “corpo lésbica”, gendrado no feminino, situado em três momentos que se imbricam. No primeiro, o “corpo lésbica” é constituído por processos de afirmação e positivação da afetividade e da sexualidade para além da norma heterossexual sustentada pelas tecnologias do sexo e do género. Esse corpo se reestrutura em torno da reivindicação identitária pautada na política da visibilidade e ação social. No segundo momento, o corpo se apropria de lugares de poder e reivindica políticas públicas no campo dos direitos humanos, da saúde e da educação. No terceiro momento, o corpo é midiaticado, fazendo emergir uma proliferação de imagens e representações positivadas de si. Os três momentos não têm uma data inaugural. Como bem ressalta Lessa, esses momentos indicam tão somente que o “corpo lésbica” não é uniforme, além de revelar seus discursos e práticas. Os estudos revelam ainda que o “corpo lésbica” é um corpo vulnerável, que luta pela sua existência.

### *Organizações lésbicas na Bahia*

Na Bahia, as primeiras organizações lésbicas surgem em 1979, não de um racha do movimento homossexual, mas do encontro afetivo político de estudantes lésbicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que, no percurso da graduação, se aproximaram dos grupos de esquerda e vivenciaram o seu tempo como um momento de experimentação de novas possibilidades de ser, de viver lésbica. Como lésbicas, de alguma forma, elas sabiam que para viver a sexualidade não heterossexual, em qualquer tempo, é preciso lutar. Nos anos 1980, a luta era, e continua sendo, por libertação.

Temos lutado pela bunda, pela rola, pela chota, pelo beijo livre, pelo tesão sem tabus, pelo carinho sem fronteiras. Por uma sociedade em que a sexualidade seja livre, gostosa, alegre. Sem repressão. Onde o único limite do prazer seja liberdade do outro. (MOTT, 2011)

Lutando “por mais amor e mais tesão”, como mostra James Green (2000), nos anos 1970 e 1980, uma geração de lésbicas transgrediu as noções tradicionais de feminilidade expressando a sua independência ou sentindo desejo sexual por outras mulheres.

A rejeição de muitas lésbicas dos papéis femininos tradicionais, incluindo a ‘passividade’, colocaram-nas fora do paradigma dominante do gênero. A expressão pejorativa ‘sapatão’ refletiu este mal-estar social contra a mulher forte e masculinizada. (GREEN, 2000, p. 279-280)

Embora o contexto político fosse de repressão às liberdades, segundo Green (2000), o golpe militar pouco afetou a subcultura *gay* e lésbica das grandes cidades. Enquanto os militares controlavam o governo, as transformações sociais e culturais que ocorreriam no país afetavam as noções de gênero e sexualidade.

Cantores como Caetano Veloso, Maria Bethania e Ney Matogrosso apresentavam uma imagem andrógina que transgredia os papéis sexuais, e implicava um desejo bissexual. Valores boêmios e contraculturais que enfatizavam a liberdade sexual individual começaram a influenciar os intelectuais e estudantes. A cultura da juventude que desafiava valores tradicionais de sexualidade e gênero permeava a classe média urbana. (GREEN, 2000, p. 281-282)

Militantes homossexuais de esquerda, de acordo com o autor, sofreram repressão não devido a sua sexualidade, mas por seu posicionamento ideológico e engajamento político. Mas, ressalta Green (2000), apesar do surgimento do movimento de libertação *gay* após a rebelião de Stonewall, em Nova York, que impulsionou, no início dos anos 1970, a formação de grupos na

Argentina, México, Porto Rico e no Brasil, mas a formação de um movimento homossexual parecia impossível. Somente a partir de 1974, quando a ditadura militar passou a enfrentar problemas relacionados à crise econômica e ao crescimento da oposição nas eleições, diferentes processos de auto-organização de estudantes ressurgem como uma nova forma de resistência.

Estudantes reativaram os organismos de autogestão nas universidades e mobilizaram-se contra a ditadura. O movimento operário se reorganizou, mobilizando uma onda de greves. Muitas mulheres que tinham participado na oposição clandestina contra os militares começaram a criticar publicamente o sexismo da esquerda, levantando ideais feministas. O Movimento Negro Unificado emergiu, desafiando a ideologia predominante de que o Brasil era uma democracia racial. Em 78, enfrentando uma oposição mais unida, os militares resolveram acelerar o processo de abertura gradual. (GREEN, 2000, p. 282)

É nesse cenário, como uma nova forma de resistência, que surge a primeira expressão da auto-organização de lésbicas da Bahia, o Grupo Libertário Homossexual (GLH), que emergiu nos espaços da UFBA, em 1979, logo após o Congresso Nacional de Reestruturação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Sua fundadora era militante da Liberdade e Luta (LIBELU), corrente de inspiração trotskista, que, segundo Edward MacRae (1990, p. 22), captou a imaginação dos estudantes “com suas palavras de ordem ousadas e uma maior abertura para os temas vinculados à contracultura”.

O GLH surgiu como fruto do desejo de mudanças socioculturais. Quem fomentou esse desejo no grupo constituído por estudantes do curso de Letras foi Margo Piva, professora lésbica feminista marxista da UFBA. Ela semeou ideias, textos, livros, literatura feminista, ajudando a fomentar o desejo de auto-organização das jovens lésbicas estudantes. O propósito maior do grupo, segundo sua fundadora, era discutir a sexualidade, fomentar a

“consciência homossexual”, transformar em orgulho a marca do estigma. Para tanto, o GLH se irmanou com os homossexuais negros do Movimento Negro Unificado (MNU), que logo criaram, no início da década de 1980, o Adé-Dudu, a segunda organização de homossexuais negros do Brasil. A amizade, a afetividade entre as lésbicas do GLH e os *gays* do Adé-Dudu garantiram a existência do grupo por aproximadamente sete anos na luta antirracista pelos direitos humanos da população homossexual.

Durante a sua existência, sob orientação da mestra Margo Piva, o grupo produziu uma única edição do *Jornal Amazonas*, em homenagem às guerreiras, apreendidas como símbolo da lesbianidade transformado em mito pela história. (SWAIN, 2007) O GLH se desarticulou em 1987, três anos após a morte da professora Margo Piva, deixando como legado uma história esquecida, de afeto e luta pelos direitos humanos das lésbicas.

Desde o surgimento do GLH, até 2010, quando ingressei na LBL, identifiquei outras quatro expressões de organizações lésbicas que por diferentes razões deixaram de existir. São elas: a) Quintas Cross (anos 1980), também constituído por um grupo de estudante lésbicas da UFBA, moradoras da Residência Universitária. Esse grupo se encontrava todas as quintas-feiras em um determinado bar localizado nas imediações da Residência estudantil, no bairro do Canela. Os encontros eram para brindar a vida, inventar, beijar, namorar, revolucionar, compartilhar, aprender, rir, criar, debater, propor, sonhar, denunciar, transformar. A organização Quintas Cross foi, sobretudo, um grupo afetivo, amoroso, espaço de vivências lésbicas, de política de outro tipo. Assim como o GLH, se desfez quando suas participantes concluíram a faculdade, ainda na década de 1980.

O terceiro grupo foi a Organização Não Governamental (ONG) Grupo Lésbico da Bahia (GLB), que nasceu em 1995 e deixou de existir em 2001. Esse foi o primeiro a ganhar visibilidade, local, nacional, internacional. O GLB trouxe para a Bahia o II Seminário



Nacional de Lésbicas (SENALE), em 2007, difundindo em terras baianas de forma efetiva, e afetiva, a visibilidade lésbica como estratégia para garantia de direitos, promovendo e fortalecendo a identidade lésbica como uma identidade política, através de um conjunto de discursos e práticas.

O quarto grupo, Palavra de Mulher Lésbica, foi a primeira ONG de lésbicas negras da Bahia, atuou entre 2002 e 2009 junto ao movimento de mulheres e ao movimento LGBT. O quinto grupo é o Tramas Feministas, criado em 2007 por um grupo de amigas lésbicas e não lésbicas do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA), com o propósito de estudo da literatura feminista produzida pelas lésbicas, fato que o caracteriza grupo de reflexão, um difusor das teorias lésbicas. A LBL é a primeira rede feminista de lésbica e mulheres bissexuais do Brasil, surgiu na Bahia, em 2003, no mesmo ano em que foi criada no Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, como uma rede nacional de lésbicas. Desde então, a LBL resiste e desenvolve ações que a referendam como a maior e a mais atuante rede de lésbicas e mulheres bissexuais do Brasil.

Em 2004, foi criado na Bahia o Fórum Baiano LGBT (FBLGBT), que hoje reúne em torno de 90 entidades. Dentre as organizações lésbicas que compõem o tal Fórum, destaco aqui a Liga Lilás de Lésbicas, de Lauro de Freitas, criada em 2007; o Coletivo Lesbibahia de Salvador, criado em 2008; o Grupo Lésbico Safo, de Vitória da Conquista, criado em 2008; e o Movimento de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia, criado, possivelmente, em 2012. Dentre as entidades mistas, que, no período de 2010 e 2014, se destacam pelo protagonismo das lésbicas, reconhecemos o Kiu! Coletivo Universitário pela Diversidade Sexual, criado em 2004, que continua ativo, e o Grupo Saphos LGBT, de Ilhéus, criado em

2008. Também reconhecemos o Grupo Cultural Carnavalesco Amuleto, criado em 2005, que embora não se reivindique como uma entidade lésbica, ou LGBT, desde a sua criação é presidido por lésbicas negras, e desde 2012 tem desenvolvido ações de promoção da visibilidade lésbica e enfrentamento à lesbofobia e ao racismo. Vale destacar o grupo Flor de Lotus, de São Francisco de Conde, criado em 2010. Em 2011, vale ressaltar, a ONG Felipa de Souza, do Rio de Janeiro, abriu uma filial em Salvador, mas fechou um ano depois.

Em 2014, surgiram duas novas organizações lésbicas na Bahia. Uma delas é Núcleo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Simões Filho, a outra é o Grupo Chá com Bolacha, de Itabuna.

Juntas, somos duas e, enquanto eles nos atiram pedra sou  
palavras duras,

semeamos nosso amor

e colhemos ternura.

Assim, quem sabe um dia juntem-se a nós mais duas mulheres,  
que semeiam,

mais dez mulheres, que plantam,

mais cem mulheres, que colhem.

Então,

em breve esta semente vire cidade, esta cidade, vire estado,  
este estado, vire país, este país, vire continente.

Uma corrente pelo mundo, de mulheres que amam mulheres,

jogando sementes, colheitas inteiras de amor se

espalhando pelos canteiros.

(BERENGUER, 2006)

O contínuo de organizações lésbicas da Bahia produzem o “conhecer militante”, um tipo de saber que é obrigatoriamente auto-analítico, inacabado, no qual a relação com o objeto está sempre

acontecendo em movimento. Segundo Emerson Elias Merhy (2008), o saber militante quando produzido no campo científico é uma situação atípica na ciência, pois nesse tipo de conhecimento, o sujeito e a sujeita que ambiciona ser epistêmico está explicitamente subsumido na sua implicação, na sua forma desejanste de apostar no agir no mundo de modo militante, não se reduzindo ao sujeito subsumido, ao poder e à lógica ideológica, como o sujeito epistêmico imaginado pelos procedimentos científicos contemporâneos. Para o autor, a situação do(a) sujeito(a) implicado(a) – militante – com a ação protagônica, não promete, *a priori*, a produção do conhecimento, garante a ação, a construção intencional “que da sentido ao agir em determinados campos da atividade humana. [...] Nesse tipo de processo a implicação é estruturante do processo, coloca-se sob análise a si mesmo em ação e intenção”. (MERHY, 2008, p. 23) Isso significa que os saberes produzidos pelas práticas militantes podem subverter as regras do jogo da ciência promotora da supremacia do conhecimento científico, evidenciando outros saberes, outras práticas de produção do conhecimento.

Na perspectiva feminista aqui apreendida, o “conhecer militante” é saber localizado e corporificado, é escrita do corpo, desde o corpo. Um saber capaz, como sugere Donna Haraway (1995), de vincular o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos nas dimensões do espaço mental e físico que mal sabemos como nomear. “A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva”. (HARAWAY, 1995, p. 15) Isso significa que o conhecimento militante feminista é parcial, incompleto, revelador da perspectiva das subjugadas.

Essa perspectiva, afirma Haraway (1995), tanto pode ser responsabilizada pelas suas promessas, quanto por seus monstros destrutivos, pois muitas são as correntes feministas que estabelecem bases teóricas para uma confiança especial na perspectiva

dos subjugados. Os saberes localizados, ressalta a autora, não estão isentos de avaliação crítica, de decodificação, desconstrução.

As perspectivas dos subjugados não são posições ‘inocentes’. Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que tem menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e imperativo de todo conhecimento. (HARAWAY, 1995, p. 17)

Negando o relativismo, Haraway (1995, p. 18) argumenta a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade “que privilegia a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver”.

Em sintonia com o construto teórico de Haraway (1995) e Merhy (2008), reconhecendo as estruturas patriarcais produtoras de lesbofobia, as organizações lésbicas da Bahia têm produzido e reverberado, em discursos e práticas, a noção de “lesbianizar” como um ato de contestação, de visibilidade lésbica. Visibilizar, como bem ressalta Zora Yonara Costa (2012), uma das fundadoras do GLB, é tornar algo, ou alguém visível.

Estar visível é ser percebido. Assim, o termo visibilidade é uma qualidade dos corpos que são percebidos pelo sentido da visão. Visível, o corpo político das lésbicas se constituiu, e desse modo, visibilizado no espaço público, local em que as coisas aparecem, tornou-se parte da cidade. (COSTA, 2012, p. 202)

A primeira vez que esse termo “lesbianizar” é anunciado pelas lésbicas organizadas da Bahia foi na carta de repúdio à Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Estado da Bahia (SPM-BA), produzida em setembro de 2012, na qual, após longa descrição da situação de violência institucional repudiada, o termo aparece acompanhado da palavra “racializar”. (LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS, 2012)

Figura 1 – Card LBL (BA)

## Lesbianizar – saber militante



### NOTA DE REPÚDIO Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do Estado da Bahia (SPM- BA), a que será que se destina?

Subscvem este documento:  
Diadorim - Núcleo de Estudos de Gênero e  
Sexualidade da Universidade do Estado da  
Bahia  
LBL-BA – Liga Brasileira de Lésbicas da Bahia  
Liga Lilás – Coletivo de Lésbicas e Mulheres  
Bisexuais de Lauro de Freitas  
Lesbibahia – Coletivo de Lésbicas e Mulheres  
Bisexuais da Bahia

Fonte: Liga Brasileira de Lésbicas (2012).

Com o mesmo sentido de contestar a ordem vigente e promover a visibilidade lésbica, o termo “lesbianizar” também aparece no Projeto do I Encontro de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia (ENLESBI): “Para nós chega de lesbofobia, queremos mais amor, queremos cantar, dançar, brindar a existência/resistência lésbica. Queremos união, conexão, vibração. Queremos lesbianizar e racializar o mundo”. (ENCONTRO DE LÉSBICAS E MULHERES BISSEXUAIS DO ESTADO DA BAHIA, 2013, p. 1)

Em busca de outros sentidos para o termo, realizamos uma pesquisa no Google, em 19 de março de 2015, e encontramos aproximadamente 751 resultados em 0,44 segundos. A mesma pesquisa foi realizada no Google Acadêmico, apresentando 14 registros em 0,03 segundos. O resultado da pesquisa circunscreve os sentidos do termo lesbianizar à ação política de contestação da ordem heterossexual. Reiterando esse sentido de contestação do termo, nos textos intitulados “A Teoria de Monique Wittig revisitada”, de Zuleide Silva (2013), e “Lesbianizar é preciso, não somos todas mulheres: a teoria política de Monique Wittig revisitada”, de Zuleide Silva e Janja Araújo (2013), ressaltamos:

Lesbianizar e racializar é trazer a perspectiva lésbica para cena do debate. É reiterar a raça como eixo que constitui a sujeita lésbica, que é diversa. É radicalizar o pensamento e a ação na construção de um projeto de sociedade pautado pelos direitos humanos e justiça social. Lesbianizar e racializar é atitude política. (SILVA, 2013, p. 8)

Ou ainda:

Lesbianizar a ciência é ato político de questionamento do saber instituído, é ato/criação de um pensar/produzir conhecimento desde o lugar da outra de si mesma, isto é, do lugar da lésbica, alguém que escapou do *segundo sexo*, uma pessoa de um terceiro tipo. Essa perspectiva tenciona o paradigma da igualdade, nega o sistema binário que fomenta a produção do conhecimento e amplia as possibilidades de ser do humano, pois se há pessoa de um terceiro *tipo*, haverá de ter tantos outros. Assim sendo, para lesbianizar a ciência faz-se necessário o reconhecimento de que as lésbicas não pertencem todas ao *segundo sexo*, de que não são todas mulheres. (SILVA; ARAÚJO, 2013, p. 255-256, grifo nosso)

Sabemos que essas noções não esgotam as possibilidades de sentido que emanam do termo “lesbianizar”, que é termo polissêmico, aberto a muitas possibilidades. Assim, certa da inesgotável possibilidade do termo, certa ainda de que a existência e a resistência do corpo lésbica(o) exige que cada organização “lesbianize” seu tempo, seu espaço. Concluímos este texto, reiterando:

Lesbianizar é preciso!

Lesbianizar é compreender a heterossexualidade como um regime de político;

Lesbianizar é reconhecer que as lésbicas estão à margem do sistema econômico, político e social da heterossexualidade;

Lesbianizar é desnaturalizar e desnortatizar a sexualidade;

Lesbianizar é transgredir a ordem heterossexual;

Lesbianizar é exercício de visibilidade lésbica;

Lesbianizar é construir desde a diferença um feminismo horizontal que nos permita ser e fazer.

## Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2008.
- ALMEIDA, Gláucia Elaine Silva de. *Da invisibilidade a vulnerabilidade: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face a possibilidade de infecção por DST e AIDS*. 2005. 342 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- BALZA, Isabel. Ética corporal y sexuación: plasticidad y fluidez en el sujeto del postfeminismo. *Estudios Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 21-33, jan./abr. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2011000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=es)>. Acesso em: 15 fev. 2015.
- BATERA, Daniel. *Você sabe com quem esta falando?* [S.l.], 31 mar. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P3NpHryB-fQ>>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- BERENQUER, Raquel. Espalhando sementes. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE LÉSBICAS E MULHERES BISSEXUAIS, 6., 2006, Recife. *Relatório final*. Recife: Grupo Curimim, 2006. 68 p. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/Relatorio\\_SENALE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Relatorio_SENALE.pdf)>. Acesso em: 7 mar. 2018.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciações. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2018.
- CLARKE, Cheryl. Lesbianism: an act of resistance. In: GROSS, Larry; WOODS, James D. (Ed.). *The Columbia reader on lesbians and gay men in media, society, and politics*. New York: Columbia University Press, 1990. Disponível em: <<http://ebookbrowse.net/lesbianismo-um-ato-de-resistencia-cheryl-clarke-pdf-d281612776>>. Acesso em: 19 fev. 2014.
- COSTA, Zora Yonara Torres. Resistência, identidade e visibilidade: o corpo político das lésbicas. *Pólemos*, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 201-214, maio 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/polemos/article/view/5618>>. Acesso em: 7 mar. 2018.
- ENCONTRO DE LÉSBICAS E MULHERES BISSEXUAIS DO ESTADO DA BAHIA, 1., 2013, Salvador. *Projeto...* Salvador: [S.n.], 2013.
- ESPANCA, Florbela. *Sonetos: texto integral*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

- FALQUET, Jules. *De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas*. Bogotá: Brecha Lésbica, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- GREEN, James N. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 15, p. 271-295, 2000.
- GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 103-133.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HARDING, Sandra. Existe um método feminista? In: BARTRA, Eli (Comp.). *Debates en torno a una metodología feminista*. Cidade do México: UNAM, 1998. p. 9-33. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/liberdade/anaalice.htm>>. Acesso em: 7 mar. 2018.
- LEMO, Ana Carla. Te vejo. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE LÉSBICAS E MULHERES BISSEXUAIS, 8., 2014, Porto Alegre. *Caderno de Resoluções*. Porto Alegre: [Liga Brasileira de Lésbicas], 2014. p. 12-13. [Poesia lida durante o Sarau]. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/atas-das-reunioes/40a-reuniao/anexo-04-conselheira-silvana-conti-caderno-de-resolucoes-8o-senale-2014.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2018.
- LESSA, Patricia. *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)*. 2007. 261 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.



LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS. *Carta aberta*. [Facebook]. Salvador, 21 set. 2012. Disponível em: <<https://www.facebook.com/lblbahia/photos/a.390578247664491.90101.390572200998429/406863522702630/?type=3&theater>>. Acesso em: 7 mar. 2018.

LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS. *Carta de princípios*. [Natal], 2015.

MACRAE, Edward John Baptista das Neves. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MANIFESTO Venir al Sur. Trabalho apresentado ao 1º Encontro Lesbitransinter feminista Venir al Sur, Paraguai, 2012. Disponível em: <<https://www.facebook.com/venir.alsur>>. Acesso em: 7 mar. 2017.

MERHY, Emerson Elias. O conhecer militante do sujeito implicado: o desafio de reconhecê-lo como saber válido. In: FRANCO, Túlio Batista et al. (Org.). *Acolher Chapecó: uma experiência de mudança do modelo assistencial, com base no processo de trabalho*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 21-45.

MOTT, Luiz. (Ed.). *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Ed. Grupo Gay da Bahia: Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, 2011.

MOTT, Luiz. *O lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

OLIVEIRA, Eduardo. *Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira*. Curitiba: Ed. Gráfica Popular, 2007.

RIBEIRO, Deco. *Stonewall: 40 anos de luta pelo reconhecimento LGBT*. In: COLLING, Leandro. (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011. p. 153-156.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, Natal, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010. Disponível em: <[http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01\\_rich.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf)>. Acesso em: 4 mar. 2018.

SELEM, Maria Célia Orlatto. *A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica*. 2007. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

SILVA, Zuleide Paiva da. Coisas de mulher: a tessitura da rede feminista no Sertão dos Tocós/BA. *Revista Labrys: Estudos Feministas/Études Feministes*, Brasília, DF, v. 11, p. 20-36, jan./jun. 2007.

SILVA, Zuleide Paiva da. *Conceição do Coité em “quadrado”*: retratos da violência da contra as mulheres (1980–1998). 2010. 195 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2010.

SILVA, Zuleide Paiva da. A teoria política de Monique Wittig revisitada. *LES Online*, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 3–11, 2013.

SILVA, Zuleide Paiva da; ARAÚJO, Rosângela Costa. Lesbianizar é preciso, não somos todas mulheres: a teoria política de Monique Wittig revisitada. In: GIVIGI, Ana Cristina Nascimento; DORNELLES, Priscila Gomes (Org.). *O Recôncavo Baiano sai do armário*: universidade, gênero e sexualidade. Cruz das Almas: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2013. p. 229–263.

SWAIN, Tania Navarro. Amazonas brasileiras: impossível realidade? *Revista Padê: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos*, Brasília, DF, v. 2, n. 1/7, p. 81–95, 2007. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pade/article/view/148>>. Acesso em: 7 mar. 2018.

TRUJILLO BARBADILLO, Gracia. *Deseo y resistencia*: treinta años de movilización lesbiana en el estado español. Madrid: Egales, 2008.

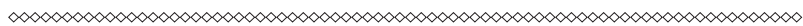
WITTIG, Monique. *El cuerpo lesbiano*. Valencia: Pre-Textos, 1977.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. 2. ed. Barcelona: Egales, 2010.



(com idade entre 15 e 18 anos) que se identificam como homossexuais, e observações de campo na Praça do Campo Grande, em Salvador. Essa praça tem se constituído como um local de encontro entre adolescentes Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) nessa cidade, nos fins de tarde das sextas-feiras, como objetivos de lazer e sociabilidade.<sup>4</sup> Nesse texto, serão apresentados dados referentes às práticas entre adolescentes que participaram do estudo, trazendo reflexões sobre as interações sociais, afetivas e sexuais relatadas por estes e observadas em campo.

Para apresentação do tema, situamos a discussão no debate sobre espaço e territórios do ponto de vista de gênero. De acordo com Ana Sabaté Martínez, Juana Rodríguez Moya e Maria de los Ángeles Díaz Muñoz (1995), os espaços não são neutros do ponto de vista de gênero, visto que, geograficamente, são ocupados por mulheres e homens de modo diferenciado, considerando as diferenças socioculturais e identitárias que recortam as construções de gênero, derivadas da divisão sexual do trabalho e das relações de poder. O espaço é pensado como uma expressão das relações sociais, mas também reagindo a elas, em um movimento dialético do ponto de vista das relações de classe. A noção de espaço considera que, na perspectiva sociológica, este pode ser primordialmente dado, algo concreto, mas a sua organização e seu sentido são produtos de transformação e das experiências sociais, sendo também político e repleto de ideologias. (SOJA, 1993) Esta noção dialoga com as de territórios e territorialidades, que estão relacionados com a espacialidade humana, e desde uma perspectiva cultural, o



outros arranjos. As observações da interação social de adolescentes na Praça do Campo Grande foram registradas em diários de campo e as entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas à análise de conteúdo.

4 No período de realização do estudo foram veiculadas diversas reportagens na mídia local, situando a praça do Campo Grande como espaço de expressão de sexualidades entre adolescentes e jovens, sem a preocupação de se denominarem a partir de uma orientação sexual específica. Para o estudo, optamos por perguntar aos(às) adolescentes sobre como se denominariam para fins de observar em que medida a homossexualidade estava se configurando como um aspecto de autoidentificação.

território é compreendido como um produto da apropriação, valorização simbólica e subjetiva de um grupo em relação ao seu espaço. (HAESBAERT, 2014)

As relações sociais que nos interessa observar no espaço público da Praça, são as protagonizadas por adolescentes, que, na nossa sociedade e cultura, são reconhecidos por um Estatuto a partir da delimitação do grupo de idade ao qual eles(as) pertencem: de 12 a 18 anos, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (BRASIL, 2010) Do ponto de vista sociopsicológico, a adolescência corresponde a um período que tem início com o aparecimento de mudanças física/biológicas/fisiológicas que caracterizam a puberdade, e se estende para vivências subjetivas de descoberta de si, de curiosidade por novas experiências, caracterizada pela necessidade de integração social, pela busca da independência individual, do desenvolvimento da personalidade e definição da identidade sexual (ERIKSON, 1976), sendo esse período de desenvolvimento marcado por mudanças biopsicossociais e familiares significativas. O seu fim é delimitado a partir da inserção social, profissional e econômica na sociedade adulta, segundo Vera Formigli, Maria Costa e Lauro Porto (2000).

A perspectiva da psicologia sócio-histórica, que considera o ser humano como histórico, constituído ao longo do tempo pelas relações sociais, condições sociais e culturais engendradas pela humanidade (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2001), defende que as características da adolescência não podem ser naturalizadas. Tais características “tem sua explicação nas relações sociais e na cultura e não no próprio desenvolvimento do sujeito que se constitui como adolescente”. (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2001, p. 167) Para estes(as) autores(as),

a adolescência como conceito geral, como referência cultural para o próprio sujeito que se constitui, não pode ser analisada a partir do sujeito, como se suas características surgissem natu-

almente à medida que atingisse determinada idade. (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2001, p. 167)

Nesse sentido, é importante considerar os marcadores sociais de identidade de gênero, raça, classe social, sexualidade e geração que perpassam vivências de um grupo social não homogêneo, situados também em contextos/lugares e territórios específicos.

No que tange a sexualidade e suas expressões na adolescência, em uma cultura adultocêntrica, comumente os adolescentes são considerados “imatuross” e suas práticas no campo das expressões afetivas e sexuais são vistas como “experimentações”, porque considera-se que ainda não se desenvolveram de modo adequado para assumir uma identidade e se responsabilizar por suas práticas. Partindo da premissa que a sexualidade se manifesta ao longo da vida das pessoas, de diversas formas e que as identidades são também construções que transcorrem o curso de vida, consideramos que as expressões de afeto e sexualidade na adolescência devem ser legitimadas, respeitadas como um direito e consideradas em estudos acadêmicos.

Em se tratando da sexualidade e identidade de gênero dissidentes, expressas por adolescentes LGBT’s, vê-se que a violência (física, psicológica, moral, etc.) está presente no cotidiano, pois eles(as) não se enquadram nas normativas da heterossexualidade compulsória (WITTIG, 1992), ou seja, por não apresentarem uma identidade de gênero condizente com seu sexo biológico e por expressarem desejos sexuais por pessoas do mesmo sexo. O preconceito e a discriminação podem resultar em mortes – assassinatos e suicídios, além do rechaço social – em diferentes espaços sociais, como na escola e até mesmo no espaço do lar, na família. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB) (2013), foi evidenciado um alto índice de assassinatos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no estado: 20 assassinatos, somente na Bahia, em um ano. No mesmo período, no Brasil, foram

registrados 312 assassinatos, ou um assassinato a cada 28 horas. Entre os assassinados, 7% tinham menos de 18 anos, o que aponta a vulnerabilidade social desses adolescentes.

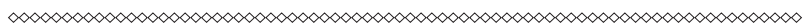
Dito isso, aqui será apresentado como em Salvador, um espaço público, tem sido apropriado por adolescentes que se identificam como homossexuais,<sup>5</sup> para fins de lazer, sociabilidade e ali expressam suas identidades e desejos homoeróticos.

### *Espaços, territórios e guetos gays em Salvador*

Segundo Manoel Castells (1999), foi após o episódio de Stonewall – considerado o marco moderno da liberação *gay*, baseado na expressão radical da luta pela visibilidade homossexual nos Estados Unidos – que os homossexuais começaram a se organizar politicamente não apenas em torno de instituições comunitárias de apoio, mas também em territórios, ocupando regiões específicas e especialmente segregadas nas grandes cidades.

O antropólogo Luiz Mott (2000, p. 13) publicou uma pesquisa na qual mapeava a extensão da ocupação homossexual em Salvador, que ele denominou “cena *gay*” e definiu como sendo o conjunto dos “espaços ao ar livre, logradouros urbanos e estabelecimentos comerciais que servem de nicho ecológico para socialização e encontros de variados graus entre homens com atração homossexual”.

O estudo de Luiz Mott (2000) apontou, ainda, que a cena *gay* de Salvador contaria com nove bares e três boates, sete saunas e três cinemas – dois pornográficos e um onde o sexo entre homens eram comum –, identificados entre os anos de 1999 e 2000. Foram listados, também, 12 ruas e monumentos históricos, além de seis

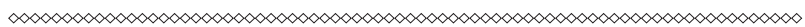


5 Em observação feita na Praça do Campo Grande, onde o estudo foi realizado, havia presença de adolescentes trans. Contudo, as especificidades de práticas e opiniões de adolescentes no que tange ao exercício da sexualidade não incluiu a discussão sobre as vivências trans, por não ser o foco do estudo.

praias onde ocorreriam atividades ligadas à expressão da homossexualidade masculina. Erico Nascimento (2007) faz uma pesquisa também sobre o tema e evidencia que podem ser encontrados em Salvador dois cinemas de sexo, cinco praias, sete saunas, 16 ruas e monumentos, e 15 bares e boates, entre o período de 2004 e 2007.

O texto de Erico Nascimento, Osvaldo Fernandez e Marcos Martins (2010), que relê o estudo de Nascimento (2007), faz um mapeamento da sociabilidade homossexual em Salvador e define, assim, as três grandes “manchas”<sup>6</sup> homossexuais na cidade: O Centro, a Barra e a Boca do Rio. Dentre essas “manchas”, o presente estudo com adolescentes privilegiou o Centro, onde se localiza a Praça do Campo Grande, para estudar sobre sexualidade na adolescência.

A “mancha” Centro da Cidade envolve os bairros do Campo Grande, o Centro histórico/Pelourinho, Avenida Carlos Gomes, Avenida Sete de Setembro e o bairro Dois de Julho. Nessa “mancha”, são encontradas instituições ligadas aos direitos humanos, como o Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS da Bahia (GAPA), e à militância homossexual, como o GGB. São encontrados também o Grupo Palavra de Mulher Lésbica (GPM), Associação de Travestis de Salvador (ATRAS) e o Grupo Gay Negro Quimbanda Dudu, cujas sedes são no Pelourinho – como também verificou estudo de Darlane Andrade (2007, 2012) e Andrade e colaboradoras (2009). No Campo Grande, também onde acontece a maior manifestação social em prol da garantia dos direitos civis da população Lésbicas,



6 Sob a denominação de “manchas”, os autores explicam: “encontramos áreas que englobam estabelecimentos e serviços que se complementam e dão suporte a um estilo de vida. No interior de uma “mancha”, são realizadas diversas atividades que, embora não tenham relações entre si, usam os mesmos espaços físicos. Estes conceitos não abarcam as dimensões da segregação e as lutas simbólicas pela apropriação do espaço e dão conta apenas da especialização funcional dos espaços e são definidos a partir do consumo. Uma “mancha” só tem significado se for reconhecida como parte de um processo de uso do espaço por grupos específicos que, de posse de determinados atributos culturais comuns, dão novo significado à experiência de estar no espaço da cidade. Dessa forma, há identidade e complementaridade entre as funções no interior de uma “mancha”. (MAGNANI; TORRES, 2000 apud NASCIMENTO; FERNANDEZ; MARTINS, 2010, p. 2-3, grifo nosso)



Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros (LGBTTT) em Salvador: a Parada do Orgulho LGBT.

É na região do Campo Grande onde se localiza o Beco dos Artistas<sup>7</sup> (situado em uma rua no bairro do Garcia), em que, desde 1978, há bares frequentados pelo público LGBT. Na região, também há boates como a Black & White Bar Dance e Amsterdam Pop Club (esta fundada em 2012, na região dos Aflitos), que se tornaram opções de lazer para esse público em Salvador, incluindo adolescentes.

Segundo Darlane Andrade e colaboradoras (2009, p. 13), nesta “mancha”, há diferenças de cor/raça e classe social entre seus frequentadores:

Nesta região se encontra grande número de bares, boates e pontos de prostituição frequentados por homossexuais de classe baixa, predominando as pessoas negras. Há também outros estabelecimentos e centros culturais frequentados por turistas estrangeiros e brancos, e pessoas de classe média e alta.

Para o estudo atual, a região do Campo Grande e arredores foi visitada, e o que observamos foi que os(as) adolescentes parecem ocupar mais a Praça deste bairro e frequentar boates como a Black & White Bar Dance e Amsterdam Pop Club. Outros espaços são até aqui mais frequentados por adultos.

### *A praça do Campo Grande como espaço de lazer, sociabilidades e expressão de sexualidades*

A Praça do Campo Grande tem se tornado um espaço frequentado principalmente por adolescentes e jovens em idade escolar que têm o costume de se reunir no local nas sextas-feiras, a partir das 15

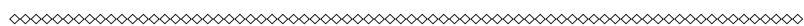
---

7 O estudo antropológico de Andressa Ribeiro (2011) analisa formas de sociabilidade no Beco dos Artistas.

horas, deslocando-se de diversos bairros populares, como: Subúrbio, Amaralina, Pau da Lima, Cabula etc. Os(as) participantes do estudo afirmaram que começaram a galgar por esses espaços a partir dos 15 anos de idade. E nas observações na Praça do Campo Grande, foi possível visualizar que esse local é frequentado, em sua grande maioria, por adolescentes homossexuais masculinos. O mesmo foi visto em observação em boates *gays*. Ainda que tenhamos aqueles locais mais frequentados pelos *gays* e as festas mais voltadas para as lésbicas — como a festa Velcro, promovida pela boate Amsterdam Pop Club —, o aglomerado deles se sobressai.

Algumas entrevistadas afirmaram que preferem frequentar locais mais “tranquilos e fechados” nos momentos de lazer: “*saio para o boteco com minhas amigas*”. (Violeta,<sup>8</sup> 18 anos) O mesmo foi observado por Andrade (2007, 2012) em seus estudos sobre solteirice entre pessoas adultas em Salvador, quando visitou bares e boates LGBT’s na cidade. Discutiu como as mulheres — de diferentes identidades de gênero e orientações sexuais — participam de forma desigual nos espaços públicos e de lazer, por ficarem, possivelmente, mais vulneráveis a situações de violência, sendo esse um dos importantes motivos por serem invisíveis em diferentes espaços na cidade de Salvador. Essa vulnerabilidade pode ficar acentuada em se tratando de mulheres homossexuais, mais jovens, negras e das classes populares — como foi nosso público observado no Campo Grande.

Na Praça do Campo Grande, os(as) adolescentes participantes do estudo relataram que se encontram com objetivos de lazer e expressões de sexualidade: “[*vou à Praça do Campo Grande para*] *beijar, ficar, me divertir, conversar, trocar ideias*”. (João, 15 anos) Encontrar os amigos, namorar, consumir bebidas



8 Os nomes dos(as) participantes do estudo foram substituídos por codinomes, para preservar suas identidades.

alcoólicas, também foram citados como objetivos que os(as) levam a esse local.

Marcelo Souza (1997) entende o espaço como um produto da subjetividade de indivíduos ou grupos sociais que se apropriam de determinados espaços da cidade, logo, é um espaço social, e que a construção dos territórios é um processo dinâmico de atribuição de significados. “Um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós e os outros”. (SOUZA, 1997, p. 86)

Para os(as) adolescentes, essa identificação com os pares vai ser importante para construção de identidade agora fora do berço familiar, na qual eles e elas caminham para a diferenciação, segundo discussões no campo da psicologia que analisam a adolescência. E em se tratando de adolescentes homossexuais, os conflitos familiares podem acontecer: estes e estas podem sofrer graves constrangimentos e violência psíquica e física devido a sua orientação sexual, segundo o antropólogo Luiz Mott (2003). Nesse sentido, a busca de colegas e amigos(as) com a mesma identificação homossexual pode se fazer presente.

Como os adolescentes buscam amigos que tenham comportamento, maneira de pensar e agir parecidos com os seus, há um fortalecimento dos laços que os unem ao grupo, sobretudo através das relações de confiança, que muitas vezes não encontram no ambiente familiar. (FONTES; UZEDA, 2012, p. 4)

Os encontros com amigos(as) e colegas na Praça do Campo Grande, nesse sentido, favorecem o fortalecimento do grupo e afirmação de identidade, neste caso, de identidades não hegemônicas, já que há uma prevalência de adolescentes com práticas homoeróticas que frequentam essa Praça. Foi relatado que, nesse espaço, há a possibilidade de experienciar práticas homoeróticas pela primeira vez, colocando em prática um desejo já existente:

*Foi na minha primeira vez que fui no Campo Grande e me deram essa opção... me perguntaram se eu queria ficar com um menino, e antes eu já tinha esse desejo de experimentar. Então nesse dia eu fiquei com um menino e aí percebi que não era nada diferente, que eu tinha gostado e que não achava diferente de ficar com outras meninas, aí então preferi optar por rapazes. (Pedro, 15 anos)*

As experiências homoeróticas em um espaço onde há pessoas que compartilham do mesmo desejo favorecem o sentimento de pertencimento e faz com que os(as) adolescentes percebam que é possível expressar seu desejo sem qualquer dor ou angústia por isso, e sem qualquer sentimento de estarem fazendo algo errado, porque não seguem a norma heterossexual.

Nesse ponto, está presente também a importância dos grupos e amigos(as) que neles se constroem, e que a literatura aponta como sendo uma característica da adolescência. Os(as) participantes relataram que existem os próprios grupos “fixos” aos quais pertenciam. São grupos formados, em sua grande proporção, por adolescentes que também compartilham alguma semelhança – tratando-se, inclusive, de se identificarem como homossexuais (gay ou lésbica), como já mencionado. Nas conversas, foi notório essa afirmação, como relata um dos participantes:

*[costumo ir à Praça do Campo Grande] com meus amigos... já temos um grupo formado... [pausa]... a gente se mistura pouco com as pessoas que já estão lá no Campo Grande e nos reunimos em outro local também. (Pedro, 15 anos)*

Sobre o gosto por frequentar a Praça do Campo Grande, os(as) entrevistados(as) mencionaram a liberdade do contato com pessoas do mesmo sexo, a possibilidade da livre expressão da sexualidade, por ter pessoas que também fazem parte dessa comunidade LGBT, devido ao preconceito que podem sofrer em outros locais:

*Aqui a gente não tem um preconceito maior como nos outros lugares. Aqui a gente se sente mais livres. (Iasmim, 17 anos)*

*É... [pausa] a diversidade, o local e as pessoas por serem bem alegres e estarem ali por, acho que por um motivo, por se encontrar com pessoas com o mesmo pensamento e que não vão nos julgar. (Pedro, 15 anos)*

Essas falas apontam para a liberdade de estarem em um espaço onde se encontram grupos de iguais, que é uma tendência adolescente, e isso indica a busca de pertencimento a grupos que partilham das mesmas ideias e práticas. “Os adolescentes necessitam de um ‘senso de pertencer’, que se realiza através do forte vínculo ao grupo de pares e à cultura jovem”, segundo Alisson Araújo, Regina Rocha e Lindalva Armond (2008, p. 125). E quando a entrevistada Safira (16 anos) menciona

*Quando estou no Campo Grande, eu me sinto liberta, um pouco livre dessa minha rotina de trabalho, de pessoa que tenho que ser normal pra sociedade, fica tentando ser hétero, tentando esconder o que realmente sou.*

Ela se refere ao quanto o grupo e um espaço compartilhado são importantes para livre expressão de identidade, incluindo a identidade sexual e formação de vínculo. Em especial porque ainda há expectativa social para um comportamento heterossexual em diversos contextos sociais, na cultura baiana, e na Praça do Campo Grande, essa expectativa não existe, o que faz com que seus frequentadores e frequentadoras se sintam mais livres.

Nas falas dos(as) participantes, foi recorrente a afirmação da Praça do Campo Grande como um espaço onde há certa proteção contra os preconceitos. Episódios de preconceitos sofridos em espaços públicos de lazer foram relatados:

*Eu entrei em uma lanchonete uma vez e que a mulher apontou para mim e disse ‘poxa... esse aí é viado!’, ficou tentando me ofender, e foi a dona do estabelecimento, sabe... [...] eu quase chorei na hora... mas depois passou. (Lúcio, 17 anos)*

*No bar que eu frequentei no ano novo que eu passei uns dois anos atrás em Arembepe. Eu estava ficando com a menina e a dona do bar disse que não iria mais vender cerveja, pelo fato de que eu estava beijando a menina, e suspendeu a cerveja da gente. Aí, imediatamente, a gente pagou a conta e fomos embora. Eu me senti super pra baixo, sendo que no mundo que a gente vive as pessoas têm que aceitar, querendo ou não, porque é uma realidade. Não é uma coisa que você tenta botar debaixo do tapete, já tá escancarada pra todo mundo, então você não tem que reprimir as pessoas, tem que aceitar. A gente tava consumindo, a gente ia pagar a conta, não iria ficar devendo a ninguém, então ela não tinha que fazer isso. (Safira, 16 anos)*

A preferência dos homossexuais por circular em espaços que marcam um “gueto gay” teria sido historicamente a resposta à marginalização que ainda existe da sociedade, fazendo com que eles busquem um “ponto de fuga” para os seus desejos reprimidos pela moral social. (PERLONGHER, 1987 apud NASCIMENTO, 2007)

Andressa Ribeiro (2011, p. 161) salienta que:

O homossexual não escolhe ter um espaço específico para expressar sua sexualidade, ele é forçado a isso por uma sociedade que não concebe, na sua organização social e simbólica, formas de expressões da sexualidade que não sejam heterossexuais.

A fala de uma das entrevistas exemplifica o que foi posto, quando a mesma ressalta a Praça do Campo Grande como um

espaço onde os(as) adolescentes e jovens podem expressar a sexualidade, protegidos e protegidas do preconceito:

*A gente aqui se sente mais confortável, não tem aquele certo preconceito como outros lugares, que veem duas mulheres ou dois homens se beijarem, para eles normalmente são errados e aqui não, aqui todo lugar, praticamente, que você olha, tem. (Iasmin, 17 anos)*

A apropriação de espaços específicos por LGBT's muitas vezes se justifica porque, segundo Darlane Andrade e colaboradoras (2009, p. 15):

A cidade [de Salvador] ainda se revela como homofóbica quando pessoas do mesmo sexo sofrem retaliações ao trocarem carícias entre si [em espaços públicos e de lazer], ou de forma mais grave, os assassinatos de gays e travestis na cidade. Esta situação pode justificar a manutenção dos guetos LGBT, como uma forma de proteção à discriminação.

Outros autores e autoras discutem a importância desses espaços, principalmente como um espaço de resistência, como já discutido, e que é onde a visibilidade ao público LGBT é possível. Para se referir ao conceito de espaço, Edward Soja (1993, p. 9) se norteia a partir de uma perspectiva sociológica como um “produto de transformação e das experiências sociais, sendo também político e repleto de ideologias”. Nesse sentido, é o local onde ocorre a expressão das relações sociais que, por sua vez, vai abarcar as questões de produção e consumo.

Marcelo Souza (1997) considera o espaço como algo importante para o desenvolvimento social, e que, do ponto de vista cultural, concretiza e reproduz uma identidade coletiva. “Essa materialidade (os símbolos e signos nela inscritos) manterá estreitos vínculos com a formação e reprodução de identidades coletivas, a orientação quotidiana dos indivíduos e o social”. (SOUZA, 1997, p. 28)

Acrescentamos, ainda, a noção dos espaços não serem neutros do ponto de vista de gênero (SABATÉ MARTÍNEZ; RODRÍGUEZ MOYA; DÍAZ MUÑOZ, 1995), em intersecção com outras categorias, aqui em destaque para as sexualidades, observando como as expressões de desejos dissidentes ganham lugar em espaços e territórios específicos em Salvador.

No cenário baiano, os guetos *gays* se fazem presentes tanto para adultos, quanto para adolescentes, funcionando como espaços de lazer, sociabilidade e de proteção contra o preconceito, como já posto. E o acesso a estes locais por adolescentes nem sempre se dá por via legal: por existirem mais espaços de lazer para adultos homossexuais, os(as) adolescentes muitas vezes utilizam de artifícios ilegais para se apropriarem desses espaços, tais como a falsificação de documento de identidade para entrar em boates. Um dos entrevistados, quando perguntado como ele fazia para entrar nas boates em que só é permitida a entrada de pessoas acima de 18 anos, afirmou: “[risos] eu fiz uma identidade falsa e consegui passar pelo segurança... lá dentro eu me divirto, bebo, danço, paquero, namoro...”. (Pedro, 15 anos)

A circulação de adolescentes em determinados espaços e o consumo de bebidas alcoólicas são restritos, mas em certos locais há a possibilidade e permissão legal para adolescentes entrarem nos clubes que oferecem as matinês, que ocorrem no período vespertino e encerram às 21horas. Isso permite a ampliação de possibilidades de lazer para adolescentes. No entanto essa possibilidade não foi mencionada pelos(as) participantes do estudo, por não haver a prática das matinês nas boates (*gays*) visitadas em Salvador. Quanto ao consumo e venda de bebidas alcoólicas, este é proibido no Brasil para menores de 18 anos, contudo, na prática, ainda vê-se adolescentes consumindo álcool em ambientes onde se socializam.

Como espaço de sociabilidade, os(as) entrevistados(as) também apontaram frequentar *shoppings* e praias na cidade, coadunando



com os achados de Darlane Andrade e colaboradoras (2009) e nos estudos de dissertação e tese (ANDRADE, 2007, 2012), que apontam os *shoppings centers* e praias também como locais frequentados por gays, lésbicas adultos, e que incluem adolescentes.

*Campo Grande, Rio Vermelho, Iguatemi, shopping.* (João, 15 anos)

*Sair para alguns lugares tipo... Shopping, aqui no Campo Grande, Amaralina, praias.* (Iasmim, 17 anos)

*Praia, CG [Campo Grande], Rio Vermelho, shopping, apenas.* (Laura, 15 anos)

*Shopping, cinema, praia e o Campo Grande. São os únicos lugares assim que eu me sinto mais a vontade.* (Safira, 16 anos)

Nas entrevistas, surgiu a especulação de que a circulação desses jovens e adolescentes em locais específicos para um público LGBT promoveria uma segregação do social. Conforme encaminhava a pesquisa, percebemos que não há um reforço desse preconceito ou segregação dentro desses locais, como já posto, pelo fato de os(as) homossexuais circularem em locais específicos, porque nestes há uma aceitação social de práticas e identidades não hegemônicas. Como a homossexualidade não é totalmente aceita socialmente, ainda há o preconceito longe dos guetos. São nesses locais que os(as) adolescentes parecem conseguir expressar seus desejos homoeróticos de uma forma mais livre. Afinal,

o homossexual é forçado a um confinamento espacial para poder expressar e viver seus desejos e comportamentos não condizentes com as expectativas de uma sociedade heteronormativa, fundada na instituição do casamento e da família. (SOUZA, 1997, p. 161)

No que tange aos locais de lazer e guetos LGBT's para adolescentes, isso faz refletir sobre a falta de políticas públicas, em se tratando de disponibilizar espaços de lazer e sociabilidade para que adolescentes possam transitar mais livremente sem sofrerem preconceito e/ou discriminação, seguindo o que preconiza o capítulo II do ECA, intitulado “Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade”:

Art. 16 – O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:  
I – ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II – opinião e expressão; [...] IV – brincar, praticar esportes e divertir-se; V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação. (BRASIL, 2010)

## *Considerações finais*

A pesquisa colaborou para identificar, na Praça do Campo Grande e nas boates visitadas, expressões de identidades e sexualidades não hegemônicas entre adolescentes na cidade de Salvador, mostrando a existência de territórios onde sociabilidades, afetos, sexualidades coexistem, e funcionam também como uma armadura contra diversas formas de preconceito – situação que pode até mesmo trazer consequências ao próprio processo de desenvolvimento do adolescente, por ferir a autoestima, por exemplo. A Praça mostrou ser um lugar de iniciação a expressões de desejos homoeróticos; lugar também de fortalecimento de relações de amizade e onde se consegue um distanciamento de conflitos resultantes do preconceito sofrido em outros locais. Nesse sentido, estar na Praça do Campo Grande foi visto como algo positivo pelos(as) adolescentes participantes do estudo, por favorecer a partilha de vivências homoeróticas sem constrangimentos.

Os espaços públicos na cidade deveriam ser apropriados democraticamente pela população, contudo, na prática, o que se vê

é ainda a discriminação e preconceito sofridos por quem expressa práticas e identidades não hegemônicas, como a população LGBT, visto aqui a partir de adolescentes *gays* e lésbicas que limitam seu trânsito por espaços públicos de lazer específicos na cidade para se protegerem de situações de violência. Em diversos locais na cidade, estes ainda são alvos de preconceito e discriminação, além de sofrerem também com a falta de segurança pública – como foi relatado em entrevistas neste estudo, episódios de furtos na Praça. E como estratégia de proteção à discriminação, se justifica a manutenção dos guetos.

Foi observado, também, que marcadores de raça, gênero, sexualidades e geração estão presentes na construção de territórios LGBT's adolescentes no contexto de estudo, visto pelo perfil dos(as) que transitam pela Praça do Campo Grande nas tardes e noites das sextas-feiras, que são predominantemente adolescentes, negros e negras, estudantes de escolas públicas, oriundos(as) de bairros periféricos, e que têm em suas expressões de identidade de gênero e orientação sexual dissidentes da heteronorma. É um grande sinal de alerta para se pensar em ações que promovam melhorias nas condições de vida de adolescentes LGBT's, bem como ações que auxiliem a diminuição do preconceito e da violência contra os mesmos em espaços públicos e também dentro de casa, já que boa parte dessa população vive relações conflituosas com familiares porque estes não aceitam sua homoafetividade – e também aquelas(es) que tem identidades trans –. Nesse sentido, é importante também promover espaços de reflexões para adolescentes, que proporcionem o fortalecimento de autoestima para que expressem sua sexualidade e identidades dentro e fora do lar, de um modo mais livre.

## Referências

- AGUIAR, Wanda M. J.; BOCK, Ana M. B.; OZELLA, Sergio. A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: BOCK, Ana M. Bahia; GONÇALVES, Maria Graça M.; FURTADO, Odair (Org.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 201-220.
- ANDRADE, Darlane Silva Vieira. *Dando voz à diversidade: um estudo sobre pessoas solteiras de classes médias em Salvador*. 2007. 166 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade de Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- ANDRADE, Darlane Silva Vieira. *A “solteirice” em Salvador: desvelando práticas e sentidos entre adultos/as de classes médias*. 2012. 312 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- ANDRADE, Darlane Silva Vieira et al. Diálogos interseccionais: gênero, espaço e sexualidades. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL GÊNERO RAÇA CLASSE E IDENTIDADE SOCIAL NO BRASIL E NA FRANÇA, 1., 2009, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009. Disponível em: <<http://www.sergentebrasilfranca.ufba.br/modulos/submissao/Upload/21796.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- ANDRADE, Darlane Silva Vieira; FRANCO, Carlos Henrique Pereira. *Sexualidade e adolescência: práticas e sentidos entre adolescentes homossexuais em Salvador*. Salvador, 2014. Relatório de pesquisa.
- ARAÚJO, Alisson; ROCHA, Regina L.; ARMOND, Lindalva C. Da tendência grupal aos grupos operativos com adolescentes: a identificação dos pares facilitando o processo de orientação e educação em saúde. *Revista Médica de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 18, p. 123-130, 2008. Suplemento.
- BOCK, Ana M. Bahia; GONÇALVES, Maria Graça M.; FURTADO, Odair (Org.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001.
- BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e legislação correlata*. Estatuto da Criança e do Adolescente. 2. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2010.

- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. In: CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. 3. ed. Paz e Terra: São Paulo, 1999. v. 2. p. 169-286.
- ERIKSON, Erik H. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FONTES, Baruc C.; UZEDA, Fernanda C. A. A adolescência: o processo de afastamento familiar versus tendência grupal e a construção da identidade. *Revista Letrando*, [Paripiranga], v. 1, jan./jun. 2012.
- FORMIGLI, Vera; COSTA, Maria; PORTO, Lauro. Avaliação de um serviço abrangente de cuidados de saúde do adolescente. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 831-841, 2000.
- GRUPO GAY DA BAHIA. Relatórios. *Quem a homotransfobia matou hoje?* Salvador, 2013. Disponível em: <<http://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/relatorios/>>. Acesso em: 13 abr. 2014.
- HAESBAERT, Rogerio. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- MOTT, Luiz. *A cena gay em Salvador em tempos de AIDS*. Salvador: Ed. Grupo Gay da Bahia, 2000.
- MOTT, Luiz. *Homossexualidade: mitos e verdades*. Salvador: Ed. Grupo Gay da Bahia, 2003.
- NASCIMENTO, Érico Silva do. *Territórios e circuitos homossexuais em Salvador: há um gueto gay?* 2007. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- NASCIMENTO, Érico Silva do; FERNANDEZ, Osvaldo; MARTINS, Marco Antonio Matos. Territórios LGBT em Salvador – usos do espaço, sociabilidade e violência. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO:DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9., 2010, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278299425\\_ARQUIVO\\_ArtigoTerritoriosLGBTemSalvador-usosdoespaco,sociabilidadeeeviolencia.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278299425_ARQUIVO_ArtigoTerritoriosLGBTemSalvador-usosdoespaco,sociabilidadeeeviolencia.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2013.

RIBEIRO, Andressa de F. *Da Avenida Cerqueira Lima ao Beco dos Artistas: um espaço de sociabilidade* GLS. 2011. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SABATÉ MARTÍNEZ, Ana; RODRÍGUEZ MOYA, Juana María; DÍAZ MUÑOZ, María de los Ángeles. Por que una geografía de género? In: SABATÉ MARTÍNEZ, Ana; RODRÍGUEZ MOYA, Juana María; DÍAZ MUÑOZ, María de los Ángeles. *Mujeres, espacio, sociedad: hacia una geografía del género*. Madrid: Síntesis, 1995. cap. 1, p. 12-21.

SOJA, Edward W. A dialética socioespacial. In: SOJA, Edward W. *Geografías pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p. 97-116.

SOUZA, Marcelo L. de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. *Revista Território*, [Rio de Janeiro], ano 2, n. 3, jul./dez. 1997.

WITTIG, Monique. The straight mind. In: WITTIG, Monique. *The straight mind: and other essays*. Boston: Beacon, 1992. p. 21-32. Disponível em: <[https://we.riseup.net/assets/134062/Wittig,+Monique+O+pensamento+Hetero\\_pdf.pdf](https://we.riseup.net/assets/134062/Wittig,+Monique+O+pensamento+Hetero_pdf.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2013.

# MULHERES IDOSAS NA CIDADE DE SALVADOR E SEUS SIGNIFICADOS DE VELHICE

Julianin Araujo Santos  
Alda Britto da Motta

## *Introdução*

A velhice é uma categoria socialmente produzida (BRITTO DA MOTTA, 2006) que marca um dado momento das trajetórias de vida. Para Mike Featherstone (1994), a sociedade definiu como critério de pessoa normal, independente e aceitável socialmente, a manutenção das capacidades comunicativas – habilidades cognitivas, controles do corpo e controles emocionais, de modo que a redução dessas capacidades comunicativas ameaça os direitos da(os) cidadã(os) idosas(os) e sua avaliação social como um adulto válido, pois é a perda desses controles do corpo, da capacidade de atingir uma conduta e um procedimento mais “jovem” que leva à estigmatização da pessoa idosa e à perda efetiva do seu direito de ser tratada como pessoa valorizada.

Esse desinvestimento político e social na pessoa idosa é uma tendência na maioria das culturas que, historicamente, vêm marginalizando suas(seus) velhas(os) (MINAYO, 2003), de modo real ou simbólico, como se, diminuída sua capacidade produtiva, tivessem perdido a utilidade social e fossem demasiadas para participar de uma economia de bens limitados. (BRITTO DA MOTTA, 2013)

O preconceito/discriminação contra a idade é mais eficazmente naturalizado pela evidência dos registros da passagem do tempo nos corpos – por isso se apresenta de forma menos perceptível e mais sutil que o sexismo; contudo não deixa de existir socialmente. (BRITTO DA MOTTA, 2013) No momento em que as(os) velhas(os) se negam: 1) a obedecer e aceitar o lugar restrito que lhes é reservado culturalmente; e 2) a respeitar os limites impostos pelo preconceito social, esses conflitos intergeracionais se acirram ainda mais, porque a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputas pelo poder em todas as sociedades. (BOURDIEU, 1983)

A idade é reconhecida pela Antropologia, como um elemento bio-sócio-histórico que estrutura a organização das sociedades, com definição simbólica forte. As gerações constituem-se em parte essencial da dinâmica coletiva que as conduz ou lhes impõe continuidade social. Assim, idade e gerações são, ambas,

[...] esferas realizadoras ou participantes das relações de poder na sociedade. Impossível, portanto, ignorá-las ou menosprezar sua importância analítica, principalmente na construção de diferenças e de desigualdades sociais. (BRITTO DA MOTTA, 2000, p. 37)

É através da existência da interação social entre os seres humanos, da estrutura social definível, da história se basear numa espécie de continuidade, que existe a geração como um fenômeno social localizado. (MANNHEIM, [1928]) Essa compreensão favorece a percepção da geração como um particular tipo de posição social. Além disso, representa também a atuação do indivíduo em seu grupo de



idade e/ou de socialização no tempo (BRITTO DA MOTTA, 2010), mulheres e homens em suas diferenças construídas.

A categoria idade/geração se expressa no marco das relações sociais de poder, como as demais categorias relacionais, gênero, raça/etnia, classe social, porém sua complexidade analítica é especial: além de referir-se a uma dimensão fundante das relações sociais (BALANDIER, 1977), em articulação inextrincável a outras categorias de semelhante magnitude, projeta-se, mais que aquelas, em uma outra dimensão (ou abrangência), a temporal, ao mesmo tempo “natural” e “social”, através da qual faz e refaz seus sentidos. (BRITTO DA MOTTA, 1999)

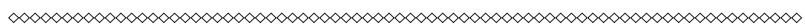
Contudo, a categoria “idoso”, tão amplamente utilizada na sociedade como representativa de homens e mulheres de mais idade, homogênea a vivência da velhice e invisibiliza as diferenças de gênero. Essa questão se torna mais contraditória quando compreendemos que o envelhecimento é uma questão global e particularmente feminina, uma vez que as mulheres estão tendo uma maior expectativa de vida em comparação aos homens (BRITTO DA MOTTA, 1999), além de terem alcançado, em seu dinamismo atual, maior visibilidade social. A “feminização da velhice” é uma questão abordada por diversas autoras (CAMARANO, 2003; DEBERT, 2012; PEIXOTO, 1997), o que remete à necessidade de compreender a velhice na perspectiva das mulheres idosas, e de acordo com Alda Britto da Motta (1999) e Guida Debert (2012), à necessidade de identificar, no processo de envelhecimento, as assimetrias de poder associadas ao gênero.

O campo de estudos feministas e interdisciplinares é um espaço no qual essa reflexão acerca da necessidade de visibilizar as vivências das mulheres idosas, e acerca das relações de poder considerando a categoria relacional idade/geração, pode encontrar condições para se desenvolver. Entretanto o feminismo sempre ignorou a mulher idosa, que, para ele, continua “uma personagem

em suspensão – pois não é posta de forma integral em quase nenhum lugar social”. (BRITTO DA MOTTA, 2011, p. 71) Além disso, ainda de acordo com Britto da Motta (1999), o feminismo negligencia a díade categorial idade/geração em seus estudos e militância, demonstrando uma persistente e injustificada cegueira diante das questões do envelhecimento (BRITTO DA MOTTA, 1998), que persiste até os dias de hoje (BRITTO DA MOTTA, 2009), pois o envelhecimento ainda é objeto de pesquisa quase raro e não prioritário para o feminismo.

Quanto à referência direta à categoria idade, quando ocorre, na teoria feminista, é quase sempre inexpressiva analiticamente, pois não pretende elucidar situações reais, nem discutir teoricamente vivências situadas no tempo. (BRITTO DA MOTTA, 2011) Nesse sentido, faz-se necessário, também no campo dos estudos feministas, que as mulheres idosas sejam ouvidas, principalmente como forma de visibilizar sua vivência da velhice. Este trabalho pretende tentar uma contribuição nesse sentido, evidenciando os significados de velhice construídos por mulheres idosas na cidade de Salvador, a partir dos dados da pesquisa de mestrado<sup>1</sup> “*Tornar-se ‘Velha’: Significados de velhice para mulheres idosas na cidade de Salvador – Bahia*”.(2015)

A compreensão de significados adotada nesse trabalho vem, basicamente, da Psicologia Cultural, que considera o desenvolvimento, seja biológico, psicológico ou social, como um sistema aberto no qual a novidade está constantemente em processo de ser criada, pois no processo de internalização cultural todas as pessoas estão transformando ativamente as mensagens culturais que recebem (VALSINER, 2012), ao invés de serem meras receptoras passivas dessas mensagens. Assim, mesmo que as mensagens recebidas



1 Pesquisa realizada por Julianin Araujo Santos no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), orientada pela professora Alda Britto da Motta.



facetas identitárias, constituídas pelos seus modos de ser no mundo, enquanto mulheres e homens, de determinada idade, classe social ou etnia, pode-se perceber como estudar a velhice pela ótica do significado pessoal contribui para o campo de estudos do envelhecimento e da velhice, pois considera o desenvolvimento um sistema aberto. Com o que a velhice ganha outro *status*: os(as) velho(as) continuam em desenvolvimento e a velhice não é o cessar da construção de novidade, uma vez que este processo de transformação e reconstrução das mensagens culturais é uma constante na relação do sujeito com sua cultura.

## *A pesquisa*

Foram entrevistadas 24 mulheres entre 60 e 95 anos que estavam na cidade de Salvador de passagem ou residindo. Foi através da indicação de mulheres idosas por pessoas conhecidas ou através de visitas ao Centro de Convivência do Serviço Social do Comércio (SESC), que se teve acesso às participantes deste estudo. As entrevistas foram realizadas individualmente, na residência de cada participante, ou no SESC, de maio a outubro de 2014 e foram audiogravadas. A pesquisa se caracteriza como um estudo qualitativo do tipo descritivo e exploratório (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008) e a situação social que se pretende descrever são as vivências e sentimentos de mulheres idosas na cidade de Salvador em relação à sua condição etária atual. A questão que se pretende explorar são os significados de velhice construídos por elas.

Foi realizada entrevista do tipo narrativa para construção dos dados, uma vez que de acordo com Sandra Jovchelovitch e Martin Bauer (2012) a ideia básica da entrevista narrativa é reconstruir acontecimentos sociais a partir da perspectiva dos informantes; além disso, é considerada uma forma de entrevista não estruturada, em profundidade e uma tentativa de substituir o esquema

pergunta-resposta por um esquema de narração, por considerar que neste primeiro esquema o(a) entrevistador(a) impõe estruturas em três sentidos: na seleção dos temas e tópicos; no ordenamento das perguntas e na verbalização das perguntas com sua própria linguagem. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2012) Em uma perspectiva cultural, as narrativas de vida são eventos culturais, construídos e reconstruídos de acordo com os seus contextos de elaboração e com as convenções inerentes à cultura e aos grupos culturais, nos quais o narrador está inserido. (BROCKMEIER, 2001) Apesar dessa especificidade cultural, cada pessoa atribui uma significação pessoal aos acontecimentos que perpassam sua vida, ou seja, as narrativas podem se constituir enquanto instrumentos culturais para a produção de sentidos, como possibilidade de atribuir significado à sua experiência e de transmiti-la culturalmente. (BRUNER, 2002)

Foi utilizado um temário com três eixos de investigação: tornar-se velha e noção de ser velha; imagem atual e futura de si; e significados de velhice, de modo que, à medida em que as participantes construíam suas narrativas a partir da pergunta disparadora “Como você se vê hoje?”, a narrativa era incentivada com questões a partir do conteúdo das falas delas, associada aos eixos de investigação. Além disso, foi utilizado um questionário sócio demográfico com questões acerca de si – cor, idade, estado civil, filhos, netos, bisnetos, renda –, da sua origem, opções religiosas, escolaridade, profissão, situação laboral, naturalidade e cidade de residência atual e situação de moradia, dentre outras questões.

As narrativas desse estudo foram lidas e analisadas a partir das dimensões propostas por Amia Lieblich, Rivka Tuval-Mashiach e Tamar Zilber (1998): 1) holística baseada em conteúdo: foco no conteúdo apresentado pelo indivíduo, o significado é analisado da parte ao contexto da história em sua totalidade; e 2) categorial baseada em conteúdo que focaliza as partes da narrativa em que a(o) narrador(a) menciona determinado evento que ocorrera em

sua vida que diz respeito às categorias analíticas do estudo. Dessa forma, o plano de análise seguiu os seguintes estágios: 1) transcrição literal das entrevistas narrativas; 2) leitura repetidas vezes da entrevista transcrita, com a sinalização das partes em que os significados de velhice emergiam na narrativa; 3) agrupamento dos trechos narrativos pelos eixos de investigação do temário; juntamente com a organização dos dados sociodemográficos e 4) análise das semelhanças e diferenças dos significados de velhice para discussão dos dados.

## *Significados de velhice*

Tratando-se de um texto necessariamente curto, será aqui apresentado apenas um recorte da proposta teórica da dissertação. Primeiramente, será apresentada uma caracterização das participantes, de maneira breve, em relação ao acesso às mesmas, aos seus aspectos pessoais – cor, idade, estado civil, escolaridade e renda – e a sua origem e situação laboral. A seguir, serão apresentados de modo geral os significados de velhice para as participantes da pesquisa, e por fim, a análise será concentrada nas significações acerca da velhice construídas por duas participantes da mesma faixa etária, mas de contextos socioeconômicos distintos.

### Caracterização das participantes

Foram 24 mulheres entrevistadas, sendo dez participantes localizadas através de indicação de terceiros e 14 encontradas no SESC. Foram oito mulheres na faixa etária de 60 a 69 anos, oito de 70 a 79 anos, cinco de 80 a 89 anos e três na faixa etária de 90 a 95 anos. Em relação à autorreferência de cor, oito mulheres declararam ser brancas, uma amarela branca, uma clara, seis pardas, três morenas, três morenas claras, uma negra e uma preta.



lários mínimos e meio, três possuem seis salários mínimos, duas possuem uma renda mensal de 11 salários mínimos, uma recebe até três salários mínimos, uma recebe nove salários mínimos, uma recebe trinta e três salários mínimos e uma não possui nenhuma renda. Dito de outro modo, 14 mulheres possuem renda mensal que varia de R\$724 a R\$1 810; cinco possuem renda que varia de R\$2 172 a R\$4 344; três possuem renda que varia de R\$6 516 a R\$7 964 e uma tem renda de R\$23 892. O que configura três aparentes posicionamentos sociais diferentes.

### Significados de velhice

Na construção narrativa das participantes, os significados de velhice situam-se: 1) em relação à velhice do outro; 2) em relação a sua própria velhice; e 3) uma mescla em relação a sua própria velhice em comparação com a dos outros. Os significados apontados foram: velhice como experiência de vida; velhice como um momento de reflexão da vida e um balanço do que foi realizado; velhice como sabedoria; velhice como declínio físico; velhice como impossibilidade de cuidar-se; velhice como algo inevitável que chega pra todos; velhice como impossibilidade de se fazer o mesmo de antes; a velhice como um momento da vida sem liberdade de ação; a velhice como algo que varia de pessoa pra pessoa; velhice como algo que pode ser postergada para ser vivida no futuro ou algo desconhecido.

Os significados apontados têm relação com representações de velhice presentes na nossa cultura, contudo foram reconstruídos no âmbito pessoal de modo único por cada participante. Com intuito de ilustrar a significação pessoal a partir das mensagens culturais, serão apresentados os casos das participantes Eunice e Bianca. As duas mulheres vêm de contextos socioeconômicos distintos, como pode ser visto no Quadro 1, mas ambas estão na faixa dos 70 anos de idade.



**Quadro 1 – Comparativo do contexto socioeconômico de Eunice e Bianca**

AUTODECLARAÇÃO	EUNICE	BIANCA
IDADE	76 anos	79 anos
COR	Branca	Preta
RELIGIÃO	Católica	Católica
NATURALIDADE	Salvador	Interior da Bahia
ESCOLARIDADE	Doutoranda	1º grau incompleto
SITUAÇÃO LABORAL ATUAL	Médica aposentada e professora universitária	Dona de casa e pensionista
RENDA	6 salários mínimos	1 salário mínimo e meio
ESTADO CIVIL	Casada	Separada
FILHAS(OS)	3 filhas	6 filhos e 3 filhas
CIDADE ONDE RESIDE	Salvador	Salvador
SITUAÇÃO DE MORADIA	Reside com o marido numa casa de propriedade de ambos	Mora com a filha e um neto em sua propriedade

Fonte: elaborado pelas autoras.

Eunice tem 76 anos, é médica aposentada pelo Estado e por uma universidade pública, mas continua trabalhando como professora universitária. Autodeclara-se branca, católica, natural da cidade de Salvador, casada, mãe de três filhas, avó de uma neta e três netos. Reside com o marido de 76 anos num apartamento de propriedade de ambos, em bairro nobre da cidade, e possui renda mensal de seis salários mínimos. Filha de pai médico e mãe dentista, que além de Eunice que era a filha mais velha, tiveram mais dois filhos: um homem que era o filho do meio e uma mulher que era a filha caçula. Eunice se casou com um colega da faculdade, também médico, e contou com ajuda dos pais para o cuidado com os filhos, além de uma babá que acompanhava seus filhos quando ficavam na casa dos avós, enquanto ela e o marido trabalhavam.

Contudo, ainda assim ela se dividia entre ser médica, ser professora, ser dona de casa, ser mãe de família, como ela mesma disse, “*Era muito cheia do que fazer*”. Ela relata que chegou a trabalhar em três universidades diferentes, além de dar plantão

como médica, de modo que só via os filhos à noite e em alguns domingos, quando não trabalhava. É importante destacar que Eunice teve uma vida diferente de muitas mulheres de sua geração, na maior parte donas de casa, e algumas, quando tinham profissão, eram professoras, ela estudou numa época em que poucas mulheres “podiam” estudar, principalmente em um curso como o de Medicina. Ao refletir em sua narrativa acerca de sua vida atual e a vida que suas avós tiveram, ela ressalta que há diferenças:

*Minhas avós não tinham profissão. Eu tenho profissão. Minhas avós eram dedicadas exclusivamente ao lar e a família, eu não, eu, você viu que eu faço parte da sociedade, tenho ‘n’ atividades que minhas avós não tiveram, então eu vejo diferença, muita diferença.*

No que se refere à velhice, para Eunice uma pessoa idosa é aquela que apresenta “*Limitações físicas, psíquicas, principalmente*”. Aqui, parece se tratar de uma representação social que faz parte de como Eunice vê a velhice do outro, pois quando se trata da sua vivência aos 76 anos, ela declara:

*É, eu olho assim e nem acredito, eu não sinto que tenho essa idade... eu sinto, porque as coisas acontecem e a gente nota, é... 50 anos foi comemorado, depois 70 anos comemorado, 25 anos de casada... a gente sente que o tempo tá passando, mas eu não percebo não. É assim... Eu não sinto que eu tenho essa idade, eu tenho certeza que tenho, mas não sinto.*

Essa fala de Eunice é interessante porque aponta que sua vivência atual é diferente da representação social de pessoa idosa que compartilha. A participante recebe uma mensagem social do que é a velhice, mas essa mensagem parece ser reconstruída em

relação a sua vivência atual a ponto de a velhice assumir outro significado para ela, conforme explicita:

*Velhice pra mim... Olha, quando eu tinha dez pra... 19 anos, eu achava que 20 anos já era um pouquinho velha. Mas quando eu entrei nessa faixa etária, eu já fui empurrando pros trinta... Cada época que eu vivia eu ia empurrando mais. Hoje eu tô com 70 e tantos, mais pra 80 do que pra 70, e não me sinto velha. Então, eu não sei o que é velhice.<sup>5</sup>*

Assim, percebe-se que para Eunice, a velhice é definida como algo que pode ser postergada para ser vivida no futuro, ou mesmo algo desconhecido. Em outro momento da narrativa, Eunice reflete quanto à existência ou não de algum momento da vida em que ela percebeu que estava envelhecendo. Sua fala é enfática: “*Não tive tempo... Nem tenho ainda*”. Parece que a manutenção do trabalho nesse momento da vida contribuiu para uma percepção de continuidade em relação a outros momentos da vida, de modo que é mais um elemento que evidencia que ela não tem limitações. Isso se confirma também quando ela diz que não imaginava que chegaria a essa idade: “[...] *eu só queria ser uma boa profissional... nada mais...*”.

Contudo, quando questionada de que modo se imagina daqui a alguns anos, Eunice é enfática: “*Acho que eu não tenho muitos anos pra me imaginar não né? Eu quero continuar com essa saúde que eu tenho pra pensar que não estou velha, apesar de estar*”. Aqui se evidencia o que Britto da Motta (2002a, p. 42) aponta a respeito da dificuldade de fixação da identidade de velho, porque é indesejada e ambígua, principalmente quando se refere ao corpo: “[...] a aparência ‘desgastada’, seu funcionamento não totalmente

5 Entrevista concedida em 18 de agosto de 2014.

sincronizado e a mente – ou a essência dos sentimentos – ‘jovem’”. Isso reflete justamente o conflito vivenciado pelas pessoas idosas, entre o que a cultura coletiva sinaliza como possibilidade para esse momento da vida e a sua própria vivência, muitas vezes distinta. Ao reconstruírem essas mensagens culturais de modo pessoal, as participantes constroem seus significados e estes favorecem uma conciliação entre essas duas dimensões.

Assim, os trechos da narrativa de Eunice apontam um movimento importante da construção de significados, a relação entre representações sociais e o significado pessoal da velhice. O que importa sinalizar aqui como uma possibilidade importante de análise é o fato de Eunice compartilhar um significado social de velhice como limitação, mas que, quando é confrontada com sua própria experiência, isso demonstraria que ela não é “velha” e nem conhece a velhice, uma vez que sua experiência desse momento atual da vida não inclui essas limitações. Assim, seu significado de velhice é de algo que ela desconhece e que ainda está por vir. Refletindo um modo particular de sentir, pensar e vivenciar a velhice, assim como ocorre com as demais participantes da pesquisa, e especificamente com Bianca.

A outra participante, Bianca, tem 79 anos, se autodeclara preta, católica, nascida no interior da Bahia e residente na cidade de Salvador há mais de 40 anos, com 1º grau incompleto, dona de casa, pensionista, com renda de um salário mínimo e meio. Separada há 32 anos, mãe de nove filhos, sendo seis homens e três mulheres, avó de quatro netas e seis netos, mora em residência própria com a filha caçula e o neto em um bairro central de Salvador e participa de atividades voltadas para pessoas idosas no SESC. Segunda filha de um casal que teve cinco filhos, sua mãe faleceu ela era ainda



entre o que é a “velhice” e o que ela experiencia, como diferente, como também pode ser percebido a seguir:

*[...] a velhice pra mim, eu acho normal, ... como eu digo pra meus filhos, ‘eu não quero uma velhice pra eu ficar aqui chateando vocês, abusando, então não me abuse, deixe’, eles ficam reclamando, ‘mas mainha sai todo dia só chega de...’, ‘eu saio todo dia porque eu posso, no dia que eu me sentir velha...’; ela me chamou de ousada, não repare o que eu vou dizer a você, não, ‘... no dia que eu souber que dinheiro não tem que lascas, cocô não se come, eu ainda tô boa e não vou ficar... e quando, subir no ônibus pra pessoa tá me dando braço pra subir e descer, eu vou ficar dentro de casa, sabendo ai que eu tô velha e não vou ficar abusando vocês pra me levar pra rua e nem ficar resmungando dentro de casa, então deixa eu fazer tudo que eu quero, enquanto que eu tô podendo. Agora no dia que não puder, não se preocupe que eu vou ficar aqui dentro dessa casa’... eu faço tudo, eu não fico parada em casa, quem faz tudo meu sou eu.*

Ela retoma aqui neste trecho, mais uma vez, a representação social da velhice como preguiça e reclamação, fazendo um contraponto com sua vivência, destacando uma distinção. Para dar sentido a essa distinção, ela constrói significados pessoais do que é ser velha a partir de sua vivência como ativa, autônoma e independente. A participante Bianca, em outro momento de sua narrativa, ao refletir se houve algum momento no qual percebeu que estava envelhecendo, responde:

*Não, nunca me liguei pra isso não, eu digo sempre pra minhas amigas, ‘oi quando eu nasci, a gente nasceu nu, depois vestiu a roupa, depois começou a mãe da gente ir tratando da gente, depois a gente ficou bebê, depois fi-*

*cou bebê mais forte, depois começou a engatinhar, depois começou a andar, depois, e a vida foi levando, levando', e daí cada um porque agora, eu ... porque sempre levei minha vida no bom humor e sempre pensei que a vida é assim, que a gente nasceu pra viver e depois morrer, envelhecer, não, primeiro a gente é nova, depois a gente vai envelhecendo e depois a gente fica mais velha e depois a gente vai levando a vida como a vida é.*

Em outros momentos de sua narrativa, Bianca ressalta que todos nascem e morrem, logo, envelhecer faz parte desse processo, por isso não se preocupou com isso e acrescenta que não imaginou que chegaria aos 79 anos:

*Eu nem imaginava que eu ia durar tanto, pra envelhecer [risos] entendeu? Porque eu sou do interior e no interior a vida é dura, aqui que hoje criança não pode trabalhar, eu trabalho desde seis anos, a gente tinha tarefas, eu mais minhas irmãs com seis anos, seis, sete, oito anos a gente tinha tarefa de varrer casa e de lavar prato, botar o banco pra subir pra lavar prato, então o que eu vou achar hoje, vou dizer que envelhecer é ruim?*

E quando perguntado como ela se imagina daqui a alguns anos, Bianca ressalta mais uma vez que seu desejo é ter uma vivência distinta da de uma pessoa idosa:

*Ah, eu não quero ficar aqui pra não saber o que eu vou fazer não, não eu tô com 90 oh 79, para o ano eu vou fazer 80, se for de saúde eu quero ficar mais, mas pra ser chata, eu quero ser assim como elas dizem 'você fica, calada não diz nada' eu não digo nada, mas não pise no meu calo.*

É interessante notar que, quando se trata da velhice do outro, tanto Eunice como Bianca recorrem às representações sociais

existentes, de modo que, quando se trata de suas vivências, uma significação pessoal é construída acerca do que é a velhice para justificar o fato de que não se consideram velhas. Esse aparente negar da velhice não parece estar associado simplesmente ao discurso social de eterna juventude, mas uma forma de dar sentido a uma vivência que se distingue do que é esperado socialmente para este momento da vida, de acordo com as representações sociais que cada participante compartilhe acerca da velhice.

Quando Bianca, por exemplo, retoma em diversos momentos da narrativa a representação social da velhice como preguiça e reclamação, ressaltando que sua vivência é distinta disso, já que esse modo de representar a velhice socialmente não corresponde a sua própria experiência nesse momento da vida, ela constrói um significado pessoal do que é a velhice para dar sentido a sua própria vivência, pois não é somente negar que está velha, porque ela considera como parte da vida envelhecer e ficar velha, mas demarcar que seu modo de viver atualmente não corresponde ao que chamam de velhice. Do mesmo modo, Eunice aponta que sua vivência atual é diferente da representação social da pessoa idosa que compartilha. Essa questão pode ser observada quando ambas falam sobre como se imaginam daqui a alguns anos. Elas querem continuar bem, independentes e autônomas como estão atualmente. Mas existe uma possibilidade que assim não seja e de que não se tenha mais tanto tempo pela frente para se imaginar.

Bianca, diferentemente de Eunice, não imaginou que chegaria a essa idade, porque trabalhou muito e pela vida “dura” que levou. Vale ressaltar que Bianca não trabalhou de carteira assinada, mas no âmbito doméstico, trabalhou muito como dona de casa. Já Eunice não pensou nisso, porque seu foco estava na realização profissional. Em condições e oportunidade distintas, ambas trabalharam muito e parece que a possibilidade de continuarem ativas favorece essa ideia de que o tempo não passou, e mais ainda,



essa percepção de bem-estar. Há uma diferença no modo como cada uma se mantém ativa, Eunice continua trabalhando formalmente, enquanto Bianca se dedica a atividades do SESC e outras de seu interesse.

Semelhantemente, as duas participantes ressaltam que as marcas no corpo não são suficientes para as definirem como velhas, mas o quanto de independência e autonomia elas possuem para gerirem suas próprias vidas. As marcas do tempo são indicativas de que envelheceram, mas não de que são velhas. Embora a vivência da velhice seja heterogênea em diversos sentidos, há que se considerar que, de modo geral, as marcas do tempo no corpo e seus sinais de envelhecimento, o dilema entre saúde e doença, capacidade ou incapacidade, dependência ou independência, ser ativo ou inativo, dentre outros, aparecem como parte das questões colocadas socialmente para esse grupo etário, que é convidado a corresponder ao que é esperado. De modo que a construção de significados aparece como um modo pessoal de psicologicamente dar sentido à vivência, seja ela correspondente ou não às representações sociais da velhice.

### *Considerações finais*

As narrativas oferecem importante contribuição para o estudo da velhice e mais especificamente para a compreensão dos significados de velhice, conforme ficou evidenciado pelo caso de Eunice e Bianca. Uma vez que através da narrativa, segundo Jerome Bruner (2002), as pessoas constroem, reconstroem e de certa forma, reinventam o ontem e o amanhã.

Em relação ao processo de construção de significados, ambos os casos evidenciaram que uma mensagem cultural recebida pode ser reconstruída de modo único por cada pessoa a partir de sua vivência em dado contexto social. Assim, podemos concluir que não há um único modo de significar e viver a velhice, uma vez que não

é possível homogeneizar essas experiências e reduzi-las à categoria “idoso”, porque isso desconsidera que as velhas e os velhos se diferenciam de acordo com: a classe social a que pertencem; o sexo e as relações de gênero que estabelecem; as características étnico-raciais; seus diferentes grupos de idades, enquanto idosos situados na sociedade longeva atual. A velhice é plural, um fenômeno biossocial que não existe de maneira singular, pois o que existe são “velhices, velhas e velhos”. (BRITTO DA MOTTA, 2006)

Importante considerar que, além dessa heterogeneidade, existem pontos de convergência e semelhança na vivência dessas participantes que dizem respeito ao fato de estarem envelhecendo e de comporem um dado grupo social, “mulheres idosas” que embora seja distinto em diversos aspectos como idade/geração, classe, raça/etnia e a sua própria vivência da velhice, também se assemelha quanto à exposição à ação do tempo e suas marcas que aparecem invariavelmente em algum momento da vida, quanto às pressões sociais para que sua atuação corresponda à classificação bioetária esperada.

O envelhecimento humano não pode ser considerado apenas pela ótica da idade, pois a classificação de idosa(os) baseada nisso simplifica a heterogeneidade desse segmento e dificulta a demarcação populacional da(os) idosa(os), ocasionando, de acordo com Ana Amélia Camarano (2004), erro na formulação de políticas públicas, pois pode ocorrer a inclusão de idosos que não necessitam de tais políticas e a exclusão daqueles que precisam delas. De modo que, segundo Britto da Motta (1999), não há como fazer uma análise da condição social atual da pessoa idosa sem considerar essas dimensões da vida social, categorias da experiência, que expressam diferenças, oposições, conflitos e/ou hierarquias e alianças provisórias —, pois os lugares sociais se alternam, as situações sociais desestruturam-se e reconstroem-se em outros moldes.

## Referências

- BALANDIER, Georges. Pais e filhos, primogênitos e caçulas. In: BALANDIER, Georges. *Antropológicas*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112–121. Disponível em: <<http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/a-juventude-e- apenas- uma- palavra- bourdieu.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2013.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 25, n. 2, maio/ago. 2010.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 13, p. 191–221, 1999.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. Envelhecimento e relações entre gerações. In: LONGHI, Marcia; ALMEIDA, Maria da Conceição Lafayette de (Org.). *Etapas da vida: jovens e idosos na contemporaneidade*. Recife: Ed. UFPE, 2011. p. 81–104. (Família e Gênero, n. 15).
- BRITTO DA MOTTA, Alda. Envelhecimento e sentimento do corpo. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR., Carlos E. A. (Org.). *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002a. p. 37–50.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. Gênero e geração: de articulação fundante a “mistura indigesta”. In: FERREIRA, Sílvia Lúcia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do (Org.). *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: Neim: UFBA, 2002b.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. Geração, a “diferença” do feminismo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL: O DESAFIO DA DIFERENÇA, 1., 2000, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000. Disponível em: <<http://www.desafio.ufba.br/gt7-001.html>>. Acesso em: 17 out. 2013.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. PVC – Bicho-papão para as feministas? In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ivya; MACÊDO, Márcia (Org.). *Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar*. Salvador: Neim: UFBA, 1998. p. 137–146. (Coleção Bahianas, 3).

BRITTO DA MOTTA, Alda. Violência contra as mulheres idosas – questão feminista ou questão de gênero? In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, 28., 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Latin American Studies Association, 2009.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Violências específicas aos idosos. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 22, p. 63-85, 2013.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Visão antropológica do envelhecimento. In: FREITAS, Elizabete Viana de (Ed.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 78-82.

BROCKMEIER, Jens; CARBAUGH, Donal. Introduction. In: BROCKMEIER, Jens; CARBAUGH, Donal (Ed.). *Narrative and identity: studies in autobiography, self and culture*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 1-22.

BRUNER, Jerome. *Making stories: law, literature, life*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2002.

CAMARANO, Ana Amélia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. Introdução. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60 anos?* Rio de Janeiro: Ipea, 2004. p. 1-21.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de privatização do envelhecimento*. São Paulo: EDUSP: Fapesp, 2012.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 127-153.

FEATHERSTONE, Mike. O curso da vida: corpo, cultura e o imaginário no processo de envelhecimento. *Textos Didáticos*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 49-71, mar. 1994.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 90-113.

LIEBLICH, Amia; TUVAL-MASHIACH, Rivka; ZILBER, Tamar. *Narrative research: reading, analysis and interpretation*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1998. (Applied Social Research Methods Series, v. 47).

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: MANNHEIM, Karl. *Sociologia do conhecimento*. Porto: Res Ed., [1928]. p. 115-176.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra idosos: relevância para um velho problema. *Cadernos Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 783-791, maio/jun. 2003.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Histórias de mais de 60 anos. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 148-158, 1997.

VALSINER, Jaan. *Culture in the minds and societies: foundations of cultural psychology*. New Delhi: Sage Publications, 2007.

VALSINER, Jaan. *Fundamentos de uma psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida*. Porto Alegre: Artmed, 2012.



*Segunda parte*



**Territorialidades:  
mulheres e relações  
de poder em espaços  
de saber**





# FEMINISMO DE ESTADO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES: *Argentina, Brasil e Chile*<sup>1</sup>

Patrícia Duarte Rangel  
Lucia Mercedes de Avelar

## *Introdução*

Nos últimos anos, a crescente especialização de organizações feministas na América do Sul e o contato com articulações de outros continentes enriqueceram o movimento e produziram uma classe de especialistas que exercem a função de interlocutoras com os poderes instituídos. Elas buscam influenciar os atores políticos e convencê-los da necessidade de atender às demandas dos feminismos. A atuação de militantes feministas em agências

---

1 Esta pesquisa está sendo desenvolvida com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), à qual agradeço pela bolsa de pós-doutorado concedida.

incorporadas à estrutura estatal tem sido chamada de feminismo de Estado, tema do presente trabalho.

Este artigo apresenta uma pequena porção de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida na tese de doutoramento de uma das autoras – sob orientação da outra autora –, cujo tema central foi a relação entre representação descritiva e substantiva das mulheres e a forma como o movimento feminista se coloca frente à produção de legislação de gênero na Argentina e no Brasil, desde a redemocratização até o ano de 2012. Apresenta, também, a pesquisa pós-doutoral que dá seguimento ao esforço anterior, incluindo o Chile na análise comparada e estendendo o recorte temporal até o ano de 2015. O objetivo geral é avaliar em que medida as demandas dos movimentos feministas são traduzidas em ações na política institucional, mais especificamente, em legislação federal ou nacional.

Dentro desse objetivo maior, é inserida a reflexão sobre o feminismo estatal, buscando compreender se a existência de instâncias mediadoras em temas de gênero faz diferença neste processo, atuando como filtro catalisador. O desafio, tratando-se de estudo comparado, é construir referências que possam ser validadas nos contextos argentino, chileno e brasileiro. Atenção especial tem sido dirigida aos processos políticos e caminhos traçados na luta pela conquista de direitos, uma vez que a pesquisa está comprometida com o institucionalismo histórico. Entendemos por “processos” o mesmo que Karen Beckwith (2005): comportamentos, convenções, práticas e dinâmicas realizadas por indivíduos, organizações, instituições e nações.

O foco do estudo são os direitos políticos das mulheres nos três países dentro do recorte temporal “redemocratização-atualidade”, ou seja, desde 1983 (Argentina), 1985 (Brasil) e 1990 (Chile) até janeiro de 2015. Entendemos por “direitos políticos” a definição de Norberto Bobbio (2008, p. 354), ou seja, direitos associados à “formação do Estado democrático representativo

que implicam uma liberdade ativa, uma participação dos cidadãos na determinação dos objetivos políticos do Estado”. Ainda se luta por direitos políticos das mulheres porque, mesmo após grandes transformações sociais, não chegamos a uma situação de garantia dos direitos civis, políticos e sociais.

A contribuição dos estudos de gênero no campo epistemológico é inegável. Relações de gênero são um referencial extremamente relevante quando se trata do tema “igualdade”, pois indicam como a vida social se organiza e qual é o grau de força da hierarquia na sociedade. Trabalhos nesse sentido são necessários, uma vez que incluir a participação das mulheres corrige a distorção provocada por pesquisas que não levam em consideração suas perspectivas. Desde a década de 1970, os estudos feministas realizam papéis de correção – de omissões e distorções – e transformação da ciência política. Através do uso do gênero como ferramenta de análise, eles esclareceram relações sociais e políticas que foram negligenciadas pelo *mainstream*. (HAWKESWORTH, 2005)

Os estudos feministas, em diversas áreas, ajudaram a formar uma concepção de poder de gênero enquanto relações assimétricas entre homens e mulheres que permeiam regimes internacionais, sistemas de Estados, processos econômicos, estruturas institucionais e relações interpessoais. Trabalhos sistemáticos de monitoramento, como o realizado pela Research Network on Gender and the State (RNGS) – impacto da atuação do movimento feminista e das agências de políticas para as mulheres –, pela União Interparlamentar das Nações Unidas (IPU) – nível de representação alcançado nos parlamentos nacionais – e pelo International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA) – adoção de cotas nas casas legislativas –, para citar somente alguns exemplos, têm contribuído fortemente em apontar onde há avanços e desafios.

O artigo está dividido em cinco seções: a introdução é seguida por uma breve explicação acerca do feminismo de Estado. A seção seguinte apresenta o modelo de análise empregado. Após essa parte, apresentaremos breve seção sobre alguns resultados encontrados na tese de doutorado – e esperados, na pesquisa pós-doutoral. Por fim, serão feitas algumas comparações e reflexões.

## *Os feminismos e o feminismo de estado*

Sempre houve uma perspectiva feminista. Desde que são subordinadas, e elas o foram sempre e em todos os lugares, as mulheres desenvolveram algum modo de se manifestar. É costumeiro, na literatura feminista, classificar o movimento feminista ocidental em três grandes “ondas”. Utilizando a explicação de Maria da Glória Gohn (2007), a primeira, nos séculos XVIII, XIX e início do XX, teve a ver com a luta pelo reconhecimento da igualdade em termos de direitos, sobretudo direitos políticos e trabalhistas. A segunda, ocorrida nas décadas 1960–1980, correspondeu à demanda pela igualdade no campo dos costumes, com especial foco na sexualidade, na violência e no mercado de trabalho. Foi um movimento de liberação, no qual as mulheres discutiam sexualidade e relações de poder. O grande saldo positivo, voltando a Gohn (2007), foi a construção da categoria “gênero”. A terceira e última onda, ainda para a autora, teria começado nos anos 1990 e perduraria até hoje, tendo como característica a análise das diferenças entre as mulheres. (NOVELLINO, 2006)

Em sua face contemporânea, o feminismo trata de levar para a prática a organização da democracia participativa, explica Carole Pateman (1983). O movimento feminista se apresenta como um porta-voz das mulheres – senão de todas as mulheres, de uma plataforma central para conquistar alterações subjetivas para suas vidas. Partindo do princípio de que os movimentos feministas

representam a coletividade das mulheres, interessa saber como eles atuam e que resultados podem ser gerados por distintas formas de atuação em tempos e espaços diversos, como sugere o neo-institucionalismo histórico.

Uma das mais recentes possibilidades de atuação política tem sido a conquista de espaços institucionais dentro do aparato do Estado, o que não é exclusividade dos feminismos. De acordo com Adrián Gurza Lavalle, Peter Houtzager e Graziela Castello (2006, p. 43), diversas nações têm vivenciado uma abertura do poder Executivo à participação de atores societários “investidos juridicamente como representantes de determinados segmentos e interesses da população no desenho, na implementação e na supervisão de políticas públicas”. Segundo os autores, essas organizações estariam desempenhando *de facto* e *de jure* um novo papel ativo na representação política. Tal representação, chamada “representação por intermediação”, é relevante no sentido de conectar segmentos sub-representados da população ao Estado e aos circuitos da política institucional, pois condensa os efeitos combinados das últimas décadas de inovação institucional e porque gera deslocamentos e rearranjos no funcionamento das instituições tradicionais.

Explica Rebecca Abbers (2000) que boa parte da literatura de movimentos sociais foca na necessidade de preservar a autonomia e evitar a cooptação a qualquer custo, mesmo que isso signifique perder oportunidades de negociar com o Estado. Contudo a ideia de autonomia precisa ser repensada no contexto da democratização, uma vez que, quando militantes assumem cargos no governo ou obtêm sucesso em influenciá-lo de fato, a distinção entre Estado e sociedade civil deixa de ser tão nítida. Assim, é possível que atores estatais contribuam para que grupos ou movimentos ganhem capacidades políticas. Susana Eróstegui (2008) argumenta que a tradicional oposição entre Estado e sociedade civil é uma

falsa dicotomia, pois sempre existiram vínculos profundos entre classes, agentes ou elites econômicas com o Estado. Do mesmo modo, a demanda feminista por novos valores e padrões mime- tizar-se-ia com a ação do governo. Uma nova visão de socieda- de implica construir capacidades de influência sobre a política à margem do mandato recebido pelos governos. Como resultado, o Estado pode solicitar a cooperação das ONGs no planejamento e execução de políticas e serviços.

Nesse sentido, há no interior da máquina estatal algumas agên- cias especializadas em políticas para as mulheres. Elas podem exis- tir em qualquer nível de governo (nacional, estadual/ provincial, local) e tipo de órgão (eleito, indicado, administrativo ou judicial) que busque promover o avanço das mulheres e a igualdade de gê- nero. Essas agências, que aqui chamamos de “instâncias mediado- ras em temas de gênero” (IMTG), compõem parte importante da política para mulheres da ONU desde os anos 1975. Ela mesma pos- sui duas destas instâncias: a Comissão sobre o Status das Mulheres (Commission on the Status of Women) e a Divisão de Avanço das Mulheres (Division of the Advancement of Women), que são atri- zes administrativas importantes. Segundo Amy Mazur (2005), tais agências têm potencial para conduzir a representação descritiva e substantiva de três maneiras: elas podem representar as mulhe- res substantivamente, levando a agenda de igualdade de gênero ao debate político e à formulação e implementação de políticas públi- cas; podem também representar as mulheres de maneira descri- tiva e procedimental, ajudando os atores e atrizes no processo de formulação de políticas junto aos governos; e, por fim, mulheres tendem a trabalhar nessas agências, o que ajuda a aumentar sua representação descritiva no Estado.

A ideia de uma cidadania que inclua as mulheres como parte do governo tem constituído um ponto de debate teórico e político que possui múltiplas respostas. (GAMBA, 2007) Os processos de



agiram em aliança com as agências de políticas para as mulheres e conseguiram obter sucesso em expandir sua representação política, tornando as democracias pós-industriais ainda mais democráticas. Segundo as premissas adotadas na RNGS, as agências de políticas para as mulheres se inteiram dos interesses dos movimentos de mulheres fazendo alianças com atrizes centrais, em especial com os movimentos feministas. Dessa forma, perceberam uma crescente especialização de militantes feministas, com a proliferação de Organizações Não Governamentais (ONGs) e a institucionalização de suas formas de atuação.

Nossa pesquisa é realizada replicando o modelo da RNGS com algumas adaptações. O objetivo geral, como já explicado, é avaliar a relação entre as demandas feministas no tema “poder e política” e a legislação nacional sobre direitos políticos das mulheres. Os objetivos específicos são numerosos e vão além da análise das agências de políticas para mulheres, uma vez que, como já foi mencionado, tal pesquisa é mais ampla. Contudo, para os fins deste trabalho, iremos nos limitar ao feminismo de Estado e, portanto, à aplicação do modelo do RNGS.

Nesse modelo, as categorias das teorias de representação democrática e dos movimentos sociais são sintetizadas em tipologias criadas para mensurar as variáveis estudadas. A pergunta de pesquisa é: “até que ponto e sob que circunstâncias tipos diferentes de agências de políticas para as mulheres providenciam vínculos eficazes e necessários para os movimentos de mulheres alcançarem respostas substantivas e procedimentais do Estado?”. Para testar suas proposições, a RNGS examinou debates políticos em distintas áreas temáticas, em países similares, por um período em que as agências de políticas para as mulheres estavam em ação. Foram escolhidas cinco áreas para análise: aborto, prostituição, treinamento profissional, representação política e “assuntos quentes”, ou prioridades nos anos 1990. Monitorou-se cada debate para determinar



como ele chegou à agenda pública, qual formato predominou e se o debate foi *gendered*, ou seja, se foram incorporados a ele conteúdos de gênero.

Os pesquisadores então determinaram se novos significados de gênero foram introduzidos no debate ou não, e quem foi o responsável pela inserção. O final de cada debate foi descrito — lei, relatório ou outro tipo de decisão—, e, no curso do processo, muita atenção foi dirigida ao papel desempenhado pelas agências de políticas para as mulheres e pelo movimento de mulheres. Por fim, classificaram as características do movimento, da agência e do ambiente político. Em nossa pesquisa, o objeto é o conteúdo da legislação voltada para os direitos políticos das mulheres. Para analisar o impacto dos movimentos feministas — não incluímos todos os movimentos de mulheres — sobre o resultado, o modelo utiliza duas dimensões de respostas substantivas e aceitação procedimental tal qual proposto por William Gamson (1975), e então o classifica em termos de uma tipologia de quatro categorias, como podemos ver no quadro abaixo:

**Quadro 1 – Impacto do movimento de mulheres/resposta estatal**

		A POLÍTICA ADOTADA E OS OBJETIVOS DO MOVIMENTO COINCIDEM?	
		SIM	NÃO
AS MULHERES SÃO ENVOLVIDAS NO PROCESSO POLÍTICO?	SIM	Resposta dupla	Cooptação
	NÃO	Preferência	Sem resultado

Fonte: adaptado de McBride e Mazur (2010).

Para analisar as atividades da agência de políticas para as mulheres, o modelo também usa uma tipologia de quatro categorias baseadas em duas variáveis: se a agência milita pelas demandas feministas e se foi eficaz em mudar os moldes do debate, de forma a coincidir com as demandas feministas. Desses pressupostos, tiramos o quadro seguinte:



tar que nenhuma matéria de nossa seleção foi considerada contrária às demandas dos feminismos, e 20 das 33 foram consideradas favoráveis por todas as entrevistadas. Três matérias foram tidas indiferentes por uma das articulações, sendo que duas são de prioridade baixa. Isso mostra que o tema “poder e política” não é especialmente sensível ou polêmico, ao contrário de assuntos como direitos sexuais e reprodutivos. O que acontece nos direitos políticos, como ilustram as minirreformas eleitorais aprovadas, é que as demandas feministas não são completamente atendidas, ou são distorcidas de forma a atender àqueles que dominam as instituições do poder. Mas não chegam a ser integralmente rejeitadas, como no caso dos direitos sexuais e reprodutivos, sobretudo no que se refere ao debate da interrupção voluntária da gravidez.

Das 33 matérias dedicadas aos direitos políticos das mulheres, o Executivo foi autor da maioria (20 delas). Os processos de impacto máximo/prioridade máxima para as redes feministas representam 15% da legislação em questão, e os de prioridade média equivalem a 40%. Os de prioridade baixa foram 45% do total — matérias de relevância mediana são majoritariamente continuação de processos analisados como de prioridade alta. Em relação ao resultado dos processos, ele foi o seguinte: 60,6% dos processos tiveram resposta dupla, 24,2% de cooptação, 6% de preferência e outros 6% foram sem resultado. Interessante notar que 100% das matérias de prioridade alta tiveram resposta dupla, bem como 83% das de prioridade média (10 em 12), ao passo em que quase metade (46,6%) dos processos relacionados a matérias de prioridade baixa foram de cooptação, 33,3% de resposta dupla, 13,3% não obtiveram resultado e 6,6% de preferência.

Sobre as atividades das IMTGs, que, no Brasil, são a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), a Procuradoria da Mulher e a Bancada Feminina do Congresso, as entrevistas com líderes feministas

apontaram que estas instâncias se comportaram com *insiders* em 81,8% dos processos, ou seja, militaram pelos objetivos do movimento feminista e contribuíram para mudar os moldes do debate incorporando “gênero”. Elas foram marginais em 12,2% dos processos (militaram pelos objetivos dos movimentos feministas, mas não contribuíram para mudar os moldes do debate incorporando “gênero”), não feministas (não militaram pelos objetivos do movimento feminista, mas contribuíram para mudar os moldes do debate) e simbólicas (não militaram e não contribuíram para mudar os moldes do debate) em 3% dos debates cada uma.

Os mesmos procedimentos foram realizados no caso da Argentina. Das triagens realizadas, foram selecionados 11 processos específicos sobre direitos políticos das mulheres. Estes correspondem a 12,7% da legislação de gênero, dez vezes mais que o percentual das matérias de poder sobre a legislação de gênero no Brasil (1,1%). Correspondem também a 0,2% do total de matérias produzidas no período democrático, novamente parcela bem mais elevada do que o vizinho brasileiro (0,04%). O dado aponta que o tema “poder e gênero” é uma das prioridades reais não só das representantes eleitas, mas de todo o parlamento. Argentina e Brasil têm a mesma característica no que tange à autoria das matérias em questão: é o Executivo que majoritariamente legisla sobre o tema, sendo as taxas de dominância 60,6% no Brasil e 60% na Argentina.

Os projetos de impacto máximo foram 15% no Brasil e 20% na Argentina; os de prioridade média foram 45% no Brasil e 40% no país vizinho; enquanto os de baixo impacto foram 36% no primeiro caso e 40% no segundo. Com a classificação dos documentos em questão, ao contrário do Brasil, cujo tema predominante foi legislação sobre IMTG (39,4%), a Argentina dedicou 54,5% de sua legislação sobre a participação política das mulheres à questão da criação e implementação das cotas eleitorais, política de



relacionados a matérias de prioridade baixa ficaram sem resultado (13,3% no caso brasileiro).

Sobre as atividades das IMTG, que, na Argentina, é o Consejo de la Mujer, percebemos que o mesmo se comportou como *insider* em 36,4% dos processos, marginal em 9,1% dos processos e simbólica em 36,4% dos debates. Não houve processo em que o Consejo atuou como não feminista, e houve dois processos (18,2%) em que não atuou, pois ainda não havia sido criado.

### *Considerações finais*

Mesmo várias décadas após assegurarem o direito ao voto e se consolidarem como maioria do eleitorado, as mulheres não conseguiram se tornar metade dos(as) representantes em lugar algum do mundo, com exceção de Ruanda (56,3%, na Câmara Baixa), onde a guerra civil dizimou grande parte da população adulta masculina, e em Andorra, onde as mulheres são exatamente 50% do parlamento, segundo dados da IPU. Argentina, Chile e Brasil também compartilham desse histórico de marginalização e exclusão das mulheres nos âmbitos da política institucional, o que tornam fracos ou ineficazes os seus direitos políticos e sua participação no chamado mundo público.

Em contrapartida, nos três casos, os movimentos feministas estão intimamente ligados à construção da democracia e ao processo de redemocratização. Suas protagonistas tiveram sucesso em transitar por distintos espaços e influenciar decisões nos três poderes. A vantagem disso, segundo Maira del Carmo Feijó (2008), é que as reivindicações saíram do espaço da militância feminista e alcançaram o Estado, criando uma incipiente sinergia entre os dois mundos. Além disso, o aprendizado obtido no contexto de práticas institucionais estatais foi sendo levado aos espaços da sociedade civil. Outro produto desta lógica foi certa

confusão no campo da organização da política institucional e dos movimentos feministas, uma vez que as ONGs frequentemente se burocratizaram e o Estado se “ONGuizou” — fator que também pode ser aproveitado no contexto dos processos de aprendizagem e crescimento.

É no momento dessa virada que percebemos a existência de um novo patamar institucional de intermediação e participação. Ampliaram-se as formas de representação sem a autorização eleitoral e os governos passaram a assimilar demandas das organizações participativas. Os movimentos feministas, indiscutivelmente, tornaram-se representantes da coletividade das mulheres e a eles se atribuiu um poder relevante na arena política. Por isso, países em que os feminismos são bem articulados tendem a possuir mais direitos para as mulheres do que em outros. É claro que falamos de forma generalizada, uma vez que há diversas variáveis intervenientes que alteram os processos e seu resultado — variáveis estas que não podem ser isoladas e neutralizadas para que observemos o impacto do poder de articulação feminista.

## Referências

- ABBERS, Rebecca Neaera. *Inventing local democracy: grassroots politics in Brazil*. London: Linne Rienner Publishers, 2000.
- AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Ed. UNESP, 2001.
- BECKWITH, Karen. A common language of gender? *Politics & Gender*, Cambridge, v. 1, n. 1, p. 128-137, 2005.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 13. ed. Brasília, DF: Ed. UnB, 2008.
- DIETZ, Mary G. Ciudadanía con cara feminista: el problema con el pensamiento maternal. *Debate Feminista*, [Ciudad de México], n. 10, p. 45-65, sept. 1994.

- ERÓSTEGUI, Susana. *Sociedad civil, participación ciudadana y democracia en el nuevo contexto político de América Latina: una mirada a los desafíos y estrategias de acción desde la sociedad civil*. 2008. Trabalho apresentado ao Seminário Sociedad Civil y Nuevas Institucionalidades Democráticas en América Latina: dilemas y perspectivas, Brasília, DF, 2008.
- FEIJOÓ, Maria del Carmo. (Comp.). *Participación política de las mujeres en América Latina*. Buenos Aires: Sudamericana: Coppal, 2008.
- GAMBA, Susana B. (Coord.). *Diccionario de estudios de género y feminismos*. Buenos Aires: Biblos, 2007.
- GAMSON, William A. *The strategy of social protest*. Homewood: The Dorsey Press, 1975.
- GOHN, Maria da Glória. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 41-70, out. 2007.
- GURZA LAVALLE, Adrián; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 43-66, fev. 2006.
- HAWKESWORTH, Mary. Engendering political science: an immodest proposal. *Politics & Gender*, Cambridge, v. 1, n. 1, p. 141-156, 2005.
- LOVENDUSKI, Joni. *Feminizing politics*. Cambridge: Polity Press, 2005.
- LOVENDUSKI, Joni. State feminism and women's movements. *West European Politics*, [S.l.], v. 31, n. 1/2, p. 169-194, 2008.
- LOZANO, Fernanda Gil. Miradas sobre el pasado latinoamericano: género, memoria y política – Siglos XIX y XX. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: GÊNEROS E PRECONCEITOS, 7., 2006, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- MACBRIDE, Dorothy E.; MAZUR, Amy. *The politics of state feminism innovation in comparative research*. Philadelphia: Temple University Press, 2010.
- MAZUR, Amy. *The impact of women's participation and leadership on policy outcomes: a focus on women's policy machineries*. Dec. 2005.



NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. *As Organizações Não-Governamentais (ONGs) feministas brasileiras*. 2006. Trabalho apresentado ao 15º Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambú, 2006.

PATEMAN, Carole. Feminism and democracy. In: DUNCAN, Graeme (Ed.). *Democratic theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. p. 204-217.

SCOTT, Joan. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In: LAMAS, M. (Comp.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. Ciudad de México: PUEG, 1996. p. 265-302.

STEINMO, Sven. Historical institutionalism. In: DELLA PORTA, Donatella; KEATING, Michael (Ed.). *Approaches and methodologies in the social sciences: a pluralist perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 118-138.



ENTRAVES À IMPLEMENTAÇÃO DOS  
SERVIÇOS DE RESPONSABILIZAÇÃO E  
EDUCAÇÃO PARA HOMENS AUTORES  
DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:  
*uma leitura a partir do discurso dos  
direitos humanos e da racionalidade  
penal moderna*

Anderson Eduardo Carvalho de Oliveira

Márcia Santana Tavares

### *Introdução*

Atendendo à determinação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), bem como em cumprimento a demandas de movimentos feministas/de mulheres, o Estado brasileiro promulgou, em 2006, a Lei nº 11.340 – Lei Maria da Penha, de modo a garantir um tratamento específico aos crimes que configuram violência doméstica e familiar contra a mulher, outrora entendidos como



programas de atenção grupal a homens autores de violência contra a mulher, dos quais seis já se encontravam temporariamente ou definitivamente inativos. Segundo o pesquisador, o baixo número de iniciativas pode ser explicado pela falta de nitidez acerca do desenho metodológico que se deseja imprimir nos referidos serviços, bem como pela inexistência de uma política nacional específica que assegure recursos financeiros contínuos.

Neste trabalho, buscamos analisar os entraves postos à implementação dos serviços de responsabilização e educação para homens autores de violência no Brasil, tomando por base a mobilização do discurso dos direitos humanos e da racionalidade penal moderna (PIRES, 2004), a fim de evidenciar como a noção de responsabilização centrada na díade punição-sofrimento pode obstruir respostas estatais mais efetivas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Os resultados aqui trazidos são produtos de reflexões advindas da revisão de literatura realizada para a confecção de projeto de tese de doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNeim) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

### *Da socialização dos homens aos estudos feministas acerca da violência contra a mulher no Brasil*

Os processos de socialização e sociabilidade experimentados por homens, fortemente influenciados por uma lógica sexista e misógina, têm perpetuado episódios de violência doméstica e familiar contra as mulheres ao instituírem padrões estandardizados de masculinidades marcados por características como agressividade, honra e virilidade. Nesse sentido, os estudos feministas e de gênero adquirem fundamental relevância para o estudo do tema aqui abordado.

Valendo-nos da linha argumentativa de Joan Scott (1995), gênero é entendido como uma categoria analítica que reconhece as diferenças existentes entre homens e mulheres como socialmente construídas e fundadas a partir de relações de poder, contrapondo-se ao determinismo biológico outrora utilizado para justificá-las. Ademais, o uso do conceito de gênero entre feministas norte-americanas indicava, também, uma preocupação com o fato de os estudos feministas estarem centrados nas mulheres de forma restrita e isolada. Assim, utiliza-se do termo “gênero” para introduzir uma noção relacional, defendendo que homens e mulheres são definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão pode existir a partir de estudo inteiramente separado. (SCOTT, 1995)

Cumpramos ressaltar que o feminismo, enquanto movimento teórico e *práxis* política, tem produzido uma incisiva crítica ao fazer científico dominante, propondo um novo modo de operacionalização e articulação do conhecimento, além de buscar, nos dizeres de Alda Facio (1999), algum grau de transformação do *status* jurídico e social das mulheres, pretendendo modificar as relações de poder entre os sexos, o que, por sua vez, alteraria a estrutura do pensamento e da própria sociedade.

Ao propor seu projeto de transformação social, o feminismo também possibilita o desenvolvimento dos estudos sobre homens e masculinidades, que, nos últimos anos, mobilizaram um número significativo de pesquisadores e pesquisadoras: no plano internacional, por exemplo, Daniel Welzer-Lang (2001), Almeida (1995), Robert Connell e James Messerschmidt (2013). Já no âmbito nacional, podemos mencionar Benedito Medrado e Jorge Lyra (2008), Miriam Grossi (2004), Berenice Bento (1999) e outros.

Nesses estudos, destacamos o conceito de masculinidade hegemônica defendido por Connell e Messerschmidt (2013), os quais, inspirados pela concepção gramsciana de “hegemonia”,

propõem pensar a masculinidade hegemônica como um padrão de práticas que possibilitou a continuidade da dominação dos homens sobre as mulheres. Segundo eles, a masculinidade hegemônica distingue-se das demais, ditas subordinadas, para assumir um caráter normativo, incorporando a forma mais honrada de se reconhecer um homem. Assim, “ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens”. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245) Essa dominação se expressa, inclusive, na violência masculina contra as mulheres.

No campo das discussões sobre violência contra a mulher, nos idos de 1970, os movimentos feministas intensificam suas lutas, assumindo novas bandeiras. Sob o argumento de que “o pessoal é político”, o feminismo leva ao espaço político de discussão questões anteriormente tratadas como específicas do privado, rompendo com a dicotomia público/privado do pensamento liberal. (COSTA, 2005) Desse modo, denuncia todas as formas de opressão e submissão experimentadas pelas mulheres no ambiente doméstico, refutando a noção de uma violação individual para inaugurar a tese de que os problemas vivenciados individualmente no cotidiano feminino se encontram alicerçados em estruturas e discursos sociais, reivindicando respostas coletivas.

A partir da década de 1980, a violência contra a mulher ganha destaque também na literatura feminista. Cecília MacDorvell Santos e Wânia Pasinato Izumino (2005) identificam três principais correntes teóricas constituídas para subsidiar tais estudos, quais sejam: dominação masculina,<sup>2</sup> dominação



2 Essa corrente tem como referência Marilena Chauí, que, de acordo com Santos e Izumino (2005, p. 148), define violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher, concebida tanto como “vítima” quanto “cúmplice” da dominação masculina.

patriarcal<sup>3</sup> e relacional. As duas primeiras vertentes teóricas trabalham com uma perspectiva de “vitimismo” feminino que, segundo Maria Filomena Gregori (1993, p. 143), “é o pior caminho, seja para compreender o fenômeno, seja para estimular a ocorrência de transformações substantivas nas relações entre os sexos”. Assim, a autora busca relativizar a noção dicotômica entre dominação masculina/vitimização feminina, propondo a violência contra a mulher como ato de comunicação:

As cenas em que marido e mulher estão envolvidos e que culminam em agressões estão sujeitas a inúmeras motivações [...]. Nelas, as mulheres participam como parceiras ativas. Essas cenas revelam que a agressão funciona como uma espécie de ato de comunicação no qual os parceiros ensinam a criar novas formas de relacionamento, sem empregar recursos que levem a um acordo, a um entendimento ou a uma negociação das decisões. (GREGORI, 1993, p. 149)

A socióloga sustenta que as mulheres têm autonomia e participam ativamente na relação violenta, não mais sendo vistas como vítimas da dominação masculina, senão cúmplices, inaugurando uma chamada corrente relacional. Esta, por não alimentar a dualidade vítima *versus* algoz, parece-nos a mais adequada para embasar nossos estudos. Porém não sem estabelecer as ressalvas suscitadas no trabalho de Santos e Izumino (2005), quais sejam: a) compreendendo que tais fenômenos se desenvolvem em relações assimétricas de poder, nas quais as mulheres ocupam uma posição desvantajosa; b) entendendo os contextos nos quais a violência se processa e o significado que assume.



3 Essa corrente tem em Heleieth Saffioti (1997) um dos seus maiores expoentes e propõe a violência contra a mulher como expressão do patriarcado, entendido como um sistema de dominação e exploração que socializa o homem como dominador e a mulher como dominada. Dada essa formação, “o homem julga-se no direito de espancar sua mulher. Esta, educada que foi para submeter-se aos desejos masculinos, toma este ‘destino’ como natural”. Assim, a autora rechaça a noção da mulher como cúmplice, para entendê-la exclusivamente como vítima.



## *A violência contra a mulher no Brasil e a mobilização do discurso dos direitos humanos*

Com o advento da década de 1990, os movimentos feministas e de mulheres seguem a enfatizar o fenômeno da violência contra a mulher como uma grave questão social, reivindicando respostas estatais e associando-o ao campo da justiça e da polícia, a fim de demonstrar as resistências e os problemas desses setores no tocante à incorporação dessa temática. Todavia, no mesmo período, tais movimentos também passam a, estrategicamente, associar a discussão da violência contra a mulher a três campos principais já consolidados e reconhecidos na arena política internacional: saúde, desenvolvimento social e, o que mais nos interessa no presente trabalho, o discurso dos direitos humanos.

Segundo Lilian Blima Schraiber e Ana Flávia Lucas Pires D'Oliveira (1999, p. 17), esta intenção reside no fato de, valendo-se do prestígio já alcançado por referidas questões, colocar a violência contra a mulher na agenda internacional. “Além disto, estes campos tinham conceitos e ferramentas que poderiam ser úteis no trabalho com a violência contra a mulher, tais como a linguagem dos direitos e a noção de prevenção, por exemplo”.

Na perspectiva de Gideon Sjoberg, Elizabeth A. Gill e Norma Williams (2001), os direitos humanos devem ser vistos como reivindicações sociais sobre arranjos de poder. Dito de outra forma, são reivindicações apresentadas por pessoas em diversos sistemas sociais e culturais a partir de relações de poder organizadas, a fim de avançar a dignidade dos seres humanos, que entram na agenda social e cultural dos povos e nações do século XX, em grande parte como resultado do holocausto nazista. Pois, com a derrota da Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial, dois grandes eventos sociais relacionados com os Direitos Humanos se destacam: 1) a criação do Tribunal Militar Internacional (julgamento de

Nuremberg), que confere credibilidade a princípios como “crimes contra a humanidade” ao condenar líderes nazistas, além de influenciar a criação de outros tribunais; 2) a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que irá aprovar, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, plataforma para lançamento de diversos tratados internacionais sobre o tema.

Por essas razões, Mikael Rask Madsen e Gert Verschraegen (2013) chamam a atenção para o fato de que o surgimento dos direitos humanos está intrinsecamente ligado à formação dos Estados modernos e da sociedade, devendo ser vistos, portanto, como “uma invenção moderna”. Pensar os direitos humanos como universais e fundamentais pode conduzir à falsa interpretação de que eles podem existir sem pré-condições sociais, ou mesmo para a esfera além da sociedade.

Conforme os autores, os direitos humanos servem como uma instituição social para defender e proteger a estrutura da sociedade moderna, resguardar a inclusão dos indivíduos e ajudá-los na proteção contra o poder invasivo das organizações burocráticas. Assim, do ponto de vista sociológico, os direitos humanos devem ser vistos como uma conquista histórica e social, visando à reconstrução de suas condições sociais de plausibilidade. (MADSEN; VERSCHRAEGEN, 2013)

Nesse ponto, Sjoberg, Gill e Williams (2001) acrescentam que, apesar de não se conseguir institucionalizar uma orientação moral fundada sobre os direitos humanos, estes continuam sendo uma das poucas alternativas morais viáveis para conter (e também redirecionar) o emprego de poder social pelo Estado e outras organizações poderosas, empenhadas em atentar contra a dignidade humana de uma forma sistemática. Com isso, tem-se na mobilização desse discurso a única maneira eficaz de enfrentar as divisões de classe, raça/etnia, gênero etc. e, via de consequência,

promover certa ontologização dos direitos humanos a partir da concepção de algo que existe para o bem.

Assim, a “gramática oficial” defende de maneira enfática que os seres humanos, vistos de uma maneira inclusiva, possuem um conjunto mínimo de direitos simplesmente por causa de sua condição humana – os direitos humanos, enaltecendo-se suas características principais. Flávia Piovesan (2007) destaca algumas delas: imprescritibilidade, porque não se perdem com o decurso de prazo; inalienabilidade, uma vez que não há a possibilidade de transferência, seja a título gratuito ou oneroso; irrenunciabilidade, já que a ninguém é lícito abrir mão desses direitos; inviolabilidade, ante a impossibilidade de desrespeito, sob pena de responsabilização civil, criminal e administrativa; indivisibilidade, pois não podem ser analisados de maneira isolada; efetividade, consubstanciada na atuação do Poder Público, no sentido de garantir a sua efetivação; e universalidade, porquanto sua abrangência engloba todos os indivíduos, independentemente de nacionalidade, gênero, raça/etnia, idade/geração, convicção política e religiosa etc.

Talvez devido à difusão desse pensamento, sobretudo em 1995, com a realização da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz,<sup>4</sup> realizada na cidade de Pequim, China, desenvolve-se de forma mais explícita a ideia de que os direitos das mulheres devem ser concebidos como direitos humanos. Para Sjoberg, Gill e Williams (2001), em Pequim, as mulheres tentaram escapar de uma tradição de subordinação e opressão, adotando a estratégia da promoção de uma noção cultural da personalidade ou humanidade para as mulheres que transcende qualquer situação histórica e social específica, defendendo que os direitos das mulheres são inerentes à sua própria condição de ser humano.



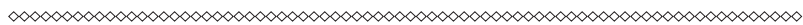
4 Sobre a 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres, ver, por exemplo, Vera Soares (1995).

## *Da punição à atenção: respostas estatais à violência contra a mulher*

Paralelamente às discussões teóricas, os movimentos feministas/de mulheres igualmente se ocuparam de mobilizar o discurso dos direitos humanos para estabelecer estratégias políticas para o enfrentamento da violência contra a mulher, partindo de dois grandes focos: agindo diretamente, num primeiro momento (década de 1980, sobretudo), para, em seguida, reivindicar a formulação e implementação de políticas públicas. Os movimentos, então, assumem a função de pressionar o Estado para a incorporação da agenda feminista de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher na política e, também, no direito.

Nesse sentido, Theophilos Rifiotis (2008) sustenta que o direito se apresenta como importante elemento simbólico de construção de legitimidade, devendo-se investir em reflexões sobre o lugar que ele ocupa como parte da estratégia de visibilização e reconhecimento das lutas no campo de gênero. Assim, procede com uma análise crítica da judicialização das relações sociais, pautando-se na contribuição da teoria de Axel Honneth sobre as lutas por reconhecimento.<sup>5</sup>

A teoria honnethiana é original por enfatizar que conflitos sociais têm origem em expectativas normativas socialmente construídas e frustradas por experiências de desrespeito, identificadas a partir de três formas: violação e maus-tratos corporais; privação de direitos e exclusão; e degradação e ofensa. Tais situações desencadeiam reações emocionais e lutas por reconhecimento, respectivamente a partir de relações primárias de amor



5 Há um intenso debate teórico em torno da noção de reconhecimento, protagonizado por Axel Honneth e Nancy Fraser, filósofa e importante pesquisadora feminista. Para Honneth (2003), há certa complementaridade entre redistribuição e reconhecimento, enquanto Fraser (2007), partindo da concepção de status em Weber, sustenta que desigualdades sociais nem sempre estão fundadas em padrões simbólicos de não reconhecimento.

e amizade, relações jurídicas (direitos) e comunidades de valores de respeito mútuo. Para Honneth (2003, p. 224):

Simplesmente porque os sujeitos humanos não podem reagir de modo emocionalmente neutro às ofensas sociais, representadas pelos maus-tratos físicos, pela privação de direitos e pela degradação, os padrões normativos de reconhecimento recíproco têm uma certa possibilidade de realização no interior do mundo da vida social em geral.

Aproximando-se dessas ideias, Rifiotis (2008) propõe pensar a violência contra a mulher a partir de um quadro de ruptura de reconhecimento de relações primárias, marcado por violações e maus-tratos corporais.

O reconhecimento seria procurado numa mudança, digamos, interior, que poderia ter desmembramentos nas relações jurídicas (direitos) e na construção de uma comunidade de valores de respeito mútuo. (RIFIOTIS, 2008, p. 231)

Desse modo, ressalta a importância da teoria do reconhecimento para se pensar a judicialização das relações sociais como estratégia política, pois ao atuar na esfera do privado/intimidade, o Estado e o aparato judiciário tendem a se autonomizar e a não atender às demandas que reclamam a sua criação, sobretudo no que diz respeito à legislação penal.

Na esteira desse entendimento, David Garland (2005) proclama que, ao longo das três últimas décadas, esses processos desencadeiam também um retorno da vítima ao centro do cenário político e da justiça penal. O novo imperativo político reside no dever de proteção das vítimas, que elas tenham suas vozes escutadas e suas memórias honradas, podendo expressar sua ira e obter respostas para seus temores.

Para este autor, a retórica do direito penal frequentemente invoca a figura da vítima como alguém que tem direitos, que deve

poder expressar seu sofrimento e ter sua seguridade futura garantida. Por outro lado, pondera que toda atenção inapropriada dos direitos ou do bem-estar do delinquente é considerada como algo que vai contra a justa medida de respeito às vítimas, assumindo-se um jogo político de soma zero, no qual o que o delinquente ganha, a vítima perde. Além disso, estar ao lado das vítimas significa automaticamente ser duro com os delinquentes. (GARLAND, 2005)

Concordamos com Garland quando defende que as vítimas devem ter voz, fazer avaliações sobre o impacto potencial das violações e ser consultadas a respeito do castigo e das decisões relativas às intervenções junto a seus algozes. Contudo parece-nos adequado aplicar uma leitura crítica alicerçada no terreno dos direitos humanos para pensar os discursos sobre a responsabilização de homens autores de violência contra as mulheres, e problematizar a criação de serviços de responsabilização para esses sujeitos como instituições de caráter responsabilizante.

Estudos recentes, desenvolvidos por pesquisadores estrangeiros sobre propostas de intervenções responsabilizantes com homens autores de violência contra a mulher, estruturados em seus países, têm demonstrado que essas ações raramente eliminam o padrão de dominação que alimenta as violências nos relacionamentos conjugais, mas têm ajudado a controlar e reduzir o perigo da violência física. (HAGEMANN-WHITE; BOHN, 2007) Ainda, asseveram que homens abusivos podem aprender sobre respeito e igualdade, caso instados a fazê-lo. Contudo, eles não irão mudar seus comportamentos se não forem expostos a uma forte pressão, já que seus valores culturais e privilégios estão sempre a induzi-los a permanecerem iguais. (BANCROFT, 2002)

A dificuldade na implementação desses serviços no Brasil parece estar intimamente ligada ao sentido socialmente atribuído à noção de “punição”. Nesse sentido, é de grande valia pensar as

construções sobre a temática na teoria social, sobretudo a partir das contribuições de Michel Foucault.

Em sua principal obra sobre o tema, *Vigiar e punir*, com base em suas observações sobre as transformações das práticas penais na França, Foucault (2004) problematiza o papel central que a prisão assume na penalidade moderna, realizando o que ele denomina de genealogia do poder punitivo. Seu ponto de partida é o suplício, principal técnica para se punir na era clássica.

Uma pena, para ser um suplício, deve obedecer a três critérios principais: em primeiro lugar, produzir uma certa quantidade de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar e hierarquizar [...]. Além disso, o suplício faz parte de um ritual. É um elemento na liturgia punitiva, e que obedece a duas exigências. Em relação à vítima, [...] destina-se [...] a tomar infame aquele que é sua vítima [...] E pelo lado da justiça que o impõe, o suplício deve ser ostentoso, deve ser constatado por todos, um pouco como seu triunfo. (FOUCAULT, 2004, p. 31)

No final do século XVIII e início do século XIX, a técnica do suplício entra em decadência, supostamente por discursos reformistas de incluir penas menos cruéis. Porém, Foucault (2004) adverte que o discurso reformista por penas mais humanísticas escondia um interesse político e econômico sustentado pela burguesia para proteção da propriedade, pois se notava, naquela época, um aumento dos crimes patrimoniais e as penas de suplício eram pouco efetivas para tutelar esses bens. A prisão, então, tornou-se a pena por excelência.

Foucault (2004) explica que, com o advento da prisão, inaugura-se uma nova técnica de punir, baseada no poder disciplinar, que perpassa o controle minucioso dos corpos e estratégias de vigilância, a fim de garantir o adestramento dos indivíduos. A punição dos indivíduos passa a se processar de forma mais velada e sutil, porém, sem deixar de aplicar certa dose de sofrimento físico:

Sem dúvida, a pena não mais se centrava no suplício como técnica de sofrimento; tomou como objeto a perda de um bem ou de um direito. Porém castigos como trabalhos forçados ou prisão – privação pura e simples da liberdade – nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo [...]. Na realidade, a prisão, nos seus dispositivos mais explícitos, sempre aplicou certas medidas de sofrimento físico. (FOUCAULT, 2004, p. 18)

Sobre essa questão, impende tecer alguns comentários acerca do debate proposto por Álvaro Pires (2004) sobre o que nomeia de racionalidade penal moderna, ou seja, o sistema de pensamento da justiça criminal.

Para Pires (2004), a lei penal é comumente formulada a partir de uma estrutura normativa telescópica, que sobrepe uma norma de sanção a uma norma de comportamento. Nessa estrutura, três tipos de pena se destacam: morte, prisão e multa, sendo que a pena da prisão assume o lugar dominante do sistema penal. Ou seja, a racionalidade penal moderna privilegia uma linha de pensamento medieval segundo a qual é a pena afliativa que comunica o valor da norma de comportamento e o grau de reprovação do desrespeito.

Assim, segundo o autor, a estrutura normativa telescópica, aliada a uma linha de pensamento que valoriza a pena afliativa, causa uma impressão de que a norma de comportamento e a pena afliativa são inseparáveis, desencadeando uma série de problemas: a) o crime terá sua definição dada pela pena, promovendo dogmatização da relação crime/pena, e tornando quase que impossível pensar o sistema penal ou o crime sem uma dependência quase absoluta da pena afliativa; b) produz uma ilusão de simplicidade do trabalho do legislador e do juiz quando da escolha da sanção, tendendo a privilegiar a escolha da pena afliativa como resposta evidente; e c) a combinação entre crime e pena afliativa promove a ilusão de necessidade e identidade quanto à natureza dessa associação, ou seja, supõe que as normas de comportamento e as



sanções são igualmente obrigatórias (necessidade), além de estabelecer a suposição de que a norma no direito deve ser estritamente negativa, devendo haver identidade de natureza entre o crime e a sanção – se o crime é visto como um mal, a pena também deve ser. (PIRES, 2004)

Com isso, defende que

a racionalidade penal moderna constitui um obstáculo epistemológico ao conhecimento da questão penal e, ao mesmo tempo, à inovação, isto é, à criação de uma nova racionalidade penal e de uma outra estrutura normativa. (PIRES, 2004, p. 43)

Diante disso, o autor passa a examinar alguns aspectos desse sistema de pensamento, dentre os quais, para se pensar o problema deste artigo, faz-se necessário analisar três desses aspectos.

Primeiramente, é importante pensar como o sistema penal projeta, a partir do século XVIII, um autorretrato identitário essencialmente punitivo, excluindo qualquer sanção ou medidas que visem reafirmar a norma por meio de uma ação positiva, além de produzir uma racionalidade penal moderna baseada na noção de punição como uma obrigação ou necessidade. Por fim, a racionalidade penal moderna se apresenta como um sistema “pré-político” ou “transpolítico”, no sentido de que se sedimenta antes ou independentemente das visões políticas de mundo, à medida que, embora alguns pesquisadores e pesquisadoras se digam críticos, ainda privilegiam teorias da pena consubstanciadas em sanções negativas e reduzem a noção de direito de punir como obrigação de punir. Acrescenta ele:

Da mesma forma, diversos movimentos sociais progressistas ou filantrópicos [...] e até mesmo pensadores dotados de uma ‘teoria crítica’ da sociedade caem nesta armadilha cognitiva que consiste em se opor ao abrandamento de penas e à adoção de sanções alternativas (não carcerárias) ou em demandar, em nome de princípios da racionalidade penal moderna (igualda-

de, proporcionalidade, segurança), penas afliativas mais severas. (PIRES, 2004, p. 46)

Desse modo, instala-se uma perspectiva de que pedir punição converte-se em algo próximo a pedir mais pena afliativa ou mais sofrimento. Esse pressuposto corrobora a estigmatização dos atores envolvidos, ofertando soluções que não necessariamente satisfazem as vítimas, além de deixar em segundo plano ações educacionais e preventivas possíveis de promover mudanças efetivas. Assim, é interessante transportar a provocação de Pires (2004, p. 55) para pensar a responsabilização de homens autores de violência contra a mulher: “Como podemos mobilizar os direitos humanos para pedir menos direitos humanos sem que isso pareça contraditório, chocante ou pelo menos embaraçoso?”.

### *Considerações finais*

A Lei Maria da Penha, cujo teor não se restringe apenas à criminalização da violência, mas também preconiza a prevenção e responsabilização, sugere a adoção de ações de cunho educativo e reflexivo, de modo a produzir mudanças comportamentais em homens no que se refere aos padrões estandartizados de masculinidade e feminilidade, que contribuem para a naturalização de relações de gênero assimétricas e para a reprodução e trivialização da violência. No entanto o baixo número de serviços de responsabilização e educação para homens autores de violência doméstica e familiar no Brasil evidencia as dificuldades de sua institucionalização.

Longe da perspectiva de apresentar respostas definitivas para o problema suscitado, nossa intenção consiste em ressaltar a importância de uma reflexão acerca das práticas discursivas sobre responsabilização de homens autores de violência contra a

mulher para, com base numa leitura crítica da Lei Maria da Penha e do discurso dos direitos humanos, fomentarmos a ampliação desse debate.

A aposta no recrudescimento das penas aflictivas e, portanto, na tutela do direito penal como instrumento para a promoção da igualdade de gênero, nos parece uma estratégia equivocada. A nosso ver, não é coerente pensar ser pela via do sistema repressivo estatal, fortemente marcado por suas contradições e seletividade, que a almejada igualdade de gênero será alcançada. Ademais, essa lógica cria entraves à institucionalização dos serviços de responsabilização a homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher e, conseqüentemente, à total implementação da Lei Maria da Penha, uma vez que não reconhece mecanismos responsabilizantes de caráter positivo.

Essas estratégias, por sua vez, podem apresentar um efeito muito mais benéfico ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher do que a mera política do encarceramento. Nesse sentido, alguns estudos apontam para baixos índices de reincidência no comportamento violento entre homens que participam integralmente de programas e serviços dessa ordem.<sup>6</sup> Daí nossa defesa para que se avance na consolidação de uma política nacional específica para o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher.

## Referências

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.

ANDRADE, Leandro Feitosa; BARBOSA, Sérgio Flávio. *A Lei Maria da Penha e a implementação do grupo de reflexão para homens*

6 Ver, por exemplo, Leandro Feitosa Andrade e Sérgio Flávio Barbosa (2008); Marina Sidrim Teixeira e Mariah Maia (2011).

autores de violência contra mulheres em São Paulo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 2008, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST42/Andrade-Barbosa\\_42.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST42/Andrade-Barbosa_42.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BANCROFT, Lundy. *Why does he do that?: inside the minds of angry and controlling men*. New York: Berkley Book, 2002.

BEIRAS, Adriano. *Relatório mapeamento de serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro*. Rio de Janeiro, 2014.

BENTO, Berenice Alves de Meio. A (re)construção da identidade masculina. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 26, p. 33-50, 1999.

BRASIL. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Seção 1, p. 1.

CAMPOS, Carmen Hein de. Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 155-170, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2003000100009>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero*, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005.

FACIO, Alda. Hacia outra crítica del derecho. In: FACIO, A.; FRIES, L. (Ed.). *Gênero y derecho*. Santiago: La Morada, 1999. p. 15-44.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

- FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007.
- GARLAND, David. *La cultura del control: crimen y orden social en la sociedad contemporánea*. Barcelona: Gedisa, 2005.
- GREGORI, Maria Filomena. As desventuras do vitimismo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 143-149, 1993.
- GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: uma revisão teórica. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, n. 75, p. 5-37, 2004.
- HAGEMANN-WHITE, Carol; BOHN, Sabine. *Protecting women against violence: analytical study on the effective implementation of Recommendation Rec(2002)5 on the protection of women against violence in Council Europe member States*. Strasbourg, 2007.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- MADSEN, Mikael Rask; VERSCHRAEGEN, Gert. Making human rights intelligible: an introduction to sociology of human rights. In: MADSEN, Mikael Rask; VERSCHRAEGEN, Gert (Ed.). *Making human rights intelligible: towards a sociology of human rights*. Oxford: Hart Publishing, 2013. p. 1-22.
- MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, set./dez. 2008.
- PASINATO, Wânia. *Delegacias de defesa da mulher e juizados especiais criminais: mulheres, violência e acesso à justiça*. 2004. Trabalho apresentado ao 28º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Caxambu, 2004. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down082.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2015.
- PIOVESAN, Flávia. Concepção contemporânea de direitos humanos. In: MARTINS, Rosana; PEDROSO, Maria Goretti; PINTO, Tabajara Novazzi (Org.). *Direitos humanos, segurança pública & comunicação*. São Paulo: AcadePol, 2007. p. 37-52.
- PIRES, Álvaro. A racionalidade penal moderna, o público e os direitos humanos. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 68, p. 39-60, mar. 2004.
- RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a ‘violência conjugal’ e a ‘violência

intrafamiliar'. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 225-236, jul./dez. 2008.

SAFFIOTI, Heleith I. B. *O poder do macho*. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Cariben*, Tel Aviv, v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005.

SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Lucas Pires. Violência contra mulheres: interfaces com a Saúde. *Interface: comunicação, saúde, educação*, Botucatu, v. 3, n. 5, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SJOBERG, Gideon; GILL, Elizabeth A.; WILLIAMS, Norma. A sociology of human rights. *Social Problems*, [Berkeley], v. 48, n. 1, p. 11-47, 2001.

SOARES, Vera. O contraditório e ambíguo caminho para Beijin. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 180-190, jan./jun. 1995.

TEIXEIRA, Marina Sidrim; MAIA, Mariah. *Avaliação do projeto paz em casa, paz no mundo a partir dos seus beneficiários*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2011. Disponível em: <<http://www.noos.org.br/userfiles/avalia%C3%A7%C3%A3o%20do%20projeto%20paz%20em%20casa.pdf>>. Acesso: 15 abr. 2016.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras et al. *Atendimento a homens autores de violência contra a mulher: experiências latino americanas*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

# MUSICALIDADES INVISÍVEIS: *o que (não) se produz sobre música e mulheres*

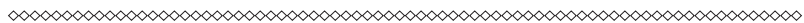
Ana Paula dos Anjos Fiuza

Laila Andresa Cavalcante Rosa

## *Introdução*

Eis que apresentamos uma discussão sobre as musicalidades invisíveis das mulheres, qual seja, a *feliz-e-emergente-porém-ainda-escassa* produção de conhecimento brasileira sobre as mesmas, considerando os diferentes campos de atuação em música, tais quais, educação musical, composição, musicologia, etnomusicologia e performance.

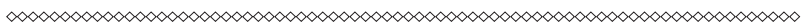
Este artigo, portanto, traz algumas questões oriundas da pesquisa “Feminaria Musical ou epistemologias feministas em música no Brasil”,<sup>1</sup> de autoria de Laila Rosa, e que vem sendo realizada des-



1 A mesma tem sido viabilizada através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas, da Universidade Federal da Bahia (Pibic-AF/UFBA), tendo sido contemplado com bolsas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e também pelo

de 2012 pela Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros,<sup>2</sup> grupo coordenado pela mesma. Aqui nos deteremos, especificamente, ao plano de trabalho que se debruçou sobre a análise dos anais das três principais associações musicais nacionais: a Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), a Associação Brasileira de Etnomusicologia (ABET) e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e cujo recorte temporal foi de 1983 a 2002.<sup>3</sup>

O referido mapeamento desta produção de conhecimento sobre mulheres e música no Brasil teve como suporte teórico os estudos das relações étnicorraciais, feministas, de gênero e sexualidades. (CURIEL, 2007; bell hooks, 2013; NOGUEIRA; FONESCA, 2013; PINTO, 2001; ROSA et al., 2013, 2014; SOVIK, 2009, entre outras(os)). O mesmo se deu de forma concomitante às questões práticas e ativistas feministas, visto que o grupo realiza performances poético-musicais, além de manter espaço aberto para o diálogo e atuações conjuntas com os diversos movimentos sociais que integram a causa política ao qual o grupo também se encontra inserido.



Programa Permanecer, da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (Proae/UFBA), totalizando até aqui 15 bolsas desta modalidade, entre os anos de 2012 e 2016.

- 2 A Feminaria Musical, grupo de pesquisa e experimentos sonoros, integra a linha de pesquisa Gênero, Arte e Cultura, do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher (Neim/UFBA) e até aqui já contou com a participação de estudantes da graduação em música (composição, licenciatura e música popular), bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, Bacharelado Interdisciplinar em Artes, Letras e Museologia, bem como com mestrandas e doutorandas dos Programas de Pós-Graduação em Música – Etnomusicologia; Mulheres, Gênero e Feminismo; e Museologia, além de contarmos com participações externas. Atualmente, somos: 1. Doutorandas: Jorgete Maria Portal Lago; Rebeca Sobral Freire e Anni Carneiro; 2. Mestrandas: Francimária Ribeiro; Ana Paula dos Anjos Fiuza; Alexandre Santos de Azevedo; Alexandra Martins Costa e Ariana Silva; 3. Bolsistas PIBIC: Cristiane Conceição Lima; Bruna dos Santos de Jesus; Thalita Vieira dos Santos e Maria de Fátima Santos de Jesus; 4. Colaboradoras: Ellen Carvalho Santos, Deusi Magalhães e Lara Canuto.
- 3 O projeto possui diferentes planos de trabalho para este artigo nos detivemos ao plano de trabalho “Feminaria Musical II: o que (não) se produz sobre música e mulheres no Brasil nos anais dos encontros das associações musicais brasileiras”, no qual a primeira coautora atuou no projeto como bolsista, tendo sido orientada pela segunda coautora. A princípio o plano de trabalho teve um recorte temporal entre: 2003 até 2013, tendo sido realizado pela bolsista Laura Cardoso, e, posteriormente, por Ana Paula dos Anjos Fiuza, que, tendo graduado e ingressado no mestrado, foi substituída por Mafá Santos (Maria de Fátima dos Santos de Jesus).



Citamos como exemplo da nossa atuação ativista ou “artevis-ta” poético-musical feminista e antirracista, uma intervenção que aconteceu durante a Terceira Bienal da Bahia.

Figura 1 – Performance da “Feminaria Musical” celebrando o 25 de julho: Dia da Mulher Negra e Tereza de Benguela no Brasil



Da esquerda para a direita: Jorgete Lago, Maiara Amaral, Ana Paula Fiuza, Diego Rosa, Thalita Vieira, Laila Rosa, Cristiane Lima, Deusi Magalhães e Bruna de Jesus

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (2014).

Esta performance foi extremamente representativa para todas nós da Feminaria Musical, tendo rendido um artigo escrito em coautoria por nós e que foi apresentado no I Congresso Internacional Sobre o Pensamento das Mulheres Negras no Brasil e na Diáspora Africana:

Como estratégia de intervenção poético-musical para celebrar o 25 de julho, a Feminaria Musical realizou uma performance relacionada com o tema do racismo científico através da apresentação de vídeos, leituras de alguns textos avulsos com autorias anônimas ou de autores como o médico Estácio de Lima, que em seu livro: *Ensaio sobre Sexologia* escrito em 1952, livro este que se encontrava exposto no cenário do consultório do Estácio de Lima, esteve exposto na Sala da Escora da Bienal do Arquivo. (FIUZA; SANTOS; ROSA, 2014, p. 2)

Esta experiência de performance poético-musical foi realizada no Arquivo Público do Estado da Bahia na cidade de Salvador,

como um ato de “artevismo” feminista em comemoração ao 25 de julho, Dia da Mulher Negra e Caribenha, que foi sancionado em 2014 pela presidenta Dilma Roussef como Dia da Mulher Negra e Tereza de Benguela, latino-americana líder quilombola do século XVIII. Outro ponto importante que trouxemos para a performance como ação-denúncia do racismo e sexismo científicos expressos nos textos do acervo do Arquivo Público, interagindo, desta forma, com o espaço e a sua memória. Tomamos esta como demonstração da atuação conjunta entre teoria e práxis feminista antirracista, ressaltando ainda que as autoras supracitadas são integrantes da “Feminaria Musical” e também estiveram presentes nessa performance.

Retomando para o foco da pesquisa, especificamente, no que se refere à metodologia, inicialmente foram realizadas visitas à Biblioteca da Escola de Música da UFBA, dando continuidade à edição anterior do projeto cujo recorte temporal foi de dez anos (2003-2013), enquanto a presente edição amplia a proposta de recorte temporal de 1983 até 2002, totalizando 30 anos. Nesta fase inicial realizada *in loco*, pôde-se perceber algumas dificuldades de localização dos anais, não sendo possível encontrar todos os números, visto que a mesma não disponibiliza todos os seus exemplares. Constatando tais dificuldades, optou-se por consultar os anais que se encontram disponíveis *on-line*, o que nos leva a reconhecer a importância das pesquisas por outros meios, com o objetivo de sanar as dificuldades que se fazem apresentar através da pesquisa *in loco*.

Até a finalização deste plano de trabalho, que se deu em 2015, foram consultados os seguintes anais: ABEM: 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e ANPPOM: 1994 e 1998. Deste universo dos 12 anais encontrados, tornou-se possível a percepção da pouca presença de discussões relacionadas às epistemologias feministas, às mulheres cis ou transgêneras.

Encontramos apenas três artigos que estão citados abaixo com uma síntese da referida temática pesquisada, contudo nem sempre adotando uma abordagem interseccional sobre o tema gênero, mulheres e música. Esse dado nos fez refletir sobre a ausência de alguns marcadores sociais de diferença que constituem a sociedade, a exemplo de questões relacionadas à raça e sexualidades, nas quais o silenciamento sobre as mesmas continua sendo a tônica.

Dos anais pesquisados da ABEM, encontramos:

1995 – IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Educação Musical

Autora: Rosa Fucks

Título: “Feminino, música e educação: uma análise deste triângulo no arquivo do SEMA”

Resumo: No artigo, a autora faz reflexões sobre a predominância feminina no magistério como fator resultante de lutas ao qual a mulher conseguiu perfurar o domínio masculino. A mesma chama atenção para a atuação das mulheres no magistério, mais especificamente com o piano.

1998 – XI Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música

Autoras(es): Ana Lúcia Ferreira Fontenele e colaboradores

Título: “Análise de comportamento vocal de duas cantoras sopranos de coro”

Resumo: A pesquisa analisa o comportamento vocal de duas cantoras sopranos de um mesmo grupo coral. As(os) autoras(es) em questão buscam, no som vocal, o perfil dos harmônicos, e como estes gerarão alguns picos que se realçam por frequências de maior intensidade.

1999 – VIII Encontro Anual Associação Brasileira de Educação Musical

Autora: Helena Lopes da Silva

Título: “Meninos e meninas na aula de música”

Resumo: A autora toma como lócus de investigação uma escola pública do ensino fundamental, buscando investigar como as relações de gênero se configuram na aula de música.

A partir dessa pequena amostragem, é possível perceber o pioneirismo em relação à preocupação de que estes três textos

apresentam, ao discutir questões que se refiram de maneiras distintas ao relacionamento ou atuação da mulher com e na música: o primeiro, sobre a atuação de mulheres pianistas e do espaço do magistério de predominância feminina, como fruto de uma conquista feminina; o segundo, sobre a identidade de gênero a partir do gosto musical na aula de música no contexto da escola pública, e o terceiro, sobre aspectos mais técnicos voltados para o canto, tomando como referências duas cantoras líricas. Nos três casos, as relações de gênero aqui discutidas devem ser entendidas de modo binário homem-mulher, não levando em consideração as outras sexualidades, nem a questão das relações étnico-raciais e de classe social, por exemplo.

Para situar ambas as associações, é importante ressaltar que a ABEM consiste numa instituição responsável pela organização, sistematização e sedimentação do pensamento, da pesquisa e da atuação na área da educação musical, enquanto a ANPPOM revela o seu perfil científico, visando uma contribuição significativa para a consolidação da pós-graduação e da pesquisa em Música no país. Logo, diante da representatividade de ambas as instituições, bem como dessa nossa pequena amostragem, percebemos a necessidade de ampliação da produção científica tanto no que se refere às questões étnico-raciais, aos estudos feministas e de gênero e sexualidades.

Tal silenciamento nos remete à discussão sobre como a pouca visibilidade percebida pode denunciar os sérios sintomas que apontam à questão das desigualdades de gênero, que precisam ser repensadas e, concomitantemente, captar-se a importância do desenvolvimento de estudos interseccionais entre a teoria e a prática, situação esta que se faz desenvolver e vivenciar por todas nós integrantes da Feminaria Musical, de forma que as bolsistas têm desenvolvido um aprendizado mais sólido que articula teoria e práxis feminista antirracista.

Podemos considerar que essas ausências se referem também a um desinteresse, uma não participação e/ou interlocução com sujeitos e/ou grupos sociais específicos e diversos, o que nos leva à reflexão sobre a importância da descolonização do pensamento que ocorre com o rompimento das zonas de silenciamento, geradora de uma epistemologia de violência que se baseia nos princípios do eurocentrismo e do androcentrismo. (ROSA et al., 2013) A pouca participação e inclusão destes marcadores demonstra a dívida social da academia patriarcal e eurocentrada para com os demais grupos que não se enquadram nas diretrizes e exigências que os incluem em suas produções teóricas, que, no caso específico, fica bem visível nas análises dos anais pesquisados. Fazendo um paralelo com os teóricos Manuel Castells e Gustavo Cardoso (2006), entende-se o processo social como um processo de interação comunicativa, situação que permite perceber a ausência da mesma entre estes grupos que desencadeia na compreensão sobre a importância da capacidade de mobilização dos grupos no que diz respeito à competência de processar e repartir a comunicação, que, no caso específico, se refere à inclusão de outros saberes na produção bibliográfica musical brasileira, especificamente, o das mulheres em sua diversidade étnico-racial, de classe social, orientação e identidade sexual e de gênero etc. Para tanto, cita-se Jurema Werneck (2007, p. 24):

Tem sido através da música que um importante segmento populacional subordinado, ou seja, a população de homens e mulheres negros do Brasil e de toda diáspora africana, tem buscado expressar visões de mundo, desenvolver e comunicar táticas e estratégias de liberdade. Bem como produzir territórios sonoros, divulgar e reelaborar saberes e análises acerca da realidade em que vivem e viviam. Desse modo, a música tem sido ferramenta ativa na constituição de vínculos entre pessoas, permitindo a elaboração de comunidades, particularmente em condições de privação de liberdade e violenta subordinação, como as que o

racismo impõe à população negra. Estes vínculos vão integrar aquilo que pode ser chamado de cultura popular negra.

Podemos refletir sobre as disputas ideológicas que envolvem e movimentam interesses de afirmação do patriarcado branco. Os mesmos se configuram como hegemônicos e funcionam como matrizes normatizadoras do desenvolvimento intelectual acadêmico que contempla também o universo da produção de conhecimento sobre música no Brasil, que, por sua vez, insiste em invisibilizar as mulheres e os seus feitos musicais, produzindo, assim, um sistema contínuo de musicalidades invisíveis.

Surgem interrogações que se associam e fazem com que se perceba que a música no Brasil ainda não superou a questão do patriarcado, pois de acordo com as leituras dos autores e autoras e resultados da pesquisa, percebe-se a capacidade que o campo tem em colocar as relações de gênero numa posição hierarquizadora, que faz com que o homem branco e heterossexual seja definido como um padrão de discurso universalizante que se fixa através de padrões hegemônicos que se operam através da ideologia dominante.

Os estudos correlacionados entre a música, as epistemologias feministas, juntamente com outros recortes sociais de diferença e os movimentos sociais têm funcionado como células reivindicadoras de espaços de poder. Estes insistem na inclusão das suas representatividades acadêmicas e artístico-culturais, fazendo com que a fatia do bolo, mesmo dividida através de muita luta, possa contribuir para uma sociedade que se aproxime de um equilíbrio social. Até então, a mesma só vem atendendo às necessidades de poucos privilegiados que não estão interessados em compartilhar poder e regalias. Assim, citando Jurema Werneck (2007, p. 40) novamente para uma melhor compreensão dos resultados que a presente investigação oferece:

Pode-se afirmar, assim, que a produção discursiva sobre o negro constitui-se num dispositivo de poder que exclui, isola, reinventa e controla. O que permite dizer também que se trata, em contrapartida, de discursos do branco sobre o branco e seus poderes de determinação e dominação. Ou seja, são textos organizados a partir das visões de mundo eurocêntricas que vão permear principalmente as ações e pensamentos adequados à produção e manutenção do *status quo*. Por certo tais visões penetrarão os discursos sobre música popular e sobre a música produzida pela população negra, especialmente o samba.

Os resultados alcançados com a articulação teórico-metodológica do campo das epistemologias feministas e da etnomusicologia permitem uma percepção da importante contribuição para que os grupos marginalizados sejam protagonistas dos seus próprios discursos. Estes fazem com que o reconhecimento tenha repercussões que lancem novos desafios aos pesquisadores e pesquisadoras, de forma que se possa perceber uma relação saudável de interlocução entre a academia e mestras e mestres da cultura popular, por exemplo, que se equilibram e se respeitam com as suas diversas sabedorias e competências, numa relação mais igualitária.

Por fim, a abordagem de pesquisa utilizada conduz a uma reflexão sobre a pouca presença da temática aqui discutida no campo pesquisado. Justificada em números, este resultado prévio nos possibilita uma reflexão sobre as desigualdades sociais, situação que permite, ainda, a constatação do poder da hegemonia patriarcal que se apresenta através do controle e da exclusão das produções discursivas relacionadas aos grupos subalternos, nesse caso, as mulheres e suas invisíveis musicalidades. Por ora, deixamos essa reflexão para que esta lógica de produção sistemática da invisibilização musical e política das mulheres em sua diversidade étnico-racial, de orientação sexual e identidade de

gênero, classe social, geracional, de acessibilidade, dentre outros marcadores sociais, seja quebrada por novas abordagens, olhares e atuações.

Finalizamos nosso compartilhamento de pesquisa com um outro momento de performance poético-musical nosso, desta vez, durante o I Congresso Internacional Sobre o Pensamento de Mulheres Negras, que aconteceu na Faculdade de Medicina da UFBA, em 2014.

**Figura 2 – Performance da “Feminaria Musical” no momento de Microfone Aberto**



Da esquerda para a direita, à frente: Mestra Joana, Lenna Bahule, Ellen Carvalho e Thalita Vieira. Ao fundo: Ana Paula Fiuza, Cristiane Lima e Any Manuela Freitas

Fonte: Congresso Internacional sobre o Pensamento das Mulheres Negras no Brasil e na Diáspora Africana (2014).



## Referências

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Departamento de Arquivo e Ficção. *Quintas na quinta*. Salvador, 2014. 1 fotografia. Disponível em: <<https://www.facebook.com/arquivoeficcao/>>. Acesso em: 3 ago. 2014.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Org.). *A sociedade em rede: do conhecimento à ação política*. Lisboa: INCM, 2006.

CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE O PENSAMENTO DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL E NA DIÁSPORA AFRICANA, 1., 2014, Salvador. [*Feminaria musical*]. Salvador: [UNEB], 2014. 1 fotografia. Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/pensamentomulheresnegras/posts/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/pensamentomulheresnegras/posts/?ref=page_internal)>. Acesso em: 3 ago. 2014.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas*, Bogotá, n. 26, p. 92–101, abr. 2007.

FIUZA, Ana Paula dos Anjos; SANTOS, Thalita Vieira dos; ROSA, Laila. *O pensamento de mulheres negras desarmando o racismo científico: relatos sobre uma intervenção poético-musical sobre o 25 de julho*. 2014. Trabalho apresentado ao 1º Congresso Internacional sobre o Pensamento das Mulheres Negras no Brasil e na Diáspora Africana, Salvador, 2014.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

NOGUEIRA, Isabel Porto; FONSECA, Susan Campos (Org.). *Estudos de gênero, corpo e música: abordagens metodológicas*. Goiânia: Anppom, 2013. (Série Pesquisa em Música no Brasil, v. 3).

PINTO, Tiago de Oliveira. Som e música: questões de uma antropologia sonora. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 44, n. 1, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-77012001000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012001000100007)>. Acesso em: 20 abr. 2014.

ROSA, Laila et al. Epistemologias feministas e a produção de conhecimento recente sobre mulheres e música no Brasil: algumas reflexões. In: NOGUEIRA, Isabel Porto; FONSECA, Susan Campos (Org.). *Estudos de gênero, corpo e música: abordagens metodológicas*. Goiânia: Anppom, 2013. p. 110–136. (Série Pesquisa em Música no Brasil, v. 3).

ROSA, Laila et al. Rompendo com os silenciamentos: cantando gênero, raça e sexualidade na produção de conhecimento sobre mulheres e música no Brasil. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 10., 2014, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: [Cult], 2014. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/edicao-atual-x-enecult/>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

WERNECK, Jurema Pinto. *O samba segundo as Ialodês: mulheres negras e a cultura midiática*. 2007. 297 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

# AS MULHERES NEGRAS E OS MUSEUS DE SALVADOR NUM DIÁLOGO EM BRANCO E PRETO

Joana Angélica Flores Silva

## *Introdução*

Esta comunicação é parte do texto da dissertação<sup>1</sup> desenvolvida pela autora, que traz como propostas, primeiro, fazer uma reflexão do papel social dos museus soteropolitanos fundamentada no documento<sup>2</sup> que legitima a responsabilidade jurídica destas instituições culturais diante da sociedade; segundo, propõe a discussão de gênero a partir das exposições museológicas de longa duração que têm em suas narrativas as relações entre os sujeitos; e, terceiro, a discussão sobre a responsabilidade dos museus para com os temas voltados às questões de raça e escravidão nas expo-



1 “A representação das mulheres negras nos museus de Salvador: um diálogo em branco e preto”. Programa de Pós-Graduação em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (PPGMuseu/UFBA), componente da linha de pesquisa 2: Patrimônio e Comunicação, sob a orientação da PhD Maria das Graças de Souza Teixeira, da UFBA.

2 Estatuto dos Museus, criado sob a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

sições de longa duração, a partir da forma de representação unilateral e estereotipada da imagem da mulher negra.

A análise da representação das mulheres negras encontra o seu campo de discussão, nos museus de tipologia histórica em Salvador, utilizando-se dessa tipologia institucional somente como estratégia para evidenciar que também esses espaços negligenciam as discussões que este artigo pretende empreender. Assim, tomamos como recorte para o desenvolvimento do estudo, a exposição museológica de longa duração do Museu do Traje e do Têxtil, do Instituto Feminino da Bahia, que descreve o universo feminino no contexto da moda, no século XIX.

Ressaltamos que a escolha do tema se dá pela ainda tímida discussão no campo da Museologia na cidade do Salvador, no que tange o papel dos museus no contexto da tríade: museus, identidade e mulheres negras, e que incidem nas questões acerca da discriminação racial. Para discorrermos sobre essas abordagens, nos apoiamos no Estatuto dos Museus, quando afirma:

Art. 1º: Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009)

Apropriando-nos da última frase que compõe o artigo citado, “a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento”, podemos refletir acerca de qual serviço e de qual sociedade o museu, que trata das questões básicas dessa pesquisa, está, de fato, contribuindo para o respeito e a valorização cultural e étnica da comunidade negra de Salvador, quando se utiliza da moda como pano de fundo para tratar da representação das mulheres negras e a imagem das mesmas alusivas à servidão.



Têxtil que ao trazer na exposição, a representação das mulheres negras e não negras, quando trajam roupas que diferenciam dos lugares condicionados por suas vestes – o lugar de servir e o lugar de passear, por exemplo – que há uma sobreposição desse Museu, em relação aos espaços ocupados pelas mesmas na sociedade, o que contradiz o Estatuto da Igualdade Racial, diz no Art. 2º, inciso III: “desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais”. (BRASIL, 2010)

Dessa forma, os objetos em exposição nos museus tornam-se ferramentas sociais de validação da discriminação racial, se podemos entender que um deslocamento mesmo não intencional dessas peças no circuito expositivo pode influenciar nas interpretações do público visitante, quando o direciona a uma leitura unilateral da posição social da mulher negra na sociedade.

### *Ressignificando os objetos, recontando a história*

Do ponto de vista do espaço institucionalizado – aquele que se responsabiliza pelos discursos imagéticos ou comunicacionais –, tomamos os museus na ótica da análise narrativa, com o intuito de nos apropriarmos de elementos simbólicos que validam a sua existência enquanto lugar de poder e de representação, podendo ou não desarticular posições definidas pela historiografia oficial num tempo passado e que permanecem no imaginário coletivo cultural.

Soma-se a essa discussão, a eleição do museu de tipologia histórica como viés para o desenvolvimento desse estudo, por ser um modelo institucional que, em Salvador, é representado por nove



Atualmente, as roupas que pertenceram às crioulas estão inseridas como acervos de determinados museus, que durante muito tempo legitimaram grupos sociais hegemônicos. Isto não significa que haja um reconhecimento ou reflexão crítica sobre a relevância dessas mulheres para a construção da sociedade baiana e para preservação da memória afro-baiana e afro-brasileira.

A partir do que afirmam as autoras, no que concerne a discussão tratada nesse artigo sobre as mulheres negras, utilizando-se do recorte da exposição do Museu do Traje e do Têxtil, podemos aferir onde o universo feminino se destaca, através das roupas e modos de convivência no cotidiano das mulheres desse período. No espaço expositivo, os manequins de cor branca abrigados em vitrines se encontram dispostos em ambientes donde se vê a dinâmica dos passeios, das festas, das relações maternas etc., em contraponto com as peças que ilustram a única vitrine composta por manequins na cor preta, cujos trajes representam as mulheres escravizadas não evidenciando uma proposta de visibilizar a também participação das mulheres negras na construção política, econômica e social do país.

A disposição espacial dos suportes escolhidos pelo Museu incentiva a prática de uma leitura, cujo contraste social retira dos objetos históricos (os trajes), a sua gama de informação que vai além do simbólico e que pode influenciar na omissão de fatos históricos, silenciados – quando não modificados à revelia pela historiografia oficial –, o que deixa o público visitante à mercê da história dos grupos sociais que formaram a sociedade brasileira e baiana do século XIX: apresentada de forma fragmentada e parcial.

Nesse contexto, o contraponto do diálogo em branco e preto toma o lugar de enunciado na exposição: de um lado, a somente existência de mulheres brancas, economicamente bem sucedidas, do outro, mulheres negras, que viveram desprovidas



economicamente. A exposição não contempla nos seus discursos as questões políticas, econômicas, sociais e também afetivas que fizeram parte dos cotidianos desses indivíduos, naquela sociedade. São as cores, em meio ao universo da moda, que o branco e o preto por si só demarca e historiciza o universo das mulheres negras nessa exposição.

Assim, nessa discussão, os museus, na sua acepção de ordem social e política, tornam os objetos musealizados, “[...] fontes excepcionais para se entender a sociedade que os produziu ou reproduziu, enquanto objetos históricos”. (MENESES, 1994, p. 20) Cabe nessa perspectiva uma apreciação no que tange definir o que é o objeto histórico e a sua relação com o documento histórico. Evidenciando-se o papel simbólico que queremos atribuir ao objeto musealizado e eleito para representar um grupo, num tempo e num determinado espaço na exposição, não podemos conferir ao mesmo uma alusão excepcionalmente documental, visto ali encontrar-se o recorte de vários objetos dentro de uma coleção e seus significados terem sofrido outras interpretações ideológicas e ou filosóficas, advindas das relações que as instituições museais estabeleceram com seus pares.

Convém, nesse contexto, nos debruçarmos sobre a intencionalidade das exposições museológicas no contexto do processo de musealização do objeto, levando em consideração a expologia.<sup>8</sup> A partir do pensamento de Marília Cury (2005, p. 27) quando diz que “apropriando-se dos princípios museológicos comunicacionais e educacionais de uma exposição”, estaremos atentos à responsabilidade de tornar o objeto musealizado um vetor de estímulo à consciência crítica do visitante, não o deixando somente à mercê da fetichização. É relevante afirmar no contexto discursivo que a exposição sendo



8 Expologia – teoria da exposição. (CURY, 2005, p. 27)

[...] um discurso ou, mais precisamente, um “texto”. Aquilo que é a monografia, no domínio da palavra escrita, seria a exposição (“monoplastia”?) no domínio dos objetos – o que, todavia, não pode equivaler a transformar a exposição num trabalho acadêmico. Seja como for, a exposição, na linha aqui desenvolvida, pressupõe a articulação de enunciados sobre certos problemas humanos, desenvolvidos com o suporte das coisas materiais. (MENESES, 1994, p. 37)

Essa afirmação contribui para a relevância do papel observacional que impera nos museus, “privilegiando as singularidades do indivíduo e do objeto”. (MENESES, 1994, p. 37)

Reiteramos que, na discussão sobre o objeto histórico e o documento histórico no qual o estudo se apropria, é de suma importância a contribuição de outras áreas do conhecimento, as quais favorecem o campo dos estudos em museus, quando temáticas dessa natureza se apresentarem – nesse caso, mulheres negras – possibilitando, de forma positiva, nos abriremos às questões que naturalmente estão imbricadas nesse universo. Assim, as provocações que se seguem têm como suporte teórico os princípios de gênero, visando ampliar no cenário museal as alternativas de reinterpretação e releitura do objeto na construção de narrativas, promovendo um diálogo mais democrático entre os sujeitos e as suas (inter) relações.

### *A cor do feminino nos museus de Salvador*

A partir do ambiente/cenário, para o desenvolvimento desse trabalho, pretendemos evidenciar quais mulheres estão representadas nos museus de tipologia histórica na cidade do Salvador, a qual grupo social as mesmas pertencem e quais os objetos que representam essas mulheres no contexto museológico. Farão elas parte do repertório de enunciados que o discurso irá construir? Esses detalhes fazem a diferença ao analisarmos na ótica do

discurso em gênero, trazido por bell hooks (1995), o lugar nos museus ocupado pelo feminino.

Os museus, em sua maioria, nos apresentam a condição de servil das mulheres negras na sociedade, em todos os tempos. Deparamo-nos com uma figura simbólica, alusiva à imagem da mulher forte, cuidadora, dos(das) frágeis e desprotegidos(as), legitimando o imaginário cultural coletivo que atribui a essas mulheres o papel único de impossibilitada de pensar. Somente os seus corpos são socialmente visíveis, esteticamente utilizados como suportes artísticos e também reproduzidos por esses museus. Para hooks (1995, p. 468),

O sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva, a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje, o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como símbolo quintessencial de uma presença feminina natural, orgânica, mais próxima da natureza animalística e primitiva.

Assim, é possível compreender que o feminino nos museus citados pode ser identificado pela presença das mulheres brancas, sempre ocupando papel de destaque nas exposições, sejam como princesas ou senhoras da sociedade ou como mártires carregando os referenciais da bondade, da beleza e da realeza, em contraponto com a figura da mulher negra que quase sempre é associada ao “estereótipo da mãe preta”, para hooks (1995, p. 469), “[...] essa imagem registra a presença feminina negra como significada pelo corpo, neste caso, a construção de mulher como mãe, peito, amamentando e sustentando a vida de outros”.

Assim, definir no Museu do Traje e do Têxtil quais sujeitos serão evidenciados nessa teia de relações, construída a partir da dinâmica da instituição no processo de construção das ações comunicacionais e/ou educativas, se faz necessário um estudo

aprofundado de cada objeto, enquanto documento, inserindo-as nas várias formas de representação.

Numa abordagem que discorre sobre a participação do museu como espaço de representação e poder, podemos afirmar que a exposição construída a partir das narrativas artísticas que caminham dos manequins aos textos do início ao final do circuito expositivo, na qual em meio ao universo da moda, a carta de Carlos Gomes à Princesa Isabel dá o toque final para o lugar que ali está a mulher negra, nele é demarcado e legitimado a sua condição, também nos dias atuais, quando os seus trajes se contrapõem às vestes da mulher branca que supostamente lhe deu a liberdade.

O censo de abnegação, subserviência e gratidão constroem outra dinâmica que nos leva a indagar, a partir dos aspectos da moda utilizados no projeto expográfico, se ali termina a exposição sobre a moda do século XIX, ou inicia-se uma nova exposição cuja temática versa sobre o papel que as mulheres negras que vestem roupas em tecidos menos sofisticados devem ocupar hoje, diante das mulheres brancas que usam roupas confeccionadas em tecidos finos e luxuosos?

Mensuramos o quão significativo esses lugares de referências (como os museus) podem influenciar no processo de identificação aos quais os sujeitos projetam as suas identidades. A partir do pensamento de Stuart Hall (1992), podemos aferir que a exposição do Museu do Traje e do Têxtil, aberta ao público em 2002, não estaria indo de encontro às discussões que projetam a representação dos indivíduos como em constante processo de mudanças, reafirmando certo atraso nas políticas instituídas pelo museu, quando tratam de temas voltados às mulheres negras e à escravidão, e com isso reiterar que: “Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora ‘narrativa do eu’.” (HALL, 1992, p. 13) Para o autor, a “identidade

plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”. (HALL, 1992, p. 13)

Por esse viés de temporalidade das identidades ao qual podemos assumir, de acordo com o contexto social em que nos inserimos, é que a exposição no estudo proposto é identificada como “sistemas simbólicos” (BOURDIEU, 2011, p. 14), porque pode exercer de acordo com a proposta ideológica imbricada na mensagem que vai transmitir, um poder determinante dos museus sobre a forma instituída de representação das mulheres negras.

### *Considerações finais*

Nesta perspectiva, percebemos que embora os museus de Salvador tenham avançado no processo de aproximação com a sociedade, eles ainda não dão conta da totalidade das questões políticas e sociais que estão imbricadas em seus acervos e refletidas nos seus espaços. De forma unilateral, reforçam estereótipos como símbolos da escravização. De tal modo, as narrativas fornecem elementos legitimadores dos rótulos que evidenciam a desigualdade, que assola não somente o espaço real de circulação dessas mulheres na exposição, mas dialogam com os veículos midiáticos de grande circulação na indústria cultural do país. Para hooks (1995, p. 469), “[...] as representações globais das negras nos meios de comunicação de massa contemporâneos, continuam a nos identificar como mais sexuais, como aberrações primitivas descontroladas”.

Assim, a representação da mulher negra continua sendo apresentada na exposição de longa duração do Museu do Traje e do Têxtil, de forma discriminatória, diante de um aparato simbólico que denota claramente nesse espaço a sua condição de coisa. São reconstituídos os cenários onde as luzes, as cores, os gestuais dos manequins, demarcam e legitimam que o diálogo

entre negras e brancas só será possível se houver um distanciamento ainda que no contexto da moda, utilizando-se de tecidos e acessórios, textos e legendas em tamanhos variados a depender da relevância da mensagem que o enunciado traz.

O circuito expositivo propositalmente demonstra que o início da historiografia oficial no país é narrado por mulheres e homens brancos que lhes auto consagram e que lhes determinam o maior e mais valoroso espaço na sociedade, e que para as mulheres negras resta o final da história, que, nesse contexto, é o mesmo final do circuito, contada a partir do discurso hegemônico de uma sociedade elitista que ainda domina e predomina nos espaços culturais na atualidade.

Resta, no cenário da exposição, o revestimento das cores quentes ou frias a dar sentido ao universo dos objetos ali expostos nas vitrines, atribuindo sentido à cor que melhor ilustra o mundo vivido por mulheres brancas e negras. O museu autoriza um diálogo mais estreito entre as cores das letras e o fundo das legendas. Nessa situação, não mais se contrapõem as narrativas que estabelecem o lugar de poder entre “o branco e o preto” na exposição, até ali evidenciado. As cores se fundem, tornam-se discutíveis, simbolicamente falando. Aparece visualmente um conforto definido como uma norma estética pré-estabelecida, e nesse museu, unem-se as cores, mas os diálogos construídos distanciam os sujeitos da exposição. Dali, podemos perceber o grande abismo histórico e também museológico entre negros(as) e brancos(as).

## Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 15 jan. 2009.

Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm)>. Acesso em: 24 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.788, de 24 de novembro de 2003. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm)>. Acesso em: 24 mar. 2015.

CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

hooks, bell. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, ago./dez. 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16465/15035>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Brasília, DF, 2011a. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Guia dos museus brasileiros*. Brasília, DF, 2011b. Disponível em: <[http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb\\_nordeste.pdf](http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb_nordeste.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2015.

INSTITUTO FEMININO DA BAHIA. *Catálogo do Museu do Traje e do Têxtil*. Salvador, 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, p. 9-42, jan./dez. 1994.

MONTEIRO, Juliana; FERREIRA, Luzia Gomes; FREITAS, Joseania Miranda. As roupas de crioula no século XIX e o traje de beca na contemporaneidade: símbolos de identidade e memória. *Mneme: Revista de Humanidades*, Caicó, v. 7, n. 18, p. 382-403, out./nov. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/329>>. Acesso em: 1 set. 2015.





# MULHERES EGRESSAS DO CURSO DE MATEMÁTICA DA UFBA

## *carreira acadêmica como um desafio*

Leopoldina Cachoeira Menezes  
Ângela Maria Freire de Lima e Souza

### *Introdução*

A trajetória da mulher brasileira nos últimos séculos é, para dizer pouco, extraordinária: de uma educação no lar e para o lar, no período colonial, para uma participação tímida nas escolas públicas mistas do século XIX, depois para uma presença significativa na docência do ensino primário, seguida de uma presença hoje majoritária em todos os níveis de escolaridade, bem como de uma expressiva participação na docência da educação superior. Embora os homens sejam maioria na população até os 20 anos de idade, as mulheres são maioria na escola já a partir do 6º ano do ensino fundamental, passando pelo ensino médio, graduação e pós-graduação.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre a mulher na educação superior brasileira, no período entre os anos 1991-2005, revelam que, ao longo do período estudado, mulheres são maioria entre os estudantes ingressantes e entre os concluintes no ensino da graduação. No entanto, na educação superior, os homens são maioria como professores nas instituições públicas e privadas. Em 2005, as mulheres representaram 55,5% dos inscritos nos vestibulares, 55% dos ingressantes e 62,2% dos concluintes nos cursos superiores. (RISTOFF et al., 2007)

Os estudos de gênero vêm ganhando espaço nas análises e pesquisas educacionais, mas são ainda incipientes na área de ensino das ciências exatas, principalmente no Nordeste brasileiro. Aumentando a compreensão sobre as relações de gênero localmente, nós, professoras e professores, poderemos encaminhar de maneira mais eficiente as lutas pela superação das relações excludentes e, deste modo, abrir novos espaços para uma convivência com maior equidade. (FERNANDES, 2006)

É inegável o avanço das mulheres em várias profissões, entre estas, a docência de matemática, embora atualmente no ensino médio e superior, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o domínio ainda seja masculino. Entre os docentes do ensino fundamental (10 e 20 ciclos) em todas as regiões do país, predominam as mulheres, inclusive pelas concepções historicamente desenvolvidas da escola nas fases iniciais, por atender crianças, ser considerada extensão do lar, requerendo disposições maternas. (FERNANDES, 2006, p. 14)

O objetivo do presente artigo é discutir questões relativas à dificuldade da mulher discente do curso de Matemática na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em permanecer na carreira acadêmica numa área específica, tornando-se docente nesta instituição de ensino. Dados quantitativos sobre egressos do curso,

na última década, apontam para o fato de que, após a graduação, poucas mulheres discentes permaneceram na carreira acadêmica, atuando como docentes e pesquisadoras em nível superior. Para a instituição de ensino, esse é um dado interessante, visto que, nos últimos tempos, o corpo docente e discente deste instituto vem passando por uma transformação visível: o quadro feminino vem diminuindo cada vez mais, em um contexto histórico em que as mulheres representavam a maioria. Esse artigo é um recorte de um projeto de pesquisa que se encontra<sup>1</sup> em andamento e tem como propósito analisar a diminuição do número de docentes do sexo feminino no quadro docente do Instituto de Matemática da UFBA (IMAT) nos últimos anos, destacando possíveis razões para este fato, à luz dos estudos de gênero.

Inicialmente, será feita uma contextualização do IMAT, e, em seguida, uma análise da representatividade da população feminina no curso de Matemática nos últimos anos, perpassando pelas questões de gênero.

### *Contextualizando: o Instituto de Matemática da UFBA*

O IMAT começa em 1942, na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFBA, criada por Isaías Alves em 1941, que funcionava no bairro de Nazaré, onde era oferecido o curso de Matemática (bacharelado e licenciatura). Entretanto a história da UFBA teve início em 18 de fevereiro de 1808, através do decreto de Dom João VI, o qual instituiu o primeiro curso universitário do Brasil, na Escola de Cirurgia da Bahia.

Em julho de 1955, foi realizado em Salvador o I Congresso Nacional de Ensino de Matemática no Curso Secundário, idealizado

---

1 A pesquisa foi concluída com a defesa de tese em 2016.

pela Prof<sup>a</sup> Martha Maria de Souza Dantas. Esse Congresso trouxe à Bahia o Catedrático de Análise Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, Prof. Omar Catunda, que influenciou a recém-graduada em Matemática, Prof<sup>a</sup> Arlete Cerqueira Lima, a realizar um estágio na Universidade de São Paulo (USP), sob sua orientação, sendo o convite aceito. No início de 1958, já na Bahia, a professora Arlete propõe ao então reitor, Prof. Dr. Edgard Santos, a criação de um Centro de Estudos de Matemática da Faculdade de Filosofia. O Reitor concordou com a proposta, que estava inserida no seu projeto de modernização da Universidade, com a criação de vários Centros de Ciências Fundamentais. Em 1960, foi delegada à professora Arlete a incumbência de organizar um Instituto de Matemática, dando-lhe amplos poderes para procurar, no país, um matemático com competência para dirigi-lo. Por indicação do matemático Prof. Leopoldo Nachbin, o reitor Edgard Santos contratou o matemático Prof. Rubens Gouveia Lintz.

Houve uma forte rejeição, por parte das escolas tradicionais, à ideia do surgimento de um Instituto de Matemática. Essa reação provocou a aproximação da organizadora do novo Instituto com o físico Prof. Ramiro de Porto Alegre Muniz, o que levou à criação, em 1961, do Instituto de Matemática e Física (IMF), com o caráter de Centro de Estudo e Pesquisa, que foi dirigido pelo já citado professor Lintz, cabendo ao professor Ramiro a chefia do setor de Física.

A equipe local foi inicialmente composta por jovens estudantes, recém-formados e professoras do curso de Matemática da Faculdade de Filosofia da UFBA, que participaram dos cursos e seminários oferecidos pelo IMF. Para ministrar esses cursos, Lintz contou com a presença de matemáticos visitantes, provenientes de outros centros nacionais ou estrangeiros, com formação completa ou experiência em pesquisa, que ali trabalharam

no máximo seis meses, embora seu projeto fosse recebê-los por um período mais longo e contratá-los para formar e liderar uma equipe de pesquisa na área da sua especialidade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1960-1962a)

É importante ressaltar que, no período de 1960 a 1969, o IMF recebeu professores visitantes de inúmeros centros do exterior, bem como da USP e do IMPA. Com isso, foi se formando o pessoal que contribuiria substancialmente nos trabalhos de ensino e pesquisa, tendo-se estabelecido uma equipe de físicos e matemáticos que solidificaram o IMF e influenciaram na formação da atual geração de físicos e matemáticos da UFBA. Nesse período, funcionou em vários endereços: Nazaré — na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras —; no Canela, Rua Marechal Floriano e depois Rua João das Botas; e na Federação, onde atualmente funciona o Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Por outro lado, é interessante notar a inclusão de Magno Valente, Octamar Marques e Lolita Campos, professores da Escola Politécnica (EP), entre os participantes do curso ministrado por Omar Catunda em 1962. Essa única aparição é ilustrativa da pequena participação dos professores e dos estudantes da EP nas atividades matemáticas desenvolvidas no IMF. Este é outro importante elemento distintivo em relação ao que ocorrera no caso da FFCL, cujos cursos de Matemática e Física atraíram estudantes da Escola Politécnica de São Paulo e até de outros locais, como Porto Alegre ou Recife, onde estudantes da Escola de Engenharia, junto com estudantes da FF, tornaram-se bolsistas do Instituto de Física e Matemática (IFM) local. (DIAS, 2008)

Em 1968, com a publicação do Decreto nº 62.241, em 8 de fevereiro, a Universidade foi reformulada, passando à atual estrutura. O IMF foi desmembrado, e surgiram o Instituto de Física e o Instituto de Matemática. O Instituto de Matemática foi dirigido por

um Colégio Deliberativo sob a coordenação da Prof<sup>a</sup> Lolita Carneiro de Campos Dantas, de 1968 a 1971.

Nesse período, foi discutida e implantada a estrutura organizacional da nova Unidade, que foi dividida em quatro departamentos: Matemática Geral, Matemática Aplicada, Matemática Pura e Processamento de Dados, e feita a lotação dos professores em cada um deles. Nessa época, o curso de Matemática saiu da FF para o Instituto de Matemática, que passou a ser uma unidade de ensino e também foi criado o curso de Processamento de Dados. Funcionou no atual prédio do DCE e na Escola Politécnica, enquanto era construída a sua sede, prédio onde atualmente está o Serviço Médico da Universidade.

Em outubro de 1975, os departamentos do Instituto de Matemática foram reestruturados, passando à organização que temos atualmente: Departamento de Matemática, Departamento de Estatística e Departamento de Ciência da Computação. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, [200-]) Em 13 de fevereiro de 1981, foi inaugurada a nova sede do Instituto no *Campus* de Ondina.

### *Corpo discente do curso de Matemática – UFBA numa perspectiva de gênero*

Nas primeiras décadas da sua fundação, foi demonstrado através de documentos que o corpo discente do Instituto de Matemática da UFBA era formado por um número maior de mulheres que o de homens, pois apesar de o curso de Matemática ser da Área 1, das Ciências Exatas, e ser considerado predominantemente masculino, este era um curso de licenciatura, campo de atuação voltado para o ensino, que socialmente é considerado uma atividade para as mulheres exercerem, por estar associada a características femininas e maternas.

Segundo Dias (2008), no IMF, a presença feminina era expressivamente majoritária, visto que, dos 23 integrantes do IMF, apenas três eram homens, sendo um destes o próprio Rubens Lintz, o outro, Albrecht Hoppmann, que ele trouxera para a Bahia em 1960, e o terceiro, Ramakrishna B. dos Santos, único representante local. Das 20 mulheres, oito ainda eram estudantes da FF, enquanto apenas três, Martha Dantas, Arlete Cerqueira Lima e Maria Augusta Moreno, tiveram experiências prévias de intercâmbio científico com outros centros. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1960–1962b) Dias (2008) comenta que, em 15 de fevereiro de 1963, Omar Catunda escreve em sua primeira carta, depois que foi em definitivo para Salvador, para Artibano Micali, um ex-aluno em doutoramento em Paris:

Estou em Salvador desde o dia 13 de janeiro e estou bem satisfeito com a cidade e o ambiente. No Instituto ainda não dá para fazer idéia, pois só iniciaram as atividades esta semana e as outras escolas com as quais pretendo estreitar relações ainda estão de férias. Há o inconveniente de, por enquanto, só existirem elementos femininos, pois quase só aparecem aqui alunas da Fac. de Filosofia, onde os homens são raríssimos. (CATUNDA, 1963 apud DIAS, 2008, p. 1056)

Nesse momento, vale assinalar o termo usado por Omar Catunda, “o inconveniente” que representava a predominância dos “elementos femininos” oriundos da FF, e a ausência de estudantes do sexo masculino no IMF. Embora registrado numa carta particular, enviada a um ex-aluno, era esse o seu juízo a respeito da participação feminina nas atividades científicas, declarado sem meias palavras.

Segundo Dias (2008), tal juízo negativo era predominante na época e seria mais do que corroborado expressamente por Leopoldo Nachbin, em carta enviada para Omar Catunda, em novembro de 1964:

Acho que o futuro da Matemática na Bahia depende muito da obtenção de bolsistas rapazes, da Politécnica; é o que ocorre nos estados em que as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras são muito subdesenvolvidas e onde o material humano melhor é canalizado forçosamente para a Politécnica. (NACHBIN, 1964 apud DIAS, 2008, p. 1057)

Em outra carta, de janeiro de 1965, Leopoldo Nachbin, tecendo comentários acerca de um relatório e programa de atividades que lhe fora enviado por Omar Catunda, comenta:

[...] o único ponto de crítica fundamental que posso fazer é a ausência de rapazes ligados à vida do Instituto, não que as moças em geral não sejam qualificadas para o trabalho do Instituto, mas sim porquê existem motivos de ordem social — ligadas ao casamento já consumado ou a se realizar — que diminuem muito a contribuição feminina ao Instituto. (NACHBIN, 1965 apud DIAS, 2008, p. 1057)

Nesse momento, surge a ideia de levar estudantes do sexo masculino para o IMF, entretanto essa ideia de atrair estudantes do sexo masculino da Escola Politécnica para as atividades de formação científica no IMF foi malsucedida. O programa de atividades de iniciação científica para estudantes de Engenharia da Escola Politécnica, implantado por Catunda, não alcançou o objetivo de atrair mais homens, portanto, ficaram as mulheres do curso de Matemática da FF neste programa. Isso teve graves implicações para o IMF, pois se frustraram as expectativas dos matemáticos em relação às suas possibilidades de desenvolvimento científico segundo os padrões vigentes nos centros brasileiros, que já eram aqueles internacionalmente hegemônicos. (DIAS, 2008)

Nesse momento, a análise das relações de gênero é importante, visto que nas últimas décadas esse quadro vem se modificando consideravelmente. Mariana Cavalari (2010) sinaliza que é perceptível que, independentemente da instituição, as mulheres sejam



mais numerosas entre os concluintes dos cursos de licenciatura em Matemática. Acredita-se que este fato esteja relacionado com o processo de “feminização” do magistério. (CAVALARI, 2010)

### *Mulheres egressas do curso de Matemática da UFBA: que carreira seguir?*

A observação de que poucas egressas do curso de Matemática procuram se situar na carreira acadêmica nos levou a buscar possíveis razões para este fato. Nesse sentido, elaboramos algumas hipóteses que influenciam a reduzida presença feminina: os mitos e concepções sobre a matemática e o seu ensino afastam as mulheres da docência da matemática; a falta de incentivo dos familiares para o estudo dessa área de conhecimento não favorece a participação da mulher na matemática; a imagem que se tem do professor de matemática afasta as mulheres dessa função; as atividades tradicionalmente atribuídas à mulher – mãe, educadora, cuidadora, dona de casa – dificultam sua participação no ensino da matemática; a persistência dos preconceitos em relação à aptidão, capacidade e competência da mulher, ainda presentes na sociedade e na cultura em geral, na área da matemática em particular, influencia sua participação como docente nessa área.

Partindo do exposto por Heleieth Safiotti (2009) sobre relações de gênero e patriarcado, buscaremos analisar a seguir as entrevistas com sete egressas do curso de Matemática, que se situam em um contexto expresso no quadro abaixo. Pode-se observar que, em um total de 237 egressos do curso na última década, ou seja, entre 2004 e 2014, 31% são mulheres. Os percentuais de mulheres egressas por ano estão na última coluna à direita:

Quadro 1 – Percentual de mulheres egressas do Instituto de Matemática/UFBA X nº de graduandas/os – período 2004–2014

ANO	Nº DE GRADUANDAS/OS	NÚMERO DE MULHERES	PERCENTUAL DE MULHERES EGRESSAS %
2004	19	8	47
2005	26	7	38
2006	20	9	45
2007	27	7	26
2008	34	12	35
2009	34	11	32
2010	24	5	21
2011	22	8	36
2012	11	4	36
2013	13	2	15
2014	7	1	14
TOTAL	237	74	31

Fonte: Universidade Federal da Bahia ([2015]).

No universo das mulheres que se formaram nos dez anos em análise, apenas 4% das graduandas continuaram a carreira acadêmica e se tornaram docentes do departamento de Matemática do Instituto de Matemática da UFBA.

Em conversa informal com uma ex-coordenadora do colegiado do curso, fomos informadas a respeito de algumas egressas. São informações que dão algumas pistas em relação ao destino dessas mulheres. Por exemplo, entre as graduadas desta década, um grande percentual (estimado) é constituído de professoras do ensino médio. Cerca de 80% do total de egressas(os) fazem licenciatura. Segundo a própria coordenadora, isto se deve ao fato de ser a licenciatura um curso “menos difícil”. Para ela, isto se dá porque na Licenciatura há uma grande parte das disciplinas didáticas ligadas à educação, enquanto no bacharelado predominam as disciplinas de matemática que, inclusive, preparam para o mestrado.



*Rio de Janeiro, ficou no Rio, teve filhos gêmeos e cuidou dos filhos. Parou de estudar. Quando retornou, 14 anos depois, resolveu terminar o curso de Licenciatura. Veio muito motivada, mas se decepcionou porque, na sua percepção, as prioridades nos cursos eram sempre para os mais novos. Ela se considerava 'um tanto velha' para o grupo de estudantes. Quando terminou o curso, sentiu que os professores não estavam muito interessados em educação e que fazer mestrado não ajudaria como educadora. Resolveu fazer o Profmat (Pós-Graduação stricto sensu para aprimoramento da formação profissional de professores de educação básica). Gostava do curso, mas inicialmente sempre teve vontade de fazer engenharia. Atualmente é professora do ensino médio.*

As atividades tradicionalmente atribuídas às mulheres – mãe, educadora, cuidadora, dona de casa – formam determinantes, em alguns casos, para o abandono dos estudos, retomados anos mais tarde; a esta altura, aparece uma outra “dificuldade”, uma questão de geração. A sensação de desconforto da professora em relação aos seus colegas mais jovens é referida em mais de uma entrevista, revelando-se uma nova questão a ser analisada: de que modo gênero e geração se articulam nesta situação? Seriam os homens mais velhos também colocados em uma posição de estranhamento quando vivenciando a mesma situação?

*Vania tem 42 anos, formou em 2005, licenciada, professora de matemática da rede pública, casada, duas filhas, fez a graduação, terminou com a idade mais avançada, acha muito difícil estudar e trabalhar, gosta mais do concreto e da área de educação matemática. E o instituto só oferecem matemática pura, que ela não se interessa. Não tinha mais interesse de sair para fazer curso fora porque já havia casado.*

Novamente, a dificuldade de trabalhar e estudar, principalmente por se tratar de um curso considerado difícil, o casamento e a idade foram fatores marcantes para a continuação da vida acadêmica da depoente.

*Alice é professora do IFBA. Formou-se em 2006 em licenciatura em Matemática, tem 52 anos, casada, dois filhos, trabalha no IFBA, fez o curso de computação no Rio de Janeiro e foi morar no interior da Bahia. Quando veio para a capital, passou a fazer licenciatura em Matemática. Na época, não teve interesse de fazer mestrado porque era matemática pura, e também, na época, a universidade estava sem concurso.*

A consagrada afirmação de que “mulher não é boa em matemática” afasta as mulheres dos cursos de matemática, especialmente da matemática pura; assim, algumas mulheres se deslocam para o ensino médio, buscando um nicho de atividade laborativa próxima delas: o magistério.

*Ana tem 35 anos, licenciada, formou-se em 2006, é casada, tem dois filhos, com o mais velho de 4 anos. Pretende, no futuro, fazer o mestrado em História da Ciência. Ensina no IFBA. Não pretende fazer doutorado porque, além dos filhos serem pequenos e já estar trabalhando no órgão federal, o marido acha uma coisa inútil ela estudar. 'Ele já me propôs pagar o salário para eu não estudar nem trabalhar'.*

O depoimento acima ilustra uma situação ainda recorrente na atualidade: companheiros pouco encorajadores, que preferem que suas mulheres permaneçam disponíveis para a família, ao invés de se dedicarem ao trabalho ou ao estudo. É como se fossem situações mutuamente excludentes, forçando as mulheres a

fazerem uma “opção”. Na verdade, é quase uma escolha compulsória, uma vez que as mulheres, muitas vezes, não suportam as pressões sociais para que se dediquem à sua família.

*Maria tem 44 anos, é solteira e terminou o curso de licenciatura em Matemática em 2007. É professora de escola pública e fez especialização. Disse que o curso é muito difícil, tanto a licenciatura como o bacharelado, que, para continuar é preciso investir economicamente, porque o trabalho nem sempre dispensa o aluno, e para este curso, precisa de uma maior dedicação. Ela fez o curso durante muito tempo e não sente mais interesse de fazer outra coisa que não seja ensinar.*

*Juliana tem 28 anos, é solteira e não tem filhos. Fez bacharelado em Matemática, e quando terminou o curso, em 2008, decidiu fazer Engenharia. Não pretende fazer mestrado ou doutorado, nem ensinar na universidade, apesar de já ter trabalhado como professora no ensino fundamental. Acha que, no curso de Matemática, as pessoas ficam muito isoladas, que as pessoas não estão inseridas na sociedade.*

Os dois depoimentos acima reforçam estereótipos sobre a matemática: é uma disciplina difícil e suas praticantes precisam ser especiais, diferentes, *nerds*, que se isolam socialmente para se dedicar à complexidade da sua área de estudo.

### *Algumas considerações (in)conclusivas*

Apesar de o número de depoimentos ser incipiente para a elaboração de conclusões objetivas, considerando-se ainda que a pesquisa está em curso, é possível sugerir que vários fatores parecem contribuir para dificultar o acesso de egressas do Instituto de

Matemática a uma carreira acadêmica, atuando como professora e pesquisadora no ensino superior. As atividades tradicionalmente atribuídas às mulheres foram determinantes, em alguns casos, para o abandono dos estudos, retomados anos mais tarde, com dificuldades associadas à categoria geração. Mitos e concepções sobre a matemática e o seu ensino ainda prevalecem, como a ideia de que essa área é muito difícil e exige muita dedicação aos estudos. Finalmente, a falta de incentivo de familiares, em especial por parte do companheiro, foi referida por uma das entrevistadas como um dos fatores limitantes para as suas escolhas profissionais. Os dados da pesquisa que originaram este texto ainda estão sendo analisados e seus resultados deverão elucidar e consolidar novos argumentos para a discussão que aqui iniciamos.

## Referências

- CAVALARI, Mariana Feiteiro. Mulheres matemáticas: presença feminina na docência no ensino superior de Matemática das universidades estaduais paulistas – Brasil. *Revista Brasileira de História da Matemática*, Rio Claro, v. 10, n. 19, p. 89–102, abr./set. 2010.
- DIAS, André Luís Mattedi. O Instituto de Matemática e Física da Universidade da Bahia: atividades matemáticas (1960–1968). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 1049–1075, out./dez. 2008.
- DIAS, André Luís Mattedi. Matemática no Brasil: um estudo da trajetória da historiografia. *Revista Brasileira de História da Matemática*, Rio Claro, v. 2, n. 4, p. 169–195, out./mar. 2003.
- FERNANDES, Maria da Conceição Vieira. *A inserção e vivência da mulher na docência de Matemática: uma questão de gênero*. 2006. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.
- RISTOFF, Dilvo et al. (Org.). *A mulher na educação superior brasileira: 1991–2005*. Brasília, DF: Inep, 2007.

SAFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto de Matemática. Centro de Atendimento a Graduação. *[Arquivos]*. Salvador, [2015].

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto de Matemática. *Histórico*. Salvador, [200-]. Disponível em: <<http://www.dmat.ufba.br/content/histórico-0>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto de Matemática e Física. *Atividades, 1960-1962*. Salvador, 1960-1962a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto de Matemática e Física. *Regimento interno*. Salvador, 1963.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto de Matemática e Física. *Relatório, programa e reestruturação*. Salvador, 1963.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto de Matemática e Física. *Relatórios e programas de atividades, 1960-1962*. Salvador, 1960-1962b.



## GÊNERO E MULHERES NAS UNIVERSIDADES: *o que a UFBA nos revela na composição da gestão universitária?*

Regis Glauciane S. de Souza

No intuito de discutir relações de gênero nas universidades, neste trabalho apresento parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado sobre gênero e mulheres nas Instituições Federais de Educação Superior (Ifes), desenvolvida no Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos da Universidade Federal da Bahia (PPG-Neim/UFBA). A ênfase está nas discussões a partir de dados quantitativos, seguidos de análises qualitativas, baseados no estudo de cunho bibliográfico e documental, mediante os procedimentos do estudo de caso, que se realizaram na UFBA em 2014, abrangendo um período de 24 anos (1990-2014), analisando as instâncias de poder formais – instâncias decisórias (Reitoria, Pró-Reitorias e Diretorias), com um olhar para a configuração da gestão na UFBA.

Baseio-me, em especial, no terceiro conceito proposto por Nancy Fraser (2007a, 2007b) – “representação”, incorporado à educação pelas contribuições de Elizabeth Guerrero Caviedes,

Patrícia Provoste Fernández e Alejandra Valdés Barrientos (2006), Nina Madsen (2008) e Fúlvvia Rosemberg e Nina Madsen (2011), que se alinham ao recorte “tridimensional” das dimensões para os estudos de gênero e educação formal: redistribuição, reconhecimento e representação.

Destarte, com os aportes referenciais das autoras supracitadas, estarei dirigindo a atenção às análises das “políticas de representação” no ensino, isto é, das políticas que dizem respeito à “ocupação de posições de poder/comando no campo da educação por homens e mulheres”. (ROSEMBERG; MADSEN, 2011, p. 393) O olhar se volta, de forma especial, para as instâncias decisórias/deliberativas, aquelas referenciadas por Pierre Bourdieu (2013) como espaços de poder universitário, nos quais são analisados e discutidos dados quantitativos bibliográfico-documentais, focando, de maneira especial, na última gestão da UFBA, que se iniciou em 2010 e findou no semestre 2014.1. As referidas instâncias respondem pela “Estrutura da Universidade, composta por Órgãos Superiores de Deliberação, de Administração Central, de órgão de Ensino, Pesquisa e Extensão, de Controle e de Fiscalização e Supervisão”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010, Art. 13)

Tal discussão, para além da investigação das hierarquias institucionais e de gênero, abre possibilidades para a visualização do possível crescimento das mulheres nas universidades, em especial na UFBA, no que tange à ocupação de cargos e funções, mapeando o quantitativo de mulheres e de homens nas referidas instâncias, discutindo a composição da gestão universitária não somente a partir da concepção de equidade e paridade, sobretudo, das desigualdades nestes espaços, muitas vezes não expressas em termos quantitativos. E ainda, o modo como as instituições têm tratado e incorporado, em suas dinâmicas de trabalho, as diferenças, por um lado favorecendo o “desempoderamento” das mulheres e, por

outro, a resistência e luta das mulheres, que vêm modificando, pouco a pouco, esses espaços.

Além disso,

A dimensão da representação formulada por Fraser (2005) [...] traz a possibilidade de se olhar para o sistema educacional de forma ainda mais completa e complexa, abrindo espaço para observação também para os espaços de formulação de conteúdos e políticas, e para os espaços de tomadas de decisão do campo da educação de maneira mais geral. (MADSEN, 2008, p. 51)

Desse modo, baseando-me na proposta de Fraser e nas categorias de análise sociais a elas aglutinadas, esse estudo buscou assegurar também que a dimensão da representação possibilita fazer leitura e análises do Sistema Educacional Brasileiro contrastando “[...] por exemplo, os percentuais de participação feminina e masculina em postos de comando e de tomada de decisão” (MADSEN, 2008, p. 51) nas instituições, em consonância com a proposta de justiça de Fraser.

Por assim compreender, a seguir darei mostras do histórico da UFBA no que tange, exclusivamente, à composição de suas gestões, que decorrem dos anos de 1990 até a última gestão (2010-2014.1), apresentando dados quantitativos bibliográfico-documentais para discutir a representação nesta instituição. Assim, o que a UFBA nos revela na composição da sua gestão universitária (1990-2010/2014.1) pela dimensão da representação?

Os quadros que serão apresentados trazem uma retrospectiva das referidas gestões na UFBA, indicando a composição dos(as) representantes docentes, a segregação de sexo de cada época, identificando hierarquias funcionais da organização institucional no que compete às instâncias decisórias/executivas/deliberativas: Reitorias, Pró-Reitorias e Diretorias.

Mediante a esta investigação, identifiquei que o quantitativo de representantes varia de acordo com a configuração de cada

gestão, de modo que algumas se apresentam menores numericamente em relação a outras, sendo que, entre outras especificidades, numericamente, a composição maior no que se refere ao quantitativo de representantes se constata na última gestão (2010-2014.1). Acredito que esta realidade tenha relação com o crescimento e expansão da universidade nos 24 anos observados. Notoriamente, a UFBA tem acompanhado os avanços da Educação Superior no país, o crescimento de cursos, a “evolução” do corpo discente etc., de modo que os *campi*/faculdades/escolas não seguem com as mesmas características, em termos numéricos, que apresentavam nos anos 1990. Por consequência, sua estrutura também tende a crescer, no que tange à contratação de novos profissionais para atender suas demandas em face ao referido crescimento. Assim, apresento a seguir as seis gestões que abarcam o recorte temporal deste estudo, seguindo com análises discursivas.

**Quadro 1 – Primeira gestão, que antecede a pesquisa, adentrando a década de 1990: foco do período da pesquisa – UFBA, Salvador-Bahia, 1988-1992**

1ª GESTÃO: 1988-1992		
Reitor		José Rogério da Costa Vargens
Vice-Reitora		Eliane Elisa de Souza e Azevêdo Nadja Maria Valverde Viana
Adjunto de Reitor para Assuntos de Extensão		Geraldo Cesar de Vinhaes Torres
Adjunto de Reitor para Assuntos de Graduação e Acadêmicos*		Nadja Maria Valverde Viana
Adjunto de Reitor para Assuntos de Graduação e Ensino		Humberto Ribeiro Moraes
Adjunto de Reitor para Assuntos de Pesquisa e Pós-graduação		Erudino Pousada Persa
Pró-Reitor de Planejamento e Administração		Evandro Walther de Sant'Anna Schneiter
Total de Representantes: 08	Homens: 05	Mulheres: 03

Fonte: adaptado de Toutain, Abreu e Varela (2011).

**Quadro 2 – Segunda gestão, foco do período da pesquisa – UFBA, Salvador–Bahia, 1992–1993**

2ª GESTÃO: 1992–1993		
Reitora		Eliana Elisa de Soares e Azevêdo
Vice-Reitora		Nadja Maria Valverde Viana
Adjunto de Reitor para Assuntos de Planejamento e Administração		Joseny Marques Freire
Adjunto de Reitor para Assuntos de Ens. de Graduação e Acadêmico		João Augusto de Lima Rocha
Adjunto de Reitor para Assuntos de Pesquisa e Pós-graduação		Manoel Barral Netto
Adjunto de Reitor para Assuntos de Extensão		Pasqualino Ramos Magnavita
Total de Representantes: 06	Homens: 04	Mulheres: 02

Fonte: adaptado de Toutain, Abreu e Varela (2011).

**Quadro 3 – Terceira gestão, foco do período da pesquisa – UFBA, Salvador–Bahia, 1993–1998**

3ª GESTÃO: 1993 – 1998		
Reitor – <i>Pro Tempore</i> (1993 – 1994) – 1º período		Felipe Perret Serpa
Reitor (1994 – 1998) – 2º Período		Felipe Perret Serpa
Vice-Reitora		Maria Gleide Santos Barreto
Adjunto de Reitor para Assuntos de Graduação e Acadêmicos		Roberto Paulo Correia de Araújo
Assessor de Ensino de Graduação		Fernando Luiz Trindade Rêgo
Adjunto de Reitor para Assuntos de Extensão		Armando Jorge de Carvalho Bião
Adjunto de Reitor para Assuntos de Pesquisa e Pós-graduação		Antônio Fernando Guerreiro de Freitas
Total de Representantes: 07	Homens: 06	Mulheres: 01

Fonte: adaptado de Toutain, Abreu e Varela (2011).

**Quadro 4 – Quarta gestão, foco do período da pesquisa – UFBA, Salvador–Bahia, 1998–2002**

4ª GESTÃO: 1998 – 2002		
Reitor	Heonir de Jesus Pereira da Rocha	
Vice–Reitor	Othon Fernando Jambeiro Barbosa	
Pró–Reitor de Extensão	Paulo Costa Lima	
Pró–Reitor de Graduação	Paulo de Arruda Penteado	
Pró–Reitor de Pesquisa e Pós–Graduação	Jailson Bittencourt de Andrade	
Pró–Reitor de Planejamento e Administração	Wilson Araújo Lopes	
Total de Representantes: 06	Homens: 06	Mulheres: 0,0

Fonte: adaptado de Toutain, Abreu e Varela (2011).

**Quadro 5 – Quinta gestão, foco do período da pesquisa – UFBA, Salvador–Bahia, 2002–2010**

5ª GESTÃO: 2002 – 2010		
Reitor	Naomar Monteiro de Almeida Filho	
Vice– Reitor	Francisco José Gomes Mesquita	
Pró–Reitor de Ensino e Graduação	Maerbal Bittencourt Marinho	
Pró–Reitor de Pesquisa e Pós–Graduação	Antônio Alberto da Silva Lopes	
Pró–Reitora de Planejamento e Administração	Nadia Andrade Ribeiro	
Pró–Reitora de Desenvolvimento de Pessoas	Joselita Nunes Macedo	
Total de Representantes: 06	Homens: 04	Mulheres: 02

Fonte: adaptado de Toutain, Abreu e Varela (2011).

**Quadro 6 – Sexta gestão, foco do período da pesquisa – UFBA, Salvador–Bahia, 2010–2014.1**

6ª GESTÃO: 2010 – 2014/01 – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		
Reitoria	Reitora: Dora Leal Rosa	
Gabinete do Reitor	Chefe de Gabinete: Fernando Luiz Trindade Rêgo	
Vice–Reitoria	Vice–Reitor: Luiz Rogério Bastos Leal	
Pró–Reitor de Ensino e Graduação	Pró–Reitor: Prof. Ricardo Carneiro de Miranda Filho	
Pró–Reitoria de Ensino e Pós–Graduação	Pró–Reitor: Robert Evan Verhine	
Pró–Reitoria de Extensão	Pró–Reitora: Blandina Felipe Viana	
Pró–Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação	Pró–Reitor: Marcelo Embiruçu	
Pró–Reitora de Planejamento e Orçamento	Pró–Reitora: Iracema Santos Velos	
Pró–Reitoria de Administração	Pró–Reitor: Paulo Cezar Vilaça de Queiroz Pró–Reitor: Dirceu Martins	
Pró–Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas	Pró–Reitor: Antônio Eduardo Mota Portela Pró–Reitora: Dulce Tamara da Rocha Lamego da Silva	
Pró–Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil	Pró–Reitor: Dirceu Martins Pró–Reitor: Dulce Tamara da Rocha Lamego da Silva	
Assessoria de Comunicação	Assessor: Marco Antônio Oliveira de Queiroz	
Assessoria para Assuntos Internacionais	Assessor: Ana Rosa Neves Ramos	
Total de Representantes: 16	Homens: 10	Mulheres: 06

Fonte: adaptado de Toutain, Abreu e Varela (2011).

Após a visualização dos dados dispostos nos Quadros acima, iniciarei um diálogo com a equipe organizadora do volume 2 da série “Memorial”, que publicou a obra *Reitores da UFBA: de Edgard Santos a Naomar de Almeida Filho*, Lídia Maria Toutain, Marilene Abreu e Aida Varela (2011), uma obra que tem como proposta traçar o perfil bibliográfico dos reitores trazendo as histórias de vida destes homens que construíram o passado da UFBA, de forma linear e contínua, cronologicamente, desde Edgard Santos, seu idealizador.

Na minha concepção, trata-se de uma obra de grande importância, do ponto de vista da construção do memorial da UFBA e

também de sua trajetória de crescimento institucional, do mesmo modo que resguardo apreciações à equipe organizadora. Contudo, devo afirmar que tê-la em minhas mãos tem me inspirado, de maneira inquietante, ao confrontar as linhas teóricas que este estudo averba.

Seu título, automaticamente, já identifica seu conteúdo; repito: *Reitores da UFBA: de Edgar Santos a Naomar de Almeida Filho*, marcando um período de 64 anos de história dirigida por homens que ocuparam o lugar de reitores nessa instituição entre os anos de 1946, época de sua criação, até 2010. Contraditoriamente, é uma história contada e narrada por mulheres que, inclusive, fizeram parte desta história, de maneira ofuscada e invisibilizada — uma vez que, neste período, tivemos poucas mulheres, para ser mais precisa, somente uma, Eliana Elisa de Soares e Azevedo (1992-1993) como reitora —, como tantas outras neste espaço de poder universitário em outras funções e departamentos. Portanto, uma reconstrução historiográfica de perspectiva masculina, uma memória sem mulheres ou de poucas mulheres.

De acordo com os princípios de justiça nas formulações de Fraser (2007a, 2007b), observa-se que tais informações não se aplicam de maneira convergente aos conceitos de “representação” dos espaços de poder decisórios nessa instituição e, muito menos ainda, de “reconhecimento” das mulheres e de gênero nesse espaço universitário, a partir da história em relevo. Aplicam-se, sim, às observações feitas por Bourdieu (2013), do espaço de poder institucionalizado de acesso de poucos.

A trajetória do estudo que ora desenvolvo é marcada, também, pela valorização e visibilidade das mulheres nesses espaços de poder formal. Por que, então, reforçar uma ordem androcêntrica ou retroceder aos conteúdos históricos, alocando-as nos espaços de poder e decisão?



Faço esses questionamentos até para mostrar as discordâncias ou incoerências nestes espaços vividos. Entretanto não pretendo dizer o que não existe. O que posso afirmar é que as mulheres estão nos espaços de educação formal, mas ainda invisibilizadas e de maneira reduzida ou com pouco acesso aos espaços de poder na mesma instituição, expressando assimetrias de gênero nas representações.

Vejam que, se retomarmos as informações dos quadros de composições das seis gestões, constataremos não somente que duas mulheres entre os anos de 1990–2010/2012 chegaram à reitoria na UFBA, mas que, no total de seis dirigentes-reitores, quatro homens ocuparam e estiveram representando esta instância de poder. Como já afirmei, durante o mesmo período, muitas mulheres tiveram suas atuações, conforme podemos constatar nas Pró-Reitorias, nas Diretorias etc. Uma visualização mais detalhada poderemos conferir na Tabela 1.

**Tabela 1 – Representantes docentes nas instâncias deliberativas/decisórias – Reitoria e Pró-Reitorias nas seis Gestões (1990–2010/2012) na UFBA**

GESTÃO	TOTAL DE REPRESENTANTES	HOMENS		MULHERES	
		N°	%	N°	%
1988 – 1992	08	05	62,5	03	37,5
1992 – 1993	06	04	66,7	02	33,3
1993 – 1998	07	06	85,7	01	14,3
1998 – 2002	06	06	100	00	00
2002 – 2010	06	04	66,7	02	33,3
2010 – 2014	16	10	62,5	06	37,5
TOTAL GERAL	49	35	70,4	14	28,6

Fonte: elaborado pela autora.

Conforme observei, em nenhuma das seis gestões, as mulheres alcançaram a equidade representativa, tampouco superaram

a representação masculina. A quarta gestão é a que mais chama a atenção, pois não se constata a presença de qualquer mulher entre Reitoria e Pró-Reitorias. Nas demais, até a quinta gestão, os números aparecem de maneira sincronizada – duas mulheres em cada gestão.

Dando continuidade, faço uma leitura e análise mais detalhada a partir dos dados das Tabela 2 e Quadro 7.

**Tabela 2 – Representantes docentes nas instâncias deliberativas-decisórias: Reitoria, Pró-Reitorias e nas Unidades Universitárias. Representação discente segundo dados da última gestão (2010–2014.1) na UFBA**

6ª GESTÃO (2010 – 2012)	TOTAL	TOTAL	HOMENS		MULHERES	
	INSTÂNCIAS	REPRESENTANTES	N°	%	N°	%
Reitor/a	01	01	00	00	01	100
Vice Reitor(a)	01	01	01	100	00	00
Chefe de Gabinete	01	01	01	100	00	00
Pró-reitorias	08	11	07	63,5	04	36,4
Assessorias	02	02	01	50	01	50
Representantes Docentes – Unidades Universitária	19	38	24	63,2	14	36,8
Representantes Discentes – Titulares/Suplentes	11	22	12	54,5	10	45,5
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>43</b>	<b>76</b>	<b>46</b>	<b>60,5</b>	<b>30</b>	<b>39,5</b>

Fonte: elaborado pela autora.

**Quadro 7 – Representantes docentes nas instâncias deliberativas/decisórias – Diretorias e Conselhos, 6ª Gestão (2010–2012) na UFBA**

6ª GESTÃO – DIRETORIAS (2010 – 2012)	
Faculdades Institutos Escolas Conselhos	Total Geral de Representantes: 67

Fonte: elaborado pela autora.

Diante das informações contidas nos dados dispostos anteriormente, estamos diante de mais uma constatação: as mulheres, tanto como docentes, quanto como discentes, ainda não alcançaram a linha de frente na instituição, neste particular. Mesmo na última gestão, que mudou sua configuração, passando a ter maior representação gestora e a ter uma reitora, desde os anos de 2010 até 2014.1 (gestão de quatro anos), as mulheres continuaram sendo minoria no que pese a representação nos espaços de decisão e poder somando-se aos demonstrativos de todas as gestões anteriores.

Em linhas gerais, na UFBA, com relação à equidade de gênero na dimensão da “representação” (FRASER, 2007a; MADSEN, 2008), as mulheres estão bem “distantes” numericamente e pouco representadas nas instâncias decisórias de poder e comando. Em meio a essa discrepância, em que as mulheres não atingiram numericamente a igualdade nem a ultrapassaram, em quaisquer dos setores ou funções representativas demonstradas, o maior percentual das mulheres se consagra nas representações das Unidades Universitárias – 14 mulheres para 24 homens, correspondendo a 36,8% e 63,2%, respectivamente, do total de 38 representantes docentes. A representação discente também não foge à regra – 10 mulheres para 12 homens, correspondendo a 45,5% e 54,5%, respectivamente, do total de 22. As docentes possuem ainda pouca elevação nas Pró-Reitorias, apenas quatro (36,4%) mulheres e sete (63,5%) homens do total de 11 representantes. Nas Diretorias das Unidades, apenas 26 (38,8%) mulheres para 41 (61,2%) homens do total de 67 representantes.

Dessa maneira, esses percentuais são, de fato, muito pequenos para as mulheres. A equiparação só acontece nas assessorias – um para um. Ademais, enquanto temos uma Reitora, temos também um Chefe de Gabinete. Se olharmos para os dados ainda mais gerais da composição dessa última gestão, teremos um total de 159 membros, sendo 97 homens (61%) e 62 mulheres (39%).

Fazendo uma leitura com base nestes dados, vê-se que as questões de gênero encontram nestas instituições um cenário sofisticado de exclusão das mulheres nos cargos/funções de poder e decisão ocupados. Aparentemente, o esforço individual – suposto fator que equipararia mulheres e homens igualmente competentes – não se realiza. Para Eva Blay (2002), em “Gênero na universidade”, este espaço é sexuado e transmite experiências e obstáculos que mulheres e homens enfrentam na sociedade, nesse espaço de trabalho acadêmico.

Esta configuração vem sendo “naturalizada”, não permitindo a percepção destas e de outras desigualdades que excluem as mulheres dos postos de decisões. As Ifes nessas circunstâncias não têm se ocupado em democratizar os acessos nem as representações das mulheres, de modo que elas possam se inserir nesses espaços de poder formal.

Este cenário tem relação com a ordem patriarcal – homem, para os espaços públicos, o político, e as mulheres para o privado ou, quem sabe, conforme a história recente, para as duplas e triplas jornadas de trabalho. Susan Okin (2008) argumenta que os domínios da vida doméstica e da vida pública não podem ser interpretados isoladamente. Para a autora, o poder masculino, apesar de nascer no ambiente privado, se institui na esfera pública, mantendo estreita relação com o diagnóstico e os resultados desta pesquisa.

Na minha compreensão, em uma perspectiva política e histórica, de acordo com os dados apresentados por este estudo, as mulheres que atuaram na UFBA até 2014.1, foram inseridas nesse conceito de gestor/reitor apresentado, de forma restrita. Mesmo porque, nesta longa história, somente duas mulheres ocuparam o referido posto de decisão, portanto, tem-se uma inserção mínima de mulheres. Nesta biografia, os homens são mesmo os

“dirigentes máximos” em maioria e, de fato, “deixam suas histórias”. Consequentemente, como falar de Reitoras e suas bibliografias na UFBA, quando as “portas” para elas ainda estão “fechadas”? Não vamos nos consolar ou acomodar com estas duas representações; para além disso, é preciso esboçar estratégias políticas que visem à ampliação do número de mulheres nesses espaços e jamais nos esquecermos das contribuições e da memória dos trabalhos desempenhados por Eliane Elisa de Souza e Azevedo e Dora Leal Rosa na UFBA — as duas Reitoras na trajetória da UFBA —, pois pelo menos essas duas deverão ser lembradas, já que suas atribuições não foram diferentes, cada uma em seu contexto e época.

Como bem ressaltou a professora Dora Leal Rosa — então Reitora, até 2014.1 —, na apresentação da obra, ao dizer: “[...] a história de cada um dos 13 reitores que dirigiram a UFBA a partir de 1946 é parte da história institucional”. (TOUTAIN; ABREU; VARELA, 2011, p 7) Assim, também compreendo e sei que poderemos escrever outras versões ou partes dessa história institucional observando as colocações de Bourdieu (2013), compondo uma historiografia que não reforce a ordem masculina e não dispense justificativas para tal; que não imponha uma visão suposta de “neutralidade” e denuncie todo e qualquer discurso que vise a legitimar posturas androcêntricas; que esta instituição UFBA, como tantas outras, não se transforme em uma máquina simbólica que venha a ratificar a dominação masculina sobre a qual ainda se alicerça; que trate da igualdade e equidade entre os sexos nas tomadas de decisão, nas ocupações de cargos e funções de poder; que seja parte de um projeto de rupturas com comandos estritamente masculinos, para construir uma nova realidade, com princípios de justiça social, como proposto por Fraser (2007a, 2007b), incorporado e projetado para todos e todas atuantes indistintamente.

## Referências

- BLAY, Eva Alteman. Gênero na universidade. *Educação em Revista*, Marília, n. 3, p. 73-78, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Tradução Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 24, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2013.
- COSTA, Ana Alice. *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. Salvador, 2004.
- FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, maio/ago. 2007a. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/381/38115202.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2010.
- FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2010.
- FRASER, Nancy. Reframing justice in a globalizing world. *New Left Review*, New York, n. 36, p. 1-19, Nov./Dec. 2005.
- GUERRERO CAVIEDES, Elizabeth; PROVOSTE FERNÁNDEZ, Patricia; VALDÉS BARRIENTOS, Alejandra. Acceso a la educación y socialización de género en un contexto de reformas educativas. In: EQUIDAD de género e reformas educativas. Santiago: Hexagrama: FLACSO: IESCO, 2006. p. 7-49.
- MADSEN, Nina. *A construção da agenda de gênero no sistema educacional brasileiro (1996-2007)*. 2008. 199 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5127/1/2008\\_NinaMadsen.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5127/1/2008_NinaMadsen.pdf)>. Acesso em: 6 jul. 2013.
- OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9368/8618>>. Acesso em: 21 mar. 2011.
- ROSEMBERG, Fúlvia; MADSEN, Nina. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: PITANGUY, Jacqueline; BARSTED,

Leila Linhares (Org.). *O progresso das mulheres no Brasil: 2003–2010*. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília, DF: ONU Mulheres, 2011. p. 390–434.

TOUTAIN, Lídia Maria Brandão; ABREU, Marilene Lobo; VARELA, Aida (Org.). *Reitores da UFBA: de Edgard Santos a Naomar de Almeida Filho*. Salvador: EDUFBA, 2011. (Memorial, v. 2).

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Estatuto e Regimento Geral*. Salvador, 2010.

VALLE, Ione Ribeiro. O lugar da educação (escolar) na sociologia de Pierre Bourdieu. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 13, n. 38, p. 411–437, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/8090>>. Acesso em: 16 nov. 2013.





## QUEM É QUEM

Alda Britto da Motta

Graduação e Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutorado em Educação. Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da UFBA. Docente da UFBA; Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisadora Permanente do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA).

Ana Paula dos Anjos Fiuza

Licenciada em Letras com Espanhol pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e bacharela em Museologia pela UFBA. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Salvador. Mestre do Programa de Pós-Graduação em Museologia pela UFBA. Integrante da Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros.

Anderson Eduardo Carvalho de Oliveira

Bacharel em Direito pela Faculdade de Alagoas (FAL). Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), da UFBA.

Ângela Maria Freire de Lima e Souza

Doutora em Educação pela UFBA. Pesquisadora e Docente do PPGNEIM. Pesquisadora Permanente do NEIM/UFBA.

Carlos Henrique Pereira Franco

Graduado em Psicologia pela Faculdade DeVry/Ruy Barbosa e graduando em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da UFBA. Foi pesquisador bolsista no Programa de Iniciação Científica e Tecnologia (PICT) da Faculdade DeVry/ Ruy Barbosa (2013-2014) e (2015-2016) atuando no campo da saúde, adolescência, sexualidade(s) e gênero. Membro do Núcleo de Estudos e Formação em Saúde (Nefes/FRB) e membro do Grupo de Trabalho em Psicologia e Direitos da Criança e do Adolescente, que compõe a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia da Bahia.

Caterina Rea

Professora adjunta AII da UNILAB/Instituto de Humanidades e Letras/*Campus* dos Malês, Bahia. É doutora em Filosofia pela Université Catholique de Louvain. Trabalhou como assistente no Institut Supérieur de Philosophie/UCL na Bélgica, e como *chargée de cours* na Universidade de Lille 3. Trabalhou como pós-doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Núcleo Identidades de Gênero e Subjetividades. É autora de três livros:

*Desnaturaliser le corps. De l'opacité charnelle à l'énigme de la pulsion* (2009), *Psychanalyse san Oedipe. Antigone, genre et subversion* (2010) e *Corpi senza fronteira. Il sesso come questione política* (2012), e de artigos em revistas científicas.

Cristiano Rodrigues

Professor adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCP/UFMG). Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) (2014). Mestre em Psicologia Social pela UFMG (2006) e graduado em Psicologia (2004). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça (Margem) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem), ambos da UFMG. Foi professor do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismos da UFBA e pesquisador do Neim/UFBA.

Darlane Silva Vieira Andrade

Graduação em Psicologia pela Faculdade Ruy Barbosa. Mestra e Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA/Capes). Pós-doutorado como *visiting researcher* em Sociologia no Morgan Center for Research into Everyday Lives, na Universidade de Manchester (Reino Unido). Docente do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo, no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, e no PPGNEIM. Pesquisadora Permanente do NEIM/UFBA. Membro-fundadora do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia, no Conselho Regional de Psicologia da Bahia e Conselheira do XV Plenário neste Conselho.

Elisete Schwade

Possui graduação em Ciências Sociais pela UFSC (1987), mestrado em Antropologia Social pela UFSC (1993), doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (2001), pós-doutorado na University of British Columbia (UBC), 2008-2009. Docente do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Janja Araujo

Graduada em História (UFBA), Mestrado e Doutorado em Educação (USP) e Pós-Doutorado em Ciências Sociais (PUC-SP). Docente do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo-FFCH/UFBA, do PPGNeim/UFBA e do Doutorado em Difusão do Conhecimento/UFBA. Pesquisadora permanente do NEIM/UFBA.

Joana Angélica Flores Silva

Museóloga da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Mestre em Museologia pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia da UFBA. Desenvolve pesquisas nas áreas de Museus, Gênero, Memórias e Narrativas das Mulheres Negras e Representação.

Julianin Araujo Santos

Graduação em Psicologia. Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA/Capes). Doutoranda em Psicologia pela UFBA. Especialista em Gestalt-terapia pelo Instituto de Gestalt-terapia da Bahia e Gestalt-terapeuta de Idosos(as), com Formação em História de Vida e Abordagem Clínica pelo Núcleo de Psicologia Social da Bahia. Atua com as temáticas de desenvolvimento e envelhecimento humano, velhice, gênero, narrativas, gestalt-terapia com idosos.

É membro do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia no Conselho Regional de Psicologia da Bahia

Laila Rosa

Musicista, compositora e cantora. “Cantautora” feminista. Etnomusicóloga e professora que procura vivenciar e trocar a partir das pedagogias feministas antirracistas e LGBT. Professora da Escola de Música e dos Programas de Pós-Graduação em Música e do PPGNeim da UFBA. Coordenadora da Feminaria Musical. Pesquisadora Permanente do Neim/UFBA. Praticante de yoga e filha de Iemanjá com Ogum.

Leopoldina Cachoeira Menezes

Possui bacharelado em Matemática pela UFBA. Especialização em Matemática Aplicada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Estudos Interdisciplinares Mulheres, Gênero e Feminismo pelo PPGNeim da UFBA. Professora Associada I do Instituto de Matemática da UFBA.

Lucia Mercês de Avelar

Possui graduação em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (1966), Mestrado (1981) e Doutorado (1985) em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (1981). Atuou como professora na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi ouestalar Sarmiento (Argentina), professora titular no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). Entre 2007 e 2008, foi bolsista Fernand Braudel no European University Institute, Itália. Desde 1986, é bolsista em produtividade de pesquisa do CNPq. Entre 2008 e 2011, foi membro do Comitê Acadêmico de Ciência Política do CNPq. Desde dezembro de 2011, é membro

de grupo de pesquisa do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop), Unicamp. Pesquisadora principal do grupo 50 Anos de Feminismo, no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Temas de trabalho: democracia, participação política, gênero e política

Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Maíra Kubik Mano

Graduada em Comunicação Social, Habilitação Jornalismo, pela PUC-SP (2003) e pós-graduada em Gênero e Comunicação pelo Instituto de Periodismo José Martí, de Havana, Cuba (2011). É mestra em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (2010) e doutora em Ciências Sociais pela Unicamp (2015). É professora adjunta do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo, da UFBA, e do PPGNEIM. É pesquisadora associada do NEIM/UFBA.

Maise Caroline Zucco

Possui graduação em História pela UFSC (2005), mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSC (2008-PPGHST) e doutorado (2014) na mesma instituição. Fez pós-doutorado em Antropologia Social (2015-UFSC). Professora do Bacharelado em Gênero e Diversidade da UFBA e pesquisadora permanente do NEIM/UFBA.

Márcia Tavares

Assistente Social. Doutora em Ciências Sociais pela UFBA. Docente do curso de Serviço Social e do PPGNEIM da UFBA. Pesquisadora Permanente do NEIM/UFBA.

Maria de Lourdes Novaes Scheffler

Socióloga, Mestre em Geografia Humana pelo Instituto de Geociências da UFBA. Doutora em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA e Pesquisadora associada ao NEIM/UFBA.

Patrícia Duarte Rangel

Bolsista de pós-doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), realizando sua pesquisa no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, com período de estágio de pesquisa (Bepe). Membro do grupo 50 Anos de Feminismo, na USP. Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Livre de Berlim (Instituto de Estudos Latino-Americanos e Margherita von Brentano Center for Gender Studies) em 2017. Doutora em Ciência Política pela UnB com missão de estudos na Universidad Nacional de General Sarmiento (Argentina). Mestrado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (antigo IUPERJ) e Graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Atuou em organizações não governamentais como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), e prestou consultorias para a ONU Mulheres Brasil.

Regis Glauciane S. de Souza

Feminista. Pedagoga pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora da Rede Municipal de Ensino de Salvador-BA. Mestre e Doutoranda no PPGNeim da UFBA. Estuda Gênero e Política Educacional Brasileira na Perspectiva do Reconhecimento das Identidades Subjetivas e da Inclusão. Professora mediadora de pesquisas no K-Lab/Grupo de Pesquisa Geotecnologias, Educação e Contemporaneidade (Geotec) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Zuleide Paiva da Silva

Professora Assistente da UNEB, vinculada ao Diadorim-Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade. Ativista da Liga Brasileira de Lésbicas. Doutora pelo Doutorado Multi-Institucional, Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC) (UFBA, UNEB, UEFS, IFBA, SENAI, LNCC), desenvolve pesquisa com foco nas organizações lésbicas da Bahia





## COLOFÃO

Formato	15 x 23 cm
Tipologia	Leitura News e Leitura Sans 10/16
Papel	Alcalino 75 g/m <sup>2</sup> (miolo) Cartão Supremo 300 g/m <sup>2</sup> (capa)
Impressão	Edufba
Capa e acabamento	I. Bigraf
Tiragem	300



ISBN 978-85-232-1765-5



9 788523 217655

A Coleção Bahianas é um espaço de divulgação destituído dos símbolos de dominação. Traz resultados de estudos teóricos que possibilitam uma análise crítica da condição feminina, das relações de gênero e do feminismo enquanto momento social, assim como, de documentos que contribuam para o resgate da memória feminina e estudos que abordem a inserção das mulheres nas diversas manifestações culturais.

**NÚCLEO  
DE ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
SOBRE A MULHER**  
FFCH/UFBA

